ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIII Nº 177
Brasília - DF, quarta-feira, 14 de setembro de 2016

Sumário

PÁGINA

Atos do Congresso Nacional 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 4
Ministério da Cultura 8
Ministério da Defesa 10
Ministério da Educação 12
Ministério da Fazenda 16
Ministério da Integração Nacional 22
Ministério da Justiça e Cidadania 22
Ministério da Saúde 28
Ministério das Cidades 31
Ministério de Minas e Energia 34
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 54
Ministério do Esporte 54
Ministério do Meio Ambiente 54
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 54
Ministério do Trabalho 55
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 60
Conselho Nacional do Ministério Público 61
Ministério Público da União 61
Tribunal de Contas da União 64
Poder Judiciário 81
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 82

Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 53, DE 2016

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 742**, de 26 de julho de 2016, publicada em Edição Extra no Diário Oficial da União do mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre a flexibilização do horário de transmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República, durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 13 de setembro de 2016
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 54, DE 2016

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 743**, de 29 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de agosto do mesmo ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 789.947.044,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 13 de setembro de 2016
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Presidência da República

CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Estabelece diretrizes gerais e estratégicas a serem adotadas pelos órgãos e entidades da administração pública federal no processo de contratação de empreendimentos do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIA DE INVESTIMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, § 2º e § 6º, da Medida Provisória nº 727, de 12 de maio de 2016, e

Considerando a necessidade de se otimizar a utilização dos recursos humanos nos diversos órgãos e entidades da administração pública por meio da homogeneização de procedimentos básicos, regras e diretrizes relacionados aos procedimentos de licitação e celebração de contratos de parceria;

Considerando a necessidade do aprimoramento dos estudos de modelagem econômico-financeira, da construção de matriz de riscos para cada projeto e da elaboração criteriosa e transparente dos editais e contratos de parcerias que privilegiem a ampla competitividade; e

Considerando, ainda, a necessidade de informar à sociedade as novas diretrizes e os procedimentos gerais que pautarão as contratações dos próximos empreendimentos públicos de infraestrutura por meio da celebração de contratos de parcerias com a iniciativa privada, resolve:

Art. 1º Esta Resolução estabelece diretrizes gerais e estratégicas a serem adotadas pelos órgãos e entidades da administração pública federal no processo de contratação de empreendimentos públicos de infraestrutura do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI.

Parágrafo único. Para fins desta Resolução, considera-se processo de contratação as etapas de planejamento, licitação, celebração e acompanhamento dos empreendimentos a que ela se refere.

Art. 2º No processo de contratação dos empreendimentos públicos de infraestrutura de que trata o art. 1º, as autoridades competentes deverão observar, sempre que possível e desde que não haja norma específica que disponha em sentido contrário, os ritos e as orientações estabelecidos nesta Resolução, com vistas a homogeneizar os procedimentos básicos, as regras gerais e as diretrizes comuns aplicáveis aos projetos e setores envolvidos.

Art. 3º As escolhas regulatórias utilizadas nos novos empreendimentos a serem estruturados e as atribuições privativas do poder concedente deverão ser justificadas e fundamentadas em seus procedimentos administrativos.

Art. 4º Para cada empreendimento qualificado no PPI, os órgãos ou as entidades competentes deverão designar agente público que se responsabilizará pelo acompanhamento e a quem incumbirá, entre outros:

I - o gerenciamento do cronograma de atividades previsto;

II - a reunião e a revisão de dados, informações e premissas;

III - a harmonização dos estudos realizados, tendo em vista os resultados de avalições técnicas e consultas públicas;

IV - o sequenciamento das etapas do processo de contratação;

V - o acompanhamento dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental - EVTEA, quando necessários; e

VI - a realização e a condução de reuniões técnicas com os demais órgãos da administração pública, inclusive os órgãos de controle.

Art. 5º O poder concedente deverá garantir ampla transparência aos processos de contratação dos empreendimentos de que trata esta Resolução, divulgar os documentos, os ritos e as demais regras do certame na imprensa oficial e na internet.

§ 1º Na hipótese de potenciais licitantes estrangeiros, os órgãos e as entidades competentes promoverão a divulgação, em língua portuguesa, dos principais documentos relacionados à licitação do empreendimento.

§ 2º Caberá aos órgãos e às entidades competentes encaminhar as informações de que trata o **caput**, sempre atualizadas, para a Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para que ela também as divulgue em seu sítio eletrônico.

Art. 6º Quando o objeto do contrato o exigir, a licitação dos empreendimentos ficará condicionada, na forma da legislação aplicável, à atestação de sua viabilidade ambiental mediante a expedição da Licença Prévia - LP ou das diretrizes para o licenciamento ambiental.

Art. 7º Na elaboração do edital e da minuta de contrato, a adoção de matriz de repartição de riscos do empreendimento deverá ser prevista e deverão ser consideradas, no mínimo, a identificação, a avaliação e a alocação dos riscos à parte que melhor puder gerenciá-los, com o menor custo para o processo, de maneira a minimizar futuras revisões contratuais extraordinárias.

AVISO

CIRCULOU EM 13/9/2016 A EDIÇÃO EXTRA Nº 176-A
Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 8º Os empreendimentos e os contratos de parcerias deverão ser estruturados com base em práticas regulatórias modernas, tendo como principal foco os serviços a serem prestados, e contemplar as cláusulas de desempenho e as metas objetivas para o contratado, de acordo com as particularidades de cada projeto e setor.

Art. 9º Sempre que possível, a estruturação dos empreendimentos deverá considerar a implementação de infraestrutura de telecomunicações ou de rede de fibra ótica ao longo de rodovias, ferrovias, gasodutos ou outros empreendimentos em que tal medida se mostre pertinente.

Parágrafo único. A implementação da infraestrutura de que trata o **caput** será objeto de estudo técnico em cada empreendimento e caberá aos órgãos e às entidades competentes justificar as hipóteses em que ela se mostre técnica, operacional ou economicamente inviável.

Art. 10. O edital e o contrato do empreendimento deverão prever regras de governança, transparência e acompanhamento das condições de contratação de partes relacionadas ao concessionário, a fim de se garantir a transparência da execução das obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, sobretudo quando houver sócio público em sociedade de propósito específico.

Art. 11. Os empreendimentos deverão prever a realização de investimentos compatíveis com os níveis de serviços exigidos, os quais retratarão as efetivas necessidades dos usuários ao longo da vigência do contrato, de maneira a evitar a imposição de investimentos desnecessários.

Art. 12. O edital e as minutas de contrato de cada empreendimento deverão conter regras específicas para prever mecanismos que desestimulem a postergação ou o descumprimento do programa de investimentos estipulado no contrato ou a sua desconformidade com o cronograma pactuado.

Art. 13. Os empreendimentos serão estruturados visando ao fortalecimento da atuação das agências reguladoras, sobretudo quanto à regulação, ao monitoramento, à fiscalização e ao acompanhamento dos contratos.

Art. 14. Os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental - EVTEA e a documentação jurídica relacionada ao empreendimento serão submetidos ao Conselho do PPI somente quando se mostrarem suficientemente consistentes e robustos.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

§ 1º Os EVTEA serão construídos com base em premissas claras, objetivas e suficientemente adequadas para garantir a robustez e a consistência dos modelos, além de considerar a complexidade e as particularidades de cada projeto.

§ 2º Os EVTEA serão submetidos a consultas públicas antes de seu encaminhamento ao Tribunal de Contas da União.

Art. 15. As minutas do edital e do contrato e os seus anexos, referentes a cada empreendimento, serão submetidos a consulta pública pelo órgão ou pela entidade competente.

Parágrafo único. A consulta pública será divulgada na imprensa oficial e na internet, com a identificação do objeto, a motivação para a prorrogação, as condições propostas, entre outras informações relevantes, fixando-se, exceto se houver disposição em sentido contrário, o prazo mínimo de quarenta e cinco dias para o recebimento de sugestões dos potenciais interessados.

Art. 16. Os EVTEA e a documentação jurídica relacionada ao empreendimento também deverão ser submetidos ao Tribunal de Contas da União.

§ 1º O agente público referido no art. 4º deverá promover, sempre que necessário, reuniões técnicas com o Tribunal de Contas da União a fim de possibilitar a análise célere dos documentos, de esclarecer eventuais dúvidas e, quando for o caso, de providenciar correções nos documentos apresentados.

§ 2º O edital de licitação do empreendimento poderá ser lançado após o encaminhamento dos documentos ao Tribunal de Contas da União pelo órgão ou pela entidade competente, observados os prazos normativamente fixados.

Art. 17. O edital do empreendimento poderá prever o prazo para a entrega das propostas, sempre que possível, desde que este não seja inferior a cem dias corridos, para que os interessados possam avaliar o projeto e as informações a ele relacionadas.

Art. 18. O processo de contratação dos empreendimentos de que trata esta Resolução deverá ser tratado com prioridade por todos os órgãos e entidades envolvidos, cabendo:

I - às agências reguladoras, a responsabilidade pela regulação, pelo monitoramento, pela fiscalização e pelo acompanhamento dos empreendimentos em execução;

II - aos Ministérios setoriais, o planejamento e a tomada de decisões políticas sobre os empreendimentos; e

III - ao Conselho do PPI, o papel de dirimir eventuais conflitos entre os órgãos envolvidos, sem prejuízo de outras competências atribuídas em lei.

Art. 19. A Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República poderá expedir normas complementares para as diretrizes fixadas nesta Resolução.

Art. 20. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WELLINGTON MOREIRA FRANCO
Secretário-Executivo do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Opina pela qualificação de empreendimentos públicos federais de transportes para a execução por meio de contratos de parcerias com o setor privado no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 4º, 5º e 7º da Medida Provisória nº 727, de 12 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no inciso VI do **caput** e no § 3º do art. 7º do Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998, e

Considerando a necessidade de permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para consecução das prioridades nacionais;

Considerando a necessidade de garantir a continuidade da participação da iniciativa privada na execução de serviços de manutenção e nos investimentos em infraestrutura para agregar melhorias ao sistema existente e para preservar o patrimônio público, além de beneficiar um grande número de usuários por meio da prestação de serviços com qualidade e eficiência;

Considerando a necessidade de resgatar a confiança do mercado em relação aos projetos do Governo, fortalecer a governança do processo decisório e propor soluções que levem à atração de mais investimentos, empregos e renda; e

Considerando, por fim, que o art. 7º, § 1º, da Medida Provisória nº. 727, de 12 de maio de 2016, prevê que o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República opinará, previamente à deliberação do Presidente da República, quanto às propostas dos Ministérios setoriais e dos Conselhos Setoriais, e acompanhará a execução do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, resolve:

Art. 1º O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República opina favoravelmente e submete à deliberação do Presidente da República os seguintes empreendimentos públicos de infraestrutura para qualificação, no âmbito do PPI, e para execução por meio de contratos de parceria com a iniciativa privada:

I - Rodovia BR-364/365 GO/MG (Jataí/Uberlândia);

II - Rodovias BR-101/RS, BR-116/RS, BR-290/RS e BR-386/RS (compreendendo trechos da divisa SC/RS até Osório, de Porto Alegre até Camaquã e de Porto Alegre até Carazinho), Estado do Rio Grande do Sul;

III - Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul;

IV - Aeroporto Deputado Luís Eduardo Magalhães, em Salvador, Estado da Bahia;

V - Aeroporto Hercílio Luz, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina;

VI - Aeroporto Pinto Martins, em Fortaleza, Estado do Ceará;

VII - Terminal de Trigo do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

VIII - Terminais de Combustíveis de Santarém (STM 04 e STM 05), Estado do Pará;

IX - Ferrovia EF-151 SP/MG/GO/TO (trecho entre Porto Nacional e Estrela D'Oeste - Ferrovia Norte-Sul), Estados de Tocantins e de São Paulo;

X - Ferrovia EF-170 MT/PA (trecho entre Sinop e Mirituba - Ferrogrão), Estados de Mato Grosso e do Pará; e

XI - Ferrovia EF 334/BA - Ferrovia de Integração Oeste - Leste (trecho entre Ilhéus/BA e Caetité/BA).

Parágrafo único. O cronograma estimado para a realização dos leilões consta do Anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WELLINGTON MOREIRA FRANCO
Secretário-Executivo do Conselho

ANEXO

Projetos	Estimativa de edital	Estimativa de leilão
BR-364/365/GO/MG	1º Semestre/2017	2º Semestre/2017
BR-101/116/290/386/RS	1º Semestre/2017	2º Semestre/2017
Aeroporto Salgado Filho	Outubro/2016	Fevereiro/2017
Aeroporto Deputado Luís Eduardo Magalhães	Outubro/2016	Fevereiro/2017
Aeroporto Hercílio Luz	Outubro/2016	Fevereiro/2017
Aeroporto Pinto Martins	Outubro/2016	Fevereiro/2017
Terminais de Combustíveis de Santarém (STM 04 e 05)	Dezembro/2016	Maio/2017
Terminal de Trigo do Rio de Janeiro	Dezembro/2016	Maio/2017
EF-151 SP/MG/GO/TO - Norte-Sul	2º Semestre/2017	2º Semestre/2017
EF-170 MT/PA - Ferrogrão	2º Semestre/2017	2º Semestre/2017
EF-334/BA	2º Semestre/2017	2º Semestre/2017

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS
IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 SETEMBRO DE 2016

Opina pela qualificação de empreendimentos públicos estaduais de saneamento por meio de contratos de parcerias com o setor privado no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 4º, 5º e 7º da Medida Provisória nº 727, de 12 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no inciso VI do **caput** e no § 3º do art. 7º do Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998, e

Considerando a necessidade de permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para consecução das prioridades nacionais;

Considerando a necessidade de garantir continuidade da participação da iniciativa privada na execução de serviços de manutenção e nos investimentos em infraestrutura para agregar melhorias ao sistema existente e preservar o patrimônio público, além de beneficiar um grande número de usuários por meio da prestação de serviços com qualidade e eficiência;

Considerando a posição de desvantagem da República Federativa do Brasil em relação aos países desenvolvidos e, mesmo, aos emergentes no que tange ao saneamento básico, particularmente ao serviço de esgotamento sanitário, bem como a relação entre investimentos em saneamento e redução das despesas com saúde, aumento na produtividade da educação infantil e do trabalho, impacto nos corpos hídricos, etc.;

Considerando a necessidade de propor soluções que levem à atração de mais investimentos e à geração de empregos e renda; e

Considerando, por fim, que o art. 7º, § 1º, da Medida Provisória nº 727, de 12 de maio de 2016, prevê que o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República opinará, previamente à deliberação do Presidente da República, quanto às propostas dos órgãos e das entidades competentes, e acompanhará a execução do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, resolve:

Art. 1º O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República opina favoravelmente sobre a qualificação, no âmbito do PPI, da execução, por meio de contratos de parceria com a iniciativa privada, dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto a cargo das seguintes empresas:

I - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro - Cedae;

II - Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - Caerd; e

III - Companhia de Saneamento do Pará - Cosanpa.

Parágrafo único. O cronograma estimado para a realização dos leilões consta do Anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WELLINGTON MOREIRA FRANCO
Secretário-Executivo do Conselho

ANEXO

Projeto	Estimativa de edital	Estimativa de leilão
Distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto - Cedae	2º Semestre/2017	1º Semestre/2018
Distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto - Caerd	2º Semestre/2017	1º Semestre/2018
Distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto - Cosanpa	2º Semestre/2017	1º Semestre/2018

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 13 SETEMBRO DE 2016

Opina pela qualificação de empreendimentos públicos federais de infraestrutura em execução, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 4º, 5º e 7º da Medida Provisória nº 727, de 12 de maio de 2016, e tendo em vista o disposto na alínea "b" do inciso II do **caput** do art. 10 do Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998, e

Considerando a atual conjuntura econômica, marcada por índices de inflação acima da meta, baixo estoque de capital, elevado desemprego e baixa produtividade, o que impõe perdas constantes de posições nos **rankings** de competitividade do País;

Considerando a limitação de acesso ao crédito e as suas repercussões para o setor de infraestrutura, o qual tem como característica demandar grandes aportes de capital e longos períodos para amortização dos investimentos;

Considerando as características da infraestrutura ferroviária e rodoviária, no que tange à velocidade de operação, às interferências em nível com vias urbanas, às limitações geométricas, à integridade de faixas de domínio, ao aumento da demanda, dentre outros fatores que limitam a capacidade das vias e deterioram o nível de serviço, bem como o alto volume de capital necessário para viabilizar os investimentos que contribuam para o aumento de produtividade;

Considerando a conveniência e a oportunidade de se estudar a viabilidade de revisão dos prazos de vigência de concessões existentes, em face da necessidade de execução imediata de investimentos urgentes, com base na Nota Técnica nº 8 da Secretaria de Fomento das Ações de Transporte, encaminhada pelo Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil; e

Considerando que o art. 4º, **caput**, inciso II, da Medida Provisória nº 727, de 12 de maio de 2016, estabelece que o Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI será regulamentado por meio de decretos que, nos termos e limites das leis setoriais, definirão, entre outros aspectos, os empreendimentos públicos federais de infraestrutura qualificados para a sua implementação por meio de parcerias e as diretrizes estratégicas para sua estruturação, licitação e contratação, resolve:

Art. 1º O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República opina favoravelmente e submete à deliberação do Senhor Presidente da República os seguintes empreendimentos públicos federais de infraestrutura em execução para qualificação no âmbito do PPI:

I - Terminal de Fertilizantes no Porto de Paranaguá - Fospar S.A.; e

II - TECON Salvador.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WELLINGTON MOREIRA FRANCO
Secretário-Executivo do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Altera a Resolução nº 11, de 18 de novembro de 2015, do Conselho Nacional de Desestatização, para aprovar a continuidade do processo de desestatização da Celg Distribuição S.A. e para estabelecer as condições e o preço mínimo de alienação das ações representativas do seu controle acionário.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 4º, 5º e 7º da Medida Provisória nº 727, de 12 de maio de 2016 e:

Considerando que a Celg Distribuição S.A. - Celg D foi incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND em 13 de maio de 2015, por meio do Decreto nº 8.449, de 13 de maio de 2015; o qual designou o Ministério de Minas e Energia como responsável pela execução e pelo acompanhamento do processo de desestatização da Celg D, nos termos do art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES como responsável por contratar os serviços e prover o apoio técnico necessário à execução da desestatização da Celg D;

Considerando que o controle acionário da Celg D é de titularidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, a qual detém aproximadamente 50,93% (cinquenta inteiros e noventa e três centésimos por cento) do capital social total e votante da Celg D, e que 49,00% (quarenta e nove por cento) das ações de emissão da Celg D são de titularidade da Companhia Celg de Participações - CelgPar, cujo controle é detido pelo Estado de Goiás, e que o aditivo ao contrato de concessão celebrado em 30 de dezembro de 2015 prorrogou o contrato de concessão da Celg D até 7 de julho de 2045;

Considerando que o procedimento licitatório anterior de alienação do controle acionário da Celg D, de que trata o Edital PND de Leilão nº 01/2016/Celg-D, foi considerado deserto em 16 de agosto de 2016; e

Considerando que o Ministério de Minas e Energia solicitou a este Conselho, por meio do Aviso nº 170, de 1º de setembro de 2016, e ao BNDES, por meio do Ofício nº 414/2016-GM-MME, a continuidade do processo de desestatização da Celg D, inclusive com a fixação das condições de desestatização e de aprovação do preço mínimo correspondente de alienação das ações de sua emissão representativas de seu controle acionário pela Eletrobrás, resolve:

Art. 1º A Resolução nº 11, de 18 de novembro de 2015, do Conselho Nacional de Desestatização, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

Parágrafo único. O valor mínimo de alienação das 76.761.267 (setenta e seis milhões, setecentas e sessenta e uma mil, duzentas e sessenta e sete) ações ordinárias de titularidade da Eletrobrás será de R$ 912.678.375,87 (novecentos e doze milhões, seiscentos e setenta e oito mil, trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e sete centavos) incluído o valor referente à oferta aos empregados e aposentados da Celg D." (NR)

"Art. 4º .....

§ 1º As ações da CelgPar depositadas no FND somente poderão ser retiradas nas seguintes hipóteses:

I - se o leilão de ações da Celg D não ocorrer até 31 de março de 2017;

II - se o leilão ocorrer até 31 de março de 2017, mas não houver a alienação das ações; e

III - por decisão motivada do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, a qualquer tempo.

....." (NR)

"Art. 5º O preço mínimo de cada ação da Celg D para fins de alienação das ações pela Eletrobràs no âmbito do leilão de que trata o art. 1º será de aproximadamente R$ 11,91 (onze reais e noventa e um centavos), em caso de venda das ações da Celg D de titularidade apenas da Eletrobrás, hipótese em que deverão ser ofertadas 75.355.789 (setenta e cinco milhões, trezentas e cinquenta e cinco mil, setecentas e oitenta e nove) ações ordinárias da Celg D de titularidade da Eletrobrás, o que totaliza um lote no valor de R$ 897.610.983,49 (oitocentos e noventa e sete milhões, seiscentos e dez mil, novecentos e oitenta e três reais e quarenta e nove centavos).

§ 1º A fim de permitir a transferência de controle acionário da Celg D, na ocorrência da hipótese prevista no **caput**, serão ofertados aos empregados e aposentados da Celg D 1.405.478 (um milhão, quatrocentas e cinco mil, quatrocentas e setenta e oito) ações ordinárias de emissão da Celg D, correspondentes a aproximadamente 0,93% (noventa e três centésimos por cento) das ações representativas do capital social total e votante da Celg D de titularidade da Eletrobrás, ao preço de R$ 10,72 (dez reais e setenta e dois centavos) por ação, o que perfaz o valor de R$ 15.066.724,16 (quinze milhões, sessenta e seis mil, setecentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos), já incluído o deságio de aproximadamente 10% (dez por cento) em relação ao preço mínimo a que se refere o **caput** deste artigo.

....." (NR)

"Art. 6º Na hipótese de a CelgPar decidir pela alienação da totalidade das ações de sua titularidade conjuntamente com a Eletrobrás, o preço mínimo de cada ação da Celg D detida pela Eletrobrás e pela CelgPar, para fins de alienação das ações, passará a ser de aproximadamente R$ 11,95 (onze reais e noventa e cinco centavos), totalizando um lote no valor de R$ 1.708.164.644,34 (um bilhão, setecentos e oito milhões, cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e trinta e quatro centavos).

§ 1º Na hipótese prevista no **caput**, o preço de cada ação da Celg D, no âmbito da oferta aos empregados e aposentados da Celg D, será de R$ 10,76 (dez reais e setenta e seis centavos), que perfaz o valor de R$ 82.595.126,52 (oitenta e dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, cento e vinte e seis reais e cinquenta e dois centavos), já incluído o deságio de aproximadamente 10% (dez por cento) em relação ao preço mínimo a que se refere o **caput** deste artigo.

....." (NR)

"Art. 7º .....
.....

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 3º As sobras da segunda oferta aos empregados e aposentados da Celg D deverão ser adquiridas pelo(s) vencedor(es) do certame pelo preço equivalente ao valor de oferta aos empregados e aposentados da Celg D no prazo máximo de trinta dias, contado da data de divulgação das referidas sobras.

.....

§ 5º No edital de desestatização, deverá ser prevista a obrigação de recompra pelo(s) vencedor(es) do certame de todas as ações que os acionistas que tenham adquirido, no âmbito da oferta aos empregados e aposentados da Celg D, desejarem alienar, pelo preço mínimo para a alienação do controle, devidamente atualizado pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com remuneração adicional de 8% (oito por cento) ao ano, na hipótese de não ocorrer a abertura do capital da Celg D e a listagem de suas ações no prazo de três anos, contado da data de assinatura do contrato de compra e venda das ações.

.....

§ 7º O direito de alienar nas condições previstas no § 5º é prerrogativa exclusiva do adquirente originário das ações da oferta aos empregados e aposentados da Celg D, prevista no Manual de Oferta aos Empregados, não sendo extensível a adquirentes posteriores." (NR)

Art. 2º Nova audiência pública deverá ser realizada para conferir mais transparência ao processo de desestatização da Celg D, nos termos do art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o § 4º do art. 7º da Resolução nº 11, de 18 de novembro de 2015, do Conselho Nacional de Desestatização.

WELLINGTON MOREIRA FRANCO
Secretário-Executivo do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 13 SETEMBRO DE 2016

Propõe a retomada do processo de desestatização do serviço público de Loteria Instantânea Exclusiva - Lotex e da Caixa Instantânea S.A., e dá outras providências.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 4º, 5º e 7º da Medida Provisória nº 727, de 12 de maio de 2016, e tendo em vista o disposto nos incisos I e VI do **caput** e no § 3º do art. 7º do Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998; e

Considerando a necessidade de permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;

Considerando a necessidade de garantir a continuidade da participação da iniciativa privada na execução de serviços de manutenção e nos investimentos em infraestrutura para agregar melhorias ao sistema existente e para preservar o patrimônio público, além de beneficiar um grande número de usuários por meio da prestação de serviços com qualidade e eficiência;

Considerando a necessidade de resgatar a confiança do mercado em relação aos projetos do Governo, fortalecer a governança do processo decisório e propor soluções que levem à atração de mais investimentos, empregos e renda; e

Considerando, por fim, que o art. 7º, § 2º, inciso III, da Medida Provisória nº 727, de 12 de maio de 2016, determina que o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República passará a exercer as funções do Conselho Nacional de Desestatização, resolve:

Art. 1º O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República recomenda que seja retomado o processo de desestatização do serviço público de Loteria Instantânea Exclusiva - Lotex, instituído pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, e da Caixa Instantânea S.A., a fim de viabilizar a implementação da modalidade operacional que vier a ser escolhida para a desestatização do referido serviço, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.

Art. 2º O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República recomenda, para aprovação do Presidente da República, a edição de Decreto que designe o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em substituição ao Banco do Brasil S.A., como responsável pela execução e pelo acompanhamento do processo de desestatização de que trata o art. 1º, nos termos do §1º do art. 6º e do art. 18 da Lei nº 9.491, de 1997, ao qual caberão as seguintes atribuições:

I - divulgar e prestar as informações concernentes exclusivamente ao processo de desestatização de que trata esta Resolução, inclusive para atendimento de solicitações deste Conselho e dos demais poderes competentes;

II - promover a contratação de consultoria, auditoria e outros serviços especializados necessários à execução das desestatizações;

III - promover a articulação com o sistema de distribuição de valores mobiliários e as bolsas de valores;

IV - selecionar e cadastrar empresas de reputação reconhecida e atuação tradicional na negociação de capital, transferência de controle acionário, venda e arrendamento de ativos;

V - preparar a documentação dos processos de desestatização para apreciação do Tribunal de Contas da União; e

VI - atuar como mandatário para fins de alienação de participação societária na subsidiária mencionada no art. 1º.

Parágrafo único. Além das recomendações de que trata o **caput**, recomenda-se que o referido Decreto designe o Ministério da Fazenda como responsável pela coordenação e pelo monitoramento dos procedimentos e das etapas do processo de desestatização, sem prejuízo das competências atribuídas ao BNDES.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os arts. 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução nº 8, de 30 de setembro de 2015, do Conselho Nacional de Desestatização.

WELLINGTON MOREIRA FRANCO
Secretário-Executivo do Conselho

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 191, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso XXII, artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º - Incluir o município de São Francisco de Goiás na Portaria nº 136 de 13 de junho de 2016, que habilita a médica veterinária Carine Ferreira Mesquita inscrita no CRMV-GO nº 7328, para fornecer Guia de Trânsito Animal - GTA, para fins de trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO CESAR CARNEIRO

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO
Em 31 de agosto de 2016

Homologa Contratos de Interconexão:

Nº 174 - Processo nº 53500.017202/2013-49 - Classe II entre OI MÓVEL S/A, CNPJ nº 05.423.963/0001-11, e ADYL NET ACESSO A INTERNET LTDA, CNPJ nº 06.061.646/0001-65.

Nº 175 - Processo nº 53508.004220/2016-33 - Classe II entre OI MÓVEL S/A, CNPJ nº 05.423.963/0001-11, e AVA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 14.052.580/0001-75.

Nº 176 - Processo nº 53508.004219/2016-17 - Classe II entre OI MÓVEL S/A, CNPJ nº 05.423.963/0001-11, e ADYL NET ACESSO A INTERNET LTDA, CNPJ nº 06.061.646/0001-65.

Nº 177 - Processo nº 53508.003852/2016-80 - Classe II entre CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, e MIGTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 18.512.241/0001-85.

Nº 178 - Processo nº 53508.003851/2016-35 - Classe I entre CLARO S.A. , CNPJ nº 40.432.544/0001-47, e MIGTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 18.512.241/0001-85.

Nº 179 - Processo nº 53508.003569/2016-58 - Classe I entre TELEMAR NORTE LESTE S.A., CNPJ nº 33.000.118/0001-79 e BRAZILIAN TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 21.309.090/0001-77.

Nº 180 - Processo nº 53508.003829/2016-95 - Classe I entre CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47 e NOVA TECNOLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES S.A., CNPJ nº 19.415.974/0001-64.

Nº 181 - Processo nº 53508.002809/2016-05 - Classe II entre TIM CELULAR S.A., CNPJ nº 04.206.050/0001-80, e SUPERIMAGEM TECNOLOGIA EM ELETRÔNICA LTDA, CNPJ nº 39.162.235/0001-15.

Nº 182 - Processo nº 53508.002810/2016-21 - Classe I entre INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 02.421.421/0001-11, TIM CELULAR S.A., CNPJ nº 04.206.050/0001-80, e SUPERIMAGEM TECNOLOGIA EM ELETRÔNICA LTDA, CNPJ nº 39.162.235/0001-15.

Nº 183 - Processo nº 53508.003695/2016-11 - Classe I entre CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, e SOTHIS TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 11.278.588/0001-66.

Nº 185 - Processo nº 53508.003695/2016-11 - Classe II entre CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, e SOTHIS TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 11.278.588/0001-66.

Nº 186 - Processo nº 53508.003070/2016-41 - Classe II entre CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, e BRAZILIAN TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 21.309.090/0001-77.

Nº 187 - Processo nº 53508.002991/2016-96 - Classe II entre CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, e CITTÁ TELECOM LTDA., CNPJ nº 12.935.241/0001-01.

Nº 188 - Processo nº 53508.002775/2016-41 - Classe II entre CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, e VOCÊ TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 07.656.757/0001- 87.

Nº 189 - Processo nº 53508.002755/2016-70 - Classe I entre CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, e BLUE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 18.996.247/0001-75.

CARLOS MANUEL BAIGORRI

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATO Nº 3.621, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) VLI OPERAÇÕES PORTUARIAS S.A, CNPJ nº 12.963.928/0003-12 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

ATO Nº 3.634, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) BRASKEM S/A, CNPJ nº 42.150.391/0001-70 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

RETIFICAÇÃO

No DESPACHO publicado no DOU, Seção 1, páginas 6 e 7, em 29/08/2016, para que se desconsidere o teor referente aos processos nº 53536.000642/2010-15 e 53536.000707/2010-14.

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 2.375, DE 19 DE JULHO DE 2016

Processo nº 53500.010063/2016

Expedir autorização à JRC Serviços de Telecomunicações Ltda - ME, CNPJ/MF nº 23.462.995/0001-08, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 2.683, DE 28 DE JULHO DE 2016

Processo 53500.013438/2013. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência (s), à(ao)MICROPLAN INFORMATICA LTDA., CNPJ nº 04.066.972/0001-30, associada(s) à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, sem exclusividade, em caráter precário e de forma onerosa, até 11/12/2029, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.769, DE 1º DE AGOSTO DE 2016

Processo nº 53500.015251/2016-90. Expede autorização à F S MANDU - ME, CNPJ nº 24.841.634/0001-35, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.864, DE 3 DE AGOSTO DE 2016

Processo nº 53504.001607/2016 Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência, em caráter secundário, à TV RECORD DE FRANCA S/A, CNPJ 46.721.148/0001-16, executante do Serviço de RETRANSMISSÃO DE T.V., na localidade de Ipuã, do estado de São Paulo, mediante a utilização das radiofrequências de 692 MHz a 698 MHz, correspondente ao canal 51, até a data de 05/11/2030.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Nº 3.103 Processo nº 53500.006064/2016. Expedir autorização à TV CABO CENTRO-MINAS SERVICOS LTDA, CNPJ/MF nº 02.205.613/0001-90, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.104 Processo nº 53500.006486/2016. Expedir autorização à MARIA GOMES DE SOUZA ASSIS - ME, CNPJ/MF nº 09.182.837/0001-73, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.113 Processo nº 53500.007824/2016. Expedir autorização à CRUZ & CRUZ LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 06.914.850/0001-81, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.116 Processo nº 53500.007943/2015. Expedir autorização à GRAN-NET INFORMÁTICA - EIRELI ME, CNPJ/MF nº 18.794.442/0001-12, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.118 Processo nº 53504.002596/2016. Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s), discriminadas na tabela abaixo, nos municípios de instalação das estações relacionadas, à IWNET TELECOM LTDA ME, CNPJ/MF nº 11118596000145, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), até 22/03/2031, sendo o uso das radiofrequências em caráter precário e secundário, sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 16 DE AGOSTO DE 2016

Nº 3.135 - Processo nº 53500.016690/2016-10. Expede autorização à SENIOR SERVICOS DE TELECOMUNICACAO DO BRASIL LTDA - EPP, CNPJ nº 24416816000169, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.161 - Processo nº 53500.030381/2007. Expede autorização à ASSOCIACAO DOS TAXISTAS DO BAIRRO DA B. CAMPOS, CNPJ nº 04.160.481/0001-53 para executar o Limitado Privado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação do Serviço a Região Metropolitana Belém, no Estado Pará. Outorga autorização de uso da radiofreqüência 159.710 MHz à autorizada, associada à autorização para exploração do Limitado Privado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Privado, sem exclusividade, por dez anos, em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.244, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

Processo nº 53539.000249/2016. Expedir autorização à Leandro Lobo do Nascimento - ME, CNPJ/MF nº 20.888.174/0001-40, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.270, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

Processo nº 53500.000829/2016. Expedir autorização à STA Telecom Ltda - ME, CNPJ/MF nº 17.064.329/0001-19 , para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.307, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Processo nº 53528.003236/2016. Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência à MINUZZI COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ 03.568.957/0001-27, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São Vicente do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, mediante a utilização das radiofrequências de 92,3 MHz, correspondente ao canal 222, até a data de 10/03/2026.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 30 DE AGOSTO DE 2016

Nº 3.403 - Processo nº 53500.018577/2016-79. Expede autorização à ELINALDO JOSE DA SILVA SERVICOS DE TELECOMUNICACOES - ME, CNPJ nº 12057028000144, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional

Nº 3.416 - Processo nº 53500.020247/2016-43. Expede autorização à VALENET TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 12552630000158, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional

Nº 3.417 - Processo nº 53500.019605/2016-75. Expede autorização à ALLAN KARLOS BRAGA RAMOS - ME, CNPJ nº 05242569000187, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 10 DE SETEMBRO DE 2016

Nº 3.595 - Autorizar Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, CNPJ Nº 11.866.015/0001-53 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 10/09/2016 a 25/09/2016.

Nº 3.596 - Autorizar Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, CNPJ Nº 11.866.015/0001-53 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 10/09/2016 a 19/09/2016.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.597, DE 11 DE SETEMBRO DE 2016

Autorizar Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, CNPJ Nº 11.866.015/0001-53 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 12/09/2016 a 25/09/2016.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.598, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Processo nº 53500.022257/2016. Expedir autorização à VIVA TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 11.001.854/0001-09, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Nº 38/2016 ORLE/SOR ANATEL - Processo nº 53508.004570/2016

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Processo citado, instaurado em favor da prestadora NET FLEX LTDA-ME. inscrita no CNPJ sob o nº 12.157.713/0001-42:

CONSIDERANDO que a atividade da Anatel é juridicamente condicionada pelos princípios da legalidade, razoabilidade, devido processo legal, proporcionalidade e finalidade, dentre outros, de acordo com o art. 38 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações e, ainda, ser dever da Agência, nos termos do art. 34, do seu Regimento Interno, "emitir decisão explícita nos procedimentos administrativos";

CONSIDERANDO que o processo foi instaurado no intuito de examinar o pedido de prorrogação de prazo para o início da operação comercial do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) apresentado pela prestadora, conforme apontado nos autos do processo;

CONSIDERANDO que o Informe n.º 1807/2016/SEI/ORLE/SOR, concluiu pela concessão da prorrogação do prazo para início da operação comercial do serviço pelo período de 12 (doze) meses, resolve:

Aprovar a prorrogação do prazo para início da operação comercial do serviço pelo período de 12 (doze) meses, nos termos dos fundamentos constantes do Informe nº 1807/2016/SEI/ORLE/SOR;

Notificar a prestadora da decisão.

Nº 43/2016 ORLE/SOR ANATEL - Processo nº 53500.004240/2015

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o pedido de prorrogação de prazo formulado pela CC ADYLNET TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 19.502.334/0001-91, autorizada a prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), em regime privado, por prazo indeterminado, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), nas Áreas de Prestação equivalentes às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas (PGO), por meio do Ato nº 4206/2015, de 29/06/2015 e correspondentes Termos de Autorização n. 184, 185 e186/2015/ORLE/SOR-ANATEL, cujos extratos foram publicados no Diário Oficial da União (DOU) de 08/07/2015, DECIDE prorrogar o prazo para entrada em operação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC por 12 (doze) meses a contar da data da publicação deste despacho decisório, pelas razões e fundamentos constantes do Informe nº 2054/2016/SEI/ORLE/SOR, de 04 de setembro de 2016.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES

RETIFICAÇÃO

No Ato n° 2.530, de 22 de julho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de Setembro de 2016, Seção 1, página 11, retifica-se conforme abaixo:

Onde se lê: "CNPJ/MF n° 22.696.219/0001-65"

Leia-se: "CNPJ/MF n° 22.696.218/0001-65"

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.204/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 195ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 01 de setembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01200.004200/1997-35

Requerente: Instituto Oswaldo Cruz.

CQB: 105/99

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Próton: 34531/16

Endereço: Instituto Oswaldo Cruz. Av. Brasil, 4365 - Pav. Gomes de Farias - Sala 114. Manguinhos. Rio de Janeiro, RJ - CEP 21045-900. Tel. 21-2598-4440 - Fax: 21-2560-7864.

Assunto: Solicitação de parecer para importação de organismo geneticamente modificado da classe de risco 2.

Extrato Prévio: 5237/16 publicado em 20 de julho de 2016.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do processo de pedido de Parecer Técnico referente à Solicitação de Parecer para importação de Organismo Geneticamente Modificado da Classe de Risco II, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Oswaldo Cruz, Dr. Ricardo Cunha Machado, solicita à CTNBio parecer técnico para importação de organismo geneticamente modificado da classe de risco 2. O organismo a ser importado será: linhagem de Plasmodium cynomolgi geneticamente modificado para expressão do gene da proteína verde florescente (GFP). As instalações a serem utilizadas na execução desse projeto são as do Laboratório de Pesquisa em Malária, sob a responsabilidade do Dr. Leonardo José do Moura e este declara que as condições descritas no processo são apropriadas à realização dos projetos propostos. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

RETIFICAÇÕES

No Extrato de Parecer Técnico nº 5.083/2016, publicado no D.O.U. Nº 110, de 10/06/2016, Seção 1, página 03; onde se lê: "[...] 1,5859 hectares [...]"; leia-se: "[...] 1,54487 hectares [...]";

No Extrato de Parecer Técnico nº 5.084/2016, publicado no D.O.U. Nº 110, de 10/06/2016, Seção 1, página 03; onde se lê: "[...] milho geneticamente" e "[...] milho algodão [...]"; leia-se: "[...] algodão geneticamente" e "[...] algodão [...]"

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR

Em 2 de setembro de 2016

270ª Relação Pesquisadores Credenciados Importação - Lei 8.010/90

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.004398/2010	373.114.339-91	IARA JOSE DE MESSIAS REASON	02/09/2021

Em 13 de setembro de 2016

648ª Relação de Revalidação de Credenciamento - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
USP / Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto	900.0706/1997	63.025.530/00081-99

HUGO PAULO N. L. VIEIRA

LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA

PORTARIA Nº 47, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DO LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA - LNCC, Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MCT nº 407, de 28/jun/2006, e com fundamento no inciso II, do artigo 87, da Lei 8.666/93 e alterações, resolve:

Art. 1º - Aplicar a empresa COMERCIAL SUDESTE LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.461.790/0001-91, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC, conforme o artigo 87 inciso III da Lei nº 8.666/93, pelo prazo de 2 (dois) anos, conforme consta nos autos do Processo nº 01209.000243/2014-88.

Art. 2º - O Laboratório registra que é facultada a Empresa a apresentação de defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIAS DE 25 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa e advertência, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.005360/2012	Fundação Brasil 2000	FME	São Paulo	SP	Multa	564,43	Art. 28, item 12, alínea "*i*" do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963.	Portaria DEAA n° 3019, de 25/07/2016	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013
53504.016320/2012	Sistema Nova Difusora Ltda	OM	Olímpia	SP	Multa	12.794,08	Art. 122, item 34, do RSR, aprovado pelo Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963; art. 71, *caput*, § 1ª e § 2º do CBT, instituído pela Lei n° 4.117, de 27/08/1962.	Portaria DEAA n° 3009, de 25/07/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53569.000168/2012	Fundação Educacional e Cultural Nativa	FME	Parauapebas	PA	Multa e Advertência	932,94	Art. 3º, da Portaria Interministerial nº 651/99 e art. 28, item 12, alíneas "i" e "j" do RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 31/10/1963.	Portaria DEAA n° 3056, de 25/07/2016	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013
53542.002883/2012	Fundação Ministério Comunidade Cristã	FME	Goiânia	GO	Multa	2.427,45	Art. 3º, da Portaria Interministerial nº 651/99.	Portaria DEAA n° 3054, de 25/07/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53569.000193/2012	Rauland Belém Som Ltda	RTV	Belém	PA	Multa	1.197,28	Art. 27 c/c 31 do Regulamento do Serviço de RTV e do Serviço de RPTV, ancilares ao Serviço de TV aprovado pelo Decreto nº 5.371/2005.	Portaria DEAA n° 3053, de 25/07/2016	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013
53569.003221/2012	Amazônia Comunicações Ltda - ME	FM	Ananindeau	PA	Multa	4.477,93	Art. 28, item 12, alínea "h" do RSR, aprovado pelo Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963.	Portaria DEAA n° 3055, de 25/07/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53504.001669/2012	Rádio Difusora Atual Ltda	FM	São Paulo	SP	Multa	21.932,70	Art. 28, item 12, alínea "j" e no parágrafo único do art. 5º da Portaria nº 26, de 15 de fevereiro de 1996.	Portaria DEAA n° 3059, de 25/07/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

ITAMAR MARQUES TEIXEIRA

PORTARIAS DE 26 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria nº 657, de 17 de maio de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.050723/2012	Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Rio Pardo	RADCOM	Ribas do Rio Pardo	MS	Multa	273,66	Art. 40, VII, Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, que aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.	Portaria DEAA n° 2884, de 26/07/2016	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 657/2013

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.009427/2011	Associação Comunitária Rádio Educativa Alvorada FM	RADCOM	Nova Alvorada	MS	Multa	310,98	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº. 2.615/98.	Portaria DEAA n° 2886, de 26/07/2016	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013
53000.006449/2012	Associação Comunitária Agrovila São Sebastião - ACAS	RADCOM	Brasília	DF	Multa	456,93	Art.40, inciso XXIX, do Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998.	Portaria DEAA n° 2954, de 26/07/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

53000.050738/2012	AMEI - Associação Comunitária Municipal Educacional e Informativa	RADCOM	Aragarças	GO	Multa	2.741,59	Incisos IV e VII do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.	Portaria DEAA n° 2804, de 26/07/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013
53000.054978/2013	Associação Beneficente e Cultural Rádio Comunitária A Voz das Rocas	RADCOM	Natal	RN	Multa	1.827,73	Art. 40, inciso XXIX do Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998.	Portaria DEAA n° 3034, de 26/07/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

ITAMAR MARQUES TEIXEIRA

PORTARIAS DE 27 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.002365/2012	Associação Cultural Comunitária da Paz	RADCOM	São Paulo	SP	Multa	1.391,11	Art. 4º, § 1º c/c art. 21, inciso IV da Lei nº 9.612/98; no art. 18 (*in limine*) c/c art. 21, inciso IV da Lei nº 9.612/98 e; no art. 21, inciso IV da mesma Lei.	Portaria DEAA n° 3101, de 27/07/2016	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013
53000.020364/2012	Associação o Bom Samaritano	RADCOM	Rio Branco do Sul	PR	Multa	799,63	Art. 40, inciso VI, do Decreto n° 2.615, de 03 de junho de 1998.	Portaria DEAA n° 1533, de 27/07/2016	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

ITAMAR MARQUES TEIXEIRA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 2.965, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53000.053322/2012-60, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Televisão Record do Rio de Janeiro Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, utilizando o canal 27+ (vinte e sete decalado para mais), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Rede Mulher de Televisão Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Araraquara, estado do São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO CESAR DA COSTA BARROS

PORTARIA Nº 3.012, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53000.047513/2012-92, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Televisão Record do Rio de Janeiro Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Campos dos Goytacazes, estado de Rio de Janeiro, utilizando o canal 29+(vinte e nove mais), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Rede Mulher de Televisão Ltda, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Araraquara, estado do São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO CÉSAR DA COSTA BARROS

DESPACHOS DO DIRETOR

Em 31 de agosto de 2016

Nº 1.386 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.032463/2016-29, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de SÃO JOAQUIM DA BARRA, estado de São Paulo, utilizando o canal digital nº 21 (vinte e um), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 18836/2016/SEI-MCTIC.

Em 23 de agosto de 2016

Nº 1.453 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.060203/2012-63, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TV BAURU S.A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de ITÁPOLIS, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 26 (vinte e seis), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 19583/2016/SEI-MCTIC.

Em 19 de agosto de 2016

Nº 1.647 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.005588/2015-03, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TV O ESTADO FLORIANÓPOLIS LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de VIDEIRA, estado de SANTA CATARINA, utilizando o canal digital nº 30 (trinta), classe B, nos termos da Nota Técnica nº 20724/2016/SEI-MCTIC.

Em 1º de setembro de 2016

Nº 1.695 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.011854/1994-50, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de ITARIRI, estado de São Paulo, utilizando o canal 14- (quatorze decalado para menos), nos termos da Nota Técnica nº 22074/2016/SEI-MCTIC.

AUGUSTO CESAR DA COSTA BARROS

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 1.631, de 18 de agosto de 2016, do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica, publicado no Diário Oficial da União do dia 12 de setembro de 2016, Seção 1, Página 6, onde se lê: "...nos termos da Nota Técnica nº", leia-se: "...nos termos da Nota Técnica nº 20804/2016/SEI-MCTIC."

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

IMPRENSA NACIONAL 1808

MACHADO DE ASSIS

MACHADO DE ASSIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016091400007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 8 de setembro de 2016

Nº 270 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2017.

16-0539 - MANUAL DE SOBREVIVÊNCIA DOS TÍMIDOS
Processo: 01416.002155/2016-37
Proponente: SENTIMENTAL FILME LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 05.326.727/0001-87
Valor total aprovado: R$ 5.254.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 23737-x
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 23743-4
16-0556 -MV - MORTE VIOLENTA
Processo: 01416.006747/2016-28
Proponente: CENA 1 PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: Brasília/DF
CNPJ: 02.899.751/0001-¬17
Valor total aprovado: R$ 730.070,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 1419-2 conta corrente: 26035-5
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 1419-2 conta corrente: 26036-3
16-0557 - BARRAGEM
Processo: 01416.006850/2016-78
Proponente: IMAGEM TEMPO PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA ME
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 05.958.016/0001¬-25
Valor total aprovado: R$ 600.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 150.000,00
Banco: 001- agência: 3516-5 conta corrente: 25682-X
16-0558 - MARUJADA DE SÃO BENEDITO
Processo: 01416.001684/2016-13
Proponente: SM PRODUÇÕES LTDA EPP
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 27.815.174/0001¬-69
Valor total aprovado: R$ 799.562,80
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 559.693,96
Banco: 001- agência: 3223-9 conta corrente: 19555-3
160561 - GARRINCHA DO TIMÃO
Processo: 01416.001809/2016-13
Proponente: CANAL AZUL CONSULTORIA AUDIOVISUAL LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 04.350.398/0001-¬47
Valor total aprovado: R$ 523.454,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 197.281,30
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 17623-0
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 17624-9
16-0562 - Posto 2
Processo: 01416.001870/2016-52
Proponente: B SIDE PRODUÇÃO DE VÍDEO LTDA - ME
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 07.867.455/0001¬-58
Valor total aprovado: R$ 792.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 752.000,00
Banco: 001- agência: 2807-X conta corrente: 48181-5

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019

16-0555 - MAPA DO POP - 2º TEMPORADA
Processo: 01416.002110/2016-62
Proponente: MARIA TV COMUNICAÇÃO LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 04.957.105/0001¬-94
Valor total aprovado: R$ 2.143.980,00
Valor aprovado ART. 39 - MP 2.228-1/01: R$ 2.036.781,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 23834-1
16-0564 - MANDADO
Processo: 01416.006693/2016-09
Proponente: LUBA FILMES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 00.962.888/0001¬-43
Valor total aprovado: R$ 477.577,00
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 18194-3

Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Em 12 de setembro de 2016

Nº 271 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2017.

16-0437 - MADE IN PARANÁ
Processo: 01416.001080/2016-77
Proponente: Audiovisual F. G. LTDA
Cidade/UF: CURITIBA/PR
CNPJ: 08.378.407/0001-¬69
Valor total aprovado: R$ 528.000,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 499.000,00
Banco: 001- agência: 0009-4 conta corrente: 369524-7
16-0447 - A JORNADA DE JOSH
Processo: 01416.001587/2016-21
Proponente: IURI ARAÚJO CARDOSO TEIXEIRA
Cidade/UF: GOIÂNIA/GO
CNPJ: 21.767.238/0001¬-17
Valor total aprovado: R$ R$ 200.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 100.000,00
Banco: 001- agência: 1610-1 conta corrente: 128094-5
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ R$ 40.000,00
Banco: 001- agência: 1610-1 conta corrente: 128093-7
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ R$ 50.000,00
Banco: 001- agência: 1610-1 conta corrente: 128095-3
16-0543 - VIAGEM SOLITÁRIA
Processo: 01416.006676/2016-63
Proponente: MARIA JOAO FILMES LTDA - ME
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 14.157.452/0001-96
Valor total aprovado: R$ 2.297.097,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 0392-1 conta corrente: 54218-0
16-0546 - OS CAUBÓIS DO APOCALIPSE
Processo: 01416.006653/2016-59
Proponente: PIETA FILMES E PRODUCOES LTDA EPP
Cidade/UF: PAULINIA/SP
CNPJ: 14.341.183/0001¬-13
Valor total aprovado: R$ 600.000,48
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 445.000,00
Banco: 001- agência: 1815-5 conta corrente: 34031-6
16-0549 - O DEPOIMENTO
Processo: 01416.006654/2016-01
Proponente: PIETÁ FILMES E PRODUÇÕES LTDA EPP
Cidade/UF: PAULINIA/SP
CNPJ: 14.341.183/0001-13
Valor total aprovado: R$ 600.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 393.200,00
Banco: 001- agência: 1815-5 conta corrente: 34032-4
16-0567 - TERRA E TERRITÓRIO: NO CAMINHO DO PROGRESSO
Processo: 01416.006837/2016-19
Proponente: LABORATÓRIO CISCO EDUCAÇÃO E IMAGEM LTDA ME
Cidade/UF: CAMPINAS/SP
CNPJ: 12.106.692/0001¬-36
Valor total aprovado: R$ 1.027.757,50
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 587.757,50
Banco: 001- agência: 1515-6 conta corrente: 53310-6
16-0568 - DIÁLOGOS COM RUTH DE SOUZA
Processo: 01416.006825/2016-94
Proponente: PRETA PORTÊ FILMES E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 11.265.176/0001¬-91
Valor total aprovado: R$ 900.632,97
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 3034-1 conta corrente: 26973-5
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 250.960,97
Banco: 001- agência: 3034-1 conta corrente: 26974-3
16-0569 - O PONTO
Processo: 01416.006834/2016-85
Proponente: HARE FILMES PRODUÇÕES LTDA - ME
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 03.838.776/0001¬-73
Valor total aprovado: R$ 6.406.000,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 18196-X
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.085.700,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 18198-6
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 18197-8
16-0570 - A CASA DAS MULHERES DO XINGU
Processo: 01416.006817/2016-48
Proponente: VTM - VIDEO TAPE MATIAS LTDA - EPP
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 01.378.192/0001¬-37
Valor total aprovado: R$ 1.309.904,29
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 394.404,30
Banco: 001- agência: 1535-0 conta corrente: 25518-1
16-0573 - SELVAGEM
Processo: 01416.006816/2016-01
Proponente: ESTÚDIO GIZ PRODUÇÕES LTDA. - ME
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 19.457.687/0001¬-17
Valor total aprovado: R$ 163.665,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 119.111,75
Banco: 001- agência: 0597-5 conta corrente: 36196-8
16-0574 - MULHERES EM RODA
Processo: 01416.006761/2016-21
Proponente: OFICINA PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 04.077.508/0001¬-49
Valor total aprovado: R$ 1.630.471,23
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.548.947,66
Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 23745-0
16-0575 - O RETORNO À CASA DOS PESADELOS
Processo: 01416.001541/2016-10
Proponente: DEBRITO PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 04.967.560/0001¬-70
Valor total aprovado: R$ 1.713.812,50
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.400.000,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 44112-0
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 44111-2
Valor aprovado no Art. 3Aº da Lei nº. 8.685/93: R$ 25.000,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 44113-9
16-0577 - HORIZONTES
Processo: 01416.006729/2016-46
Proponente: RB6 PRODUÇÕES LTDA ME
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 23.756.278/0001¬-99
Valor total aprovado: R$ 906.193,44
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 860.883,76
Banco: 001- agência: 3026-0 conta corrente: 17405-X
16-0579 - RIR PRA NÃO CHORAR
Processo: 01416.006721/2016-80
Proponente: 34 FILMES LTDA
Cidade/UF: BRASÍLIA/DF
CNPJ: 04.852.671/0001¬-31
Valor total aprovado: R$ 4.396.835,42
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 2872-X conta corrente: 38604-9
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 780.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Banco: 001- agência: 2872-X conta corrente: 38603-0
16-0580 - O INSETO DO AMOR
Processo: 01416.006855/2016-09
Proponente: ALFA CINEMA E VÍDEO LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 55.469.316/0001¬19
Valor total aprovado: R$ 1.590.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 897.000,00
Banco: 001- agência: 1526-1 conta corrente: 25758-3
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 557.000,00
Banco: 001- agência: 1526-1 conta corrente: 25757-5
Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019
16-0559 - PAI
Processo: 01416.006563/2016-68
Proponente: JÁ FILMES S/S LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 04.152.993/0001¬-78
Valor total aprovado: R$ 709.784,90
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 30.000,00
Banco: 001- agência: 4010-X conta corrente: 13187-3
16-0560 - BABÁ ELETRÔNICA
Processo: 01416.001682/2016-24
Proponente: RIO CINEMA DIGITAL PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 11.647.242/0001¬-98
Valor total aprovado: R$ 1.284.211,00
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 110.000,00
Banco: 001- agência: 3521-1 conta corrente: 18293-1
Valor aprovado no Art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 110.000,00
Banco: 001- agência: 3521-1 conta corrente: 18295-8
Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL CAMPOS

RETIFICAÇÃO

No Despacho Decisório nº 260 de 29/08/2016, publicado no DOU nº. 167 de 30/08/2016, Seção 1, página 9, artigo 3º, em relação ao projeto "PROPRIEDADE PRIVADA", para considerar o seguinte:
Onde se lê:
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 2.078.271,80 para R$ 2.044.171,80
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 949.872,41 para R$ 134.000,00
Leia-se:
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 2.078.271,80 para 2.047.650,93
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 949.872,41 para R$ 168.791,28

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 247, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004, em conformidade com a Portaria nº 211 de 28/07/2016, publicada no DOU de 01/08/2016 que instituiu o Edital Prêmio Funarte Conexão Circulação Artes Visuais, resolve:
I - Prorrogar o prazo de inscrição do edital acima até o dia 25 de setembro de 2016.
II - A medida tem a finalidade de viabilizar maior participação de interessados no edital.
III - Os demais itens do edital permanecem inalterados.

HUMBERTO FERREIRA BRAGA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 563, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
161488 - ?Casa de bonecas? ? Montagem e circulação
Paula de Oliveira Sá
CNPJ/CPF: 079.324.936-84
Processo: 01400200047201605
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 309.925,00
Prazo de Captação: 14/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto realizará a montagem e circulação do espetáculo ?CASA DE BONECAS?, do autor norueguês Henrik Johan Ibsen, cujo texto é de domínio público. As apresentações serão assim distribuídas: Belo Horizonte/MG com 9 sessões, Itaúna/MG com 02 sessões e Araxá/MG com duas sessões. No total de 13 apresentações com estimativa de público em torno de 4.500 pessoas. E a realização de uma oficina gratuita para o ator: ?O ATOR INVISÍVEL?, na cidade de Araxá/MG.
160458 - A Criança Enterrada
Teatro e Bar Cemitério de Automóveis
CNPJ/CPF: 20.855.170/0001-65
Processo: 01400006646201626
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 367.940,00
Prazo de Captação: 14/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Temporada de 24 sessões, da peça?A Criança Enterrada?, de autoria de Sam Shepard, na cidade do Rio de Janeiro, com o grupo Cemitério de Automóveis.
161438 - BIOCIRCOS
PROJETO LONA DAS ARTES
CNPJ/CPF: 08.621.689/0001-83
Processo: 01400021574201647
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 368.046,90
Prazo de Captação: 14/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto Biocircos é um espetaculo temático que surge atraves da realização de Oficinas de Música, Ballet e Circo para até 180 criancas proporcionando prioritariamente à população de baixa renda as condições de possibilidade para a inclusão cultural por meio do conhecimento e desenvolvimento de sua criatividade artística. Além do ensinamento cultural, as oficinas transmitirão para as criancas valores sociais, importância da educação escolar, princípios básicos de convívio e respeito entre os homens e as outras formas de vida do planeta.Teremos atividades sendo realziadas de 9:30 as 17 hrs de segunda a sexta no bairro Padre Anchieta em Campinas.
161331 - EDUCAÇÃO, ARTE E CULTURA PELA PAZ-14a. Feira do Conhecimento
COLÉGIO ATENA LDTA - EPP
CNPJ/CPF: 26.156.083/0001-04
Processo: 01400021336201631
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado: R$ 120.160,00
Prazo de Captação: 14/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: A presente proposta pretende realizar: apresentações musicais, apresentação de dança, mostra expositiva de trabalhos em pintura, gravuras e desenhos realizados por crianças e adolescentes, um jornal (cartilha) e contação de histórias como meio de incentivar a leitura e valorizar às artes cênicas. Tudo isso ocorrerá em dois dias de eventos (14a. Feira do Conhecimento) no mês de novembro/2016. Todas as atividades acontecerão em locais acessíveis, com total democratização de acesso, sendo que como forma de disseminar a cultura, a proponente irá disponibilizar ônibus gratuitos para as escolas públicas do município que se interessar em participar do projeto.
162293 - FESTIVAL CULTURAL DA TERRA DOS CÂNIONS
ARA PRODUCOES LTDA ME - ME
CNPJ/CPF: 10.803.650/0001-29
Processo: 01400208153201629
Cidade: Araranguá - SC;
Valor Aprovado: R$ 542.300,00
Prazo de Captação: 14/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: No sul do país, assim como o frio característico do inverno, a cultura e o folclore se destacam no dia a dia do gaúcho. Presente nas danças, na música, na gastronomia, nas vestimentas, a cultura tradicionalista revela o amor e o respeito pela terra e pela família. O Festival Cultural da Terra dos Cânions, a ser realizado em janeiro/2017, na cidade de Cambará do Sul, irá oferecer atrações da música, dança, gastronomia e folclore gaúcho para as pessoas que desejam conhecer o Rio Grande do Sul e sua cultura.
160740 - Livro de Ouro
JG Rodrigues de Alckmin Neto Produções Artísticas ME
CNPJ/CPF: 15.530.766/0001-55
Processo: 01400007059201654
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 482.100,00
Prazo de Captação: 14/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Sera? realizada a montagem teatral da pec?a infantil "Livro de Ouro", de autoria de Geraldo Rodrigues e Luciana Esposito. Sera?o realizadas 36 apresentac?o?es, sendo que 24 na Grande Sa?o Paulo e 12 em outras cidades dentro do Estado de Sa?o Paulo.
160523 - Maloca Dragão
Instituto de Arte e Cultura do Ceará - IACC
CNPJ/CPF: 02.455.125/0001-31
Processo: 01400006752201618
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 552.800,00
Prazo de Captação: 14/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Realização da Maloca Dragão 2016 que reúne 45 apresentações artísticas de artes cênicas, que além do teatro, dança e circo, mesclam diferentes linguagens artísticas , no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza-CE, contemplando também atividades paralelas de outras linguagens artísticas ao fim de cada dia.
160924 - MEDEA, A ESTRANGEIRA
Fábrica de Eventos Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 02.381.362/0001-03
Processo: 01400007501201642
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 804.730,00
Prazo de Captação: 14/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Apresentamos o projeto de montagem e realização de duas temporadas do espetáculo teatral ?MEDEA, a estrangeira?, texto inédito de Grace Passô, direção de Inez Viana, e interpretação de Debora Lamm em mais uma parceria de produção da Fabrica de Eventos com a Cia. OmondÉ. Este projeto contempla 2 meses de ensaio, 2 meses de temporada (24 sessões) no Rio de Janeiro, 1 mês de temporada em São Paulo (12 sessões), totalizando 36 apresentações. No texto e na encenação a Cia OmondÉ vai buscar referências na ficção e na realidade: A trágica história da mãe infanticida que mata os próprios filhos para se vingar de um homem por quem é apaixonada.
160362 - Monólogos da Faxina
Teatro da Gente Produções Artísticas Ltda - ME
CNPJ/CPF: 19.287.502/0001-73
Processo: 01400004900201651
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 352.100,00
Prazo de Captação: 14/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Realização de espetáculo teatral composto de cinco monólogos que abordam o universo das empregadas domésticas e diaristas, com 2 meses de temporada em teatro na cidade do Rio de Janeiro, totalizando 24 apresentações.
161725 - Natal do Palácio Avenida 2016
100 Porcento Incentivo e Promoção Cultural Ltda.
CNPJ/CPF: 08.148.234/0001-92
Processo: 01400202429201665
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 6.650.309,14
Prazo de Captação: 14/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O Natal no Palácio Avenida é um espetáculo cênico-musical estrelado por 140 crianças oriundas de entidades assistenciais de Curitiba e escolas Publicas que acontece desde 1991 nas janelas do Palácio Avenida, edifício histórico de Curitiba, e já se tornou um marco na cidade.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
160178 - Classicos Modernos
Doanjo Produções Ltda. - Me.
CNPJ/CPF: 56.941.743/0001-10
Processo: 01400002813201660
Cidade: Adamantina - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.142.000,00
Prazo de Captação: 14/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Através do projeto ?Clássicos Modernos? pretendemos realizar apresentações de música erudita/instrumental e dança com grandes e conceituados artistas, nas cidades de São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Curitiba, Fortaleza, Recife, Natal, Belo Horizonte e Novo Hamburgo, totalizando 110 apresentações.
160273 - Coral São Lourenço
Coral São Lourenço
CNPJ/CPF: 78.504.925/0001-67
Processo: 01400002978201631
Cidade: São Lourenço do Oeste - SC;
Valor Aprovado: R$ 213.100,00
Prazo de Captação: 14/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Criado em 1984, o Coral São Lourenço pretende efetivar a compra de alguns instrumentos e realizar apresentações por algumas cidades de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Este projeto visa manter o Coral pelo período de um ano, com pagamento de regente, compra de alguns instrumentos e equipe de produção. Objetiva-se aprofundar a formação musical dos coralistas durante os ensaios e proporcionar ao público uma vivência mais completa da música de Canto Coral, durante as apresentações públicas.
160871 - PROJETO DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL SEMEADOR DAS ARTES
O SEMEADOR
CNPJ/CPF: 41.409.897/0001-99
Processo: 01400007251201641
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 145.790,00
Prazo de Captação: 14/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Realizar 10 oficinas de formação artística e cultural na área da música erudita, apresentando como resultados os grupos artísticos constituídos como os grupos de canto coral, flauta doce, violão e percurssão.
160769 - Sons de Minas
CORPORAÇÃO MUSICAL SANTÍSSIMA TRINDADE
CNPJ/CPF: 21.087.721/0001-50
Processo: 01400007113201661
Cidade: Ponte Nova - MG;
Valor Aprovado: R$ 571.964,40
Prazo de Captação: 14/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto Sons de Minas proporcionará à Corporação Musical Santíssima Trindade dar continuidade às suas atividades culturais, através da aquisição de instrumentos musicais e figurinos que visam a capacitação dos seus integrantes veteranos e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

iniciantes. Serão oferecidos workshops musicais com professores qualificados e realizadas apresentações musicais gratuitas e acessíveis a todos os públicos.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

161608 - Mestiço

Orlando Manuel Monteiro de Azevedo

CNPJ/CPF: 084.728.589-87

Processo: 01400201326201688

Cidade: Curitiba - PR;

Valor Aprovado: R$ 202.520,00

Prazo de Captação: 14/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Edição de livro " Mestiço " com imagens em preto e branco do povo brasileiro.

161783 - Santos-Dumont Ontem e Hoje: Um Olhar Histórico e Poético

Maria do Carmo Silva Soares

CNPJ/CPF: 787.953.978-68

Processo: 01400202899201629

Cidade: São José dos Campos - SP;

Valor Aprovado: R$ 235.765,00

Prazo de Captação: 14/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Edição, produção e lançamento do livro ?Santos-Dumont Ontem e Hoje: Um Olhar Histórico e Poético?, de autoria de Maria do Carmo Silva Soares. O lançamento do livro acontecerá no SESC - São José dos Campos/SP, em outubro/2016, data da comemoração dos 110 anos do Voo do Avião 14-Bis, ocasião em que o brasileiro Alberto Santos-Dumont será homenageado. Na solenidade acontecerá palestra, seguida de bate-papo, com autoridades no assunto. Haverá, também, apresentação do ?Coral Cantares? da Embraer- Empresa Brasileira de Aeronáutica.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)

1510212 - Festival Interativo da Canção Latino Americana-Interfest

KK Produções Artísticas e Culturais ME

CNPJ/CPF: 15.141.247/0001-03

Processo: 01400070789201519

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: 784850.00

Prazo de Captação: 14/09/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização de um festival virtual de música, com a participação de artistas de toda a América Latina. Um site hospedará a competição, recebendo as inscrições de videoclipes produzidos pelos autores e intérpretes. Os finalistas serão eleitos pelo voto popular para se apresentarem, ao vivo, em um grande evento, a ser realizado no Rio de Janeiro. O formato do projeto é inspirado nos grandes festivais da década de 60 e 70, porém apresenta a convergência de mídia e a internet como importantes promotores da democratização do acesso à cultura.

PORTARIA Nº 564, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18)

14 7069 - 1º ENCONTRO DE FOLCLORE DE CONSTANTINA

R. H. PRODUÇÕES MUSICAIS E CULTURAIS LTDA

CNPJ/CPF: 04.467.020/0001-28

RS - Sagrada Família

Período de captação: 01/09/2016 a 31/12/2016

14 7914 - Roque Santeiro - O Musical - 50 Anos Depois

Branca e Branca Produções Artísticas Ltda.

CNPJ/CPF: 05.560.238/0001-95

SP - São Paulo

Período de captação: 01/09/2016 a 31/12/2016

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)

14 9317 - Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale; Gestão, Manutenção e Extensão - 2015

Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto

CNPJ/CPF: 00.306.770/0001-67

MG - Ouro Preto

Período de captação: 01/09/2016 a 31/12/2016

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)

14 7456 - OURO PRETO - História, Arte e Cultura

Daniel Santos

CNPJ/CPF: 016.785.116-09

MG - Belo Horizonte

Período de captação: 01/09/2016 a 31/12/2016

PORTARIA Nº 565, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)

12 9325 - Museu da Família - Digitalização de acervo e equipagem de Banco de Dados

Instituto Museu Memoria e Vida Rural de Jussara

CNPJ/CPF: 10.629.952/0001-22

Cidade: Maringá - PR;

Valor Reduzido: R$ 660.000,00

Valor total atual em R$: R$ 7.555.546,00

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 52/MD, DE 26 DE AGOSTO DE 2016

Aprovar a Diretriz para a Operação Eleições 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do Parágrafo único do Art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Aprovar a Diretriz para a Operação ELEIÇÕES 2016, nos termos do Anexo desta Portaria Normativa.

Art. 2º Esta Portaria Normativa entre em vigor na data de sua publicação

RAUL JUNGMANN

ANEXO
Diretriz Ministerial n° 18/2016

OPERAÇÃO ELEIÇÕES 2016

A dificuldade de acesso a alguns municípios brasileiros e a necessidade de garantir a votação e a apuração das eleições previstas para os dias 2 e 30 de outubro de 2016 fizeram com que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) solicitasse o apoio das Forças Armadas para a realização dos citados pleitos.

Assim sendo, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR informou a este Ministério, por meio do Aviso nº 78-GSI/CH, de 15 de agosto de 2016, da solicitação do TSE para a participação das Forças Armadas no apoio logístico, em algumas localidades do País, no transporte de pessoas a serviço da Justiça Eleitoral, bem como o transporte de materiais a serem utilizados por ocasião das Eleições de 2016.

O GSI/PR informou, ainda, que o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, autorizou, por intermédio do Decreto de 22 de agosto de 2016, o emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem pública durante a votação e a apuração das eleições de 2016, com fundamento no artigo 15, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e no artigo 23, caput, inciso XIV da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.

Em consequência, informo aos Comandantes das Forças Singulares que decidi executar a Operação Eleições - 2016, de acordo com as Instruções para o Emprego das Forças Armadas e das Regras de Engajamento, que serão oportunamente difundidas pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Dessa forma, o Ministério da Defesa deverá utilizar os efetivos militares para prestar apoio logístico e em ações para a Garantia da Lei e da Ordem, para a votação e apuração dos pleitos eleitorais do corrente ano, nas localidades e municípios que forem solicitados pelo TSE, com base, ainda, no art. 16 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e no art. 5º e seu parágrafo único do Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001.

Assim, com fundamento no inciso I, artigo 7º, do decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001,

DETERMINAÇÃO

1. Aos Comandantes da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Aeronáutica, que:

1.1. fiquem em condições de empregar recursos operacionais militares necessários (pessoal e material) para apoiar o evento em pauta, no que for solicitado pelo TSE; e

1.2. executem as ações de garantia da lei e da ordem e de apoio logístico relacionadas com o evento, quando solicitados, estando autorizados a realizar as coordenações necessárias entre si, com os Tribunais Regionais Eleitorais, com os Juízes Eleitorais e com os Órgãos de Segurança Pública Federal e local.

2. Ao Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas que:

2.1. realize os contatos necessários com o TSE, para as coordenações que se fizerem necessárias;

2.2. acompanhe o planejamento e a execução das ações relacionadas ao emprego das Forças Armadas para o cumprimento da presente Diretriz;

2.3. encaminhe aos Comandantes das Forças Singulares as Instruções e as Regras de Engajamento para o Emprego das Forças Armadas no referido evento; e

2.4. encaminhe ao Secretário-Geral do Ministério da Defesa as necessidades de recursos financeiros exigidos para a operação.

3. Ao Secretário-Geral do Ministério da Defesa, que submeta ao Ministro da Defesa as providências julgadas pertinentes para o atendimento às solicitações de recursos para a operação.

4. Ao Consultor Jurídico deste Ministério, que organize serviço de acompanhamento jurídico em apoio à Operação.

RAUL JUNGMANN
Ministro de Estado da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 1.141/GC4, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

Delegação de Competência.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, considerando ainda as orientações contidas no art. 75 do Regulamento de Administração da Aeronáutica (RCA 12-1), aprovado pela Portaria nº 2189/GC3, de 29 de dezembro de 2014, e o que consta no Processo nº 67120.004416/2016-87, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Dirigente Máximo do Comando-Geral de Apoio (COMGAP), para firmar, em nome do Comando da Aeronáutica (COMAER), Convênio de Cooperação entre o Comando da Aeronáutica e a Concessionária de Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., objetivando a operação de serviços especializados de prevenção, salvamento e combate a incêndio em aeronaves no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro (SBGR), buscando, desta forma, o aparelhamento e o fortalecimento institucional do COMAER, no tocante ao Sistema de Contra Incêndio do Comando da Aeronáutica (SISCON), cujo Órgão Central é a Diretoria de Engenharia da Aeronáutica (DIRENG), sendo permitida a subdelegação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 97-T/GC3, de 21 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 15, Seção II, página 5, de 22 de janeiro de 2015.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA

PORTARIAS DE 29 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria nº 7/DGCEA, de 4 de janeiro de 2016, combinada com o previsto no art. 122 do Anexo I a Portaria nº 957/GC3, de 9 de julho de 2015, resolve:

Nº 190/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto FAZENDA SÃO MIGUEL, situado no Município de Ribeirão Branco, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.000021/2013-68. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 191/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PORTAL DO PORTO, situado no Município de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.019064/2014-51. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 192/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo CACOAL, situado no Município de Cacoal, no Estado de Rondônia - RO. Processo nº 67615.008178/2015-36. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 193/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo CARAMORI, situado no Município de Barra do Bugres, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040255/2013-8. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 194/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo ESTÂNCIA RECANTO, situado no Município de Alta Floresta, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040104/2013-51. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 195/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA BOLA SETE, situado no Município de Itinga do Maranhão, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67210.006314/2013-44. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 196/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA BOREREO, situado no Município de Barão de Melgaço, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.003641/2013-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 197/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA CURUÁ, situado no Município de Altamira, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.032171/2014-54. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 198/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA JANGADA, situado no Município de Jangada, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040256/2013-54. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 199/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA NETOLÂNDIA, situado no Município de Tangará da Serra, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040097/2013-98. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 200/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA POTRICH, situado no Município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040106/2013-41. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 201/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA POUSO REDONDO, situado no Município de Corumbiara, no Estado de Rondônia - RO. Processo nº 67290.012386/2013-88. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 202/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SANTA TEREZINHA, situado no Município de Santa Rita do Trivelato, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040682/2013-98. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 203/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA VALE DO RIO CELESTE, situado no Município de Nova Ubiratã, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040098/2013-32. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 204/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo DR. JOÃO OSMAR DE OLIVEIRA, situado no Município de Comodoro, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040418/2013-54. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 205/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo ESTÂNCIA CALIFÓRNIA, situado no Município de Alta Floresta, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040549/2013-31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 206/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA AERO RURAL, situado no Município de Alta Floresta, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040259/2013-98. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 207/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA AMIZADE, situado no Município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040895/2013-10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 208/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA ANALICE, situado no Município de Jauru, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040254/2013-65. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 209/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA AREIA BRANCA, situado no Município de Juína, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040210/2013-35. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 210/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA ARPA, situado no Município de Santa Maria das Barreiras, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67210.017181/2013-31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 211/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA CIMA, situado no Município de Sapezal, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.003540/2015-82. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 212/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA ESTRELA, situado no Município de Lábrea, no Estado do Amazonas - AM. Processo nº 67615.000411/2015-32. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 213/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA FONTANA, situado no Município de Campo Verde, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.008176/2014-66. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 214/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA FORTUNA, situado no Município de Jacareacanga, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.000410/2015-98. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 215/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA MATÃO, situado no Município de Sapezal, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040814/2014-62. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 216/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SANTO REIS, situado no Município de Lambari D`Oeste, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.005842/2015-95. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 217/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO JOÃO, situado no Município de Alcinópolis, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.031835/2015-69. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 218/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA TERRA DO SOL, situado no Município de Porto Estrela, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040894/2013-75. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 219/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA TUPANCY, situado no Município de Sapezal, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.010650/2015-09. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 220/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA), o Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo JI-PARANÁ, situado no Município de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia - RO. Processo nº 67290.013306/2014-92. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 221/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo VILA NOVA, situado no Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67613.002751/2014-37. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 222/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto AGÉO FAZENDA PARAOPEBA, situado no Município de Paraopeba, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.029559/2013-17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 223/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto AMAZONAS BUSINESS HOTEL, situado no Município de Manaus, no Estado do Amazonas - AM. Processo nº 67290.006331/2015-09. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 224/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto BELA VISTA, situado no Município de Santa Cruz do Capibaribe, no Estado de Pernambuco - PE. Processo nº 67614.007927/2014-37. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 225/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto CONDOMÍNIO VITASSAY, situado no Município de Boituva, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.004269/2013-06. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 226/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto FAZENDA QUERÊNCIA, situado no Município de Onça de Pitangui, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.028966/2013-15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 227/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto FERRETTI GROUP DO BRAZIL, situado no Município de Vargem Grande Paulista, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.012153/2013-32. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 228/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto FRIGOBET, situado no Município de Betim, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.017673/2015-66. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 229/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto GRAN PALAZZO, situado no Município de Chapecó, no Estado de Santa Catarina- SC. Processo nº 67613.030489/2014-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 230/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto HOSPITAL ZONA NORTE, situado no Município de Manaus, no Estado do Amazonas - AM. Processo nº 67615.031086/2014-79. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 231/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto JIHAD DEHAINI, situado no Município de Araucária, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.02294/2015-29. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 232/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto JUQUEHY BALEIA, situado no Município de São Sebastião, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.001314/2015-47. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 233/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto MALWEE POMERODE, situado no Município de Pomerode, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67270.000711/2013-06. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 234/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto SERINGUEIRAS TRADIÇÃO, situado no Município de Seringueiras, no Estado de Rondônia - RO. Processo nº 67615.042820/2013-44. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 235/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto MINERAÇÃO RIACHO DOS MACHADOS, situado no Município de Riacho dos Machados, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.013520/2015-40. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 236/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto QUICK FAZENDA DA CACHOEIRA, situado no Município de Esmeraldas, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.013613/2014-93. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 237/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto TERMINAL PETROBRAS DE GUARULHOS, situado no Município de Guarulhos, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.016958/2012-74. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br/aga).

Cel Av GEANDRO LUIZ DE MATTOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

COMANDO DA MARINHA
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

DESPACHO DO CHEFE
Em 8 de setembro de 2016

Nº 21/EMA - Processo nº: 61074.006094/2016-27.
Interessado: Embaixada da Dinamarca no Brasil.
Objetivo: Alteração do período do fundeio do Navio-Veleiro "DANMARK", pertencente à Marinha da Dinamarca, na ilha de Fernando de Noronha - PE, de 6 a 8 para 9 a 11 de setembro de 2016. Este Despacho Decisório altera o Despacho Decisório nº 12/EMA/2016, publicado na página 17, Seção 1, do Diário Oficial da União nº 103/2016.
Amparo legal: art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90, de 1º de outubro de 1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149, de 12 de janeiro de 2015, c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015, e Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015, do Comandante da Marinha.

Alm. de Esq. AIRTON TEIXEIRA PINHO FILHO

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 270/DPC, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Cancela Certificados de Habilitação de Prático e de Praticante de Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.357, de 11 de dezembro de 1997 e,

CONSIDERANDO que o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, pelo Acórdão exarado nos autos do Processo nº 2008.51.01.022258-0, publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região de 22 agosto de 2011, deu provimento ao Recurso de Apelação da União em face de HELIO TAKAHIRO SINOHARA, denegando a segurança; e

CONSIDERANDO que o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, pelo Acórdão exarado nos autos do Processo nº 2011.51.01.014099-9, publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região de 28 de abril de 2016, negou provimento ao Recurso de Apelação de HELIO TAKAHIRO SINOHARA em face da União Federal, mantendo a denegação da segurança, confirmado em sede de Embargos de Declaração, julgados em 24 de agosto de 2016, pelo improvimento dos mesmos, consoante Acórdão publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região de 13 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o Certificado de Habilitação de Prático de HELIO TAKAHIRO SINOHARA da Zona de Praticagem Fazendinha - Itacoatiara (ZP-1), por ter se tornado insubsistente o Certificado de Habilitação de Praticante de Prático anteriormente expedido por força da sentença judicial reformada nos autos do Mandado de Segurança nº 2008.51.01.022258-0.

Art. 2º Cancelar o Certificado de Habilitação de Praticante de Prático de HELIO TAKAHIRO SINOHARA da Zona de Praticagem de Paranaguá e Antonina (ZP-17) e tornar sem efeito a convocação para o recebimento do Certificado de Habilitação de Prático da ZP-17, divulgada por Edital de 28 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2015.

Art. 3º Convocar HELIO TAKAHIRO SINOHARA para manifestar sua opção pela nova Zona de Praticagem à qual será integrado como Praticante de Prático, em função de suas novas distribuições relativas aos Processos Seletivos à Categoria de Praticante de Prático de 2011 e 2012, devendo o mesmo comparecer à Diretoria de Portos e Costas em até 5 (cinco) dias úteis após a publicação desta Portaria .

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 271/DPC, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Habilita Praticante de Prático a Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Habilitar a Prático, de acordo com a Ordem de Serviço nº 277, datada de 9 de setembro de 2016 da Capitania dos Portos do Espírito Santo e de acordo com a alínea n, do item 0224 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011, por ter sido aprovado no Exame de Habilitação para Prático da Zona de Praticagem de Vitória, Tubarão, Praia Mole, Barra do Riacho, Estaleiro Jurong e Ubu (ES) - ZP-14, o Praticante de Prático RAPHAEL CONSIDERA AMORIM SOBREIRA (com restrição).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 272/DPC, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Habilita Praticante de Prático à Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Habilitar à Prático, de acordo com a Ordem de Serviço nº 10-203, datada de 6 de setembro de 2016, da Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte e de acordo com a alínea n, do item 0224 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (Rev.1), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011, por ter sido aprovado no Exame de Habilitação para Prático da Zona de Praticagem de Natal (RN) - ZP-07, o Praticante de Prático IGÓ FERREIRA MELO SILVA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

Ministério da Educação

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DO PARECER Nº 413/2016

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 13, 14 e 15 DE SETEMBRO/2016
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Processo: 00732.001524/2016-29 REF: Apelação Cível nº 0053516-66.2011.4.01.3400 Parecer: CNE/CES 413/2016 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FEMPDFT) Assunto: Cumprimento de decisão judicial. Credenciamento Especial de Instituição Não Educacional. Voto do relator: Por força de decisão judicial, acato a determinação da Excelentíssima Juíza Federal Daniele Maranhão Costa, Relatora Convocada no Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em sede de antecipação de tutela recursal, proferida na Apelação Cível nº 0053516-66.2011.4.01.3400, relativa à sustação, no caso presente, dos efeitos da Resolução CNE/CES nº 7/2011 e à manutenção do credenciamento especial da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FEMPDFT), até ulterior deliberação do Tribunal Regional Federal da Primeira Região Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do Art. 1º, § 2º, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007. O Parecer citado encontra-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e será divulgado na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 13 de setembro de 2016.
HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO
Secretário Executivo

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PORTARIA Nº 1.887, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O Reitor da Universidade Federal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando o que dispõe a Resolução CoAd nº 088, de 19 de agosto de 2016, resolve:

Alterar a nomenclatura da Coordenadoria de Ações Afirmativas e Outras Políticas de Equidade para Coordenadoria de Acompanhamento Acadêmico e Pedagógico para Estudantes, com a sigla CAAPE, que será dirigida por um Coordenador, com Função Gratificada nível 2.

TARGINO DE ARAÚJO FILHO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI

PORTARIA Nº 676, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - UFSJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Chefe de Gabinete, para, além das atribuições inerentes ao seu cargo, encaminhar os procedimentos e expedir os atos administrativos correspondentes para:

I - Autorizar abertura de Processo Licitatório e aprovar o Termo de Referência ou Projeto Básico;

II - Autorizar a confecção de Termo Aditivo para contrato de serviço e convênio;

III - Autorizar a abertura de processo para pagamento por Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.

SÉRGIO AUGUSTO ARAÚJO DA GAMA CERQUEIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.270, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processonº. 23113.009325/2015-71; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Engenharia Civil/Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campus, objeto do Edital nº. 004/2016, publicado no D.O.U.em 08/03/2016 e no Correio de Sergipe em 09/03/2016, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Expressão Gráfica e Arquitetura
Disciplinas	Desenho Técnico, Desenho Geométrico, Expressão Gráfica I e II, Desenho Arquitetônico, Arquitetura e Urbanismo, Maquete Eletrônica, Tópicos Especiais de Desenho e Tópicos Especiais de Arquitetura
Cargo/Nível	Professor Adjunto - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	
Não houve candidatos aprovados.	

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 1.271, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.023616/2013-18; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Medicina/Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, objeto do Edital nº. 028/2013, publicado no D.O.U. de 08/11/2013, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Todos os Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade) com ênfase em Geriatria.
Disciplinas	Todos os Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade)
Cargo/Nível	Auxiliar - Nível 1
Regime de Trabalho	40 (quarenta) horas semanais
Resultado Final	Não houve candidatos aprovados

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 1.272, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.019551/2013-06; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Medicina/Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, objeto do Edital nº. 028/2013, publicado no D.O.U. de 08/11/2013, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Todos os Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade) com ênfase em Pneumologia
Disciplinas	Todos os Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade)
Cargo/Nível	Auxiliar - Nível 1
Regime de Trabalho	40 (quarenta) horas semanais
Resultado Final	Não houve candidatos aprovados

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 1.273, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.019553/2013-97; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Medicina/Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, objeto do Edital nº. 028/2013, publicado no D.O.U. de 08/11/2013, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Todos os Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade) com ênfase em Hematologia
Disciplinas	Todos os Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade)
Cargo/Nível	Auxiliar - Nível 1
Regime de Trabalho	40 (quarenta) horas semanais
Resultado Final	Não houve candidatos aprovados

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 148, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, nomeado através do Decreto Presidencial de 02 de abril de 2015, publicado no D.O.U. de 06 de abril de 2015, seção 2, página 1, empossado no dia 28.04.2015, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no processo administrativo n° 23051.023706/2015-34, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do anexo, o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, conforme deliberação tomada na 43° Reunião Ordinária do Conselho Superior, realizada no dia 31 de agosto de 2016.

Art. 2° Revogar a Portaria n° 1090/2009-GAB, de 27 de agosto de 2009.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

CLAUDIO ALEX JORGE DA ROCHA

ANEXO

ESTATUTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - IFPA

TÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, FINALIDADE E OBJETIVOS.

Art. 1º O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

§ 1º O Instituto Federal do Pará é uma instituição de educação básica, profissional e superior, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com a sua prática pedagógica.

§ 2º A estrutura multicampi do Instituto Federal do Pará se caracteriza pela inter-relação dos Campi distribuídos pelas diversas regiões do estado do Pará e em interação com a administração superior na elaboração e execução de projetos, planos e programas de interesse do Instituto.

§ 3° Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão do Instituto Federal do Pará e dos seus cursos de educação superior, este é equiparado às universidades federais.

§ 4º O Instituto Federal do Pará possui limite de atuação territorial para criar e extinguir cursos, bem como registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, circunscrito ao estado do Pará, aplicando-se, no caso da oferta de ensino a distância legislação especifica.

Art. 2º O Instituto Federal do Pará é constituído atualmente pela Reitoria e por 17 (dezessete) Campi e um Campus Avançado, podendo outros Campi serem criados a partir de estudos de viabilidade e com a devida autorização do Conselho Superior do IFPA e do Ministério da Educação.

§ 1º As sedes da Reitoria e dos Campi, para os fins da legislação educacional, estão situadas conforme segue:

a) Reitoria, sediada na Avenida João Paulo II n.º 514, entre Rua Mariano e Rua Coração de Jesus, Bairro Castanheira do Souza, CEP. 66.610-430, Belém/Pará, nos termos do art. 11, § 2º da Lei 11892/.2008.

b) Campus Abaetetuba, sediado na Rua Rio de Janeiro, nº 3.322, Bairro Francilândia, CEP. 68.440-000, Abaetetuba-Pará;

c) Campus Altamira, sediado na Rodovia Ernesto Acioly, Km 3, Bairro Nova Colina, CEP. 68.371-441, Altamira-Pará;

d) Campus Ananindeua, sediado na Rodovia Br 316 Km 07, s/nº, Bairro Levilândia, CEP. 67.030-000, Ananindeua-Pará;

e) Campus Belém, sediado na Avenida Almirante Barroso, nº 1.155, Bairro Marco, CEP. 66.093-020, Belém-Pará;

f) Campus Bragança, sediado na Rua da Escola Agrícola, s/nº, Bairro Vila Sinhá, CEP. 68.600-000, Bragança-Pará;

g) Campus Breves, sediado na Avenida Rio Branco, nº 1.752, Bairro: Aeroporto, CEP. 68.800-000, Breves-Pará;

h) Campus Cametá, sediado na Avenida Gentil Bittencourt, nº 1.580, Bairro Centro, CEP. 68.400-000, Cametá-Pará;

i) Campus Castanhal, sediado na Rodovia BR 316, km 63, s/nº, Bairro Saudade, CEP. 68.740-970, Castanhal-Pará;

j) Campus Conceição do Araguaia, sediado na Avenida Couto Magalhães, nº 1.649, Bairro Setor Universitário, CEP. 68.540-000, Conceição do Araguaia-Pará;

k) Campus Itaituba, sediado na Estrada do Jacarezinho, Km 05, s/nº, Bairro Maria Magdalena, CEP. 68.180-000, Itaituba-Pará;

l) Campus Marabá Industrial, sediado na Rua Folha 22, Quadra Especial, Lote Especial II, Bairro Nova Marabá, CEP. 68.508-970, Marabá-Pará;

m) Campus Marabá Rural, sediado na Rodovia BR 155, KM 25, sentido Marabá-Eldorado de Carajás, Assentamento 26 de Março, Marabá-Pará;

n) Campus Óbidos, sediado na Avenida Prefeito Nelson Sousa, s/nº, Bairro Industrial, CEP. 68.250-000, Óbidos-Pará;

o) Campus Paragominas, sediado na Escola Fundamental Anísia Costa Chaves, Avenida Antero Bonifácio, nº 391, Bairro Promissão I, CEP. 68.626-000, Paragominas-Pará;

p) Campus Parauapebas, sediado na Rodovia PA-275, s/nº (ao lado da Portaria Carajás), Bairro União, CEP. 68.515-000, Parauapebas -Pará;

p) Campus Santarém, sediado na Avenida Castelo Branco, nº 621, Bairro Interventoria, CEP. 68.020-820, Santarém-Pará;

r) Campus Tucuruí, sediado na Rua Porto Colômbia, nº 12, Vila Permanente, CEP. 68.455-695, Tucuruí-Pará;

s) Campus Avançado Vigia, sediado na Rodovia PA 140, KM 55, Bairro São Cristóvão. CEP. 68.780-000, Vigia de Nazaré-Pará.

§ 2º Os Campi têm sua área de atuação definida pela Resolução nº 035/2015-CONSUP.

Art. 3º O Instituto Federal do Pará rege-se pelo ato normativo mencionado no caput do Art. 1°, pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos:

I - estatuto;

II - regimento geral;

III - resoluções do Conselho Superior;

IV - atos da Reitoria.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS, DAS FINALIDADES E CARACTERÍSTICAS, E DOS OBJETIVOS.

Art. 4º O Instituto Federal do Pará, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:

I - gestão democrática, transparência, ética, cidadania, inclusão e justiça social, equidade e preservação do meio ambiente, em especial o amazônico;

II - verticalização e integração do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica nos diversos níveis e modalidades de ensino;

III - eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico-cultural, nas atividades desportivas e no suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV - formação humana integral e emancipatória, com a produção e difusão de conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos, com alcance da inclusão de indígenas, quilombolas e pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais;

V - natureza pública, gratuita e laica do ensino, sob a responsabilidade da União;.

VI - respeito aos direitos humanos, ao pluralismo de idéias e à liberdade de expressão;

VII - excelência acadêmica;

VIII - adequação e flexibilização de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos quando necessárias em virtude das especificidades locais dos Campi.

Art. 5º O Instituto Federal do Pará possui as seguintes finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, contribuindo para o pleno exercício da cidadania, para a promoção do bem público e para a melhoria da qualidade de vida, particularmente do povo amazônida;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização, da educação básica à educação profissional e superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de sua atuação;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino crítico e ontocriativo das ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica e aplicada;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, o desenvolvimento científico e tecnológico, o empreendedorismo, o cooperativismo, a economia solidária e a produção cultural;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente;

X - estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Art. 6º O Instituto Federal do Pará possui os seguintes objetivos:

I - ministrar cursos de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, técnicos, tecnológicos e culturais, além de atividades desportivas, ambientais e culturais;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI - ministrar, em nível de educação superior:

a) cursos de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da sociedade;

b) cursos de licenciatura, bem como programa especial de formação pedagógica, visando à formação de professores para a educação básica e profissional, em todas as áreas do conhecimento, sobretudo nas áreas das ciências e matemática;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diversos setores da economia nas diferentes áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento;

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, visando à geração de tecnologia e/ou inovação tecnológica.

Art. 7º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal do Pará, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para cursos de licenciatura e/ou programas especiais de formação pedagógica, ressalvado o caso previsto no § 2º do art. 8º da Lei nº. 11.892/2008.

Parágrafo único. Nas regiões do estado do Pará, em que as demandas iniciais pela formação em nível superior se justificar, o Conselho Superior do Instituto Federal do Pará poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos estabelecidos no inciso I do caput do artigo 7º da Lei nº 11.892/2008.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 8º A organização geral do Instituto Federal do Pará compreende:

I - ÓRGÃOS COLEGIADOS:

a) Conselho Superior (CONSUP);

b) Colégio de Dirigentes (CODIR).

II - ÓRGÃOS EXECUTIVOS

a)Gabinete da Reitoria.

b)Pró-Reitorias:

1.Pró-reitoria de Ensino;

2.Pró-reitoria de Extensão;

3.Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação;

4.Pró-reitoria de Administração;

5.Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Diretorias Sistêmicas:

1.Diretoria de Gestão de Pessoas;

2.Diretoria de Tecnologia da Informação.

d) Procuradoria Federal.

III - CAMPI, que, para fins da legislação educacional, são considerados Sedes.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 1º O detalhamento da estrutura organizacional do Instituto Federal do Pará, as competências das unidades administrativas e as atribuições dos respectivos dirigentes serão estabelecidas no Regimento Geral;

§ 2º O Regimento Geral poderá dispor sobre a estruturação e funcionamento de outros órgãos colegiados que tratem de temas específicos vinculados à Reitoria, Pró-reitorias e Diretorias;

§ 3º Os Campi deverão construir seus Regimentos Internos a partir do Regimento Geral do IFPA.

TÍTULO II

DA GESTÃO

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

SEÇÃO I

DO CONSELHO SUPERIOR

Art. 9º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal, tendo a seguinte composição:

I - o Reitor, como presidente;

II - representação de 1/3 (um terço) do número de Campi, destinada à comunidade acadêmica constituída pelos servidores efetivos do quadro docente, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes, e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

III - representação de 1/3 (um terço) do número de Campi, destinada à comunidade acadêmica constituída pelo corpo discente, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes, e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

IV - representação de 1/3 (um terço) do número de Campi, destinada à comunidade acadêmica constituída pelos servidores efetivos do quadro técnico-administrativo, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes, e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

V - 02 (dois) representantes dos egressos e igual número de suplentes;

VI - 06 (seis) representantes da sociedade civil organizada e igual número de suplentes, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 02 (dois) representantes do setor público e/ou empresas estatais;

VII - 01 (um) representante e 01 (um) suplente do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;

VIII - representação de 1/3 (um terço) dos diretores gerais de Campi, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco), eleitos por seus pares, na forma regimental.

§ 1° Os membros do Conselho Superior (titulares e suplentes), de que tratam os incisos II, III, IV e V serão designados por ato do Reitor;

§ 2° Os mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se os membros natos, de que tratam os incisos I e VII;

§ 3° Com relação aos membros de que tratam os incisos II, III e IV, cada Campus que compõe o Instituto Federal poderá ter no máximo 01 (uma) representação por categoria;

§ 4º Serão membros vitalícios do Conselho Superior, sem direito a voto, todos os ex-Reitores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia;

§ 5° Ocorrendo o afastamento provisório de qualquer dos membros do Conselho Superior, conforme casos previstos no Regimento Interno do CONSUP, assumirá o respectivo suplente pelo período da ausência do titular;

§ 6° Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente para a complementação do mandato originalmente estabelecido;

§ 7º A Auditoria Interna (AUDIN) está vinculada ao Conselho Superior, em conformidade com o Decreto nº 3.591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002;

§ 8º A forma de organização e funcionamento do CONSUP é estabelecido pelo seu Regimento Interno.

Art. 10. Compete ao Conselho Superior:

I - apreciar e aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal do Pará e zelar pela execução de sua política educacional;

II - deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal e dos Diretores Gerais dos Campi, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;

III - apreciar e aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;

IV - apreciar e aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;

V - apreciar e aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;

VI - autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;

VII - apreciar e aprovar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;

VIII - deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal do Pará;

IX - autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal do Pará, bem como o registro de diplomas;

X - apreciar e aprovar a Estrutura Administrativa e o Regimento Geral do Instituto Federal do Pará, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e a legislação específica; e

XI - deliberar sobre questões submetidas à sua apreciação.

SEÇÃO II

DO COLÉGIO DE DIRIGENTES

Art. 11. O Colégio de Dirigentes (CODIR), como órgão superior do Instituto Federal do Pará, de caráter consultivo, de apoio e assessoramento aos processos decisórios do Conselho Superior, da Reitoria e Campi, possui a seguinte composição:

I - o Reitor, como presidente;

II - os Pró-reitores;

III - os Diretores Sistêmicos; e

IV - os Diretores Gerais dos Campi.

§ 1º O Colégio de Dirigentes reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros;

§ 2º A forma de organização e funcionamento do CODIR será estabelecida no seu Regimento Interno.

Art. 12. Compete ao Colégio de Dirigentes:

I - apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos, conforme as ações planejadas;

II - apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;

III - propor a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal do Pará;

IV - apreciar e recomendar os calendários acadêmicos e/ou administrativos de referência anual;

V - apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; e

VI - apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal do Pará a ele submetidos.

CAPÍTULO II

DA REITORIA

Art. 13. O Instituto Federal do Pará será dirigido por um Reitor, escolhido em processo eletivo pelos servidores do quadro ativo permanente (docentes e técnico-administrativos) e pelos discentes regularmente matriculados, nomeado na forma da legislação vigente, para um mandato de 04 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma recondução, após novo processo eletivo.

Parágrafo único. O ato de nomeação a que se refere o caput levará em consideração a indicação feita pela comunidade escolar, mediante processo eletivo, nos termos da legislação vigente.

Art. 14. Ao Reitor compete representar o Instituto Federal do Pará, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição.

Parágrafo Único. Nos impedimentos e nas ausências eventuais do Reitor, a Reitoria será exercida pelo seu substituto legal, designado na forma do Decreto nº 6.986, de 20 de outubro de 2009, que regulamenta os artigos 11, 12 e 13 da Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Art. 15. A vacância do cargo de Reitor decorrerá de:

I - exoneração, em virtude de processo disciplinar, nos termos da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - demissão, nos termos da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

III - posse em outro cargo inacumulável;

IV - falecimento;

V - renúncia;

VI - aposentadoria; ou

VII - término do mandato.

Parágrafo único. Nos casos de vacância previstos nos incisos deste artigo, assumirá a Reitoria o substituto do Reitor, com a incumbência de no prazo máximo de 90 (noventa) dias, convocar o Conselho Superior a normatizar o processo de consulta para escolha do Reitor nos moldes do inciso II do art.10º deste Estatuto.

Art.16. A Reitoria é o órgão executivo do Instituto Federal do Pará, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia.

Art. 17. O Instituto Federal do Pará tem administração de forma descentralizada, por meio de gestão delegada, em consonância com os termos do art. 9° da Lei n°. 11.892/2008, conforme disposto no Regimento Geral.

SEÇÃO I

DO GABINETE

Art. 18. O Gabinete, dirigido por uma Chefia designada pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.

Art. 19. O Gabinete disporá de órgãos de apoio imediato, de Procuradoria Federal, Diretorias e de Assessorias Especiais.

SEÇÃO II

DAS PRÓ-REITORIAS

Art. 20. O Instituto Federal do Pará terá 5 (cinco) Pró-reitorias dirigidas por Pró-reitores (as) designados (as) pelo Reitor, sendo órgãos estratégicos responsáveis pela definição de políticas e diretrizes referentes às dimensões do ensino, pesquisa, inovação, extensão, gestão e desenvolvimento institucional.

Art. 21. À Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional compete planejar, superintender, coordenar, fomentar, definir, acompanhar e avaliar as ações e políticas necessárias para o desenvolvimento institucional, bem como acompanhar e analisar os resultados obtidos de forma integrada com as demais Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas e Campi, com vistas ao aprimoramento da gestão e do processo educacional, em consonância com as diretrizes definidas pelo Ministério da Educação e disposições do Conselho Superior.

Art. 22. À Pró-Reitoria de Ensino compete planejar, superintender, coordenar, fomentar, definir, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das políticas e atividades acadêmicas, articuladas à pesquisa e à extensão, buscando seu constante aprimoramento, em consonância com as diretrizes definidas pelo Ministério da Educação e com as disposições do Conselho Superior.

Art. 23. À Pró-Reitoria de Extensão compete planejar, fomentar, superintender, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades e políticas de extensão e de relações com a sociedade, fortalecendo a interação, a integração e o intercâmbio, entre o Instituto, os parceiros institucionais, o mundo do trabalho e a comunidade, atendendo às demandas da sociedade e contribuindo para o aprimoramento das atividades de ensino e pesquisa, em consonância com as diretrizes definidas pelo Ministério da Educação e com as disposições do Conselho Superior.

Art. 24. À Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação compete planejar, definir, superintender, coordenar, acompanhar e avaliar as políticas e atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação, articuladas ao ensino e à extensão, buscando seu fortalecimento em todos os níveis de ensino do Instituto Federal do Pará, em consonância com as diretrizes definidas pelo Ministério da Educação e com as disposições do Conselho Superior. .

Art. 25. À Pró-reitoria de Administração compete coordenar e acompanhar as políticas e atividades de execução orçamentária, financeira e patrimonial, bem como acompanhar as atividades de elaboração de projetos, execução e fiscalização de obras, buscando o seu constante aprimoramento, em consonância com as diretrizes definidas pelo Ministério da Educação e com as disposições do Conselho Superior.

SEÇÃO III

DAS DIRETORIAS SISTÊMICAS

Art. 26. Às Diretorias Sistêmicas descritas no artigo 8º, inciso II, alínea "c", dirigidas por Diretores designados pelo Reitor, são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e as atividades na sua área de atuação, extensivas aos respectivos setores nos Campi, no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

Parágrafo único. A organização e funcionamento das Diretorias Sistêmicas estão definidas na Estrutura Organizacional do IFPA.

SEÇÃO IV

DA AUDITORIA INTERNA

Art. 27. A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho Superior, nos termos do § 3º do artigo 15 do Decreto 3.591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002, é o órgão técnico responsável por fortalecer a gestão, bem como racionalizar as ações de controle, no âmbito do Instituto Federal do Pará, e prestar apoio, dentro de suas especificidades, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação vigente.

§ 1º A Unidade de Auditoria Interna será dirigida por um editor-chefe, designado pelo Reitor, após aprovação do CONSUP.

§ 2º A organização e o funcionamento da Unidade de Auditoria Interna estão definidos em seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho Superior.

SEÇÃO V

DA PROCURADORIA FEDERAL

Art. 28. A Procuradoria Federal, junto ao Instituto Federal do Pará, é o órgão de execução da Procuradoria Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos à apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observada a legislação pertinente, em conformidade com a Lei nº Lei n.º 10.480/2002.

CAPÍTULO III

DOS CAMPI

Art. 29. Os Campi do Instituto Federal do Pará são administrados por Diretores Gerais e têm sua organização e funcionamento estabelecidos pelo Regimento Geral do Instituto Federal do Pará e Regimento Interno dos Campi.

Art. 30. O Campus é uma unidade acadêmico-administrativa do Instituto Federal do Pará instalado em município-polo de desenvolvimento do Estado, com abrangência meso ou microrregional, sendo detentor de autonomia administrativa e financeira.

Parágrafo único. O Campus tem caráter interdisciplinar, devendo realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, com oferta de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, de educação profissional técnica de nível médio, de graduação e de pós-graduação.

Art. 31. Cada Campus será administrado por um Diretor Geral e terá um Conselho Diretor, como órgão de caráter consultivo, que será presidido pelo Diretor Geral.

Parágrafo único. O Campus terá um Regimento Interno elaborado de acordo com as suas especificidades, aprovado pelo seu Conselho Diretor e submetido à homologação do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará.

Art. 32. O Diretor Geral será escolhido e nomeado de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº. 11.892, de 30 de dezembro de 2008, para mandato de 04 (quatro) anos, contados da data da posse, sendo permitida uma recondução, após novo processo eletivo.

Art. 33. A vacância do cargo de Diretor-Geral decorrerá de:

I - exoneração em virtude de processo disciplinar, nos termos da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - demissão, nos termos da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

III - posse em outro cargo inacumulável;

IV - falecimento;

V - renúncia;

VI - aposentadoria voluntária ou compulsória; ou

VII - término do mandato.

Parágrafo único. Nos casos de vacância previstos nos incisos deste artigo, assumirá a Direção Geral o seu substituto legal, designado na forma do Decreto nº 6.986, de 20 de outubro de 2009, que

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

regulamenta os arts. 11, 12 e 13 da Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e a Reitoria terá a incumbência de promover, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, o processo de eleição do novo Diretor Geral, observando o que dispõe o art. 13 da Lei nº. 11.892/2008 e legislação complementar.

TÍTULO III

DO REGIME ACADÊMICO

CAPÍTULO I

DO ENSINO

Art. 34. Os currículos do Instituto Federal do Pará estão fundamentados em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu Projeto Político Institucional, sendo norteados pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação, como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

Art. 35. As ofertas educacionais do Instituto Federal estão organizadas através da formação inicial e continuada de trabalhadores, da educação profissional técnica de nível médio e da educação superior de graduação e de pós-graduação.

CAPÍTULO II

DA EXTENSÃO

Art. 36. As ações de extensão constituem um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre o Instituto Federal do Pará e a sociedade.

Parágrafo único. As relações institucionais devem permitir o fomento de oportunidades extensionistas e a difusão do conhecimento.

Art. 37. As atividades de extensão pautar-se-ão pela interdisciplinaridade, relevância social e respeito aos valores e culturas comunitárias, e objetivarão apoiar o desenvolvimento social e regional, levando em conta as exigências próprias dos arranjos produtivos locais, sociais e culturais.

§ 1° As atividades de extensão serão ofertadas com o propósito de fomentar e divulgar conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos à comunidade;

§ 2° As atividades de extensão poderão ocorrer na forma de programas e projetos de extensão e/ou extensão tecnológica, desenvolvimento tecnológico, serviços, produtos, processos tecnológicos, eventos, fomento a estágio e emprego, cursos de formação profissional e tecnológica, consultorias, produção, exposição e publicação de trabalhos, independentemente de sua forma e/ou linguagem, atividades esportivas, artísticas e culturais, empreendedorismo, relações internacionais, acompanhamento de egressos, visando à integração do IFPA com os diversos segmentos da sociedade.

§ 3° O Instituto Federal do Pará consignará em seu orçamento recursos destinados às atividades de extensão, sem prejuízo dos que venha a obter de outras fontes.

Art. 38. Cabe ao Instituto Federal do Pará incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim.

CAPÍTULO III

DA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO.

Art. 39. As ações de pesquisa constituem um processo educativo para a investigação e a produção de conhecimento, visando à inovação e à solução de problemas científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social.

Art. 40. As atividades de pesquisa e pós-graduação têm como objetivo formar recursos humanos para a investigação, a produção, e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e artísticos, sendo desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional.

Art. 41. Cabe ao Instituto Federal do Pará incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim.

TÍTULO IV

DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Art. 42. A comunidade acadêmica do Instituto Federal do Pará é composta pelos corpos discente, docente e técnico-administrativo.

CAPÍTULO I

DO CORPO DISCENTE

Art. 43. O corpo discente do Instituto Federal do Pará é constituído por alunos matriculados nos diversos cursos e programas oferecidos pela instituição.

§ 1º Os alunos do Instituto Federal que cumprirem integralmente o currículo dos cursos e programas farão jus a diploma ou certificado na forma e nas condições previstas nos Regulamentos Didáticos e no Regimento Geral do IFPA.

§ 2º Os alunos em regime de matrícula especial somente farão jus à declaração das disciplinas cursadas ou das competências adquiridas.

§ 3º Visando fomentar o intercâmbio e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, por meio de mobilidade acadêmica com outras instituições de educação, ciência e tecnologia, nacionais e internacionais, também poderão integrar o corpo discente da Instituição os estudantes intercambistas na forma da legislação vigente.

Art. 44. Os alunos com matrícula regular ativa nos cursos técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação, poderão votar e serem votados para as representações discentes do Conselho Superior, Conselho Diretor do Campus, Colegiados de Cursos, bem como participar dos processos eletivos para escolha do Reitor e Diretores Gerais dos Campi.

CAPÍTULO II

DO CORPO DOCENTE

Art. 45. O corpo docente é constituído pelos professores integrantes do quadro permanente de pessoal do Instituto Federal do Pará, regidos pelo Regime Jurídico Único, e demais professores admitidos na forma da lei.

§ 1º Os professores integrantes do corpo docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará são lotados por Campus e vinculados a uma Diretoria de Ensino, excetuando-se aqueles lotados na Reitoria.

§ 2º Visando fomentar o intercâmbio e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, por meio de mobilidade acadêmica com outras instituições, nacionais e internacionais, também poderão integrar o corpo docente da Instituição os professores visitantes, na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 46. O corpo técnico-administrativo é constituído pelos servidores integrantes do quadro permanente de pessoal do Instituto Federal do Pará, regidos pelo Regime Jurídico Único, que exerçam atividades de apoio técnico, administrativo e operacional necessárias ao cumprimento dos objetivos e finalidades Institucionais.

CAPÍTULO IV

DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 47. O regime disciplinar do corpo discente será estabelecido em regulamento próprio aprovado pelo Conselho Diretor de cada Campus.

Art. 48. O regime disciplinar do corpo docente e técnico-administrativo do Instituto Federal do Pará observa as disposições legais, normas e regulamentos sobre a ordem disciplinar e sanções aplicáveis, bem como os recursos cabíveis, previstos pela legislação federal.

TÍTULOV

DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS.

Art. 49. O Instituto Federal do Pará expedirá e registrará seus diplomas em conformidade com o §3° do art. 2° da Lei n°. 11.892/2008 e emitirá certificados a alunos concluintes de cursos e programas.

Art. 50. No âmbito de sua atuação, o Instituto Federal do Pará funciona como instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais, nos termos da legislação vigente.

Art. 51. O Instituto Federal do Pará poderá conferir títulos de Mérito Acadêmico, conforme disciplinado em seu Regimento Geral.

TÍTULO VI.

DO PATRIMÔNIO

Art. 52. O patrimônio do Instituto Federal do Pará é constituído por:

I - bens e direitos que compõem o patrimônio da Reitoria e de cada um dos Campi que o integram;

II - bens e direitos que vier a adquirir;

III - doações ou legados que receber;

IV - incorporações que resultem de serviços por ele realizados.

Parágrafo único. Os bens e direitos do Instituto Federal do Pará devem ser utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, exceto nos casos e condições permitidos em lei.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53. O Instituto Federal do Pará, conforme sua necessidade específica poderá constituir órgãos colegiados de natureza normativa e consultiva, assim como comissões técnicas e/ou administrativas.

Art. 54. A alteração do presente estatuto exigirá quorum qualificado de 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho Superior mediante deliberação em sessão convocada exclusivamente para tal fim.

Parágrafo único. A convocação da sessão para os fins do caput será feita pelo reitor ex officio ou pela maioria simples dos membros do Conselho Superior.

Art. 55. Os casos omissos neste Estatuto serão submetidos ao CONSUP do Instituto Federal do Pará para apreciação e deliberação.

CLAUDIO ALEX JORGE DA ROCHA
Presidente do CONSUP

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 34, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Retificar o art. 1º da Portaria nº 31, de 11 de agosto de 2016.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, Anexo I, do Decreto n° 7.690, de 02 de março de 2012, e considerando os autos do processo SEI nº 23000.026032/2015-25, resolve:

Art. 1º Retificar o número da Nota Técnica constante do art. 1º da Portaria nº 31, de 11 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União - Seção no. 1 - Pag. 17, de 17 de agosto de 2016,

onde se lê: Nota Técnica n. 163/GAB/SETEC/MEC, leia-se: Nota Técnica n° 179/2016/DIR/SETEC/SETEC

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ANTONIO VIEGAS FILHO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA CONJUNTA Nº 61, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 28 de junho de 2016 e pelos fundamentos da Informação nº 50/2016-CGLNES/GAB/SESu/MEC-mmp, resolvem:

Art. 1º. Fica credenciada, pelo período de 02 (dois) anos, a Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Federal de Mato Grosso (UNISELVA), CNPJ nº 04.845.150/0001-57, como Fundação de Apoio à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), processo nº 23000.008122/2015-34.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIEIRA BRAGA BARONE
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa E Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA CONJUNTA Nº 62, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 28 de junho de 2016 e pelos fundamentos da Informação nº 65/2016-CGLNES/GAB/SESu/MEC-mmp, resolvem:

Art. 1º. Fica credenciada, pelo período de 02 (dois) anos a contar de 29 de janeiro de 2016, a Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte - FUNCERN, CNPJ nº 02.852.277/0001-78, como Fundação de Apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, processo nº 23000.019192/2015-18.

Art. 2º. A validade do credenciamento fica condicionada, à apresentação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente Portaria, do referendo do Conselho Superior do IFRN à Resolução nº 18/2011-CONSUP, de 23 de agosto de 2011, para comprovar a presença de membro proveniente de entidades científica, empresarial ou profissional sem vínculo como IFRN, sob pena de revogação desta Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIEIRA BRAGA BARONE
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE
Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa E Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 57, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Protocolado nº 23068.754825/2016-34, resolve:

Prorrogar, pelo período de 01 (um) ano, a partir de 21/09/2016, a validade do Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Professor Substituto, de que trata o Edital nº 44/2015-DGP, publicado no DOU de 03/08/2015, homologado conforme Edital nº 50/2015-DGP, publicado no DOU de 21/09/2015, na parte referente à Área/Subárea: Fisioterapia/Cinesiologia, Biomecânica, Cinesioterapia e Mecanoterapia e estágio supervisionado em Fisioterapia, do Departamento de Educação Integrada em Saúde, do Centro de Ciências da Saúde.

FELIPPE TOSE LOPES
Em exercício

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 296, DE 5 DE JULHO DE 2016

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor, Processo 23075.114418/2016-09, que aponta irregularidades decorrentes do Pregão Eletrônico nº 106/2015. Resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Aplicar à empresa J.B.L COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA.-ME, CNPJ nº 14.403.381/0001-64, com sede à Rua Cabrália Paulista, nº 99, Cidade Patriarca, CEP 03551-010, São Paulo/SP, a seguinte penalidade: Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo período de 06 (seis) meses, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e item 17.1 - subitem 17.1.1 - letra "a", c/c item 17.1.1.1 do Edital de Pregão Eletrônico nº 106/2015, a contar da publicação desta portaria no DOU e registro das sanções no SICAF, com fulcro na Lei nº 8666/1993 e IN-MARE nº 05/1995.

EDELVINO RAZZOLINI FILHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS

PORTARIA Nº 8.345, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O Presidente do Conselho de Ensino para Graduados - CEPG da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições conferidas através da Portaria 5372, de 10/06/2016, publicado no Diário Oficial da União nº111, de 13 de junho de 2016, resolve:

Tornar público o resultado final de Professor Visitante Sênior (edital 129 de 6 de maio de 2016, publicado no D.O.U. 87, seção 3, página 92 de 09/05/2016, bem como no BUFRJ 19, de 12/05/2016), das contratações a seguir:

PROCESSO	PROGRAMA / CANDIDATO
031987/2016-71	Economia da Indústria e da Tecnologia - Lionello Franco Punzo
033186/2016-41	Educação - Antonio Manuel Seixas Sampaio da Novoa
032253/2016-18	Engenharia Civil - Krishna Moothy Ravi
032778/2016-45	Letras Vernáculas - Albert Rilliand
036789/2016-02	Serviço Social - Raquel Cardeira Varela

Tornar sem efeito a portaria 8173, de 5 de setembro de 2016

LEILA RDRIGUES DA SILVA

PORTARIA Nº 8.379, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O Presidente do Conselho de Ensino para Graduados - CEPG da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições conferidas através da Portaria 5372, de 10/06/2016, publicado no Diário Oficial da União nº111, de 13 de junho de 2016, resolve:

Tornar público o resultado final de Professor Visitante (edital 127 de 6 de maio de 2016, publicado no D.O.U. 87, seção 3, página 91 de 09/05/2016, bem como no BUFRJ 19, de 12/05/2016), das contratações a seguir:

PROCESSO	PROGRAMA
030972/2016-96	Arqueologia
032416/2016-54	Astronomia
031914/2016-80	Ciências Farmacêuticas
032105/2016-95	Ciências Morfológicas
031013/2016-98	Engenharia Química
032467/2016-86	Fisiologia

LEILA RODRIGUES DA SILVA

Ministério da Fazenda

SECRETARIA EXECUTIVA
CÂMARA DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - CRPC

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de Julgamento dos recursos da 63ª Reunião Ordinária da Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC, a ser realizada em 28 de setembro de 2016, às 9h30min, na Esplanada dos Ministérios, Bloco "F", 9º andar, Brasília - DF.

1) Processo nº 44170.000022/2014-05, Auto de Infração no 0001/14-79, Decisão nº 24/2015/Dicol/Previc, Recorrentes: Ubiratan de Gusmão C. Lima, Magda das Chagas Pereira, Ana Cláudia Penha, Jorge Muniz, Eduardo Luiz dos S. da Silva, José Carlos de A. Pimentel Duarte, Marcos Venício A. Lopes, Dulcinéia da Rocha Freitas, Ronaldo Manhães Rocha e Iguassu da Costa Pinto, Procuradores: Mariana Paixão Medina Capistrano - OAB/RJ nº 153.478, Carlos Silveira - OAB/RJ nº 57.415 e Priscila Noya Pinheiro - OAB/RJ nº 155.685, Entidade: PRECE - Previdência Complementar, Relator: Jeaniton Souza Pinto. Retornando após vista da membro Fernanda Mandarino Dornelas.

2) Processo nº 44011.000708/2013-30 Auto de Infração nº 0018/13-91, Decisão nº 23/2015/Dicol/Previc, reformada parcialmente pela Decisão nº 03/2016/Dicol/Previc, Recorrentes: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, Regina Ribeiro Parizi Carvalho, José Valdir Gomes, Josemar Pereira dos Santos e Naira de Bem Alves; Recorrido: Alexander Vinicius Janiques de Matos, Procuradores: Daniel Matias Schimitt Silva - OAB/RJ nº 103.479, Ophir Figueiras Cavalcante Junior - OAB/DF nº 38.000, Flávio Dias de Abreu - OAB/DF nº 38.921, Entidade: GEAP - Fundação de Seguridade Social, Relatora: Fernanda Mandarino Dornelas. Retornando após vista do membro José Ricardo Sasseron.

3) Processo nº 44011.000049/2015-01, Auto de Infração nº 01/2015, Decisão nº 03/2016/Dicol/Previc, Recorrentes: Cesar Roberto Pereira Buzin e Júlio César Alves Vieira. Procuradores: Ophir Figueiras Cavalcante Junior - OAB/DF nº 38.000 e Nizam Ghazale - OAB/DF nº 21.664, Entidade: GEAP - Fundação Geapprevidência, Relatora: Fernanda Mandarino Dornelas. Retornando após vista do membro José Ricardo Sasseron.

4) Processo nº 44011.000709/2013-84, Auto de Infração nº 0020/13-32, Decisão nº 22/2015/Dicol/Previc, Recorrentes: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, Antônio Carlos Conquista, José Valdir Gomes, Josemar Pereira dos Santos, Recorridos: Naira de Bem Alves, Regina Ribeiro Parizi Carvalho, Procuradores: Daniel Matias Schimitt Silva - OAB/RJ nº 103.479, Ophir Figueiras Cavalcante Junior - OAB/DF nº 38.000, Lilian Castilho Menini - OAB/SP nº 173.295 e Flávio Dias de Abreu - OAB/DF nº 38.921, Entidade: GEAP - Fundação de Seguridade Social, Relator: Marcelo Freitas Toledo de Melo. Retornando após vista do membro Jarbas Antonio de Biagi.

5) Processo nº 44011.000050/2015-28, Auto de Infração nº 02/2015, Decisão nº 22/2015/Dicol/Previc, Recorrentes: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, Igor Aversa Dutra do Souto e Júlio César Alves Vieira, Recorrido: Cesar Roberto Pereira Buzin, Procuradores: Ophir Figueiras Cavalcante Junior - OAB/DF no 38.000 e Nizam Ghazale - OAB/DF nº 21.664, Entidade: GEAP - Fundação Geapprevidência, Relator: Marcelo Freitas Toledo de Melo. Retornando após vista do membro Jarbas Antonio de Biagi.

6) Embargos de Declaração referentes à Decisão de 29/06/2016, publicada no D.O.U de 13/07/2016, Processo nº 44011.000251/2015-25, Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Previc nº 283, de 28/05/2015, Embargantes: Paulo Roberto Dias Lopes, Eloir Cogliatti, André Luis Azevedo Guedes, Silvio Michelutti de Aguiar, Thadeu Duarte Macedo Neto e Luiz Roberto Doce Santos, Procuradores: Guilherme Loureiro Perocco - OAB/DF nº 21.311 e Fábio Lopes Vilela Berbel - OAB/PR nº 34.846, Entidade: SERPROS - Fundo Multipatrocinado, Relator designado: Maria Batista da Silva/Frederico Viana de Araujo.

7) Processo nº 44011.000314/2015-43, Auto de Infração nº 0028/15-14, Decisão nº 25/2016/Dicol/Previc, Recorrentes: Alexej Predtechensky, Adilson Florêncio da Costa, Ricardo Oliveira Azevedo, José Carlos Rodrigues Sousa e Mônica Christina Caldeira Nunes, Procurador: Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403, Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, Relator designado: Alfredo Sulzbacher Wondracek/Denise Viana da Rocha Lima.

8) Processo nº 44011.000160/2015-90, Auto de Infração nº 0006/15-73, Decisão nº 05/2016/Dicol/Previc, Recorrentes: Alexej Predtechensky, Adilson Florêncio da Costa, Ricardo Oliveira Azevedo, José Carlos Rodrigues Sousa, Mônica Christina Caldeira Nunes e João Carlos Penna Esteves, Procurador: Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403, Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, Relator designado: José Ricardo Sasseron/Ricardo Só de Castro.

PAULO CESAR DOS SANTOS
Presidente da Câmara

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DECISÕES DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Processo Administrativo Sancionador CVM RJ2012/11002

ACUSADOS	ADVOGADOS
Diego Buaes Boeira	Carlos Leoni Rodrigues Siqueira OAB/RJ 10.577
Eduardo Vargas Haas	
Guilherme Anderson Weber Toro	Ana Luiza Mercio Lartigau OAB/RS 99.283
Rafael Danton Weber Toro	
Jorge Hund Junior	Liane Oliveira Garcia OAB/RS 47.974
Marco Beltrão Stein	Caio Beltrão Rizk OAB/RS 71.527
Michael Lenn Ceitlin	Danilo Knijnik OAB/RS 34.445
Paulo Borba Moglia	Julia Vasconcelos Jardim OAB/RS 65.400
Pedro Barin Calvete	Marcio Augusto Paixão OAB/RS 65.251
Rafael Ferri	

Decisão: "(...) a presente decisão limita-se a apreciar o pleito de Michael Lenn Ceitlin referente às oitivas agendadas para o próximo dia 14, conforme decisão monocrática proferida em 16.8.2016. (...) entendo legítimo o pleito do Acusado, considerando que a CVM dispõe de Coordenação Administrativa Regional na cidade de São Paulo e, com isso, da infraestrutura, em termos materiais e humanos, necessária à realização da diligência em tela, sem qualquer dispêndio adicional de recursos públicos, conciliando, assim, os interesses do Acusado e desta Autarquia. Diante disso, DECIDO: a) Pelo adiamento da oitiva de Paulo Cezar Pozo de Matos para o próximo dia 21 de setembro, as 16h00, a realizar-se na CVM na cidade de São Paulo, localizada à Rua Cincinato Braga, 340, 3º andar; b) Embora não requerido, pelo adiamento da oitiva de Michael Ceitlin para as 14h00 do dia 21 de setembro, também na CVM em São Paulo, pelas mesmas razões acima e considerando especialmente o fato de o Acusado residir na referida cidade; c) Pela intimação dos demais acusados no presente PAS para, querendo, às suas expensas, acompanharem pessoalmente ou por meio de seus procuradores as oitivas de Michael Ceitlin e de Paulo Cezar Pozo de Matos; e d) Na concessão do prazo de 15 (quinze) dias, contados do dia 22 de setembro de 2016, para que todos os acusados neste PAS tomem conhecimento dos novos documentos anexados aos autos, incluindo as oitivas de Michael Ceitlin e de Paulo Cezar Pozo a serem realizadas em 21 de setembro, e para, querendo, apresentarem considerações adicionais.".

O inteiro teor da decisão encontra-se nos autos e na página da CVM na internet (www.cvm.gov.br).

Processo Administrativo Sancionador CVM RJ2012/11002

ACUSADOS	ADVOGADOS
Diego Buaes Boeira	Carlos Leoni Rodrigues Siqueira OAB/RJ 10.577
Eduardo Vargas Haas	
Guilherme Anderson Weber Toro	Ana Luiza Mercio Lartigau OAB/RS 99.283
Rafael Danton Weber Toro	
Jorge Hund Junior	Liane Oliveira Garcia OAB/RS 47.974
Marco Beltrão Stein	Caio Beltrão Rizk OAB/RS 71.527
Michael Lenn Ceitlin	Danilo Knijnik OAB/RS 34.445
Paulo Borba Moglia	Julia Vasconcelos Jardim OAB/RS 65.400
Pedro Barin Calvete	Marcio Augusto Paixão OAB/RS 65.251
Rafael Ferri	

Decisão: "Trata-se de recurso interposto por Michael Lenn Ceitlin (...) dirigido ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN em face da decisão tomada pelo Colegiado em reunião realizada em 16.8.2016, quando foi acolhido voto do Diretor-Relator que propunha a "desconsideração, na análise de mérito a ser realizada por ocasião da sessão de julgamento deste PAS, de todos os documentos e informações apresentados por Fernando Pisa, anexados às fls. 559 a 879, assim como os itens 58, 76 (parte final), 155, 166, 169, 173 a 175, 178 e 179 do Termo de Acusação". (...) Ressalto, contudo, não ser cabível o recurso de que se cuida, na medida em que, nos termos do art. 11, §4º, da Lei nº 6.385, de 1976, c.c. o art. 1º, inciso I, alínea "c", do Decreto nº 8.652, de 2016, ao CRSFN só cabe interpor recurso das decisões da CVM que aplicarem penalidade. (...) A decisão, além de não possuir natureza de sanção, apenas determinou que fossem desconsiderados os documentos questionados por alguns dos acusados em suas defesas, na análise de mérito que o Colegiado fará por ocasião da sessão de julgamento deste PAS, quando então, e se forem aplicadas penalidades, caberá recurso ao CRSFN, na forma do art. 11, §4º, da Lei nº 6.385, de 1976. Face ao exposto, entendo que não deve ser admitido o recurso ao CRSFN, por absoluta ausência de previsão legal. (...) O Colegiado, por unanimidade, acompanhou o voto do Diretor Roberto Tadeu.".

O inteiro teor da decisão encontra-se nos autos e na página da CVM na internet (www.cvm.gov.br).

ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES
Diretor-Relator

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de setembro de 2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2016/6284 - UM INVESTIMENTOS SA CTVM
Objeto: Apurar eventuais responsabilidades pelo descumprimento do disposto nos arts. 14, inciso III, 'c' e parágrafo único, e 15, incisos I e III da Instrução CVM nº 306 e nos arts. 65-A, inciso I, e 65-B, incisos I e II, §1º, incisos II, III e IV, e §§2º e 5º, inciso III, da Instrução CVM 409 por parte da UM INVESTIMENTOS S.A. CTVM e do Sr. FERNANDO OPITZ.
Assunto: Pedido de prorrogação e unificação de prazo para apresentação de Defesa.

Acusados	Advogados
Fernando Optiz	Não constituiu advogado
Um Investimentos S.A. CTVM	José Gabriel Assis de Almeida OAB/RJ 52.359

Trata-se de pedido de prorrogação e unificação de prazo formulado por Um Investimentos S.A. CTVM, acusado nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo novo prazo para apresentação de defesas em 17/10/2016, para todos os acusados no processo.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO Nº 15.237, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, por decisão administrativa, a autorização concedida a GALVÃO ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA, CNPJ nº 11.998.453, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

RETIFICAÇÃO

No inciso II, do art. 1º do Ato COTEPE/ICMS 23/16, de 1º de setembro de 2016, publicado no DOU de 8 de setembro de 2016, seção 1, página 17,

onde se lê: "II - o § 8º:

"§ 8º No caso de ...",

leia-se: "II - o § 7º:

"§ 7º No caso de ...".

No item 112.0 do item IV do Convênio ICMS 53/16, de 8 de julho de 2016, republicado no DOU de 15 de julho de 2016, Seção 1, páginas 33 a 38,

onde se lê:

"...

112.0	17.112.0	2202.90.00	Néctares...

..."

leia-se:

"...

112.0	17.112.00	2202.90.00	Néctares...

..."

No Ato COTEPE/ICMS 21/16, de 5 de setembro de 2016, publicado no DOU de 8 de setembro de 2016, seção 1, página 16:

a) No caput do art. 1º:

onde se lê: "Ficam acrescentados os itens 76 e 77...", leia-se: "Ficam acrescentados os itens 77 e 78...";

b) No art. 1º:

onde se lê: ""76 - Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A...."", leia-se: ""77 - Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A...."" e

onde se lê: ""77 - EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A...."", leia-se: "78 - EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A...."".

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.659, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.422, de 19 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Os arts. 1º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.422, de 19 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

.....

§ 2º .....

.....

III - às pessoas jurídicas inativas, assim consideradas aquelas que não tenham efetuado qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira, inclusive aplicação no mercado financeiro ou de capitais, durante todo o ano-calendário, as quais deverão cumprir as obrigações acessórias previstas na legislação específica.

....." (NR)

"Art. 3º .....

§ 1º A ECF deverá ser assinada digitalmente mediante certificado emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.

....." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.658, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.037, de 4 de junho de 2010, que relaciona países ou dependências com tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nos arts. 3º e 4º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, nos arts. 22 e 23 da Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, e no art. 30 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.037, de 4 de junho de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

.....

LXVI - Curaçao;

LXVII - São Martinho;

LXVIII - Irlanda." (NR)

"Art. 2º .....

.....

XI - com referência à legislação da República da Áustria, o regime aplicável às pessoas jurídicas constituídas sob a forma de holding company.

Parágrafo único. Para fins de identificação de regimes fiscais privilegiados previstos nos incisos III e IV do art. 2º, entende-se que a pessoa jurídica que exerce a atividade de holding desempenha atividade econômica substantiva quando possui, no seu país de domicílio, capacidade operacional apropriada para os seus fins, evidenciada, entre outros fatores, pela existência de empregados próprios qualificados em número suficiente e de instalações físicas adequadas para o exercício da gestão e efetiva tomada de decisões relativas:

I - ao desenvolvimento das atividades com o fim de obter rendas derivadas dos ativos de que dispõe; ou

II - à administração de participações societárias com o fim de obter rendas decorrentes da distribuição de lucro e do ganho de capital." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os incisos IV e LVI do caput do art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.037, de 4 de junho de 2010.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2016.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

PORTARIA Nº 1.384, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016(*)

Disciplina a disponibilização, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, de dados não protegidos por sigilo fiscal a órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996, e no art. 3º do Decreto nº 8.789, de 29 de junho de 2016, resolve:

Art. 1º Os dados não protegidos por sigilo fiscal constantes de base de dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) serão disponibilizados a órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional nos termos desta Portaria.

Art. 2º Serão disponibilizados dados constantes das seguintes bases:

I - Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

II - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

III - Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir);

IV - Consulta e Gerencial da Declaração de Operações Imobiliárias (DOI);

V - Nota Fiscal Eletrônica (NF-e);

VI - Sistemas de controle de débitos de pessoas jurídicas de direito público;

VII - Sistemas de controle de débitos parcelados; e

VIII - Sistema de emissão de Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional.

Parágrafo único. Os dados de que trata o caput, passíveis de disponibilização, estão discriminados nos Anexos I a VIII desta Portaria.

Art. 3º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional que desejarem acesso aos dados de que trata o art. 2º deverão formalizar sua solicitação à RFB, com as seguintes informações:

I - identificação:

a) do órgão ou entidade solicitante: nome, número e data do ato de criação, número do CNPJ e endereço;

b) do dirigente máximo: nome, número da identidade e do CPF e endereço eletrônico institucional;

II - relação detalhada dos dados solicitados;

III - descrição da forma e da periodicidade em que deseja receber os dados solicitados (eventual ou continuada);

IV - demonstração da necessidade do compartilhamento e das finalidades de uso dos dados solicitados;

V - indicação das bases de dados administradas pelo órgão ou entidade solicitante, a fim de que a RFB verifique quais informações são de interesse da Administração Tributária Federal; e

VI - concordância com os termos e as disposições desta Portaria.

Parágrafo único. Recebida a solicitação de compartilhamento de dados e formalizada em processo eletrônico específico (e-processo), a RFB terá 20 (vinte) dias para manifestação conclusiva sobre a viabilidade ou não de atender à solicitação.

Art. 4º Depois da autorização da RFB, o fornecimento de dados de que trata esta Portaria será operacionalizado por seus prestadores de serviços de tecnologia da informação.

§ 1º Compete ao órgão ou à entidade solicitante a prévia celebração de contrato com o prestador de serviços de tecnologia da informação da RFB, responsável pela operacionalização do fornecimento dos dados, bem como a assunção dos custos dele decorrentes.

§ 2º O órgão ou a entidade solicitante deverá garantir total rastreabilidade das informações fornecidas, em conformidade com as definições da RFB, sendo facultado a ela solicitar, a qualquer tempo, a demonstração da implementação das referidas definições.

§ 3º O fornecimento de dados será implementado com estrita observância às normas pertinentes à segurança da informação editadas pela RFB.

Art. 5º O órgão ou a entidade solicitante é responsável pela correta utilização dos dados que receber ou a que tiver acesso.

§ 1º Os dados poderão ser utilizados somente nas atividades que, em virtude de lei, são de competência do órgão ou da entidade solicitante, que não poderá transferi-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma.

§ 2º A utilização dos dados fornecidos pela RFB, em desconformidade com a legislação pertinente, implicará o imediato cancelamento do compartilhamento, sem prejuízo de apuração da responsabilidade na forma prevista em lei específica.

Art. 6º A RFB publicará, em seu sítio na Internet, catálogo de suas bases de dados não protegidos por sigilo fiscal.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

ANEXO I

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

1	Número de inscrição
2	Nome
3	Situação cadastral
4	Indicativo de residente no exterior
5	Código do país, caso seja residente no exterior
6	Nome do país, caso seja residente no exterior
7	Nome da mãe
8	Data de nascimento
9	Sexo
10	Código da natureza da ocupação
11	Código da ocupação principal
12	Exercício a que se referem os códigos natureza da ocupação e código da ocupação principal
13	Endereço completo (tipo de logradouro, nome do logradouro, número da habitação, CEP, UF e município)
14	Telefone
15	Unidade administrativa
16	Ano do óbito
17	Indicativo de estrangeiro
19	Data de inscrição do CPF
20	Data da última operação de atualização
21	Naturalidade
22	Nacionalidade

ANEXO II

CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS

1	Número de inscrição
2	Indicador de matriz/filial
3	Nome empresarial
4	Nome fantasia
5	Situação cadastral
6	Data da situação cadastral
7	Cidade no exterior, caso o estabelecimento seja domiciliado no exterior
8	Código do país, caso o estabelecimento seja domiciliado no exterior
9	Nome do país, caso o estabelecimento seja domiciliado no exterior
10	Natureza jurídica
11	Data de abertura
12	CNAE - Principal
13	CNAE secundários (até 10)
14	Endereço
15	Referência e complemento (para o endereço)
16	Telefone
17	E-mail
18	Responsável pela PJ, CPF e nome
21	Capital Social da Empresa
22	Quadro Societário, composto por até 300 ocorrências
24	CPF dos participantes do QSA
25	Qualificação dos participantes no QSA
27	Opção do SIMEI (se é ou não MEI)
28	Porte do estabelecimento
29	Opção Simples Nacional
32	Motivo de situação cadastral
33	Situação especial
34	Data da situação especial

ANEXO III

CADASTRO FISCAL DE IMÓVEIS RURAIS

1	NIRF
2	Área total do imóvel (em hectares)
3	Código do Imóvel no INCRA
4	Nome do Imóvel Rural
5	Situação
6	Logradouro

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7	Distrito
8	UF
9	Município
10	CEP
11	CPF/CNPJ Contribuinte
12	Nome do contribuinte
13	CPF do Cônjuge
14	CPF do Inventariante
15	Nome do Inventariante
16	CPF do Representante Legal
17	Nome do Representante Legal

ANEXO IV

SISTEMA DE DECLARAÇÃO DE OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS

1	Identificação das partes (CPF/CNPJ, nome/nome empresarial)
2	CNPJ do Cartório
3	Atribuição registral
4	Data lavratura/registro/averbação
5	Livro
6	Folha
7	Matrícula
8	Registro

ANEXO V

SISTEMA DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA

1	Nome ou razão social
2	Número de inscrição do CPF ou CNPJ
3	Inscrição estadual
4	UF

ANEXO VI

DADOS SOBRE DÉBITOS DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO

1	Valor consolidado da dívida em cobrança no âmbito da RFB, global e por tributo
2	Valor da dívida parcelada no âmbito da RFB
3	Valor da dívida com exigibilidade suspensa por Processo Administrativo Fiscal global e
4	Valor da dívida com exigibilidade suspensa por Processo Judicial no âmbito da RFB

ANEXO VII

DADOS SOBRE DÉBITOS PARCELADOS

1	Valor consolidado parcelado, global e por tipo de parcelamento
2	Quantidade de parcelas
3	Saldo devedor do parcelamento, global e por tipo de parcelamento

ANEXO VIII

INFORMAÇÕES SOBRE CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL PERANTE A FAZENDA NACIONAL

1	Informação sobre a existência de Certidão Negativa (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPDEN) válida
2	Informações sobre a data de emissão e a validade da CND ou CPDEN
3	Informações referentes à autenticidade da Certidão emitida
4	No caso de existência de impedimento para emissão de CND ou CPDEN, informação se a pendência é de natureza previdenciária, não previdenciária ou ambas.

(*) Republicada por ter saído no DOU de 12/09/2016, seção 1, pág. 21, com incorreção do original.

SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Divulga códigos de receita a serem utilizados no Documento para Depósitos Judiciais ou Extrajudiciais à Ordem e à Disposição da Autoridade Judicial ou Administrativa Competente.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 312 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 634 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no art. 1º da Lei nº 5.461, de 25 de junho de 1968, no art. 1º do Decreto-Lei nº 828, de 5 de setembro de 1969, no art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998, na Lei nº 12.099, de 27 de novembro de 2009, no Decreto nº 2.850, de 27 de novembro de 1998, na Portaria MTE nº 148, de 25 de janeiro de 1996, e na Instrução Normativa SRF nº 421, de 10 de maio de 2004, declara:

Art. 1º Os códigos de receita para depósito judicial ou extrajudicial a serem utilizados no preenchimento do campo 12 do Documento para Depósitos Judiciais ou Extrajudiciais à Ordem e à Disposição da Autoridade Judicial ou Administrativa Competente (DJE) são os constantes dos Anexos I e II a este Ato Declaratório Executivo (ADE).

§ 1º Os códigos de receita 2226 a 2602 e 2619 a 2859 constantes nos itens 11 a 26 e 76 a 91 do Anexo I, para depósitos judiciais e extrajudiciais, referentes às contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), destinadas à Previdência Social e às outras entidades ou fundos, serão utilizados para as competências janeiro de 2009 e posteriores, que forem objeto de lançamentos de ofício realizados a partir de 1º de agosto de 2011, em conformidade com o disposto no § 4º do art. 1º da Instrução Normativa SRF nº 421, de 10 de maio de 2004.

§ 2º O código de receita 5155 - Depósitos Judiciais - Royalties e/ou Participação Especial - DJE, constante do item 3 do Anexo II a este ADE, fica instituído a partir de 24 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo Codac nº 12, de 12 de maio de 2016.

JOÃO PAULO R. F. MARTINS DA SILVA

ANEXO I

CÓDIGOS PARA DEPÓSITO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Item	Código de Receita (DJE)	Especificação da Receita
CÓDIGOS PARA DEPÓSITO JUDICIAL		
1	0163	Receita dos Direitos Antidumping e Compensatórios - Depósito Judicial
2	0216	Depósito Judicial - Outros - Aduaneiros
3	0701	Parcelamento - Art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006 - Depósito Judicial
4	0868	Pasep - Depósito Judicial
5	1382	Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º - Depósito Judicial
6	1399	Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º - Depósito Judicial
7	1415	Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º - Depósito Judicial
8	1421	Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º - Depósito Judicial
9	1947	PIS - Importação - Depósito Judicial
10	1994	Cofins - Importação - Depósito Judicial
11	2226	Contribuição Segurado - Depósito Judicial
12	2300	Contribuição Empresa/Empregador - Depósito Judicial
13	2420	Multa Isolada Previdenciária - Depósito Judicial
14	2450	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Salário Educação - Depósito Judicial
15	2466	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar - Depósito Judicial
16	2472	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra - Depósito Judicial
17	2489	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Fundo Aeroviário - Depósito Judicial
18	2505	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - FDEPM - Depósito Judicial
19	2528	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat - Depósito Judicial
20	2534	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Social de Transporte - Sest - Depósito Judicial
21	2557	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai - Depósito Judicial
22	2563	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Social da Indústria - Sesi - Depósito Judicial
23	2570	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac - Depósito Judicial
24	2586	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Social do Comércio - Sesc - Depósito Judicial
25	2592	Cide - Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae/Apex/ABDI - Depósito Judicial
26	2602	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescoop - Depósito Judicial
27	3043	Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º - Depósito Judicial
28	3066	Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º - Depósito Judicial
29	3089	Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º - Depósito Judicial
30	3095	Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º - Depósito Judicial
31	3111	Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º - Depósito Judicial
32	3128	Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º - Depósito Judicial
33	3300	CPSS - Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público - Não Patronal - Depósito Judicial
34	4412	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º - Depósito Judicial
35	4429	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º - Depósito Judicial
36	4435	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º - Depósito Judicial
37	4464	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º - Depósito Judicial
38	4470	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º - Depósito Judicial
39	4487	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º - Depósito Judicial
40	4510	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º - Depósito Judicial
41	4526	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º - Depósito Judicial
42	4532	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º - Depósito Judicial
43	4549	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º - Depósito Judicial
44	4617	Lei nº 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento PIS/COFINS - Instituições Financeiras e Cia Seguradoras - Art. 39, Caput - Depósito Judicial
45	4623	Lei nº 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento PIS/COFINS - Instituições Financeiras e Cia Seguradoras - Art. 39, Caput - Depósito Judicial
46	4646	Lei nº 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento PIS/COFINS - Art. 39, § 1º - Depósito Judicial
47	4652	Lei nº 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento PIS/COFINS - Art. 39, § 1º - Depósito Judicial
48	4675	Lei nº 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento IRPJ/CSLL - Art. 40 - Depósito Judicial
49	4681	Lei nº 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento IRPJ/CSLL - Art. 40 - Depósito Judicial
50	4892	Lei nº 12.996, de 2014 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento - Depósito Judicial
51	4902	Lei nº 12.996, de 2014 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento - Depósito Judicial
52	4919	Lei nº 12.996, de 2014 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento - Depósito Judicial

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

53	4931	Lei nº 12.996, de 2014 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento - Depósito Judicial
54	5470	Perdimento de Bens Apreendidos - Depósito Judicial
55	6648	Parcelamento Lei nº 10.684/2003 (Paes) - Depósito Judicial
56	7363	Imposto de Importação - Depósito Judicial
57	7389	IPI - Outros - Depósito Judicial
58	7391	IPI Vinculado à Importação - Depósito Judicial
59	7416	IRPF - Depósito Judicial
60	7429	IRPJ - Depósito Judicial
61	7431	IRRF - Depósito Judicial
62	7444	IOF - Depósito Judicial
63	7457	ITR - Depósito Judicial
64	7460	PIS - Depósito Judicial
65	7485	CSLL - Depósito Judicial
66	7498	Cofins - Depósito Judicial
67	7525	Receita Dívida Ativa - Depósito Judicial Justiça Federal
68	7961	Receita Dívida Ativa - Depósito Judicial Justiça Estadual
69	8047	Depósito Judicial - Outros
70	8811	Refis - Depósito Judicial
CÓDIGOS PARA DEPÓSITO EXTRAJUDICIAL		
71	0174	Receita dos Direitos Antidumping e Compensatórios - Depósito Administrativo
72	0229	Depósito Administrativo - Outros - Aduaneiros
73	0447	PIS - Importação - Depósito Administrativo
74	0855	Cofins - Importação - Depósito Administrativo
75	0860	Pasep - Depósito Administrativo
76	2619	Contribuição Segurado - Depósito Administrativo
77	2625	Contribuição Empresa/Empregador - Depósito Administrativo
78	2654	Multa Isolada Previdenciária - Depósito Administrativo
79	2677	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Salário Educação - Depósito Administrativo
80	2683	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar - Depósito Administrativo
81	2716	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra - Depósito Administrativo
82	2722	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Fundo Aeroviário - Depósito Administrativo
83	2739	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - FDEPM - Depósito Administrativo
84	2745	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat - Depósito Administrativo
85	2774	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Social de Transporte - Sest - Depósito Administrativo
86	2780	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai - Depósito Administrativo
87	2797	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Social da Indústria - Sesi - Depósito Administrativo
88	2813	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac - Depósito Administrativo
89	2820	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Social do Comércio - Sesc - Depósito Administrativo
90	2842	Cide - Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae/Apex/ABDI - Depósito Administrativo
91	2859	Contribuição Devida a Outras Entidades e Fundos - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescoop - Depósito Administrativo
92	3322	CPSS - Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público - Não Patronal - Depósito Administrativo
93	7538	Imposto de Importação - Depósito Administrativo
94	7540	IPI - Outros - Depósito Administrativo
95	7553	IPI Vinculado à Importação - Depósito Administrativo
96	7566	IRPF - Depósito Administrativo
97	7581	IRPJ - Depósito Administrativo
98	7594	IRRF - Depósito Administrativo
99	7619	IOF - Depósito Administrativo
100	7621	ITR - Depósito Administrativo
101	7634	PIS - Depósito Administrativo
102	7647	CSLL - Depósito Administrativo
103	7650	Cofins - Depósito Administrativo
104	7880	Multas Isoladas Diversas - Depósito Administrativo
105	8050	Depósito Administrativo - Outros
106	8944	II - Imposto de Importação - Canal cinza - Depósito Administrativo
107	8957	IPI Vinculado à Importação - Canal cinza - Depósito Administrativo

ANEXO II

CÓDIGOS PARA DEPÓSITO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL NÃO TRIBUTÁRIOS

Item]	Código de Receita (DJE)	Especificação da Receita
1	2080	Depósitos Judiciais e Extrajudiciais Administrados pela PGF-AG
2	4396	Parcelamento de Arrematação - Primeira Parcela - Depósito Judicial
3	5155	Depósitos Judiciais - Royalties e/ou Participação Especial - DJE
4	5246	Royalties 5% (E/M) L 7990 art. 7 I A III - DJE
5	5252	Royalties até 5% - Lavra na Área Pré-Sal - Em Plataforma - DJE
6	5269	Royalties 5% (E-M) (L 7990 art. 7 P 4) - DJE
7	5275	Cota Parte Indenização pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás (MM) - DJE
8	5281	Royalties até 5% - Art. 2º da Lei nº 12.858/2013 - DJE
9	5298	Royalties Excedentes a 5% (E/M) Lei nº 9.478/1997, art. 49, I - DJE
10	5308	Royalties Excedentes a 5% (MCT) Lei nº 9.478/1997, art. 49, I - DJE
11	5314	Royalties Excedentes 5% - Lavra na Área Pré-Sal - Em Plataforma - DJE
12	5337	Royalties Excedentes a 5% (E-M) - Lei nº 9.478/1997, art. 49, II - DJE
13	5343	Royalties Excedentes a 5% (MM/MCT) - Lei nº 9.478/1997, art. 49, II - DJE
14	5350	Royalties Excedentes a 5% - Art. 2º da Lei nº 12.858/2013 - DJE
15	5366	Participação Especial (E-M) - Lei nº 9.478/1997, art. 50 - DJE
16	5372	Participação Especial (MME/MMA) - Lei nº 9.478/1997, art. 50 - DJE
17	5405	Participação Especial - Art. 2º da Lei nº 12.858/2013 - DJE
18	5428	Royalties - Regime de Partilha de Produção - Alíquota de 15% - Art. 42 da Lei nº 12.351/2010 - Pré-Sal e Áreas Estratégicas - DJE
19	7118	Multa Administrativa por Infração Trabalhista - DJE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a instituição de códigos de receita para os casos que especifica.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 312 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, e considerando o Acórdão TCU AC-1633-25/16-P, declara:

Art.1º Ficam instituídos os seguintes códigos de receita para serem utilizados em recolhimentos, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), de contribuições previdenciárias dos policiais civis do Distrito Federal (DF), dos policiais militares do DF e dos integrantes do Corpo de Bombeiro Militar do DF, bem como das respectivas cotas patronais:

I - 5492 - CPSS/FCDF - Servidor Civil Ativo;

II - 5502 - CPSS/FCDF - Servidor Civil Inativo/Pensionista; e

III - 5519 - CPSS/FCDF - Patronal.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO PAULO R. F. MARTINS DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

A Delegada da Receita Federal em Cuiabá-MT, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e o que consta no processo administrativo 14090.720037/2014-12, declara:

rt. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Ar recadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional a pessoa jurídica, a seguir identificada, em virtude de infração ao disposto no art. 29, V, da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentado pela Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011 - Exercício de Atividade vedada ao Simples Nacional.

Nome Empresarial: L. B. NOTARI & CIA LTDA - ME

CNPJ: 07.312.939/0001-30

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir de 1º de Janeiro de 2011, ficando ainda impedido de realizar nova opção pelo Simples Nacional pelos 03 (três) anos - calendário subsequentes, conforme disposto no parágrafo 1° do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande-MS, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

SIMONE CHIOSINI SANCHES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

Declara a baixa de inscrição no CadastroNacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA, Estado de Roraima, no uso da atribuição que lhe confere o art. 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, em conformidade com o disposto no art. 29, inciso II, letra b, "2" e inciso IV da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista ainda o que consta dos Processos Administrativos Fiscais abaixo enumerados, resolve:

Art. 1º Declarar a baixa de ofício das inscrições no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, conforme aspectos legais formalmente representados nos processos abaixo, dos seguintes contribuintes:

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO
ELIAS BARBALHO XAVIER - EPP	84.042.563/0001-32	10245.721.866/2016-12
H.L.S. DISTRIBUIDORA EIRELI - ME	10.625.866/0001-41	10245.721.867/2016-59

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos à data de assinatura do mesmo.

OMAR DE SOUZA RUBIM FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N ° 112, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

Restabelece a inscrição que menciona no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, DOU de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no art. 31, § 3º, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1634, de 06 de maio de 2016, e considerando o que consta no processo administrativo nº 10100.004297/0715-34, resolve:

Art. 1º - RESTABELECER a inscrição nº 17.194.085/0001-99, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da pessoa jurídica denominada COLETIVOS VENDA NOVA LIMITADA, em virtude da regularização de sua situação cadastral, mediante a comprovação de sua localização.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WASHINGTON TORRES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 80, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Declara ativa inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 13656.721326/2015-04 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 34 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE 64 de 02 de Maio de 2016, EXCLUSIVAMENTE em relação a SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE IPUIUNA MG, CNPJ 06.080.767/0001-54.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Torna sem efeito Inaptidão do ADE 91/2015.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 13656.721177/2015-75 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE 91 de 09 de Novembro de 2015, em relação a LOJA MAÇONICA ESTRELA CALDENSE CNPJ: 21.418.918/0001-25, em decorrência da apresentação das declarações.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e considerando o que consta do e-dossiê nº 10010.022695/0816-95, declara:

Art. 1º Habilitada a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533/2015.

Nome Empresarial: NOGUEIRA E REZENDE INDÚSTRIA DE LATICÍNIO LTDA.
CNPJ: 04.892.455/0001-10
Edital de Aprovação de Projeto emitido pela Secretaria do Produtor Rural e Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 141, de 25 de julho de 2016, seção 3, pág. 5.
Período de vigência do Projeto: 01/01/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRED SENA IMBRIANI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Declara o alfandegamento do estabelecimento que menciona.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto na Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, o disposto na Portaria MF nº 112, de 10 de junho de 2.008 e tendo, ainda, em vista o que consta do processo MF nº 10715.722608/2016-61 declara:

Art. 1º Alfandegado, a título permanente e em caráter precário, até 28 de fevereiro de 2023, o depósito de loja franca administrado por DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.197.888/0003-12, localizado no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim, Rua D s/n Parte, com área de 7.527,88 m², em conformidade com o Contrato de Concessão de Uso de Área nº 02-2014/0001/AD-06, firmado com a empresa Concessionária do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro S/A - RioGaleão.

Art. 2º O recinto em apreço ficará sob a jurisdição da Alfândega do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antonio Carlos Jobim, que poderá estabelecer as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal.

Art. 3º Cumprirá à autorizada ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto - Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, adotando-se para este fim a sistemática estabelecida na Instrução Normativa SRF nº 180, de 24 de julho de 2002.

Art. 4º Ao recinto ora alfandegado atribui-se o código 7.91.77.02-6, conforme estabelece a Instrução Normativa SRF nº 15, de 22 de fevereiro de 1991.

Art. 5º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 12, de 12 de maio de 2016 (DOU de 13/05/2016).

Art 6º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCUS VINÍCIUS VIDAL PONTES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Declara baixa de CNPJ por duplicidade de inscrição

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III e Caput do art. 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento no art. 35, inciso I da IN RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 13782.720104/2016-00, declara:

Art. 1º - ANULADA, por duplicidade de inscrição, a Pessoa Jurídica Elizangela F Cruz Otica - ME, CNPJ 22.956.228/0001-92

Art. 2º Este ato produzirá efeitos a partir da inscrição do CNPJ.

QUÉOPS MONTEIRO DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Declara inapta a inscrição da MENORAH COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e a inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições que lhe conferem o § 2º do artigo 42 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e o inciso III dos artigos 224 e 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição nº 10.947.461/0001-20 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da empresa MENORAH COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA, por não ter sido localizada no endereço constante dos cadastros da Secretaria da Receita Federal do Brasil, tendo em vista o disposto no parágrafo 5º do artigo 81 da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e no inciso II do artigo 40 da Instrução Normativa nº 1.634/2016 conforme o constante do Processo Administrativo nº 15540.720111/2016-71.

Art. 2º Inidôneos, não produzindo efeitos tributários, em favor de terceiro interessado, os documentos por ela emitidos a partir da publicação do presente ato, em virtude do contido no art. 47 da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016.

FERNANDO JOSÉ DA ROCHA VELHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

Declara a inidoneidade de notas fiscais emitidas por GRANDMETAL COMÉRCIO DE METAIS E RESINAS LTDA, CNPJ 15.520.289/0001-47.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, bem como de acordo com o disposto nos artigos 1º e 2º da Portaria MF nº 187, de 26 de abril de 1993, publicada no DOU de 28/04/1993, declara:

Art. 1º - INIDÔNEAS, para todos os efeitos tributários, as notas fiscais emitidas durante os anos-calendário de 2012 e 2013 por GRANDMETAL COMÉRCIO DE METAIS E RESINAS LTDA, CNPJ 15.520.289/0001-47, haja vista serem ideologicamente falsas, e, portanto, imprestáveis e ineficazes para dedução da base de cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido, aproveitamento como crédito básico ou presumido de PIS e COFINS, ou qualquer outro tipo de benefício fiscal, por quaisquer usuários, em razão do contido na Súmula Administrativa de Documentação Tributariamente Ineficaz, objeto do processo administrativo nº 18470.720298/2016-38.

Art. 2° - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

RUY MARIO MEDEIROS CASCARDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o estabelecido nos arts. 11; 29, inciso II,b; e 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal Digital nº 10872.720161/2016- 83, resolve:

Art. 1º BAIXAR a inscrição no CNPJ nº 07.789.631/0001-80, da entidade PERSONA HABILIS RECURSOS HUMANOS LTDA - ME. Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

RUY MARIO MEDEIROS CASCARDO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 95, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.044765/0616-31, com fulcro nos artigos 4º, parágrafo único, inciso I, 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, inciso I, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a operadora GLOBAL SERVIÇOS GEOFÍSICOS LTDA., CNPJ (matriz) nº 11.831.795/0001-04, extensivo, igualmente, caso haja, a todas as suas filiais, até os termos finais, consignados no Anexo, que não podem ser superiores ao prazo disposto no inciso I, alínea "a", do art. 376 do Decreto nº 6.759/2009 (Regulamento Aduaneiro), devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º Fica revogado o ADE IRF/RJO nº 018, de 25 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União em 2 de março de 2016.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

ANEXO

Dossiê Digital de Atendimento nº 10010.044765/0616-31			
Nº DA AUTORIZAÇÃO/EXTRATO de CONTRATO	ÁREA DE CONCESSÃO/AUTORIZAÇÃO (ANP)	Nº DO PROCESSO ANP	TERMO FINAL
Autorização ANP nº 303 de 09/06/2016 e DOU de 10/06/2016 Despacho do Superintendente em 20/06/2016 e DOU de 21/06/2016	Autorizada a realizar aquisição e processamento de dados sísmicos 2D e 3D terrestre com método Vibroseis, na Bacia de Sergipe-Alagoas, na totalidade de sua porção terrestre.	48610.005873/2015-41	10/06/2017

Dossiê Digital de Atendimento nº 10010.008449/1015-91			
Nº DA AUTORIZAÇÃO/EXTRATO de CONTRATO	ÁREA DE CONCESSÃO/AUTORIZAÇÃO (ANP)	Nº DO PROCESSO ANP	TERMO FINAL
Autorização ANP nº 1095 de 10 de dezembro de 2015 (DOU de 11/12/2015)	Autorizada a realizar aquisição e processamento PSTM (Pre Stack Time Migration) e POSTM (Pos Stack Time Migration) de 142000 pontos de vibração sísmica de reflexão bidimensional terrestre, no âmbito dos dados sísmicos 2D de FOMENTO, na Bacia dos Parecis, cujo polígono do projeto fica limitado pelas seguintes coordenadas geográficas: Vértice Latitude Longitude 1 -11:31:00,053 -61:29:00,015 2 -09:56:00,020 -52:18:00,025 3 -12:33:00,023 -51:12:00,002 4 -14:09:00,045 -51:43:00,026 5 -15:38:00,059 -59:00:00,019 Datum: SIRGAS 2000	48610.011710/2015-06	11/12/2017
Autorização ANP nº 1075 de 25 de novembro de 2015 (DOU de 26/11/2015)	Autorizada a realizar aquisição e processamento de dados sísmicos 2D de FOMENTO terrestre com método Vibroseis, na Bacia do Paraná, cujo polígono do projeto fica limitado pelas seguintes co-ordenadas geográficas: Vértice Latitude Longitude 1 -22:00:00,000 -51:00:00,000 2 -22:00:33,279 -49:10:12,658 3 -22:29:52,796 -49:10:12,658 4 -22:00:52,796 -49:00:00,000 5 -23:30:00,000 -49:00:00,000 6 -23:30:00,000 -50:23:31,448 7 -24:00:00,000 -50:23:31,448 8 -24:00:00,000 -50:30:00,000 9 -24:30:00,000 -50:30:00,000 10 -24:30:00,000 -51:10:58,751 11 -25:30:00,000 -51:10:58,751 12 -25:30:00,000 -52:00:00,000 13 -24:30:00,000 -52:00:00,000 14 -24:30:00,000 -52:30:00,000 15 -23:30:00,000 -52:30:00,000 16 -23:30:00,000 -53:00:00,000 17 -22:30:00,000 -53:00:00,000 18 -22:30:00,000 -51:00:00,000 Datum: SIRGAS 2000	48610.011709/2015-73	26/11/2017
Extrato de Contrato nº 9046/2015 (DOU de 05/10/2015)	Aquisição e processamento PSTM (Pre Stack Time Migration) e POSTM (Pos Stack Time Migration) de 142.000 pontos de vibração de sísmica de reflexão bidimensional terrestre na Bacia dos Parecis.	48610.007005/2014-15	30/09/2017
Extrato de Contrato nº 9035015 (DOU de 02 /10/2015)	Aquisição e processamento PSTM (Pre Stack Time Migration) e POSTM (Pos Stack Time Migration) de 100.000 pontos de vibração de sísmica de reflexão bidimensional terrestre na Bacia do Paraná.	48610.006435/2014-10	30/09/2017

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 79, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Transfere, temporariamente, competência na área de atendimento entre subunidades da Receita Federal do Brasil.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 300, 301 e § 1º do art. 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e, tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentados pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979 e pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, resolve:

Art. 1º Transferir, temporariamente, da Agência da Receita Federal do Brasil em Piraju-SP para a Agência da Receita Federal do Brasil em Tupã-SP as competências previstas no artigo 231, inciso X do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativamente aos processos de natureza previdenciária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO BARRETO DE ARAÚJO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Declara a nulidade de ato cadastral no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial do dia 17 de maio de 2012, e pelo disposto no § 1º do artigo 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016: Declara:

Art. 1º - É nulo o ato praticado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ pelo qual foi concedida a inscrição para Microempreendedor Individual (MEI) nº 14.647.827/0001-04, com o Nome Empresarial de JOÃO DO CARMO LUIZ 92719902853, nos termos do inciso II do artigo 35 e do artigo 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, por ser constatado vício no ato cadastral, conforme apurado no processo administrativo nº 15289.720074/2016-20.

Art. 2º - Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial da vigência do ato cadastral declarado nulo.

FRANCISCO CARLOS SERRANO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Declara inaptidão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial do dia 17 de maio de 2012, e pelo disposto no parágrafo 2º do artigo 42 da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, declara:

Art. 1º - Inapta à inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a seguir identificada, com base no inciso II do artigo 40 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, por não ser localizada no endereço constante do CNPJ, conforme constatado no processo administrativo nº 15983.720119/2016-29:

NOME EMPRESARIAL	INSCRIÇÃO NO CNPJ
NASCIMENTO & NASCIMENTO INDUSTRIA E COMERCIO DE BLOCOS LTDA - ME	14.610.664/0001-87

Art. 2º - São considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros, os documentos emitidos pela pessoa jurídica mencionada no artigo 1º a partir da data da publicação deste Ato declaratório.

FRANCISCO CARLOS SERRANO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Transferência de veículo consular.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEX, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 05, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2014, atendendo à SAT n° 199, de 29/06/2016, e ao que consta do Processo 10314.721765/2016-72, em tramitação nesta Delegacia, DECLARA, com fundamento no artigo 146, combinado com o artigo 126, §1° do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto 6.759, de 05/02/2009, que, após a publicação do presente Ato no Diário Oficial da União, o veículo marca BMW, modelo 1181 UE71, ano-fabricação 2010, ano-modelo 2011, chassi WBAUE7101BE000263, cor azul e seus respectivos equipamentos de série, pertencente ao Consulado Geral de Israel em São Paulo, desembaraçado com privilégio diplomático em 20/09/2010, através da declaração de importação nº 10/1566082-9, registrada na Alfândega do Porto de Santos, estará liberado para fins de transferência de propriedade para o Sr. Daniel Modelis, CPF: 253.880.938-08, dispensado o pagamento de tributos por efeito da depreciação total do bem.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

RODRIGO LORENZON YUNAN GASSIBE

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA

PORTARIA Nº 313, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, tendo em vista a delegação de competência outorgada pelo inciso VII do art. 9º da Portaria MI nº 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17 de agosto de 2015, considerando o disposto na Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 8.107, de 5 de setembro de 2013, e na Portaria MI nº 336, de 11 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 15 de setembro de 2014, Seção 1, página 25, resolve:

Art. 1º Tornar público que as Metas Institucionais, calculadas com base no disposto do art. 13 da Portaria MI nº 336, de 11 de setembro de 2014, referente à Gratificação de Desempenho de Atividade de Infraestrutura - GDAIE, propostas no Anexo da Portaria MI nº 22, de 26 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 28 de janeiro de 2016, para vigorarem no período de 1º de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2016, foram alcançadas em 100% (cem por cento).

Art. 2º Divulgar que a parcela da GDAIE paga em decorrência do resultado da Avaliação de Desempenho Institucional (Metas Globais e Intermediárias) aferido no Ciclo de Avaliação corresponde a 80 (oitenta) pontos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 2016.

REYNALDO ABEN-ATHAR

Ministério da Justiça e Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 839, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Institui o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição Federal;

Considerando que a lei deve ser interpretada em harmonia com os princípios constitucionais da eficiência, interesse público, economicidade, proporcionalidade e razoabilidade, por meio da racionalização dos procedimentos administrativos disciplinares;

Considerando a necessidade de adoção de mecanismos preventivos e corretivos em situações de menor potencial ofensivo, resolve:

implementar o Termo de ajustamento de conduta do servidor, no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, estabelecendo, para tanto:

Art. 1º Instituir o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional.

Art. 2º O Termo de Ajustamento de Conduta do Servidor (TAC) é o instrumento por meio do qual o servidor interessado declara estar ciente da irregularidade a que deu causa, comprometendo-se a ajustar sua conduta em observância aos deveres e proibições previstas na legislação vigente.

§ 1° Para os fins deste normativo considera-se infração disciplinar de menor potencial ofensivo a inobservância aos deveres funcionais previstos no art. 116 da Lei nº 8.112/90, ou outros de natureza similar previstos em lei, regulamento ou norma interna, bem como a transgressão das proibições constantes dos incisos I a VIII e XIX, do art. 117 da Lei n° 8.112/90, observada a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

§ 2° Não serão consideradas infrações disciplinares de menor potencial ofensivo, os seguintes casos:

I - condutas relacionadas a licitações, execução de contratos administrativos ou transferências voluntárias;

II - condutas que justifiquem a imposição de sanção superior à de advertência, de acordo com o que prevê os arts. 128, 129 e 130 da Lei n° 8.112/90;

III - existência de prejuízo ao erário;

IV - extravios ou danos a bem público, nos casos em que caiba a solução por meio de Termo Circunstanciado Administrativo;

V - fatos que estiverem sendo apurados por meio de inquérito policial, inquérito civil, ação penal ou ação civil;

VI - concurso de infrações disciplinares; e

VII - fatos acerca dos quais haja condenação perante o Tribunal de Contas da União - TCU.

§ 3° Equipara-se à inexistência de prejuízo ao erário aquele cujo valor seja igual ou inferior ao limite estabelecido como de licitação dispensável, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que promovido o ressarcimento pelo agente responsável.

Art. 3° Não poderá ser firmado TAC com o servidor que, nos últimos 3 (três) anos, tenha sido apenado disciplinarmente ou gozado do benefício estabelecido por este normativo pela prática da mesma infração.

Art. 4º O Diretor-Geral do DEPEN, ouvida a Corregedoria-Geral, ao averiguar que a conduta praticada amolda-se aos casos permissivos à celebração do TAC, determinará às unidades prisionais e demais Diretorias do DEPEN que proponham ao servidor investigado a celebração do referido Termo, esclarecendo-lhe, de imediato, os benefícios da medida.

Art. 5º Em sindicâncias e processos disciplinares em curso, presentes os requisitos prescritos nesta norma, e antes do indiciamento, a respectiva comissão poderá propor à autoridade competente o ajustamento de conduta como medida alternativa à continuidade da apuração e eventual aplicação de penalidade.

Art. 6º Uma vez firmado pelas partes e homologado, o TAC será arquivado nos assentamentos funcionais do servidor junto à Coordenação de Recursos Humanos e à Corregedoria-Geral, entretanto o seu eventual descumprimento não será considerado como agravante na análise de infrações futuras.

Parágrafo único. O TAC terá seu registro cancelado, após o decurso de 3 (três) anos, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Art. 7º Compete ao órgão que celebrar o TAC, na forma do art. 4º, autuar o processo e manter registro atualizado da tramitação e resultado dos Termos de Ajustamento de Conduta de servidor instituído.

Art. 8º O TAC firmado sem os requisitos do presente normativo será declarado nulo, devendo ser instaurado imediatamente o procedimento disciplinar cabível.

§ 1º A autoridade que conceder irregularmente o benefício deste normativo poderá ser responsabilizada na forma do Capítulo IV do Título IV da Lei nº 8.112/90.

§ 2º Os Termos de Ajustamento de Conduta poderão ser reexaminados, a qualquer tempo, pelo Diretor-Geral do Depen, que poderá determinar a sua anulação e a instauração do competente procedimento administrativo disciplinar.

Art. 9º O TAC será lavrado nos termos do modelo de formulário aprovado por este normativo.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE DE MORAES

ANEXO ÚNICO

MODELO DE TAC

DIRETORIA-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

1. Aos ....(data), ...(local), perante o ....(autoridade competente), compareceu o servidor .... (nome), matrícula nº...., lotado no serviço de ....., doravante denominado simplesmente COMPROMISSÁRIO, para celebrar o presente Termo de Ajustamento de Conduta à vista das considerações que seguem.

2. Considerando que chegou ao conhecimento da ... (autoridade competente), por intermédio do (espécie e número do documento oficial, ou referência à denúncia ou representação), conforme consta dos autos do processo n° ...., notícia de que ...(narrar sinteticamente os fatos).

3. É firmado e aceito o presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, regulado pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira. O Compromissário declara reconhecer a inadequação da sua conduta, compreendendo com isso a ciência do fato irregular acima descrito, e compromete-se a absterse de praticá-la.

Cláusula Segunda. O Compromissário compromete-se a ler e a cumprir o elenco de deveres e proibições a que está sujeito enquanto servidor público, bem como o Código de Ética e demais normativos legais e regulamentares sobre a matéria, inclusive regulamentações internas da ... (especifica unidade).

Cláusula Terceira. O Compromissário assume o dever de doravante, em situação similar, agir dentro das cautelas e formalidades exigidas pela disciplina e pela ética e, em caso de dúvida, aconselhar-se com os seus superiores hierárquicos.

4. Após a homologação do presente Compromisso, determina-se o arquivamento do expediente na pasta funcional no setor responsável.

NOME DA AUTORIDADE
Cargo
NOME DO COMPROMISSÁRIO
Cargo

PORTARIA Nº 840, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, usando da atribuição conferida pelo art. 1º do Decreto nº 3.453, de 9 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio do mesmo ano, e tendo em vista o constante dos respectivos processos administrativos que tramitaram no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania, resolve:

DECLARAR a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do art. 12, § 4º, inciso II, da Constituição, por terem adquirido outra nacionalidade na forma do art. 23, da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949:

CAMILLA VICTORIA RAMOS FJELLVANG, nascida em 20 de julho de 1987, filha de Einar Harald Fjellvang e de Iané Ramos Fjellvang, adquirindo a nacionalidade norueguesa (Processo nº 08000.010241/2016-44);

CAROLINE CRISTINE NUNES DA SILVA, natural do Rio de Janeiro, nascida em 21 de novembro de 1987, filha de Rita de Cassia Nunes da Silva, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021470/2016-94);

CHARLES RAFAEL BESSEL, nascido em 30 de agosto de 1981, filho de Arno Bessel e de Lizani Bessel, adquirindo a nacionalidade norte-americana (Processo nº 08000.013648/2016-23);

CLAUDIO APARECIDO BERNARDES DA SILVA, nascido em 14 de agosto de 1973, filho de Manoel Bernardes da Silva e de Sonia Maria Vilela da Silva, adquirindo a nacionalidade norte-americana (Processo nº 08000.023396/2016-41);

CLEIDELENE DOS SANTOS PINTO, natural do Pará, nascida em 23 de abril de 1968, filha de Raimundo Alexandre Pinto e de Maria de Nazare dos Santos Pinto, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021467/2016-71);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CRISTIANA COSTA NIEDERMOSER, natural do Ceará, nascida em 15 de março de 1972, filha de Paulo Rodrigues da Costa e de Catarina Maria do Nascimento Costa, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.014683/2016-60);

CRISTIANO FIGUEIREDO MARQUES MIRANDA, nascido em 23 de maio de 1977, filho de Napoleão Marques Miranda e de Cleonice Figueiredo Marques Miranda, adquirindo a nacionalidade norte-americana (Processo nº 08000.022717/2016-90);

DANIEL SADICOFF ABUTBUL, nascido em 30 de agosto de 1994, filho de Abraham Abutbul e de Denise Helena Sadicoff Abutbul, adquirindo a nacionalidade israelense (Processo nº 08000.015751/2016-16);

DAVID LEE, nascido em 9 de setembro de 1977, filho de Ou Yun Kwon e de Seong Bok Lee, adquirindo a nacionalidade sul-coreana (Processo nº 08000.008262/2016-08);

DIOGO LUIZ DE FREITAS, natural de São Paulo, nascido em 21 de julho de 1982, filho de Antonio de Oliveira Freitas e de Nancy Alves Freitas, adquirindo a nacionalidade lituana (Processo nº 08000.020327/2016-85);

ELENILCE XAVIER SOUSA, natural do Ceará, nascida em 16 de setembro de 1983, filha de José Santos Sousa e de Antonia Bezerra Xavier, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021454/2016-00);

FABIOLA LORRAYNE HONORATO, nascida em 3 de setembro de 1995, filha de Andreia Aparecida Honorato, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.014685/2016-59);

FERNANDA DE OLIVEIRA SANTOS VIEIRA, natural do Estado de São Paulo, nascida em 7 de janeiro de 1986, filha de Walter Antonio Santos Vieira e de Maria Aparecida de Oliveira Vieira, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.014687/2016-48);

FERNANDA ZANATTA, nascida em 27 de maio de 1988, filha de Nedio Jose Zanatta e de Dona Tereza Fontanella Zanatta, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021477/2016-14);

FELIPE FRIDAY LAMENZA, nascido em 18 de junho de 1997, filho de Marcelo Rebello Lamenza e de Maria Helena Friday Lamenza, adquirindo a nacionalidade norte-americana (Processo nº 08000.013643/2016-09);

FRANCISCA RODRIGUES FEITOSA, natural do Ceará, nascida em 26 de dezembro de 1975, filha de Francisco Rodrigues de Araujo e de Maria Rodrigues Feitosa, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021429/2016-18);

GEISA MARIA SILVA, natural de Minas Gerais, nascida em 2 de novembro de 1961, filha de Onério Holário da Silva e de Rosalina da Costa Silva, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021417/2016-93);

GEORGETE BRANDÃO, natural do Rio de Janeiro, nascida em 15 de março de 1957, filha de Americo Brandão e de Aracy Barbosa da Silva, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021465/2016-81);

HIGOR CESAR DIAS VIEIRA, natural do Tocantins, nascido em 28 de junho de 1996, filho de Jefferson Vieira de Sousa e de Meyrinalva Dias Almeida, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021441/2016-22);

HIROKI IMATSUJI, natural do Estado de São Paulo, nascido em 12 de junho de 1995, filho de Koji Imatsuji e de Emilia Harumi Imatsuji, adquirindo a nacionalidade japonesa (Processo nº 08000.015761/2016-43);

ISRAEL IRONE SALVADOR, natural do Paraná, nascido em 10 de maio de 1982, filho de José Aparecido Salvador e de Alice Dotto Salvador, adquirindo a nacionalidade norte-americana (Processo nº 08000.014624/2016-91);

JEFERSON VALDEIR DOS SANTOS CRUZ, natural da Paraíba, nascido em 23 de julho de 1988, filho de Valdeildo da Cruz e de Ednalda dos Santos, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021456/2016-91);

JOÃO WILLAME DA SILVA, natural do Rio Grande do Norte, nascido em 6 de dezembro de 1976, filho de João Batista da Silva e de Raimunda Maria de Oliveira e Silva, adquirindo a nacionalidade britânica (Processo nº 08000.020598/2016-31);

JOSIANI TOLEDO SOARES, nascida em 20 de agosto de 1961, filha de João Soares e de Anni Mari Soares, adquirindo a nacionalidade norte-americana (Processo nº 08000.022714/2016-56).

KENNEDY GLEDSON MOURA DE MEDEIROS, natural do Rio Grande do Norte, nascido em 17 de junho de 1981, filho de João Paulo Neto e de Maria Goretti Moura, adquirindo a nacionalidade britânica (Processo nº 08000.020603/2016-13);

KOUKI IMATSUJI, nascido em 18 de setembro de 1993, filho de Koji Imatsuji e de Harumi Imatsuji, adquirindo a nacionalidade japonesa (Processo nº 08000.015762/2016-98);

LARA SAMPAIO TONUCCI, nascida em 16 de abril de 1996, filha de Rafael Gonçalves Tonucci e de Iva Nunes Sampaio, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.013631/2016-76);

LIU YI WEN, nascida em 14 de janeiro de 1950, filha de Chen Kuang Hua e de Liu Chan Heng, adquirindo a nacionalidade chinesa (Processo nº 08000.020547/2016-17);

LUCAS ARCHIMEDES GREGORIO HENRIQUE CURY CASTRO TORRES, que passou a assinar LUCAS ARCHIMEDES GREGORIO HENRIQUE PETERSEN, natural do Paraná, nascido em 1º de julho de 1996, filho de Carlos Alberto Castro Torres Junior e de Nancy Cury, adquirindo a nacionalidade alemã (Processo nº 08018.007939/2015-11);

LUCIANA APARECIDA FERNANDEZ SILVANO, que passou a assinar LUCIANA APARECIDA TASTEL natural de São Paulo, nascida em 30 de maio de 1973, filha de Osvandir Silvano e de Marion del Pilar Fernandez Nascimento Silvano, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.014684/2016-12).

LUCILENE DOS SANTOS DA SILVA, natural do Ceará, nascida em 19 de fevereiro de 1980, filha de Geraldo Vicente da Silva e de Celia dos Santos da Silva, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021462/2016-48);

LUIS FABIO VIANA RODRIGUES, natural do Ceará, nascido em 29 de maio de 1980, filho de Luiz Pereira Rodrigues e de Maria Viana Rodrigues, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021444/2016-66);

MANOEL DOS SANTOS FILHO, natural da Bahia, nascido em 8 de julho de 1980, filho de Manoel Dos Santos e de Creuza Amparo Dos Santos, adquirindo a nacionalidade chinesa (Processo nº 08000.026749/2015-83);

MARCIA PAULICÉA NOGUEIRA DE SÁ, natural de Pernambuco, nascida em 25 de novembro de 1979, filha de Gildazio Freire de Sá e de Maria de Lourdes Nogueira de Sá, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.022588/2016-30);

MARIA DA CONCEIÇÃO MOREIRA, natural do Ceará, nascida em 19 de setembro de 1978, filha de José Moreira da Silva e de Expedita Bento Moreira, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021438/2016-17) e

MARIA DE LOS ANGELES LANA MORCON, que passou a assinar MARIA DE LOS ANGELES LANA MOREIRA, natural do Estado de São Paulo, nascida em 2 de fevereiro de 1948, filha de Angel Lana Martinez e de Pilar Marcon Jerico de Lana, adquirindo a nacionalidade espanhola (Processo nº 08018.007190/2014-12).

MARIA JAQUELINE CARNEIRO DA SILVA, natural do Ceará, nascida em 16 de abril de 1985, filha de Raimundo Bezerra da Silva e de Maria de Fátima Carneiro, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021425/2016-30);

MARIANA DE OLIVEIRA FELIX, que passou a assinar MARIANA DE OLIVEIRA FELIX SCOTT, natural de Minas Gerais, nascida em 28 de outubro de 1983, filha de Walter Souza Felix e de Rita de Cássia Ribeiro Oliveira, adquirindo a nacionalidade norte-americana (Processo nº 08000.020572/2016-92);

MICHELLY MATIAS DOS SANTOS, natural da Bahia, nascida em 24 de março de 1993, filha de José dos Santos e de Iram Matias dos Santos, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.021420/2016-15);

MIKE ANDRADE CHEN, nascido em 25 de agosto de 1997, filho de Chen Cheng Ping e de Lêda Andrade Chen, adquirindo a nacionalidade chinesa (Processo nº 08000.010247/2016-11);

OMAR SOTERO BARAZANJI, nascido em 5 de novembro de 1997, filho de Khalid Walid Barazanji e de Luiza Sotero Barazanji, adquirindo a nacionalidade norte-americana (Processo nº 08000.020568/2016-24);

JOSÉ, que passou a assinar PIERLUIGI JOSÉ CHIACCHIA, natural da Bahia, nascido em 20 de novembro de 1987, filho de Antonio Chiacchia e de Maura de Simone, adquirindo a nacionalidade italiana (Processo nº 08000.015728/2016-13).

PLATYNNY DA CRUZ BRANDÃO, natural da Paraíba, nascido em 28 de outubro de 1987, filho de Marcônio Cavalcanti Brandão e de Suelí da Cruz Brandão, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021445/2016-19);

PRISCYLLA MIRELLA VICENTE DE ALBUQUERQUE, que passou a assinar PRISCYLLA MIRELLA RAMOS, natural de Pernambuco, nascida em 18 de abril de 1985, filha de Helder Farias Lopes de Albuquerque e de Iradilma Vicente Silva de Albuquerque, adquirindo a nacionalidade norte-americana (Processo nº 08000.014626/2016-81);

RAFAELA LISBOA DA SILVA, que passou a assinar RAFAELA LISBOA DA SILVA FERNANDES, natural do Paraná, nascida em 26 de dezembro de 1983, filha de Antonio Ferreira da Silva e de Cleusa Lisboa da Silva, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021422/2016-04);

ROBERTO ORLANDO AFFONSO JUNIOR, natural de São Paulo, nascido em 28 de maio de 1983, filho de Roberto Orlando Affonso e de Sonia Regina Sanfelixe Affonso, adquirindo a nacionalidade chinesa (Processo nº 08000.036550/2015-63);

RÚBIA CAMPI SOARES DA SILVA, natural de São Paulo, nascida em 17 de março de 1982, filha de Marivaldo Soares da Silva e de Maria Stela Campi Soares da Silva, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021452/2016-11);

SAMI SOTERO BARAZANJI, nascido em 4 de novembro de 1996, filho de Khalid Walid Barazanji e de Luiza Sotero Barazanji, adquirindo a nacionalidade norte-americana (Processo nº 08000.020570/2016-01);

THIAGO HENRIQUE DE OLIVEIRA, natural de São Paulo, nascido em 13 de julho de 1982, filho de Carlos Augusto de Oliveira e de Maria Helena dos Santos, adquirindo a nacionalidade norte-americana (Processo nº 08000.020575/2016-26);

VINICIO ALMEIDA PASTRE, natural do Paraná, nascido em 21 de fevereiro de 1992, filho de Donizete Pastre e de Doralice de Souza Almeida, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021447/2016-08);

VINICIUS ROBERTO DE FREITAS, natural do Paraná, nascido em 15 de janeiro de 1996, filho de Gerson Roberto de Freitas e de Patricia de Souza Freitas, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021448/2016-44);

WALDENIO BARBOSA DE FIGUEIREDO, natural de Pernambuco, nascido em 30 de julho de 1978, filho de Rubem Luiz de Figueiredo e de Elizabete Barbosa de Figueiredo, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021450/2016-13);

WENDEL SEVERINO DE BRITO, natural do Goiás, nascido em 22 de abril de 1975, filho de Augusto Severino da Silva e de Caldinéia Severino de Brito, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021473/2016-28) e

YANG I HAU, natural do Paraná, nascido em 25 de outubro de 1994, filho de Chu Chieh Yang e de Claudia Roberta Silva Yang, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08000.021434/2016-21).

ALEXANDRE DE MORAES

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 13 de setembro de 2016

Nº 14 - Processo nº 08700.009826/2015-43. Representante: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. Representado: Clínica de Neurocirurgiões do Rio Grande do Norte Ltda. - CLINEURO e Kurt Cléssio Morais Figueiredo de Mendonça. Advogados: Não especificados. Acolho a Nota Técnica nº 34/2016/CGAA2/SGA1/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pelo arquivamento do presente feito pela insubsistência dos indícios de infração à ordem econômica constante dos autos.

Nº 1.120 - Ato de Concentração nº 08700.006166/2016-20. Requerentes: Sequoia Logística e Transportes Ltda., Intec TI Logística S.A. e Intec Tecnologia da Informação S.A. Advogados: Maria Eugênia Novis, Beatriz Medeiros Navarro Santos e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.121 - Ato de Concentração nº 08700.006037/2016-31. Requerentes: Knorr-Bremse Commercial Vehicles Systems Japan Ltd. e Bosch Corporation. Advogados: Francisco RibeiroTodorov, Denise Junqueira e outros. Decido pelo não conhecimento da operação.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 3.845, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/38540 - DPF/LDA/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROGUARDA VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.429.584/0004-19, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1837/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.870, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/48465 - DPF/JVE/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO COMERCIAL DO SHOPPING CENTER BREITHAUPT, CNPJ nº 03.434.343/0001-52 para atuar em Santa Catarina.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.882, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/28433 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0137-09, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1388 (uma mil e trezentas e oitenta e oito) Munições calibre .380
3379 (três mil e trezentas e setenta e nove) Munições calibre 12
9653 (nove mil e seiscentas e cinquenta e três) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 3.883, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/28442 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0125-75, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
135 (cento e trinta e cinco) Munições calibre .380
707 (setecentas e sete) Munições calibre 12
2423 (duas mil e quatrocentas e vinte e três) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.884, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/28449 - DPF/SNM/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0129-07, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
104 (cento e quatro) Munições calibre .380
326 (trezentas e vinte e seis) Munições calibre 12
920 (novecentas e vinte) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.888, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/44529 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 59.104.422/0001-50 para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1799/2016 (CNPJ nº 59.104.422/0057-04) e nº 1851/2016 (CNPJ nº 59.104.422/0024-46).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.898, DE 23 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/49518 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FUNDACAO SALVADOR ARENA, CNPJ nº 59.107.300/0001-17 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.018, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/15641 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0125-75, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Pará com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1303/2016 (CNPJ nº 17.428.731/0125-75); nº 1304/2016 (CNPJ nº 17.428.731/0137-09); nº 1305/2016 (CNPJ nº 17.428.731/0132-02); nº 1306/2016 (CNPJ nº 17.428.731/0130-32); nº 1307/2016 (CNPJ nº 17.428.731/0129-07); nº 969/2016 (CNPJ nº 17.428.731/0128-18); nº 1014/2016 (CNPJ nº 17.428.731/0127-37); nº 735/2016 (CNPJ nº 17.428.731/0131-13) e nº 1308/2016 (CNPJ nº 17.428.731/0126-56).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.065, DE 1 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/42110 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa M S DE SOUSA SANTOS VIGILANCIA, CNPJ nº 14.093.210/0001-86, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 1884/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.095, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/56210 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa COMPANY SEGURANÇA E VIGILÂNCIA S/S LTDA, CNPJ nº 05.380.751/0001-02, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.099, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/39721 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MGP SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA-ME, CNPJ nº 07.240.017/0001-65, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1751/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.120, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/55998 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

Conceder autorização à empresa MR.GUN CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEICOAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.485.700/0001-01, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3752 (três mil e setecentas e cinquenta e duas) Munições calibre .380
1303 (uma mil e trezentas e três) Munições calibre 12
76740 (setenta e seis mil e setecentas e quarenta) Munições calibre 38
20 (vinte) Gramas de pólvora
78044 (setenta e oito mil e quarenta e quatro) Projéteis calibre 38
5958 (cinco mil e novecentas e cinquenta e oito) Espoletas calibre .380
3386 (três mil e trezentos e oitenta e seis) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.131, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/45991 - DPF/JNE/CE, resolve:

Conceder autorização à empresa CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARES LTDA, CNPJ nº 07.957.111/0007-25, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
3 (três) Revólveres calibre 38
15 (quinze) Munições calibre .380
14 (quatorze) Munições calibre 12
18 (dezoito) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.135, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/51950 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GARDINER SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.231.029/0001-72, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1940/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.142, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/24543 - DPF/UDI/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa 3E VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 07.578.814/0001-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1103/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.143, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/38628 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RANGERS INSTITUTO DE ENSINO EM SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 17.756.759/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1952/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.144, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/54266 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa ATLANTA SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 04.386.102/0001-48, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.154, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/45975 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa VIPPER - SEGURANÇA ARMADA LTDA EPP, CNPJ nº 13.549.584/0001-09, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente BRV VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.791.739/0001-08:
3 (três) Pistolas calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
108 (cento e oito) Munições calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.157, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/51435 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa WL VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 21.956.955/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1927/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.158, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/52037 - DELESP/DREX/SR/DPF/AC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AMAZONGAS DISTRIBUIDORA DE GLP LTDA, CNPJ nº 04.957.650/0010-71 para atuar no Acre.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.166, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/5196 - DPF/VRA/RJ, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa VINSTER SEGURANÇA PRIVADA LTDA. ME, CNPJ nº 22.496.107/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1483/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.167, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/58791 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa MASTERVIGS CENTRO DE FORMACAO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 60.268.489/0001-09, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
30140 (trinta mil e cento e quarenta) Espoletas calibre 38
2925 (dois mil e novecentos e vinte e cinco) Gramas de pólvora
30140 (trinta mil e cento e quarenta) Projéteis calibre 38
4595 (quatro mil e quinhentas e noventa e cinco) Espoletas calibre .380
4595 (quatro m/il e quinhentos e noventa e cinco) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.174, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/54563 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0013-66, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
120 (cento e vinte) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.189, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/39975 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa BLIM VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 22.778.168/0001-65, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6 (seis) Carabinas calibre 38
10 (dez) Revólveres calibre 38
210 (duzentas e dez) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA

PORTARIAS DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, resolve:

Nº 190 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALI MELHEM- V602810-Z, natural do Líbano, nascido em 21 de abril de 1986, filho de Malek Melhem e de Hanan Zeineddine, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.044157/2016-43);

ANNA REPERYASH - V551685-V, natural da Rússia, nascida em 31 de agosto de 1983, filha de Mihail Reperyash e de Lubov Ignatova, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.020661/2016-11);

ANTHONY NNAEMEKA OGBU - V459883-V, natural da Nigéria, nascido em 17 de novembro de 1970, filho de Donatus Ogbu e de Rose Ogbu, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.035087/2016-32);

ANTONIO MANUEL JASMINS RODRIGUES DIAS FARINHA - V309715-F, natural de Portugal, nascido em 20 de abril de 1973, filho de Antonio Manuel Dias Farinha e de Maria do Carmo Jasmins P. R. Dias Farinha, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.017343/2016-18);

CHINEDU JOSIAH ANYIKA - V708984-2, natural da Nigéria, nascido em 05 de agosto de 1967, filho de Phillip Anyika e de Juliana Anyika, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.044406/2016-09);

CLAUDE ELIE - V917665-3, natural da França, nascido em 12 de agosto de 1979, filho de Daniel Elie e de Christiane Germaine Juliette Grandry, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.003044/2016-69);

DINA RAOMBANARIVO RAMILIJAONA, que ao amparo no artigo 115 da Lei 6.815 de 1980, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se- RAOMBANARIVO DINA RAMILIJAONA - V295397-D, natural de Madagascar, nascido em 18 de agosto de 1976, filho de Manohisoa Ramilijaona e de Bakoly Raombanarivo, residente no Estado de Rio de Janeiro (Processo nº 08461.011708/2015-65);

DONGE ARVIE DISSOUNDOU BAGNENDA - V384931-N, natural da República do Gabão, nascido em 11 de outubro de 1982, filho de Bagnenda Paul e de Pessi Marie Francoise, residente no Estado do Pará (Processo nº 08364.001260/2014-99)

ELIO DUNIEL MOREJON COLLAZO - V751414-B, natural de Cuba, nascido em 09 de setembro de 1986, filho de Elio Enedino Morejon Campo e de Maria Del Rosario Collazo Cabrera, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.053328/2015-44);

ESTELA MARY AMARILLA TROCHE, que ao amparo no artigo 115 da Lei 6.815 de 1980, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se- ESTELA MARY AMARILHA TROCHE - V432951-D, natural do Paraguai, nascida em 18 de maio de 1979, filha de Pedro Ignácio Amarilla e de Lucila Troche de Amarilla, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08339.004800/2013-12);

FABIO DOMINIC BLASER - V870429-L, natural da Suíça, nascido em 10 de maio de 1988, filho de Jurg Andreas Blaser e de Conny Nora Blaser, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.058858/2015-42);

FATIHA MACHHOUR - V747465-7, natural de Marrocos, nascida em 08 de janeiro de 1988, filha de Lahcen Ben Driss e de Khadija Bent Haddou, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.044307/2016-19);

HADI KMACH - V426508-G, natural do Líbano, nascido em 09 de maio de 1984, filho de Assad Kmach e de Najat Kmach, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.035079/2016-96);

HAZEM EZZY RUBINO - G079407-E, natural da Síria, nascido em 20 de abril de 1985, filho de Jehad Ezzy e de Majdoleen Bou Hassoun, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.054604/2016-72);

ISMAIL KAMAR - V599198-F, natural do Líbano, nascido em 01 de setembro de 1983, filho de Hussein Kamar e de Sobhie Alaa Eddine, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.044707/2016-24);

JOSE ERNESTO MEJIA CARDENAS - V705635-5, natural do Peru, nascido em 06 de setembro de 1986, filho de Virginio Mejia Perez e de Carmen Cardenas Ramirez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08514.002828/2016-90);

JUANA ROSA CARRENO VERAMATUS - Y232532-N, natural do Peru, nascida em 13 de janeiro de 1958, filha de Juan Carreno Valdez e de Mercedes Veramatus, residente no Estado do Acre (Processo nº 08220.004717/2016-13);

JULIA PAMELA OCAMPO TOLA - V790688-T, natural da Bolívia, nascida em 24 de março de 1986, filha de Rene Ocampo Gonzales e de Martha Nina Herrera, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.044268/2016-50);

KALONJI MUKANKU PIERRE MOISE - V595402-P, natural da República Democrática do Congo, nascido em 12 de fevereiro de 1970, filho de Kalonji Pierre e de Kapinga Louise, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.054540/2016-18);

KAMAL NAGRAJ - Y251035-U, natural da Índia, nascido em 17 de julho de 1974, filho de Jagdish Parshad Nagraj e de Chandra Nagraj, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.004122/2015-25);

KARINA ALEXANDRA DIAZ ARIAS - V399386-S, natural do Equador, nascida em 01 de janeiro de 1989, filha de Gustavo Alberto Diaz Guerra e de Miriam Del Carmen Arias Gomez Jurado, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.017402/2016-40);

KASHAN IQBAL - V830148-G, natural do Paquistão, nascido em 17 de maio de 1981, filho de Muhammad Iqbal e de Amna Begum, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08125.001696/2016-62);

LILIYA AHARODNIKAVA - V742284-0, natural da República da Bielorrussia, nascida em 01 de setembro de 1951, filha de Serguey Aharodnikav e de Ksenia Tivonova, residente no Estado de Pernambuco (Processo nº 08102.010671/2015-37);

LIS MAGALI BALDEON ROJAS - V443555-A, natural do Peru, nascida em 16 de outubro de 1990, filha de Pedro Vicente Baldeon Ricse e de Guillermina Jacinta Rojas Paucar, residente no Estado do Maranhão (Processo nº 08310.015025/2015-19);

LUCA CACCIATORE - V633308-J, natural da Itália, nascido em 22 de março de 1977, filho de Giuseppe Cacciatore e de Liliana Bonfante, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08494.005191/2015-98);

MADINABONU NARZIEVA - G068115-1, natural do Usbequistão, nascida em 08 de maio de 1986, filha de Hakim Narziev Muhammedovich e de Dilorom Narzieva Aminovna, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.017585/2016-01);

MOHAMMED MALLOUK - V747467-3, natural de Marrocos, nascido em 19 de maio de 1984, filho de Omar Ben Driss e de Fatima Bent Mohamed, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.044308/2016-63);

MOUSTAPHA KANE - V610448-U, natural do Senegal, nascido em 20 de novembro de 1977, filho de Abdoulaye Kane e de Khoudia Niang, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08452.003249/2016-36);

MUNTALA MOHAMMED - V634962-L, natural de Gana, nascido em 31 de dezembro de 1983, filho de Mohammed Osman e de Haridja Adam, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.016681/2016-24);

NJINMI OSCARINE TCHAMBA DE JESUS - G094774-0, natural de Camarões, nascida em 23 de setembro de 1982, filha de Tchamba Jacques e de Ndjeutcha Elise, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.044162/2016-56);

OLFAT ALI RMAITY - V661640-3, natural do Líbano, nascida em 07 de fevereiro de 1985, filha de Ali Rmaity e de Raofat Rmaity, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.044483/2016-51);

RABIU RUFAYI - V977885-R, natural de Gana, nascido em 05 de julho de 1985, filho de Rufayi Saluhu e de Amimatu Iddrisu, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.015325/2016-75);

RAUL JESUS DIAZ ROSAS - V487581-2, natural do Peru, nascido em 02 de setembro de 1975, filho de Antonio Raul Diaz Ugarte e de Julia Dalila Rosas de Diaz, residente no Estado do Acre (Processo nº 08220.010982/2015-50);

SEBASTIAN ANDRES VERNAL CARRANZA - V784127-I, natural do Chile, nascido em 10 de dezembro de 1985, filho de Raul Andres Vernal Astudillo e de Genovena Del Rosario Carranza Rios, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08508.000429/2016-73);

SYLVESTRE SANGALA MULANGWA - V299043-S, natural do Congo, nascido em 01 de janeiro de 1959, filho de Godefroid Mulangwa e de Marie Kamonge, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.054539/2016-85);

TIAN LIN, que ao amparo no artigo 115 da Lei 6.815 de 1980, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se ALEX TIAN LIN - Y273397-B, natural da China, nascido em 22 de julho de 1984, filho de Tian Zhujun e de Song Shuyun, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.006377/2014-41);

VICTOR ALEJANDRO GABILAN - V478909-W, natural da Argentina, nascido em 15 de março de 1971, filho de Constancio Gabilan e de Monica Villalba Britez de Gabilan, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08495.005394/2013-11) e

VITOR MANUEL DO NASCIMENTO ROBALO - G036295-1, natural de Portugal, nascido em 02 de setembro de 1958, filho de José Robalo Alexandre e de Teresa do Nascimento Duarte, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 08286.000844/2016-89).

Nº 191 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AMAL NABIH NAJM - W454415-7, natural do Líbano, nascida em 06 de janeiro de 1954, filha de Lian Louka e de Khazoun Slaiby, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08502.000224/2016-48);

ARELIS FELIPE ORTIGOZA - V277167-W, natural de Cuba, nascida em 04 de dezembro de 1982, filha de Antonio Felipe Mayans e de Ruby Arelis Ortigoza Garcell, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08386.010800/2015-58);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CHIU YUEH LIU - Y227741-W, natural da China (Taiwan), nascida em 28 de novembro de 1960, filha de Chao Liu e de Ho Ceng Liu, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.000450/2016-99);

LUISA CORTEZ DE AIREYU - V127817-J, natural da Bolívia, nascida em 31 de janeiro de 1962, filha de Pedro Cortez Suarez e de Rosa Borda Soleto, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.044540/2016-00);

MAHMOUD SULIMAN - V318182-N, natural da Síria, nascido em 20 de abril de 1975, filho de Mohamad Said Suliman e de Khadeijeh Khashouf, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.054386/2016-76);

NIKOLAI GARKUSHA - Y231007-A, natural da Rússia, nascido em 08 de março de 1974, filho de Anatoli Garkusha e de Tathiana Garkusha, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.003756/2016-88);

TOUFIC YOUSSEF MELHEM - Y044946-V, natural do Líbano, nascido em 01 de março de 1971, filho de Youssef Toufic Melhem e de Rasmie Abedahssain Hijazi, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.007930/2016-64);

VALERIA MARIANA MARTINEZ PEDRAZAS - V293607-1, natural da Bolívia, nascida em 07 de maio de 1995, filha de Marco Aurelio Martinez Mendez e de Martha Marleny Pedrazas Mendieta, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08508.016465/2015-78);

WANG CHIEH MIN - Y248596-Z, natural da China (Taiwan), nascido em 19 de agosto de 1987, filho de Wang Teng Hsien e de Wang Hsu Yueh Chu, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08501.004549/2016-18);

WEN CHENG TSAI - Y227698-7, natural da China (Taiwan), nascido em 23 de janeiro de 1981, filho de Ching Liahg Tsai e de Chiu Yueh Liu, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.000458/2016-55); e

WILLIAN VALER UGARTE - Y240056-X, natural do Peru, nascido em 06 de novembro de 1970, filho de Edgardo Valer Morveli e de Maria Jesus Ugarte Miranda, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08701.003003/2016-85).

Nº 192 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABDULWAHID SHAIF QAID HUSSEIN - V947116-I, natural da Arábia Saudita, nascido em 06 de outubro de 1984, filho de Shaif Qaid Hussein e de Mariam Mohamed Mohamed, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.005331/2016-02);

BABAK SHARIFI - V391396-S, natural do Irã, nascido em 01 de setembro de 1971, filho de Mohamad Sharifi e de Mansoreh Tavakoly, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.008368/2015-13);

BENJAMIN EDOUARD MAURICE POTET - G071438-6, natural da França, nascido em 06 de julho de 1984, filho de Richard Eugene Louis Potet e de Brigitte Gisele Victoria Meunier, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.017520/2016-58);

BRIDGET UHUNOMA IDAM - V844807-D, natural da Nigéria, nascida em 18 de julho de 1975, filha de Samson Agharese Izedonmwen e de Veronica Agharese Izedonmwen, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08461.006902/2016-18);

CARLOS ENRIQUE ARROYO ORTIZ - V452667-Z, natural do Peru, nascido em 15 de julho de 1977, filho de Nieves Arroyo Morales e de Hilda Justina Ortiz Romero, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.004166/2016-72);

CELIO FORTES GOMES - V569709-Y, natural de Cabo Verde, nascido em 29 de maio de 1990, filho de Pedro Jose Gomes e de Margarida Costa Fortes Gomes, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08212.002418/2016-43);

DAVID EMEKA EJIDIKE - G083332-6, natural da Nigéria, nascido em 27 de janeiro de 1977, filho de James Ejidike e de Joy Ejidike, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.018410/2016-95);

DIGNA NOEMI PENA MEDRANO DE GUZMAN - V506173-Q, natural da Republica Dominicana, nascida em 07 de outubro de 1980, filha de Luis Adalberto Pena Suero e de Maria Antonia Medrano Abrew, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08336.007976/2016-07);

FOLORUNSHO JAMIU FASHOLA - V499106-G, natural da Nigéria, nascido em 18 de março de 1983, filho de Ahmed Oladoshu Alamu Fashola e de Amudalat Ayoka Fashola, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.003530/2016-78);

FREDDY NDELE - G104080-6, natural da República Democrática do Congo, nascido em 26 de abril de 1986, filho de Kundenda Ndele e de Matsuela Manyimi, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.007957/2016-47);

GICELA IVONNE CORI CHAVEZ - V707236-9, natural do Peru, nascida em 29 de novembro de 1970, filha de David Cori Dorival e de Maria Chavez Abanto, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08336.001998/2016-55);

IKENNA GEORGE IDAM - V770936-B, natural da Nigéria, nascido em 07 de novembro de 1972, filho de Christopher Alu Idam e de Mary Rose Idam, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08461.006903/2016-54);

JOHNNY DANIEL HERESI GUZMAN - V506328-N, natural da Bolívia, nascido em 31 de julho de 1981, filho de Johnny Anthony Heresi Sabja e de Wally Margot Guzman Herrera, residente no Estado de Sergipe (Processo nº 08520.004942/2016-75);

JOSE MARIA FLORES GALVIS - Z502990-J, natural da Bolívia, nascido em 31 de março de 1996, filho de Pedro Hugo Flores Guzman e de Maria Lourdes Galvis Guzman, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08336.001954/2016-25);

LAURA ISABEL VASQUEZ PEREZ - V390743-1, natural da Republica Dominicana, nascida em 03 de janeiro de 1979, filha de Rafael Vasquez Garcia e de Eva Altagracia Perez de Vasquez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.017522/2016-47);

LILIEM PAOLA BRACHO CABALLERO - V217897-V, natural do Paraguai, nascida em 29 de junho de 1980, filha de Salustiano Bracho Enriquez e de Elvia Caballero de Bracho, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08492.026516/2013-24);

LIZ KAREN VIERA GOMEZ - V589347-U, natural do Uruguai, nascida em 24 de outubro de 1982, filha de Reinaldo Viera e de Mirtha Lylyan Gomez, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08441.004238/2016-01);

MAYRA ANDREA VIDAL CHONG - V752665-I, natural do Peru, nascida em 02 de janeiro de 1984, filha de Miguel Angel Vidal Souza e de Maria Raquel Chong Argumedo, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08461.007102/2016-14);

MAYSSAA MELHEM - V647912-F, natural da Arábia Saudita, nascida em 23 de outubro de 1982, filha de Fares Melhem e de Adiba Madi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.044280/2016-64);

MHD NAZIR FARRA - G045549-W, natural da Síria, nascido em 02 de novembro de 1977, filho de Faisal Farra e de Suha Mousa Khalifa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.035020/2016-06);

MICHEL CHAMMAS - G061216-U, natural do Líbano, nascido em 02 de janeiro de 1967, filho de Joseph Melhem Chammas e de Micheline Jamil Hreiz, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08125.000729/2016-57);

MUSAAD ABDULRAHMAN SULIMAN ALTURIF - G080452-B, natural da Arábia Saudita, nascido em 14 de janeiro de 1982, filho de Abdulrahman Suliman Alturif e de Munira Hamad Alturif, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08709.003657/2016-39);

OWOLABI SASI - G084565-F, natural da Nigéria, nascido em 15 de fevereiro de 1979, filho de Bolaji Sasi e de Arike Sasi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.035024/2016-86);

ROBERTO VERA PUENTE - V360756-A, natural de Cuba, nascido em 22 de julho de 1972, filho de Roberto Vera Sanchez e de Bernancia Caridad Puente Jimenez, residente no Estado do Tocantins (Processo nº 08280.018446/2016-79);

SARA NASSEHIPOUR - V597604-3, natural do Irã, nascida em 25 de junho de 1994, filha de Mehran Nassehipour e de Sharareh Khorrami, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.034886/2016-91) e

SELVA BELEN RAMOS, que ao amparo no artigo 115 da Lei 6.815 de 1980, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se- BELEN SELVA RAMOS - V570487-S, natural da Argentina, nascida em 28 de julho de 1987, filha de Rolando Ernesto Ramos e de Nilda Miriam Gomez, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08436.000649/2016-98).

Nº 193 - AUTORIZAR a emissão de Certificado Provisório de Naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

GHAZI ISSA, natural da Síria, nascido em 25 de abril de 2011, filho de Anas Issa e de Lama Al Masalmeh, residente no Estado do Paraná (Processo: 08389.014552/2016-75);

JANA REDA JUMAA, natural da Síria, nascida em 15 de junho de 2012, filha de Reda Joma e de Walaa Al Moalem, residente no Estado do Paraná (Processo: 08125.003006/2016-18);

LEMAR ABU HASNA, natural da Síria, nascida em 15 de janeiro de 2012, filha de Majed Abu Hasna e de Dalia Alabtah, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08514.005977/2016-19);

MIRA ABU HASNA, natural do Líbano, nascida em 08 de agosto de 2014, filha de Majed Abu Hasna e de Dalia Alabtah, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08514.005976/2016-66);

RYIAD SABBAGH CHARBATI, natural da Síria, nascido em 15 de junho de 2012, filho de Jamil Sabbagh Charbati e de Yasmin Zeino, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.075848/2016-99);

SARA NEAMA, natural da Síria, nascida em 22 de dezembro de 2011, filha de Ayham Neama e de Mais Hmaidan, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.066917/2015-92);

TERESA NDOMBASI MBALA, natural da Angola, nascida em 11 de novembro de 2010, filha de Kingana Mbala e de Senga Diambu Calvie, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.066965/2015-81);

VICTORIA OGECHI IHEANAEZURU, natural da Nigéria, nascida em 16 de setembro de 2010, filha de Dynasius Mbachu e de Martha Uchechi Iheanaezuru, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.091044/2016-37) e

WILLIAM ALEJANDRO BUITRAGO LOPEZ, natural da Colômbia, nascido em 15 de janeiro de 2002, filho de William Ernesto Buitrago Sanchez e de Adelaida Del Socorro Lopez Fandiño, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo: 08444.001190/2015-60).

GUSTAVO JOSÉ MARRONE DE CASTRO SAMPAIO

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE DE DIVISÃO

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.021171/2016-50 -HAIYAN ZHONG

Processo Nº 08505.081811/2015-19 - HENRIQUE FILIPE DOS SANTOS MARQUES LOPES

Processo Nº 08460.015522/2015-95 - PAOLO LAVEZZINI, ELEONORA NICODEMI,

Processo Nº 08520.004363/2015-41 - JULIO CESAR AVILA MEMBRENO, SARAH LINDSAY AGURCIA ROEKAERT, CAMILA LINDSAY AGURCIA ROEKAERT, JULIO IGNACIO AVILA AGURCIA

Processo Nº 08000.026131/2015-13 - ANA PRAZERES SANTOS COELHO CARDOSO SALGADO, JOÃO JOSE DE OLIVEIRA SIMÓES CARDOSO SALGADO, MARIA SANTOS COELHO CARDOSO SALGADO, JOÃO PEDRO SANTOS COELHO CARDOSO SALGADO, CATARINA SANTOS COELHO CARDOSO SALGADO,

Processo Nº 08000.026048/2015-44 - SIYOUNG KIM, HONG HYUN KIM

Processo Nº 08460.015498/2015-94 - PETER GEORGE MACARA

Processo Nº 08240.008860/2015-65 - RAYMUNDO JAIME ROMERO MIRANDA

Processo Nº 08000.023357/2015-62 - BAO SHANG,

Processo Nº 08505.075251/2015-63 - HUGO ALEXANDRE PEREIRA TRIUNFANTE MARTINS

Processo Nº 08505.044660/2015-18 - ALBERTO ILITCH MARTINEZ DEL CAMPO , REGINA MARTINEZ WONG

Processo Nº 08460.024542/2015-57 - INES DOS SANTOS DUARTE NEVES

Processo Nº 08390.000582/2015-84 - LAURENTINO CARLOS DA SILVA

Processo Nº 08000.018116/2015-00 - XAVIER PIERRE JOSEPH GIORGINO

Processo Nº 08000.018114/2015-11 - FLORIAN PIERRE BOSSEL

Processo Nº 08000.017598/2015-72 - DEBRA ANN REICHERT

rocesso Nº 08000.015844/2015-51 - FIONA MURPHY

Processo Nº 08000.014552/2015-00 - RUI MIGUEL MARREIROS CACAO, ROSSANA SOLANGE ABANO MACHADO CACAO, AFONSO MARIA MACHADO CACAO

Processo Nº 08000.012128/2015-12 - MATTHEW WILLIAM WEIGHTMAN

Processo Nº 08212.006616/2014-14 - ONEHEK IM

Processo Nº 08505.081263/2014-46 - JOAO MIGUEL CESAR MARREIROS

Processo Nº 08270.036197/2014-51 - JOO HO KIM

Processo Nº 08505.081523/2015-64 - PEDRO MIGUEL BARJA MOURÃO DUARTE

Processo Nº 08505.081519/2015-04 - JULIAN MICHAEL ENZO DURK

Processo Nº 08270.037025/2014-02 - JUAN JIMENEZ BASTIDAS

Processo Nº 08505.081518/2015-51 - MICHAEL SANDERSON

Processo Nº 08270.034291/2014-75 - OU EUN KWON

Processo Nº 08505.075781/2015-10 - NAYANDATT DEENU MANJREKAR

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 29/06/2016, Seção 1, pág. 35, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08514.004138/2014-11 - SANDRA SOFIA RODRIGUES DOS SANTOS

À vista dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 29/08/2016, Seção 1, pág. 23, e DEFIRO o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08257.001249/2015-27 - ANSELMO FRANCISCO CAMPIRA ZINGOMBE

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 09/03/2016, Seção 1, pág. 95, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08505.081104/2014-41 - CHRISTIAN SCHNAAS TAPPAN, ANNIKA SCHNAAS BARRERO, CAMILE SCHNAAS BARRERO e CECILIA INES BARRERO

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 27/06/2016, Seção 1, pág. 20, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08505.080880/2014-24 - PATRICIA ALEXANDRA RIBEIRO

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 12/06/2014, Seção 1, pág. 34, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08240.005354/2013-52 - SHENGBAO CHEN

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 27/06/2016, Seção 1, pág. 20, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08444.002647/2014-72 - ALVARO RAMOS DE ARAUJO e MARIA EDUARDINA PEREIRA SIMOES DE ARAUJO

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 27/06/2016, Seção 1, pág. 20, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08505.052255/2014-92 - GUILLERMO ANDRES PARRA BERNAL

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 23/03/2016, Seção 1, pág. 55, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08505080673201470 - MYEONG KIM

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 10/07/2015 , Seção 1, pág. 53, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.104596/2014-51 - SHAILESH ISHWARLAL CHAUHAN

Determino o arquivamento dos processos diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08461.008559/2015-57 - TERRY LANE ROMINE

Processo Nº 08461.006423/2014-21 - INA ERIKA MARIA WUSTEFELD

Processo Nº 08460.012393/2014-01 - KEVIN FINLEY O' SULLIVAN, ALEXANDRA MARIE LA NASA O' SULLIVAN, GWENDOLYN MARIE LA NASA, TRI PUJI ASTUTI

Processo Nº 08280.016451/2014-85 - YAKSHI IDA JOSEFINA PALMER

Processo Nº 08460.042171/2014-12 - SARA SERGIO MADUREIRA

Processo Nº 08505.102815/2014-67 - CHRISTIAN ALEXANDER FORSTER, MARLIES FORSTER, SOPHIE LONI FORSTER, LENA MARIE FORSTER

Processo Nº 08280.012192/2014-13 - KRISTINE LEIGH GRANQUIST

Processo Nº 08460.022611/2014-15 - FILIPE ANDRÉ ARAÚJO GOMES

Processo Nº 08505.053172/2014-11 - GERARDO DIAZ SALGADO, MARCELA IVETTE MERINO HERNANDEZ e GERARDO DIAZ MERINO

Processo Nº 08505.093670/2014-04 - JOSE LUIS JOSAN AGUILAR

Processo Nº 08270.023564/2015-37 - JONGHO KIM

Processo Nº 08460.022844/2014-18 - CESAR AUGUSTO TABA GOMEZ, DIANA CAROLINA TABA e SOFIA TABA

Processo Nº 08505.054685/2015-20 - PENG WEI

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.038828/2015-37 - ARKADIUSZ FRONT, até 16/12/2017.

Processo Nº 08000.003188/2016-25 - JUNIPHER JACOLBE MONTEMAYOR, até 08/03/2017.

Processo Nº 08000.016336/2016-71 - JORGE LOPEZ LUSTRES, até 29/11/2018.

Processo Nº 08000.016334/2016-82 - CHRISTIAN DAVID JONKER, até 09/11/2018.

Processo Nº 08000.013165/2015-48 - ALEKSEJS KARAJEVS, até 02/12/2016.

Processo Nº 08000.013965/2015-69 - ANDREI TROFIMOV, até 27/07/2017.

Processo Nº 08000.015166/2015-27 - NORMAN SINCLAIR BAIN, até 03/06/2017.

Processo Nº 08000.015807/2015-43 - EMILY CARIOU, LIONEL GERARD TORRE, CLEMENT CARIOU TORRE, até 05/08/2017.

Processo Nº 08000.016118/2015-56 - PIOTR MAREK HERDA, até 29/09/2017.

Processo Nº 08000.019545/2015-96 - DOUGLAS PATRICK CAMPBELL, até 11/01/2017.

Processo Nº 08000.019566/2015-10 - MICHAEL ELLIS, até 11/01/2017.

Processo Nº 08000.019571/2015-14 - DENVER MAURICE MILNE, até 11/01/2017.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho, DEFIRO os pedidos de reconsideração, abaixo relacionados; e com efeito, prorrogo o prazo de Estada do estrangeiro no País.

Processo Nº 08000.020471/2015-31 - IVAYLO VESELINOV IVANOV, até 22/08/2017.

Processo Nº 08000.016042/2016-40 - ULDARICO JR ACOSTA GUILLERMO, até 24/09/2018.

Processo Nº 08000.013686/2015-03 - ARTUR SLAWOMIR ROKICKI, até 06/05/2017.

Processo Nº 08000.016689/2015-91 - PANDURANG NIVRITTI TARI, até 22/08/2017.

Processo Nº 08000.021204/2015-81 - JACK DAVISON, até 29/11/2017.

Processo Nº 08000.032811/2015-76 - WILLIAM BRYCE até 10/01/2018.

Processo Nº 08000.016671/2015-99 - GEORGE MICHAEL STAHL, até 20/08/2017.

Determino o arquivamento dos processos, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada, abaixo relacionados:

Processo Nº 08102.009714/2015-31 - GIANNI SIROTICH

Processo Nº 08000.021856/2014-34 - ROLANDIS MIHAILOVS

Processo Nº 08506.011742/2014-95 - BENJAMIN JON HENRY

Processo Nº 08461.009315/2013-20 - CHAD RICHEY PATRICK

Processo Nº 08000.007681/2014-52- ALBINSAM JOSEPH

Processo Nº 08000.008963/2014-77 - ERIC DELACHAUSSEE

Determino o arquivamento, diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País.

Processo Nº 08000.014934/2015-25 - KURT ARON JUBERG

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 02/09/2016, Seção 1, pág. 25, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.034609/2015-89 - EIVIND WIIK

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 03/05/2016, Seção 1, pág. 30, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.032194/2015-17 - PAURUSHASP ASPI MULLAN

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 26/07/2016, Seção 1, pág. 36, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.032134/2015-96 - ANTHONY JOHN CHIRICO, SABINE PETRA KUTT

Determino o arquivamento, diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País. Com efeito, REVOGO o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 19/02/2016, Seção 1, pag. 93.

Processo Nº 08000.026838/2015-20 - PRASAD ARUN DAHIBHATE

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 01/08/2016, Seção 1, pág. 27, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.018786/2015-18 - ARILD DAHL

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 15/08/2016, Seção 1, pág. 27, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.019080/2015-73 - MIROSLAW ROCH POCHYLSKI

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 15/08/2016, Seção 1, pág. 27, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.019081/2015-18 - CEZARY ZIELINSKI

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 10/07/2015, Seção 1, pág. 52, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08505.066527/2014-31 - PETER MICHAEL JAMES PENDLETON

INDEFIRO o pedido de Transformação de Visto, tendo em vista que o interessado não apresentou os seguinte(s) documento(s):

Processo Nº 08000.018306/2015-19 LUIS ARMANDO LOPEZ PORTILLA DOVALE

Considerando a manifestação contrária do Ministério do Trabalho, INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, Visto Temporário Item V, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.041505/2014-40 - THOR ARNE BENJAMINSEN

Processo Nº 08390.010042/2014-28 - JACOBO CORBY LOERA

Processo Nº 08000.015043/2015-96 - RADOSLAW STANISLAW KAMINSKI-KIJ

Processo Nº 08000.015210/2015-07 - ANDREI LOBKO

Processo Nº 08000.015487/2015-21 - ANTONIO ILDEFONSO MARTINEZ

Processo Nº 08000.015530/2015-59 - MAXIM SHCHELKANOV

Processo Nº 08000.015733/2015-45 - SANJAY PANDURANG PAWASKAR

Processo Nº 08000.017814/2015-80 - ROGER RAYMUNDO AMIN

Processo Nº 08000.018358/2015-95 - NIKOLAOS FRAGKAKIS

Processo Nº 08000.020594/2015-71 - ROBERT VARVODIC

Processo Nº 08000.022041/2015-53 - ANGELO DI FABIO

Processo Nº 08000.024523/2015-48 - IKER LOPATEGI SANZ

Processo Nº 08000.014880/2015-06 - BERNARDO GARCIA BINAY

Considerando a manifestação do Ministério do Trabalho que constatou a ausência do pré-cadastro, INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no Pais, abaixo relacionados:

Processo Nº 08458.014668/2015-62 - JERRY CLAVE CESTONA

Processo Nº 08212.004484/2016-58 - KANGMIN LEE

Processo Nº 08000.015594/2015-50 - JANUSZ KONRAD OGROCKI

Processo Nº 08000.012849/2015-22 - GERVAIS MARLONE PORT-LOUIS

Processo Nº 08000.013306/2015-22 - MARCOS TEODOSIO SIQUEIRA

Processo Nº 08000.014257/2015-45 - GRZEGORZ ANTONI JARZEBINSKI

Processo Nº 08000.013367/2015-90 - NONATO CARACUT TALABA

Processo Nº 08000.014884/2015-86 - OSCAR CORNALI

Processo Nº 08000.014888/2015-64 - BRANKO FRANIC

Processo Nº 08000.014889/2015-17 - MARCELI ADAM SZEWCZUK

Processo Nº 08000.014928/2015-78 - GUILLERMO CARITATIVO BACULINA

Processo Nº 08000.015276/2015-99 - SINISA TRGOVAC

Processo Nº 08000.015585/2015-69 - HENGSHENG HUAN

Processo Nº 08000.020864/2015-44 - JUHA PEKKA JOHANNES VOURELA

Processo Nº 08000.021293/2015-65 - MARCEL ALEXANDER FERNANDEZ

INDEFIRO o pedido de retificação da decisão administrativa, tendo em vista que, nos termos da RN 72/06 do CNIg c/c o art. 66, § 1° do Decreto no 86.715, de 10 de dezembro de 1981, o prazo para cada prorrogação é de até 2 (dois) anos. Por fim, cabe destacar que, conforme Carteira de Identidade de Estrangeiro juntada nos autos, o interessado possui registo de visto temporário, item V, com validade até 21/08/2014.

Processo Nº 08000.028266/2014-32 - BJORN AREFJORD

MULLER LUIZ BORGES

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 126, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Novela: HAJA CORAÇÃO (Brasil - 2016)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Fred Mayrink
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Comédia/Romance
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.010899/2016-56
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Série: THE NIGHT SHIFT - ANO 1 - PLANTÃO NOTURNO (THE NIGHT SHIFT - SEASON 1ª, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Sony Pictures
Distribuidor(es): Sony Pictures Releasing Of Brasil, Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.013051/2016-89
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Conjunto de Episódios: FOTOGRAFIA PLURAL (Brasil - 2015)
Produtor(es): Amarildo Carnicel
Diretor(es): Amarildo Carnicel
Distribuidor(es): UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Variedades
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.025305/2016-10
Requerente: Fundação Roberto Marinho

Filme: O JOGO (+ ADICIONAIS) (LEVEL UP, Reino Unido - 2016)
Produtor(es): Philip Herd/Jan Pace/Leo Pearlman
Diretor(es): Adam Randall
Distribuidor(es): Universal Pictures do Brasil
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Suspense
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.034261/2016-19
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: A NONA VIDA DE LOUIS DRAX (THE 9TH LIFE OF LOUIS DRAX, Canadá / Estados Unidos da América / Reino Unido - 2015)
Produtor(es): Alexandre Aja/Tim Bricknell
Diretor(es): Alexandre Aja
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Suspense
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.034581/2016-61
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Conjunto de Episódios: OS SIMPSONS - 5ª TEMPORADA - VERSÃO EDITADA (THE SIMPSON - SEASON 5, Estados Unidos da América - 1994)
Episódio(s): 08 a 16
Diretor(es): Matt Groening
Distribuidor(es): RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES SA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Animação
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.034987/2016-43
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: BOYS (JONGENS, Holanda - 2014)
Produtor(es): Pupkin Productions/NTR
Diretor(es): Mischa Kamp
Distribuidor(es): ELITE FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08000.036119/2016-06
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O MESTRE DOS GÊNIOS (GENIUS, Reino Unido - 2016)
Produtor(es): James J. Bagley/A. Scott Berg/Tim Bevan
Diretor(es): Michael Grandage
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL PRODUÇÃO E DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08000.036652/2016-60
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: PENDRAGON - A CORAGEM DE UM GUERREIRO (PENDRAGON - A SWORD OF HIS FATHER, Estados Unidos da América - 2008)
Produtor(es): Burns Family Studios
Diretor(es): Chad Burns
Distribuidor(es): GRAÇA FILMES PRODUTORA E DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.037204/2016-83
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Conjunto de Episódios: SUPERGIRL - VERSÃO EDITADA (SUPERGIRL, Estados Unidos da América - 2015)
Episódio(s): 3
Produtor(es): Glen Winter
Diretor(es): Glen Winter
Distribuidor(es): WARNER BROS INTERNATIONAL TELEVISION DISTRIBUTION, INC.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.038815/2016-49
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Série: SEQUESTRO (Brasil - 2016)
Episódio(s): 10
Produtor(es): Marco Altberg
Diretor(es): José Amancio
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Atos Criminosos
Processo: 08017.000804/2016-15
Requerente: INDIANA PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS EIRELI

Filme: OLYMPIA 2016 (Brasil - 2016)
Produtor(es): Rodrigo Mac Niven/Sandro Langer
Diretor(es): Rodrigo Mac Niven
Distribuidor(es): P&M DISTRIBUIDORA DE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Thriller Político
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000863/2016-85
Requerente: P&M DISTRIBUIDORA DE FILMES

Filme: MARGINAL (Brasil - 2016)
Produtor(es): Trator Filmes
Diretor(es): Alexandre Miranda de Freitas
Distribuidor(es): Pandora Filmes
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000864/2016-20
Requerente: TRATOR FILMES LTDA.

ALESSANDRA XAVIER NUNES

DESPACHOS DA DIRETORA ADJUNTA

Em 13 de setembro de 2016

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014:

Despacho nº 278/2016/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08026.000354/2015-62
Série: A LENDA DE KORRA - 1ª, 2ª e 3ª TEMPORADAS
Emissora: TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A.

CONSIDERANDO o pedido de verificação de classificação indicativa da série "A LENDA DE KORRA - 1ª, 2ª e 3ª TEMPORADAS", feito pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude.

CONSIDERANDO que a Coordenação de Classificação Indicativa comunicou a emissora TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A acerca do questionamento do Ministério Público e solicitou o material para análise.

CONSIDERANDO que na análise realizada constatou-se a exibição de conteúdos relacionados a angústia, presença de armas com violência, tensão, ato violento contra animais, exposição ao perigo e morte intencional, que, mesmo inseridos em contexto fantasioso, são incompatíveis com a classificação "livre" do programa BOM DIA & CIA, no qual a obra foi exibida.

CONSIDERANDO que, a partir do constatado, a Coordenação de Classificação Indicativa solicitou esclarecimentos à emissora acerca do ocorrido.

CONSIDERANDO a resposta da emissora, que se compromete a não mais exibir a série no referido programa.

Resolve classificar Ex Officio a série "A LENDA DE KORRA - 1ª, 2ª e 3ª TEMPORADAS" como "não recomendado para menores dez anos", por apresentar violência.

Despacho nº 313/2016/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08017.000525/00-88
Novela: "A MENTIRA"
Emissora: TVSBT

CONSIDERANDO que a obra em questão foi classificada como Livre, conforme publicação do Diário Oficial da União em 05 de Abril de 2000;

CONSIDERANDO que a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. (STF, Súmula nº 346, Sessão Plenária de 13.12.1963; STF, Súmula nº 473, Sessão Plenária de 03.12.1969).

CONSIDERANDO que a portaria MJC nº368/14 estabelece em seu art. 28, parágrafo único: Mediante denúncia fundamentada ou monitoramento, será instaurado processo administrativo e o Dejus poderá reclassificar de ofício a obra audiovisual autoclassificada.

CONSIDERANDO que este departamento acompanhou a reexibição da obra a partir de 06 de abril de 2016, ex-officio, e identificou conteúdos incompatíveis com a classificação ora atribuída tais como: angústia, presença de armas com violência, linguagem depreciativa, descrições verbais do consumo de drogas lícitas, ato violento, descrição de violência, presença de sangue, exposição de cadáver, ato violento contra animais, agressão verbal, lesão corporal, sofrimento da vítima, linguagem de conteúdo sexual, insinuação sexual, consumo de drogas lícitas, consumo irregular de medicamentos, menção a drogas ilícitas, morte intencional, descrições verbais do consumo e tráfico de drogas ilícitas, suicídio e produção ou tráfico de qualquer droga ilícita.

CONSIDERANDO que, desde a primeira exibição da obra, em 2000, a política pública da classificação indicativa vem se consolidando com intensa participação da sociedade e hoje possui critérios e métodos claros e definidos e que por tais critérios, a obra, em sua totalidade não pode ser classificada como "Livre";

Resolve reclassificar a obra "A MENTIRA" para "não recomendada para menores de 10 (dez) anos" por conter violência e drogas lícitas.

Despacho nº 314/2016/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº 08000.007088/2016-78
Programa: TAMANHO FAMÍLIA
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A.
Emissora: Rede Globo

CONSIDERANDO que a emissora solicitou autoclassificação da obra como "não recomendada para menores de dez anos" e que, durante a exibição, se verificou que as cenas apresentadas não justificam tal classificação;

Resolve indeferir o pedido de autoclassificação da obra, classificando-a como "livre".

Despacho nº 316/2016/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº 08000.036596/2015-82
Conjunto de Episódios: O OUTRO ESCRITOR
Episódios: 10
Requerente: Fundação Roberto Marinho
Emissora: Canal Futura

CONSIDERANDO que a emissora solicitou autoclassificação da obra como "não recomendada para menores de dezesseis anos" e que, durante a exibição, se verificou que as cenas apresentadas não justificam tal classificação;

Resolve indeferir o pedido de autoclassificação da obra, classificando-a como "não recomendado para menores de catorze anos" por apresentar violência e conteúdo sexual.

ALESSANDRA XAVIER NUNES

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.074, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a prorrogação da determinação de alienação da carteira da operadora Ser Único - Planos Odontológicos S/S Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 08 de setembro de 2016, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.004782/2016-17, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica prorrogada por 15(quinze) dias a determinação para que a operadora Ser Único - Planos Odontológicos S/S Ltda., registro ANS nº 30.121-3, inscrita no CNPJ sob o nº 02.542.491/0001-28, promova a alienação da sua carteira, contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da RN nº 112, de 28 de setembro de 2005.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 29 DE AGOSTO DE 2016

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em sua 450ª Reunião Ordinária, de 29 de agosto de 2016, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo: 33902.010923/2007-40

Interessado: Reginaldo Bentes dos Santos

Regime Especial: liquidação extrajudicial

Operadoras: Cooperativa Bom Pastor, M.A.S. Gester Comércio e Representação Ltda., Proteção e Assistência Médica à Saúde Ltda. e TOP CARE Saúde Ltda.

Decisão: Aprovado por unanimidade o Voto nº 275/2016/DIOPE/ANS, nos termos do Parecer nº 20/2016/GECOS/PFANS/PGF/AGU, para complementar o teor do Voto nº 022/2016/DIOPE/ANS, e esclarecer que as sanções administrativas aplicadas ao Sr. Reginaldo Bentes dos Santos, de transformar suas exonerações em destituições, acrescidas das penalidades de inabilitação por 5 (cinco) anos para o exercício das funções de Diretor Fiscal ou Técnico e de Liquidante, e da perda do direito às remunerações, dizem respeito à rejeição de suas contas referentes aos períodos em que exerceu a função de Liquidante Extrajudicial na COOPERATIVA BOM PASTOR, M.A.S. GESTER COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA., PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA MÉDICA À SAÚDE LTDA. e TOP CARE SAÚDE LTDA.

Os autos do processo em referência encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Operacional nº 2.069, de 5 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 6 de setembro de 2016, Seção 1, página 29, onde se lê: "§ 5º A comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009, dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses anteriores a 09 de junho de 2014."

Leia-se: "§ 5º A comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009, dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses que antecederam a data de publicação do ato concessório."

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 648, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com fundamento no art. 15, VI da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 61, de 3 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as seguintes decisões administrativas recursais:

AMPOINT ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA ME CNPJ/CPF: 06.979.894/0001-90

25752.379581/2006-31 - AIS:508046/06-1 - GGPAF1/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto modificando a penalidade anteriormente aplicada para advertência; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 014/2016, realizada no dia 01/06/2016;

BAYER S.A. CNPJ/CPF: 18.459.628/0001-15

25759.052519/2003-92 - AIS: 193236/03-5 - GGPAF1/ANVISA

Declarar a incidência da prescrição punitiva da administração pública; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 014/2016, realizada no dia 01/06/2016;

BAYONNE COSMÉTICOS LTDA-ME CNPJ/CPF: 85.040.103/0001-38

25351.397042/2011-64 - AIS: 555406/11-3 - GGPRO/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por exaurimento da esfera administrativa, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), além de proibição de propaganda; decisão em Circuito Deliberativo - CD 549/2016, em 09/08/2016;

B2W COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO CNPJ/CPF: 00.776.574/0001-56

25351.082071/2009-17 - AIS: 102579/09-1 - GGPRO/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 014/2016, realizada no dia 01/06/2016;

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A. CNPJ/CPF: 15.578.569/0001-06

25759.743394/2013-11 - AIS: 1070783/13-2 - GGPAF1/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais); decisão em Circuito Deliberativo - CD 496/2016, em 19/07/2016;

DOTAGNA COMÉRCIO E SISTEMAS LTDA. CNPJ/CPF: 07.934.736/0001-86

25351.003464/2010-69 - AIS: 004368/10-1 - GGPRO/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por exaurimento da esfera administrativa, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), além de proibição de propaganda; decisão em Circuito Deliberativo - CD 550/2016, em 09/08/2016;

EDITORA CARAS S/A CNPJ/CPF: 56.324.114/0001-41

25351.082077/2009-75 - AIS: 102585/09-6 - GGPRO/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 014/2016, realizada no dia 01/06/2016;

GALGRIN GROUP LTDA CNPJ/CPF: 04.506.236/0001-55

25351.405864/2007-40 - AIS: 524031/07-0 - GPROP/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para R$ 20.000,00 (vinte mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 013/2016, realizada no dia 24/05/2016;

HPR COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. CNPJ/CPF: 36.419.851/0001-10

25767.453084/2006-43 - AIS: 605620/06-2 - GGPAF1/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais); decisão em Circuito Deliberativo - CD 520/2016, em 25/07/2016;

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS VITTAFIX LTDA. CNPJ/CPF: 67.256.362/0001-19

25351.432355/2005-28 - AIS: 518516/05-5 - GGPRO/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por exaurimento da esfera administrativa, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), além de proibição de propaganda; decisão em Circuito Deliberativo - CD 552/2016, em 09/08/2016;

MOSTEIRO DEVAKAN PRODUTOS NATURAIS E ALIMENTICIOS LTDA CNPJ/CPF: 51.487.148/0001-33

25351.002526/2006-79 - AIS: 003442/06-8 - GGPRO/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por exaurimento da esfera administrativa, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), além de proibição de propaganda; decisão em Circuito Deliberativo - CD 551/2016, em 09/08/2016;

NATUCLIN COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS E MANUFATURADOS LTDA. CNPJ/CPF: 03.875.367/0001-47

25351.156307/2010-65 - AIS: 207821/10-0 - GGPRO/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para R$ 2.000,00 (dois mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 010/2016, realizada no dia 26/04/2016;

QUIMICLOR COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 00.879.504/0001-23

25351.464004/2005-86 - AIS: 558550/05-3 - GFIMP1/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais); decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 012/2016, realizada no dia 16/05/2016;

RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA CNPJ/CPF: 33.050.733/0005-13

25351.013513/2004-63 - AIS: 036480/04-1 - GFIMP1/ANVISA

Declarar a incidência da prescrição intercorrente nos autos; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 015/2016, realizada no dia 14/06/2016;

RESTAURANTE LA TABLE FRANCAISE LTDA (A/C ESCRITORIO AZI & TORRES ADV. ASSOC. SS) CNPJ/CPF: 04.799.343/0001-19

25742.289447/2008-21 - AIS:367896/08-2 - GGPAF1/ANVISA

Não conhecer do recurso interposto modificando, de ofício, a penalidade anteriormente aplicada para advertência; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 011/2016, realizada no dia 11/05/2016;

SALA NOVE LANCHES LTDA CNPJ/CPF: 16.002.529/0001-84

25756.563194/2010-06 - AIS: 742763/10-8 - GGPAF1/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais); decisão em Circuito Deliberativo - CD 418/2016, em 14/06/2016;

TAM LINHAS AEREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0019-99

25753.224936/2008-16 - AIS: 285033/08-8 - GGPAF1/ANVISA

Prover totalmente o recurso interposto arquivando o processo por nulidade do auto de infração sanitária; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 014/2016, realizada no dia 01/06/2016;

UNIVERSO ONLINE S/A CNPJ/CPF: 01.109.184/0001-95

25351.866085/2008-41 - AIS: 497945/08-1 - GGPRO/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 002/2016, realizada no dia 28/01/2016;

ADRIANE DA SILVA GONÇALVES ROZIM CNPJ/CPF: 415.909.020-68

25351.292852/2014-32 - AIS: 0402122/14-3 - GGPAF1/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais); decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 010/2016, realizada no dia 26/04/2016;

LUCAS LOSS POSSATTI CNPJ/CPF: 096.115.277-05

25759.213713/2014-54 - AIS: 0291898/14-6 - GGPAF1/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade, mantendo a penalidade de advertência; decisão em Circuito Deliberativo - CD 554/2016, em 09/08/2016;

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ARESTO Nº 649, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 021/2016, realizada em 23 de agosto de 2016, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Flex Lab Com de Mat Cirúrg e Hospit Ltda
CNPJ: 02.620.178/0001-60
Processo nº.: 25351.092107/2009-47
Expediente n.º: 640055/10-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer n° 002/2016- GGGAF/DIGES/ANVISA.

Recorrente: Fotobrás Fotossíntese do Brasil Ind. e Com. Ltda
CNPJ: 55.254.064/0001-00
Processo nº.: 25351.508105/2007-38
Expediente n.º: 128727/11-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer n° 017/2016- GGGAF/DIGES/ANVISA.

Recorrente: Cemed Comércio, Importação, Exportação e Distribuição Ltda
CNPJ: 03.772.503/0002-54
Processo nº.: 25351.021411/2010-78
Expediente n.º: 602305/10-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer n° 015/2016- GGGAF/DIGES/ANVISA.

Recorrente: Cemed Comércio, Importação, Exportação e Distribuição Ltda
CNPJ: 03.772.503/0002-54
Processo nº.: 25351.049811/2010-94
Expediente n.º: 661818109
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer n° 009/2016- GGGAF/DIGES/ANVISA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Recorrente: Cemed Comércio, Importação, Exportação e Distribuição Ltda

CNPJ: 03.772.503/0002-54

Processo nº.: 25351.021391/2010-14

Expediente n.º: 602261/10-8

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer n° 013/2016- GGGAF/DIGES/ANVISA.

ARESTO N° 650, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com fundamento no art. 15, VI da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 61, de 3 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as seguintes decisões administrativas recursais:

ALQG TECNOLOGIA LTDA - CNPJ/CPF: 06.052.910/0001-02

25351.432382/2007-62 - AIS: 556995/07-8 - GGPRO/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 019/2016, realizada em 26/07/2016;

BICUDO DE MELLO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 09.912.649/0001-53

25759.105342/2010-47 - AIS: 138994/10-7 - GGPAF1/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para R$ 4.000,00 (quatro mil reais); decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 006/2015, realizada em 19/03/2015;

BICUDO DE MELLO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS LTDA. CNPJ/CPF: 09.912.649/0001-53

25759.105345/2010-24 - AIS: 138997/10-1 - GGPAF1/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para R$ 4.000,00 (quatro mil reais); decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 006/2015, realizada em 19/03/2015;

SÉRGIO ALEXANDRE DA SILVA (DOTAGNA COMÉRCIO E SISTEMAS LTDA. - CNPJ/CPF: 07.934.736/0001-86)

25351.164115/2008-38 - AIS: 208152/08-1 - GGPRO/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 019/2016, realizada em 26/07/2016;

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0002-00

25351.535894/2010-11 - AIS: 704996/10-0 - GGPAF/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto majorando o valor da multa anteriormente aplicada para R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), em face da comprovada reincidência; decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 015/2016, realizada em 14/06/2016;

EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA CNPJ/CPF: 92.757.798/0001-39

25351.467141/2005-72 - AIS: 562407/05-0 - GGIMP/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 019/2016, realizada em 26/07/2016;

FIRST SA CNPJ/CPF: 00.802.235/0001-05

25741.322143/2008-92 - AIS: 408513/08-2 - GGPAF/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais); decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 019/2016, realizada em 26/07/2016;

GERBRAS QUIMICA FARMACEUTICA LTDA CNPJ/CPF: 47.479.852/0004-10

25351.074095/2010-42 - AIS: 098204/10-1 - GFIMP1/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais); decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 019/2016, realizada em 26/07/2016;

GOL TRANSPORTES AEREOS S.A. CNPJ/CPF: 04.020.028/0004-94

25751.518575/2008-88 - AIS: 677132/08-7 - GGPAF1/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto modificando a penalidade de multa anteriormente aplicada, para tornar nula a decisão recorrida e determinar o proferimento de nova decisão pela área julgadora; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 004/2016, realizada no dia 23/02/2016;

HI MIDIA S.A. CNPJ/CPF: 07.456.778/0001-59

25351.286627/2009-75 - AIS: 367703/09-6 - GGPRO/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para R$ 20.000,00 (vinte mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 019/2016, realizada em 26/07/2016;

LAN PERU CNPJ/CPF: 08.650.540/0001-22

25759.522996/2007-52 - AIS: 657148/07-4 - GGPAF1/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais); decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 019/2016, realizada em 26/07/2016;

MERCADOLIVRE.COM ATIVIDADES DE INTERNET LTDA CNPJ/CPF: 03.361.252/0001-34

25351.313162/2009-38 - AIS: 402109/09-6 - GGPRO/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 019/2016, realizada em 26/07/2016;

SANTOS E BRAGA LTDA CNPJ/CPF: 00.432.868/0001-60

25351.177641/2009-08 - AIS: 230974/09-2 - GGPRO/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 018/2016, realizada em 19/07/2016;

SHOP EXPRESS LTDA - CNPJ/CPF: 04.014.834/0001-07

25351.215217/2007-48 - AIS: 274367/07-1 - GGPRO/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 019/2016, realizada em 26/07/2016;

SLR - SISTEMA LOGISTICO PARA REPRESENTACOES LTDA. CNPJ/CPF: 08.026.441/0001-74

25351.638348/2010-90 - AIS: 842339/10-3 - GGPRO/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em Reunião Ordinária Pública - ROP 019/2016, realizada em 26/07/2016.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ARESTO N° 651, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com fundamento no art. 15, VI da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 61, de 3 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as seguintes decisões administrativas recursais:

AGUA MINERAL SANTA CÂNDIDA LTDA - CNPJ/CPF: 72.824.857/0001-37

25351.483865/2008-14 - AIS: 633712/08-1 - GGPRO/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 019/2016, realizada no dia 26/07/2016;

BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ/CPF: 49.475.833/0001-06

25351.290354/2005-08 - AIS: 343773/05-6 - GPROP/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 019/2016, realizada no dia 26/07/2016;

EMS S/A - CNPJ/CPF: 57.507.378/0003-65

25351.286844/2005-00 - AIS: 339761/05-1 - GPROP/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 019/2016, realizada no dia 26/07/2016;

EMS S/A - CNPJ/CPF: 57.507.378/0003-65

25351.358884/2005-52 - AIS: 426145/05-3 - GPROP/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 019/2016, realizada no dia 26/07/2016;

GERMED FARMACEUTICA LTDA (NATURE'S PLUS FARMACÊUTICA LTDA.) - CNPJ/CPF: 45.992.062/0001-65

25351.238279/2005-66 - AIS: 282705/05-1 - GGPRO/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 019/2016, realizada no dia 26/07/2016;

HYPERMARCAS S/A - CNPJ/CPF: 02.932.074/0001-91

25351.455668/2010-70 - AIS: 597160/10-8 - GGPRO/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 019/2016, realizada no dia 26/07/2016;

HYPOFARMA - INSTITUTO DE HYPODERMIA E FARMÁCIA LTDA - CNPJ/CPF: 17.174.657/0001-78

25351.450329/2005-81 - AIS: 541147/05-5 - GGPRO/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 019/2016, realizada no dia 26/07/2016;

MEDSON REPRESENTAÇÕES E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA - CNPJ/CPF: 39.079.116/0001-01

25759.135584/2008-67 - AIS: 172855/08-5 - GGPAF1/ANVISA

Não conhecer o recurso interposto por intempestividade mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais); decisão em Circuito Deliberativo - CD 556/2016, em 10/08/2016;

PRATI DONADUZZI & CIA LTDA - CNPJ/CPF: 73.856.593/0001-66

25351.182947/2011-00 - AIS: 254841/11-1 - GFIMP1/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais); decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 019/2016, realizada no dia 26/07/2016;

QUIMICA FARMACEUTICA NIKKHO DO BRASIL LTDA - CNPJ/CPF: 33.517.558/0001-06

25351.014103/2005-11 - AIS: 017525/05-1 - GGPRO/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 019/2016, realizada no dia 26/07/2016;

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A - CNPJ/CPF: 60.665.981/0001-18

25759.540135/2007-56 - AIS: 676730/07-3 - GGPAF1/ANVISA

Prover totalmente o recurso interposto arquivando o processo por insubsistência do auto de infração sanitária; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 012/2015, realizada no dia 24/06/2015;

UNILEVER BRASIL LTDA - CNPJ/CPF: 61.068.276/0001-04

25351.003666/2010-36 - AIS: 004647/10-7 - GGPRO/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 019/2016, realizada no dia 26/07/2016;

YOKI ALIMENTOS S.A - CNPJ/CPF: 61.586.558/0001-95

25351.425744/2009-87 - AIS: 550972/09-6 - GGPRO/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), além de proibição de propaganda; decisão, por unanimidade, em reunião ordinária pública - ROP 019/2016, realizada no dia 26/07/2016;

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.465, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016.

considerando o art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando o deferimento da Alteração de local de fabricação do fármaco (expediente: 1654625/16-3 e 1654502/16-8) do medicamento Biomag e cloridrato de sibutramina 10 e 15MG, registrado pela empresa Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A (CNPJ 60.659.463/0029-92), autorizando a fabricação do insumo ativo na empresa BDR Lifescience Private Limited, situada na Índia, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Revogar o art. 2º da RE n° 2.067, de 03/08/2016, publicada no DOU em 04/08/2016, Seção 1, pág. 38, ficando liberada, em todo o território nacional, a fabricação, distribuição e comercialização do estoque existente no mercado dos medicamentos Biomag e cloridrato de sibutramina 10 e 15MG cápsula dura (Registros MS: 1057303710021,1057303710054,1121303770052 e 1121303770028) da empresa Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL
GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO DO COORDENADOR
Em 13 de setembro de 2016

N° 78 - A Coordenação Administrativa de Infrações Sanitárias - CADIS da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da anvisa, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na Seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: ARG SERVIÇOS MARÍTIMO LTDA CNPJ/CPF: 08.957.134/0001-07
25760.326803/2013-62 - AIS:0458843/13-6 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: CV SERVIÇOS DE MEIO AMBIENTE SA CNPJ/CPF: 33.527.268/0024-21
25743.746601/2011-60 - AIS:569730/11-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: GOL TRANSPORTES AEREOS S.A. CNPJ/CPF: 04.020.028/0019-70
25749.146100/2013-61 - AIS:0207116/13-9 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: J.R.B ALIMENTOS E REFEIÇÕES LTDA-ME CNPJ/CPF: 08.672.340/0001-70
25741.702225/2012-20 - AIS:1004702/12-6 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: LAUTO AIR SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA CNPJ/CPF: 00.900.631/0002-48
25763.508105/2012-97 - AIS:0728104/12-8 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)
AUTUADO: RG ESTALEIRO ERG 2 S/A CNPJ/CPF: 08.607.005/0003-50
25751.585443/2012-59 - AIS:0837744/12-8 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)
AUTUADO: SECRETARIA ESTADUAL DA FAZENDA DO ACRE CNPJ/CPF: 04.034.484/0001-40
25747.558480/2012-45 - AIS:0800242/12-8 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FELIX S/A CNPJ/CPF: 85.041.333/0001-11
25743.521866/2013-16 - AIS:0745477/13-5 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: WAMA PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA CNPJ/CPF: 66.000.787/0001-08
25759.109262/2008-62 - AIS:141055/08-5 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO PRESCRIÇÃO PRET. PUNITIVA
AUTUADO: ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 05.254.971/0001-81
25752.503101/2012-41 - AIS:0721469/12-3 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: NIKOLAS CHRISTOPHER CHARALABOPOULOS CNPJ/CPF: 290.349.061-91
25759.298341/2011-81 - AIS:414211/11-0 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: LOCALFRIO S/A ARMAZENS GERAIS FRIGORIFICOS CNPJ/CPF: 58.317.751/0001-16
25767.073063/2012-57 - AIS:0104617/12-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: FLUTURA HOLDING CO, TRUST COMPANY COMPLEX, CNPJ/CPF: CY1.932.63-
25757.735052/2014-88 - AIS:1081137/14-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

CÂMARA DE MEDICAMENTOS
SECRETARIA-EXECUTIVA

DECISÃO N° 8, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS - CMED, no exercício da competência que lhe confere o inciso XII, do artigo 12 da Resolução CMED nº. 3, de 29 de julho de 2003, faz saber que o COMITÊ TÉCNICO-EXECUTIVO, em reunião realizada no dia 28 de janeiro de 2016, decidiu:

Nos autos do Processo Administrativo n. 25351.440975/2015-62 de interesse da Empresa BAYER S.A, CNPJ: 18.459.628/0001-15, referente ao Documento Informativo de Preço do produto XOFIGO, o CTE decidiu que o Preço Fábrica permitido (ICMS18% Lista Neutra) para a apresentação 1000 KBQ/ML SOL INJ CX BLINDAGEM DE CHUMBO FR VD INC X 6 ML é de R$ 10.681,25 (dez mil seiscentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos).

LEANDRO PINHEIRO SAFATLE

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.112, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Indefere a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Leme, com sede em Leme (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 3.076/GM/MS, de 12 de dezembro de 2013, que delega competência ao Secretário de Atenção à Saúde para execução do PROSUS;

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução no âmbito do Ministério da Saúde, do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e

Considerando o Parecer Técnico nº 223/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.039790/2016-10/MS, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014 e da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Leme, CNPJ nº 51.381.903/0001-09, com sede em Leme (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o art.18 da Portaria nº 936/SAS/MS de 05 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 151, de 08 de agosto de 2016, seção 1, página 28.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

RETIFICAÇÃO

Na Consulta Pública n.º 30, de 8 setembro de 2016, publicada no DOU n.º 175, de 12 de setembro de 2016, Seção 1, página 94, onde se lê:

"relativa à proposta de atualização do PCDT da Puberdade Precoce Central apresentado pela Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS/MS"

Leia-se:

"relativa à proposta de atualização do PCDT da Puberdade Precoce Central apresentado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS"

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 484, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do (a) médico (a) intercambista desligado (a) do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES SILVA

ANEXO

NOME	RNE / RG	RMS	PROCESSO/SIPAR
KATIUSKA BOLIVIA NAVIA COCA	248674742-SSP/SP	3502396	25000.110674/2016-18

Ministério das Cidades

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 615, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Altera a Resolução CONTRAN nº 211, de 13 de novembro de 2006, que estabelece os requisitos necessários para circulação de Combinações de Veículos de Carga.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o artigo 12, inciso I, da lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro; e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT);

Considerando o que consta dos Processos nº 80000.021935/2015-53 e 80000.009843/2013-33; resolve:

Art, 1º Esta Resolução altera o parágrafo 2º do artigo 3º da Resolução CONTRAN nº 211, de 13 de novembro de 2006, e acresce ao artigo 7º o parágrafo único, de forma a permitir o tráfego diuturno das Combinações de Veículos de Carga (CVC) COM 19,80m de comprimento.

Art. 2º O parágrafo 2º do artigo 3º da Resolução CONTRAN nº 211/06 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Em casos especiais, devidamente justificados, poderá ser autorizado o trânsito noturno de comprimento das Combinações que excedem 19,80m, nas vias de pista simples com duplo sentido de circulação, observados os seguintes requisitos☹...)"

Art. 3º Acrescer ao artigo 7º da Resolução CONTRAN nº 211/06 o parágrafo único:

"Art. 7º (...)

Paragrafo único. Para Combinações cujo comprimento seja de 19,80m, será autorizado o tráfego diuturno."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Ministério da Educação

BRUNO CÉSAR PROSDOCIMI NUNES
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações

MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS
Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

NOBORU OFUGI
Agência Nacional de Transportes Terreste

RESOLUÇÃO Nº 623, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016 (*)

Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos administrativos quanto à remoção, custódia e para a realização de leilão de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título, por órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, nos termos dos arts. 271 e 328, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT,

Considerando a necessidade de adequar e integrar os procedimentos administrativos quanto à remoção, custódia e realização de leilão de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título, por Órgãos e Entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, nos termos dos arts. 271 e 328, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com redação dada pela Lei nº 13.160, de 25 de agosto de 2015, e da Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016, que dispõem sobre retenção, remoção e leilão de veículo,

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.977, de 20 de maio de 2014, que regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres, quanto aos veículos classificados como sucatas.

Considerando o disposto no Processo Administrativo nº 80000.031542/2014-77, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Os procedimentos administrativos quanto à remoção e custódia de veículos em decorrência de penalidade aplicada ou medida administrativa adotada por infração à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, na forma prevista em seu artigo 271 e para a realização de leilão de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título, por órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, nos termos do art. 328 do CTB, e alterações promovidas pela Lei 13.160, de 25 de agosto de 2015, e pela Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016, combinada com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, deverão ser realizados de acordo com o estabelecido nesta Resolução.

Seção I

Das Definições

Art. 2º Para os fins previstos nesta Resolução, entende-se por:

I - remoção de veículos: medida administrativa aplicada pelo agente da Autoridade de Trânsito, quando da constatação da infração de trânsito que caracterize a necessidade de se retirar o veículo do trânsito, que será recolhido em local apropriado, conforme o estabelecido no art. 271 do CTB.

II - recolhimento: ato de encaminhamento do veículo ao pátio de custódia a qualquer título, decorrente de remoção, retenção, abandono ou acidente, realizado por órgão público ou por particular contratado por licitação pública, inclusive por meio de pregão.

III - custódia de veículos: procedimento administrativo de guarda e zelo de veículo recolhido a local apropriado diretamente por órgão público responsável pelo recolhimento, por órgão público conveniado, por particular contratado por licitação, inclusive por meio de pregão, ou mediante credenciamento.

IV - leilão: modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS DE CUSTÓDIA

Art. 3º Os procedimentos e os prazos de custódia dos veículos recolhidos em razão de penalidade ou medida administrativa aplicada por inobservância a preceito do CTB e legislação complementar, abandono ou acidentes de trânsito, obedecerão ao disposto nesta Resolução.

Parágrafo único. A remoção de veículo, a qualquer título conforme o estabelecido no CTB deverá ser instruída por meio de processo administrativo, devidamente protocolizado pelo órgão responsável por sua custódia, onde serão anexados os documentos em ordem cronológica, a partir do Termo de Remoção ou documento equivalente, obrigatoriamente emitido e inclusive a cópia do prontuário do veículo recolhido, onde conste a situação atualizada de seu registro.

Seção I

Do Registro e Notificação de Recolhimento

Art. 4º Caberá ao agente da Autoridade de Trânsito, responsável pelo recolhimento do veículo, emitir a notificação por meio do termo de recolhimento de veículo ou documento equivalente, mediante identificação e assinatura, ou por meio de sistema informatizado que possibilite a identificação do responsável, que discriminará:

I - os objetos deixados no veículo por conveniência e inteira responsabilidade do condutor;

II - os equipamentos obrigatórios ausentes;

III - o estado geral da lataria, pintura e pneus;

IV - os danos do veículo causados por acidente e a sua condição de trafegar em vias públicas;

V - identificação do proprietário e do condutor, sempre que possível;

VI - dados que permitam a precisa identificação do veículo, registrado a termo, se irregular;

VII - o prazo para a retirada do veículo, sob pena de ser levado a leilão.

§ 1º O termo de recolhimento de veículo ou documento equivalente será preenchido em, no mínimo, duas vias, admitida a hipótese de uso de arquivos informatizados que permitam sua impressão e utilização em processos instruídos, sendo:

I - a primeira destinada ao proprietário ou condutor do veículo recolhido, a qualquer título;

II - a segunda destinada ao órgão ou entidade responsável pela custódia do veículo, que instruirá o devido processo administrativo;

III - a terceira, se necessário, à entidade contratada ou conveniada pelo acolhimento do veículo em depósito, quando for o caso; e

IV - a quarta, se necessário, ao agente de trânsito responsável pelo recolhimento.

§ 2º O condutor do veículo flagrado, mesmo que não habilitado e ainda que não seja o proprietário que conste do registro, poderá ser notificado e receber o termo de recolhimento ou documento equivalente, com eficácia de notificação.

§ 3º Considera-se notificado o proprietário ou condutor presente no momento do recolhimento, ainda que se recuse a assinar o termo de recolhimento.

§ 4º Caso o proprietário ou condutor não estejam presentes no momento do recolhimento do veículo, a autoridade competente deverá expedir notificação de recolhimento, no prazo de 10 (dez) dias, contados do fato, por remessa postal ou qualquer outro meio tecnológico hábil, em nome e para o endereço de quem constar no registro do veículo para que seja retirado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de recolhimento ou remoção.

§ 5º A notificação devolvida por desatualização do endereço do proprietário do veículo ou por recusa desse de recebê-la será considerada recebida para todos os efeitos.

§ 6º Caso restem frustradas as tentativas de notificação presencial, postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil, a notificação poderá ser feita por edital, a partir do qual passará a contar os 60 (sessenta) dias para a alienação por leilão.

§ 7º O agente de trânsito recolherá o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV, contra entrega de recibo ao proprietário ou condutor, ou informará, no termo de recolhimento ou documento equivalente, o motivo pelo qual não foi recolhido.

§ 8º Para os veículos com restrição judicial ou policial, a autoridade responsável pela restrição será notificada, o que implica ciência de que o veículo poderá ser levado à leilão caso não seja regularizado e liberado, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 5º O órgão ou entidade responsável pela custódia, além da expedição da via do termo de recolhimento ou documento equivalente, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem a retirada do veículo, expedirá edital de notificação de retirada do veículo.

§1° O edital de notificação de retirada do veículo será publicado em portal na Internet do próprio órgão ou afixado nas dependências do órgão em local de livre acesso ao público, pelo prazo de 10 (dez) dias, para que o veículo seja retirado com a devida quitação dos débitos a ele vinculados e regularizado, sob pena de ser incluído em procedimento de alienação por leilão, decorrido o prazo legal.

§ 2° A notificação por edital deverá conter:

I - o nome do proprietário do veículo;

II - o nome do agente financeiro, ou do arrendatário do veículo, ou da entidade credora, ou de quem se sub-rogou nos direitos, quando for o caso;

III - os caracteres da placa de identificação e do chassi do veículo, quando houver;

IV - a marca e o modelo do veículo.

§ 3º O edital deverá ser encaminhado por meio de comunicação eletrônica ao agente financeiro, arrendador do bem, entidade credora ou a quem tenha se sub-rogado aos direitos do veículo, caso o endereço conste no prontuário ao qual o veículo esteja vinculado.

§ 4º Para o caso de notificação postal, decorrente de gravames financeiros registrados no prontuário do veículo, poderão ser agrupados em um mesmo documento todos os veículos que contenham gravames em favor do mesmo agente financeiro, sendo válidas as notificações postais por comunicação eletrônica.

Seção II

Das Disposições Complementares Intermediárias

Art. 6º Em caso de veículo transportando carga de produto perigoso ou perecível e de transporte coletivo de passageiros, a remoção imediata poderá não ocorrer, a critério do agente, verificadas as condições de segurança para circulação, nos termos do § 5º do art. 270 do CTB.

Art. 7º O veículo sob custódia que não puder ser identificado, ou que tiver sua identificação adulterada, terá assegurado os seguintes procedimentos de verificação, inclusive como condição para ser levado à Leilão:

I - emissão de laudo pericial oficial ou laudo de vistoria do órgão ou entidade responsável pela custódia do veículo, visando à busca da autenticidade de seus caracteres, da sua documentação, bem como a legitimidade da propriedade, enquadrando-se o veículo em uma das seguintes situações:

a) veículo com identificação não reconhecida ou não assegurada: leiloar como sucata inservível, qualquer que seja seu estado de conservação;

b) veículo de identificação alterada com confirmação de sua identificação correta, com restrições judiciais, administrativas ou policiais: notificar a autoridade responsável pela restrição para proceder à retirada do veículo em depósito, desde que pagas as despesas com remoção e estada, ou para a autorização do leilão, que poderá ocorrer se não houver manifestação da autoridade no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da notificação;

c) veículo de identificação alterada com confirmação de sua identificação correta, assegurada por dados verdadeiros, sem restrições judiciais, administrativas ou policiais: emitir notificação ao proprietário e/ou agente financeiro que constem do registro do veículo, exigindo a regularização de dados por remarcação de caracteres e nova emissão de documentos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do recolhimento, que se não atendido será incluído em procedimento de Leilão;

d) veículo com identificação duplicada, sem confirmação de sua identificação correta, com alertas e restrições no registro do veículo original: notificar as autoridades que inseriram as anotações no Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, solicitando que efetuem a exclusão de tais dados, para que o veículo recolhido seja levado a Leilão como sucata;

e) veículo com identificação duplicada, com confirmação de sua identificação correta, com ou sem alertas ou restrições no registro do veículo original: notificar as autoridades que inseriram as observações no Sistema RENAVAM, solicitando que efetuem a exclusão de tais dados, em razão da correta identificação do veículo, de seu legítimo proprietário e agente financeiro, se houver, que serão notificados a efetuar a regularização de dados por remarcação de caracteres e reemissão de documentos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias do recolhimento do veículo, que se não atendido será incluído em procedimento de Leilão;

II - não demonstrada a autenticidade da identificação do veículo recolhido ou a legitimidade da sua propriedade, o veículo será incluído em procedimento de leilão como sucata inservível, qualquer que seja seu estado de conservação, registrando-se a termo que tal alienação não constará do Sistema RENAVAM - Módulo Leilão, por ausência de identificação.

III - o recurso obtido com leilão de veículo para o qual seja autorizada a sua alienação antecipada será integralmente revertido a crédito da conta indicada no seu respectivo termo autorizatório de venda, com seus débitos desvinculados, na forma preconizada em Lei.

Art. 8º A restituição do veículo sob custódia somente ocorrerá mediante prévio pagamento de todos os débitos incidentes devidos, bem como o reparo de qualquer componente ou equipamento obrigatório que não esteja em perfeito estado de funcionamento.

§ 1° Se o reparo exigido no caput demandar providência que não possa ser tomada no depósito, a autoridade responsável pela remoção liberará o veículo para reparo, na forma transportada, mediante autorização, assinalando prazo para reapresentação.

§2° A despesa de remoção e estada será devida integralmente, por período contado em dias, a partir do recolhimento do veículo, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses.

Art. 9º Cumpridas todas as exigências e decorridos os prazos previstos nesta Resolução, os processos administrativos de recolhimento de veículos serão concluídos por termo final e conservados por cinco anos.

CAPÍTULO III

DA ALIENAÇÃO POR MEIO DE LEILÃO

Art. 10. Constatada a permanência do veículo recolhido em depósito do órgão público responsável, do órgão público conveniado, do particular contratado por licitação, inclusive por meio de pregão, ou mediante credenciamento, não reclamado por seu proprietário, por período superior ao previsto no caput art. 328 do CTB, este será levado à alienação por meio de Leilão.

Seção I

Da Competência

Art. 11. O órgão ou entidade responsável pelo envio do veículo ao depósito é competente para realização do leilão, devendo o seu dirigente máximo autorizar expressamente a abertura do processo administrativo, bem como designar o leiloeiro.

Parágrafo único. A realização do leilão poderá ocorrer diretamente pelo órgão, por órgão público conveniado, ou leiloeiro, podendo ainda ser designada comissão de leilão para a realização de atos instrumentais que auxiliem a sua realização e sua execução.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 12. Os órgãos ou entidades de trânsito componentes do SNT e regularmente habilitados junto aos sistemas RENAVAM e Registro Nacional de Infrações de Trânsito - RENAINF poderão realizar leilão de forma compartilhada, cujos ajustes serão definidos em comum acordo, nos termos desta Resolução.

Parágrafo único. O leilão compartilhado será realizado conforme ajuste firmado entre os órgãos e entidades cooperantes, recomendando-se que este instrumento preveja que seja realizado em único procedimento, com mesmo edital e leiloeiro, com veículos ofertados em lotes separados e com arremates depositados em contas bancárias distintas, sob controle e conciliação de cada órgão específico.

Seção II

Das Providências que Antecedem a Realização do Leilão

Art. 13. O órgão ou entidade responsável pelo leilão, durante os procedimentos preparatórios de sua realização, deverá verificar a situação de cada veículo junto ao órgão executivo de trânsito responsável pelo registro, para detectar:

I - restrição judicial ou policial;

II - registro de gravames financeiros;

III - débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais, identificando os respectivos credores.

§ 1° O veículo que apresentar restrição judicial ou policial poderá ser retirado pela autoridade responsável pela restrição, desde que a manifestação ocorra no prazo de 60 (sessenta) dias de sua notificação e que sejam pagas as despesas com remoção e estada do veículo.

§ 2° O leilão de veículo que apresentar restrição judicial ou policial ocorrerá após a autorização da autoridade responsável pela restrição ou em caso de descumprimento do estabelecido no § 1°.

§ 3° As instituições financeiras poderão habilitar-se aos créditos remanescentes, após deduzidos os valores dos encargos legais do montante obtido no leilão.

§ 4º Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua circunscrição, deverão fornecer aos órgãos e entidades executivos e rodoviários de trânsito da União, dos Estados e Municípios, que não sejam operadores das rotinas do Sistema RENAVAM, o acesso ao referido sistema, para consulta da situação do veículo.

§ 5º Serão disponibilizadas aos órgãos e entidades executivos e rodoviários de trânsito de que trata o § 4° todas as rotinas referentes a leilão do Sistema RENAVAM.

Art. 14. Esgotados os prazos de notificações previstos nesta Resolução e não tendo comparecido nenhum dos notificados para a quitação dos débitos e retirada do veículo, será feita a verificação final das condições de cada veículo, para fins de avaliação.

Art. 15. A avaliação dos veículos será feita pelo órgão ou entidade responsável pelo procedimento de leilão, pela comissão de leilão, ou ainda por profissional terceirizado, devidamente autorizado e habilitado, que deverá:

I - identificar os veículos conservados, que se encontram em condições de segurança para trafegar em via aberta ao público, e os veículos que deverão ser leiloados como sucata;

II - estabelecer os lotes de sucata a serem leiloados;

III - proceder à avaliação de cada veículo e de cada lote de sucata, estabelecendo o lance mínimo para arrematação de cada item; e

IV - atribuir a cada veículo identificado como sucata um valor proporcional ao valor total do lote no qual esteja incluído.

Parágrafo único. O órgão ou entidade responsável pelo leilão poderá reclassificar a avaliação do veículo, realizada por profissional terceirizado, levando em conta os princípios da economicidade, celeridade processual e eficiência.

Art. 16. São considerados como sucata os veículos que estão impossibilitados de voltar a circular ou cuja autenticidade de identificação ou legitimidade da propriedade não restar demonstrada, não tendo direito à documentação.

§ 1º São critérios mínimos para classificação de veículos como sucata:

I - danos de grande monta;

II - impossibilidade de reparo gerando causa impeditiva à circulação;

III - motor cuja numeração não seja possível confirmar, por motivo de corrosão, inexistência ou divergência de cadastro nos sistemas Base Índice Nacional e Base Estadual do RENAVAM, ilegibilidade ou qualquer outro motivo que impossibilite a identificação, desde que não caracterize fraude;

IV - veículo artesanal sem registro; ou

V - veículo registrado no exterior e não licenciável no Brasil.

§ 2º Os veículos classificados como sucata são divididos em:

I - sucatas aproveitáveis: aquelas cujas peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo, com inutilização de placas e chassi em que conste o Número de Identificação do Veículo - registro VIN;

II - sucatas inservíveis: aquelas transformadas em fardos metálicos, por processo de prensagem ou trituração, sendo desnecessária a inutilização de placas e numeração do chassi quando a prensagem ocorrer em local supervisionado pelo órgão responsável pelo leilão;

III - sucatas aproveitáveis com motor inservível: aquelas cujas peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo, com exceção da parte do motor que conste sua numeração, devendo ser inutilizadas as placas e chassi em que conste o Número de Identificação do Veículo - registro VIN.

§ 3º Os veículos definidos como sucatas e inseridos em processos de leilão somente poderão ser vendidos como destinação final e sem direito à documentação, como sucatas prensadas para empresas regulares do ramo de siderurgia ou fundição, ou como sucatas aproveitáveis para empresas do ramo do comércio de peças usadas reguladas pela Lei nº 12.977, de 20 de maio de 2014, e normativos do CONTRAN.

§ 4º Os veículos, sucatas e materiais inservíveis de bens automotores que se encontrarem recolhidos há mais de 1 (um) ano poderão ser destinados à reciclagem como material ferroso, independentemente da existência de restrições sobre o veículo.

§ 5º A alienação prevista no § 4º será realizada por tonelagem de material ferroso, condicionando-se a entrega do material arrematado à realização dos procedimentos necessários de descaracterização total do bem, à destinação exclusiva para a reciclagem siderúrgica e à captação ambientalmente correta de fluídos, combustíveis e demais materiais e substâncias reconhecidos como contaminantes do meio ambiente.

Art. 17. Para os veículos avaliados como sucata, o órgão ou entidade responsável pelo procedimento de leilão deverá:

I - inutilizar a identificação gravada no chassi que contêm o registro VIN e suas placas, nas hipóteses de sucatas aproveitáveis ou de sucatas aproveitáveis com motor inservível;

II - solicitar a baixa ao órgão executivo de trânsito de registro do veículo, após a realização da venda e do recolhimento dos débitos pendentes, quitados com os recursos do leilão, antes da entrega ao arrematante.

III - emitir ou solicitar ao órgão de registro do veículo a certidão de baixa de veículo, para entrega ao arrematante, com cópia juntada a processo vinculado ao do leilão, que reúna as certidões ou solicitações de todas as sucatas leiloadas no respectivo procedimento.

Art. 18. O órgão ou entidade responsável pelo procedimento de leilão, após a publicação de seu edital, deverá registrar no sistema RENAVAM a indicação de que o veículo será levado a leilão, exceto no caso de sucatas com ausência de sua identificação.

§ 1º No caso de inoperância do Sistema RENAVAM, o órgão ou entidade responsável pelo procedimento de leilão deverá emitir comunicado oficial ao órgão detentor do registro do veículo de que este será leiloado, bastando tais informações para que o órgão de registro do veículo adote todos os procedimentos devidos.

§ 2º Atendido o disposto no caput, o órgão executivo de trânsito responsável pelo registro do veículo deverá informar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a existência de débitos, restrições ou outros encargos incidentes sobre o prontuário do veículo, ao órgão ou entidade de trânsito preparador do leilão, devendo alertar sobre fato impeditivo à alienação.

Seção III

Da Realização do Leilão

Art. 19. Cumpridas todas as exigências para a realização da alienação, o órgão ou entidade responsável, por meio do leiloeiro designado, expedirá o edital de leilão, listando todos os veículos em lotes, como conservados ou sucatas.

§ 1º O edital de leilão deverá conter, no mínimo:

I - para a alienação de veículos conservados, destinados à circulação:

a) objeto da alienação por leilão, com descrição sucinta e clara, indicação de marca, modelo, ano de fabricação, número do motor e cor predominante dos veículos ofertados;

b) locais, datas e horários onde poderão ser examinados os lotes dos veículos relacionados;

c) condições para a participação no leilão e as restrições legais;

d) endereços e formas de acesso às informações à distância, para o fornecimento de elementos e esclarecimentos sobre o leilão;

e) local, data e horário de realização do leilão;

f) a indicação do leiloeiro;

g) o valor inicial dos lotes e a forma de pagamento dos arremates;

h) critério para julgamento dos lances ofertados;

i) sanções para o caso de inadimplemento;

j) instruções e normas para os recursos previstos em lei;

k) condições e locais para a retirada dos veículos arrematados;

l) outras indicações específicas ou peculiares da alienação.

II - para a alienação de sucatas aproveitáveis e sucatas aproveitáveis com motor inservível destinadas ao comércio de peças e componentes:

a) objeto da alienação por leilão, indicando marca, modelo, ano de fabricação, número do motor e cor predominante dos veículos ofertados;

b) locais, datas e horários onde poderão ser examinados os lotes dos veículos relacionados;

c) condições para a participação do leilão e as restrições legais;

d) exigências de comprovação do ramo de atividade de comércio de peças usadas, conforme previsto na Lei nº 12.977, de 2014, e normativos do CONTRAN;

e) exigências para a retirada dos veículos sucatas;

f) endereços e formas de acesso às informações à distância, para o fornecimento de elementos e esclarecimentos sobre o leilão;

g) local, data e horário de realização do leilão;

h) a indicação do leiloeiro;

i) o valor inicial dos lotes e a forma de pagamento dos arremates;

j) critério para julgamento dos lances ofertados;

k) sanções para o caso de inadimplemento;

l) instruções e normas para os recursos previstos em lei;

m) condições e locais para a retirada dos veículos sucatas arrematados; e

n) outras indicações específicas ou peculiares da alienação.

III - para a alienação de sucatas inservíveis, transformadas em fardos metálicos:

a) objeto da alienação por leilão, indicando tratar-se de sucatas inservíveis;

b) locais, datas e horários onde poderão ser examinados os lotes dos veículos relacionados;

c) condições específicas para a participação do leilão e as restrições legais;

d) exigências de comprovação do ramo de atividade, de siderurgia ou reciclagem, exercida pelo interessado;

e) exigências de preparação, retirada de fluídos e prensagem dos veículos sucatas inservíveis;

f) endereços e formas de acesso às informações à distância, para o fornecimento de elementos e esclarecimentos sobre o leilão;

g) local, data e horário de realização do leilão;

h) a indicação do leiloeiro;

i) o valor inicial por quilo e total do peso estimado;

j) critério para julgamento dos lances ofertados;

k) sanções para o caso de inadimplemento;

l) instruções e normas para os recursos previstos em lei;

m) condições e locais para a retirada das sucatas prensadas; e

n) outras indicações específicas ou peculiares da alienação.

§ 2º Para os veículos definidos como sucatas aproveitáveis para comércio de suas partes, o edital conterá apenas os dados necessários de avaliação, que permitam distinção da marca, modelo, ano de fabricação, número do motor e cor predominante, considerando a inutilização obrigatória de seus dados identificadores.

§ 3º Os editais de leilão deverão indicar que aqueles que tiverem crédito sobre o veículo poderão requerer a sua habilitação para exercer direito sobre o crédito identificado, obedecida a ordem de prevalência legal, sendo considerados notificados desde a publicação do edital.

Art. 20. O edital de leilão será publicado com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias da sua realização, observadas as seguintes condições:

I - o Aviso de Leilão, sintetizando as características do leilão, o local, data e hora de sua realização, os tipos de veículos ofertados, se destinados à circulação, sucatas aproveitáveis, sucatas aproveitáveis com motor inservível ou sucatas inservíveis, e os endereços e meios para a obtenção do edital completo, será publicado:

a) no Diário Oficial; e

b) em jornal de grande circulação no Estado ou na região em que ocorrerá o leilão.

II - o edital completo, até a data de sua realização, terá a sua publicação:

a) afixada em dependências do órgão ou entidade de trânsito, suas unidades descentralizadas e no local designado para a sua realização; e

b) disponível no sítio eletrônico na Internet do órgão ou entidade responsável pelo leilão.

Art. 21. Na data e hora previstas será promovido o leilão, conduzido por leiloeiro designado formalmente pelo órgão responsável e que constará do edital, sendo ofertados os lotes a interessados.

Art. 22. Os lotes arrematados serão descritos em nota de arremate ou documento equivalente, emitida pelo leiloeiro ou órgão ou entidade responsável pelo leilão, que conterá o número do lote, o valor do arremate, nome, CPF ou CNPJ do arrematante e, no caso de leiloeiro oficial, o valor da comissão.

Art. 23. Os valores oriundos dos arremates serão depositados em conta do Tesouro Público ou em conta específica na agência bancária em que o órgão detenha suas movimentações regulares em conformidade com a Lei, sob a responsabilidade de quem detenha a autorização de movimentação das contas bancárias do órgão ou entidade.

Art. 24. O veículo poderá ser restituído ao proprietário até o último dia útil anterior à realização da sessão do leilão, desde que quitados os débitos e regularizado.

Parágrafo único. Na hipótese de o antigo proprietário reaver o veículo a qualquer tempo, por qualquer meio, os débitos serão novamente vinculados ao bem.

Seção IV

Da Entrega ao Arrematante

Art. 25 Realizado o leilão, o órgão ou entidade responsável por este procedimento providenciará o registro no sistema RENAVAM do extrato do leilão, conforme dispuser o manual do referido sistema ou, em caso de inoperância do sistema, comunicará oficialmente o fato ao órgão ou entidade executivo de trânsito de registro do veículo.

§1º O órgão ou entidade executivo de trânsito de registro do veículo, confirmada a realização do procedimento, deverá proceder à desvinculação dos débitos e demais ônus incidentes sobre o prontuário do veículo leiloado existentes até a data do leilão e não quitados com os recursos obtidos na alienação, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§2º Para a desvinculação obrigatória das multas de veículos leiloados, devem ser seguidas as rotinas previstas no Sistema RENAINF no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§3º Para veículo leiloado como sucata, o órgão detentor do seu registro deverá efetivar a baixa e expedir a respectiva certidão, na forma da Lei nº 8.722, de 27 de outubro de 1993.

§4º O arrematante de veículo destinado à circulação será responsável unicamente pelo pagamento dos tributos incidentes sobre o veículo arrematado a partir da aquisição, a ser calculado de forma proporcional, a contar do mês da realização do leilão.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§5º Para os veículos leiloados como conservados, o arrematante terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para o registro perante o órgão executivo de trânsito, contados a partir de sua liberação pelo órgão ou entidade responsável pelo leilão.

Art. 26. O veículo conservado, destinado à circulação, será entregue ao arrematante, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, ficando este responsável pela regularização e transferência de propriedade perante o órgão ou entidade executivo de trânsito detentor de seu registro.

Art. 27. Ao arrematante de veículo leiloado como sucata será fornecida a certidão de baixa do registro prevista no art. 4º do Decreto nº 1.305, de 9 de novembro 1994, e art. 7º da Lei 12.977, de 2014, atestando sua baixa, que será emitida pelo órgão detentor do registro do veículo.

CAPÍTULO IV

DOS REGISTROS FINANCEIROS E CONTROLES DO PROCEDIMENTO

Art. 28. Os órgãos ou entidades que não realizam controle contábil nos sistemas oficiais do Governo Federal deverão manter todos os controles financeiros demonstrados por documentos inseridos nos respectivos processos administrativos, autuados e devidamente instruídos.

Art. 29. Os recursos administrativos demandados contra atos do leiloeiro ou da Comissão de Avaliação, formalmente designados, serão resolvidos pela autoridade de instância superior à que se subordinam, e, sobre a decisão desta, os recursos serão apreciados pela autoridade competente.

Parágrafo único. Em qualquer fase recursal é facultada a assistência jurídica.

Art. 30. O procedimento de Leilão será homologado por termo próprio, assinado pela autoridade competente, após a confirmação de atendimento de todas as exigências normativas.

Art. 31. Os processos de leilão serão instruídos com os seguintes documentos:

I - autorização para a realização do procedimento;

II - despacho de autorização de realização do procedimento;

III - documento oficial, designando a Comissão de Avaliação, se for o caso;

IV - indicação de leiloeiro oficial ou designação de leiloeiro;

V - termo de compromisso firmado com o leiloeiro;

VI - cópia do aviso de leilão e comprovante de sua publicação;

VII - parecer jurídico emitido sobre o leilão;

VIII - edital de leilão contendo a relação dos veículos, em anexo, com:

a) lote ao qual pertence o veículo;

b) marca e modelo;

c) placa ou chassi, se houver;

d) lance mínimo;

e) avaliação do veículo

IX - termo de ocorrências do leilão e prestação de contas do leiloeiro;

X - relatório financeiro do leilão;

XI - notificações aos ex-proprietários sobre os saldos credores, se houver;

XII - termo de encerramento ou ata de realização do leilão, assinado pelo leiloeiro ou pela comissão designada, se houver;

XIII - termo de homologação do leilão, assinado pela autoridade competente do órgão.

Seção I

Do Rateio dos Valores Arrecadados e Rendimentos Auferidos

Art. 32. O valor integral arrecadado com os arremates no leilão será depositado em conta bancária do órgão ou entidade responsável por sua realização, cujos valores arrecadados deverão ter a seguinte ordem de prevalência:

I - os custos necessários ao ressarcimento com o procedimento licitatório, em montante a ser definido na forma indicada no §1º;

II - despesas com remoção e estada;

III - tributos vinculados ao veículo:

a) taxas de licenciamento; e

b) imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA.

IV - os credores trabalhistas, tributários e titulares de crédito com garantia real, segundo a ordem de preferência estabelecida no art. 186 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

V - multas de trânsito devidas ao órgão responsável pelo Leilão;

VI - multas de trânsito devidas aos demais órgãos integrantes do SNT, segundo a ordem cronológica da aplicação da penalidade;

VII - Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não - Seguro DPVAT;

VIII - multas ambientais; e

IX - demais créditos, segundo a ordem de preferência legal.

§ 1º O montante dos custos do procedimento a ser ressarcido será demonstrado em planilha anexada ao processo do leilão e as parcelas proporcionais a serem deduzidas do valor de arremate de cada veículo serão definidas da seguinte forma:

I - pela aplicação da fórmula de proporção simples para obtenção do coeficiente de percentual, que será obtido multiplicando-se por 100 o valor de arremate de cada veículo, dividindo-se o resultado pelo valor total dos arremates do leilão, onde: sendo CP = Coeficiente de proporcionalidade; VAV = Valor de Arremate do Veículo e VTA = valor total dos arremates, se obterá a seguinte expressão: CP = (VAV x 100) / VTA.

II - O coeficiente de percentual de cada veículo assim obtido será aplicado sobre o valor total dos custos demonstrados, cujo resultado será a parcela do ressarcimento relativa a cada um desses veículos.

§ 2º Os recursos arrecadados com a alienação de veículos sucatas, que não tiveram sua identificação confirmada, serão destinadas exclusivamente ao órgão ou entidade responsável pela realização do Leilão.

§ 3º As multas de trânsito devidas a outros órgãos de trânsito serão quitadas após aquelas de direito do próprio órgão realizador do leilão, obedecida à ordem cronológica de imputação das mesmas, podendo o órgão realizador do leilão adotar o critério de recolher a maior quantidade de multas que o recurso destinado permitir.

Art. 33. Aqueles que tiverem crédito sobre o veículo poderão requerer a habilitação nos termos desta Resolução, a partir do lançamento do edital até o encerramento da sessão de lances, sendo que o pagamento se dará após a quitação dos débitos previstos nos incisos I a VIII do art. 32, se houver saldo, e obedecida a ordem cronológica de habilitação.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, o edital de leilão é considerado a notificação para todos os habilitados.

Art. 34. Os rendimentos auferidos em razão da aplicação financeira dos arremates em conta específica do órgão responsável pela realização do leilão desde a sua realização até a promoção das providências indicadas nesta Seção, se houver, serão rateados proporcionalmente utilizando-se o coeficiente de percentual disposto no Inciso I do § 1° do art. 32 desta Resolução.

Seção II

Dos Saldos Credores

Art. 35. Restando saldo do produto apurado na venda de cada veículo, quitados os débitos e as despesas previstas nesta Resolução, este deverá ser mantido em conta remunerada na agência bancária pública ou privada que o órgão detenha suas movimentações regulares.

§1º O órgão ou entidade responsável pelo Leilão no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da sua realização, deverá notificar o expropriet ário para que realize o levantamento do saldo.

§2º Comparecendo o interessado para o recebimento do saldo credor registrado em seu nome, o órgão responsável acatará o requerimento por meio de processo administrativo autuado, que terá anexados os seguintes documentos:

I - requerimento de retirada do saldo registrado com indicação da conta bancária a ser creditada;

II - no caso de pessoa física, cópia de documento de identidade e do CPF, ou, no caso de pessoa jurídica, cópia do contrato social e do CNPJ;

III - comprovante de quitação do financiamento anotado no registro do veículo, se for o caso;

§ 3º Os saldos credores não reclamados serão mantidos em registros e contas bancárias do órgão ou entidade realizadora do leilão, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data do Termo de Homologação do Leilão, findo o qual serão recolhidos ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET, conforme previsão contida no art. 6º, inciso VII da Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, sendo que o repasse deverá ser realizado por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, a ser disciplinado pelo Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN.

Seção III

Da Cobrança dos Débitos Remanescentes

Art. 36. Havendo insuficiência de recursos para quitação dos débitos e despesas previstas, o órgão ou entidade responsável pelo leilão deverá comunicar aos demais órgãos e entidades de trânsito credores, para que promovam à desvinculação de tais débitos do registro do veículo.

Art. 37. Os débitos que não forem cobertos pelo valor alcançado com a alienação do veículo, poderão ser cobrados pelos credores na forma da legislação em vigor, por meio de ação própria e inclusão em Dívida Ativa em nome dos ex-proprietários.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 38. Os órgãos e entidades componentes do SNT, no âmbito de suas competências ou nas de suas unidades federativas, poderão utilizar de normas complementares, versando sobre matérias necessárias à boa prática na realização de leilões de veículos recolhidos.

Art. 39. A retirada do veículo leiloado do depósito do órgão ou entidade de trânsito deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data da realização do leilão, sob pena de caracterização de abandono pelo arrematante, com a perda do valor desembolsado.

Parágrafo único. Observadas as razões apresentadas ou circunstanciais, o órgão responsável pelo leilão poderá prorrogar o prazo de retirada de veículo arrematado por igual prazo.

Art. 40. O órgão ou entidade responsável pelo leilão, cumpridas as exigências e decorridos os prazos previstos para a alienação por meio de leilão, deverá manter sob registro e arquivo toda a documentação referente ao procedimento de leilão para eventuais consultas de interessados na forma da Lei, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do fim do exercício de realização do leilão, podendo ser microfilmados ou armazenados em meio magnético, óptico, digital ou eletrônico para todos os efeitos legais.

Art. 41. Os órgãos e entidades componentes do SNT, que detenham em seus pátios ou depósitos veículos mantidos em condições deterioradas sem providências de alienação, potencializando possíveis riscos ambientais ou de saúde pública, promoverão revisões e reexames de suas condições, buscando a solução de seus casos em conformidade com esta Resolução, enquadrando os procedimentos de possíveis providências, de acordo com o disposto neste normativo, inclusive acionando as autoridades que possam ser responsáveis pelos bloqueios e restrições registradas, para a solução que couber.

Art. 42. Compete ao DENATRAN, na qualidade de órgão máximo executivo de trânsito e gestor dos Sistemas RENAVAM e RENAINF, manter e atualizar os procedimentos de ordem operacional contidos nesta Resolução, editando quaisquer alterações que se façam necessárias ao desenvolvimento dos referidos sistemas, resguardando-se os normativos do CONTRAN.

Art. 43. É vedado o retorno do veículo leiloado como sucata à circulação.

Parágrafo único. O veículo leiloado como sucata que for recolhido em circulação será novamente levado à leilão pelo órgão.

Art. 44. Aplicam-se aos veículos licenciados no exterior as disposições desta Resolução.

Art. 45. Aplicam-se aos animais recolhidos as disposições desta Resolução, no que couber.

Art. 46. Os leilões com editais publicados até a entrada em vigor desta Resolução não se sujeitam às regras nela estabelecidas.

Art. 47. Ficam revogadas as Resoluções CONTRAN:

I - nº 53, de 23 de maio de 1998;

II - nº 331, de 14 de agosto de 2009; e

III - nº 449, de 25 de julho de 2013.

Art. 48. Esta Resolução entra em vigor:

I - no dia 1º de novembro de 2016, em relação:

a) ao § 8º do art. 4º;

b) à alínea "b" do inciso I do art. 7º; e

c) aos §§ 1º e 2º do art. 13.

II - na data de sua publicação em relação aos demais dispositivos.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Ministério da Educação

BRUNO CÉSAR PROSDOCIMI NUNES
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações

MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS
Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

NOBORU OFUGI
Agência Nacional de Transportes Terrestre

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 173, do dia 8-9-2016, Seção 1, Página 50, com incorreções no original.

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 12 de setembro de 2016

Nº 2.401. Processo nº 48500.000454/2015-61. Interessados: Genpower Participações S.A. e GPE Sergipe - Empreendimentos SPE Ltda. Decisão: (i) rever parcialmente a decisão consubstanciada no Despacho nº 2.189, de 16 de agosto de 2016; e (ii) alterar o Despacho nº 2.189, de 16 de agosto de 2016, de modo a incluir os incisos: "(iii) estabelecer prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação do Despacho nº 2.401, de 12 de setembro de 2016, para a ENERGEN - Energias Renováveis S.A. apresentar estudo técnico que comprove os eventuais impactos da implantação da UTE Porto de Sergipe I sobre a geração de energia da EOL Barra dos Coqueiros; e (iv) informar que as empresas Genpower Participações S.A. e GPE Sergipe - Empreendimentos SPE Ltda. são responsáveis por eventuais ajustes e compensações decorrentes de comprovada interferência na produção energética da EOL Barra dos Coqueiros, devido sua proximidade física com a UTE Porto de Sergipe I, os quais devem ser tratados diretamente entre as partes interessadas.". A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.404. Processo nº 48500.004338/2016-00. Interessado: Black Suffolk Participações e Assessoria Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Andorinha, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MS.035381-7.0, situada no rio Novo, nos estados do Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso; (ii) o DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do pro-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

jeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, correspondentes ART(s) e arquivo digital com o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sítio da ANEEL; e (iv) nos termos do § 1º do art. 7º da Resolução Normativa nº 673/2015 não serão admitidas outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 2.584, de 10 de agosto de 2015, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/, constante do Processo nº 48500.003562/2015-95, cujo resumo foi publicado no DOU de 11 de agosto de 2015, seção 1, p. 58, v. 152, nº 152, onde se lê na tabela: N.A. Normal Montante (m) de 1.603,00, leia-se: N.A. Normal Montante (m) de 1.063,00.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 8 de setembro de 2016

Nº 2.373. Processo nº: 48500.003099/2013-10. Interessado: Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS Decisão: reconsiderar parcialmente a decisão constante do Auto de Infração nº 0054/2016-SFE e alterar a penalidade de multa para R$ 44.683,23 (quarenta e quatro mil seiscentos e oitenta e três reais e vinte e três centavos). A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de setembro de 2016

Nº 2.431 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e com base no processo 48500.000641/2015-44, resolve: I - Liberar as unidades geradoras das usinas termelétricas, de titularidade do Consórcio Novo Horizonte Geração de Energia, listadas a seguir para início da operação em teste a partir do dia 14 de setembro de 2016; II - A solicitação do início da operação comercial somente poderá ser efetuada após a conclusão da operação em teste e, conforme a pertinência de cada caso, a liberação estará condicionada à apresentação dos documentos originais exigidos no art. 5º e dar-se-á nos termos do art. 22 da Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013.

UTE - UF	Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG	Unidades Geradoras - UGs
CNH Buritis - RO	UTE.PE.RO.032286-5.01	18 UGs de 1.000 kW, totalizando 18.000 kW
CNH Cujubim - RO	UTE.PE.RO.032290-3.01	12 UGs de 1.000 kW, totalizando 12.000 kW
CNH Izidolândia - RO	UTE.PE.RO.032299-7.01	2 UGs de 440 kW, totalizando 880 kW
CNH Machadinho - RO	UTE.PE.RO.032291-1.01	15 UGs de 1.000 kW, totalizando 15.000 kW
CNH Urucumacuã - RO	UTE.PE.RO.032298-9.01	2 UGs de 440 kW, totalizando 880 kW

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 14 de setembro de 2016.

Nº 2.432. Processo nº 48500.004383/2014-94. Interessado: Testa Branca I Energia S.A. Usina: EOL Testa Branca I. Unidade Geradora: UG10, de 2.700 kW cada, de 2.200 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Ilha Grande, Estado do Piauí.

Nº 2.433. Processo nº 48500.005043/2014-81. Interessado: Usina de Energia Eólica Vila Pará III S.A. Usina: EOL Vila Pará III. Unidades Geradoras: UG5, UG6 e UG7, de 3.000 kW cada. Localização: Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte.

Nº 2.434. Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: Walmiro Wiggers & Cia. Ltda. Usina: CGH Wiggers. Unidades Geradoras: UG1, de 600 kW. Localização: Município de Santa Rosa de Lima, Estado de Santa Catarina.
As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 12 de setembro de 2016

Nº 2.402 - A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o disposto no art. 3º da Lei nº 13.173, de 21 de outubro de 2015, o que consta na Resolução Normativa ANEEL nº 681, de 21 de setembro de 2015 e no Processo nº 48500.003215/2015-62, decide aprovar a liberação de recursos no montante de R$ 750.947,65 (setecentos e cinquenta mil, novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para a Light Serviços de Eletricidade S.A., conforme fluxo financeiro do orçamento aprovado pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2015, de 19 de janeiro de 2016, correspondente a parcela do mês de julho de 2016 (10ª parcela) para as obras de fornecimento de energia elétrica temporária para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, referentes ao International Broadcast Centre - IBC.

Nº 2.403. Processo nº 48500.004467/2016-90. Interessadas:, Companhia Paulista de Força e Luz S.A., Companhia Piratininga de Força e Luz S.A., Companhia Luz e Força de Santa Cruz S.A., Companhia Leste Paulista de Energia S.A., Companhia Sul Paulista de Energia S.A., Companhia Jaguari de Energia S.A., Companhia Luz e Força de Mococa S.A. e Rio Grande Energia S.A. Decisão: anuir ao contrato de prestação de serviços, a ser firmado entre as Interessadas (contratantes) e a CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda. (contratada), no valor de R$ 292.731.524,40 (duzentos e noventa e dois milhões, setecentos e trinta e um mil, quinhentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos), pelo prazo de 60 (sessenta) meses a partir da assinatura do contrato. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.417. Processo nº 48500.004478/2016-70. Interessada: Socibe Energia S.A. Decisão: anuir à proposta de alteração do Estatuto Social da Interessada para redução de capital no valor de R$ 9.969.032,25 (nove milhões, novecentos e sessenta e nove mil, trinta e dois reais e vinte e cinco centavos). A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHODO SUPERINTENDENTE
Em 13 de setembro de 2016

Nº 2.425 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TARIFÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais delegadas pelo Despacho nº 1.576, 14 de junho de 2016, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.003806/2016-11, e em cumprimento à decisão liminar concedida nos autos do Processo Judicial nº 0034922-28.2016.4.01.3400/16ª Vara Federal, resolve: (i) Homologar o valor das componentes tarifárias das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD e das Tarifas de Energia - TE, em R$/MWh na Tabela 1 do Anexo, referente ao processo tarifário de 2015 da Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga, respectivamente, para as unidades consumidoras listadas na Tabela 2 do Anexo, alcançadas pela decisão de antecipação de tutela de que trata o Processo Judicial nº 0034922-28.2016.4.01.3400/16ª Vara Federal; (ii) As componentes tarifarias de que trata o inciso (i) tem vigência a partir de 22 de junho de 2016, e enquanto perdurar os efeitos da antecipação de tutela; (iii) As componentes tarifárias de que trata o inciso (i) poderão ser revistas nos processos tarifários posteriores da CPFL Piratininga; (iv) Para o consumo classificado como autoprodução (APE) permanecem vigentes os valores homologados na Tabela 1 do último processo tarifário aprovado pela ANEEL; (v) Permanecem válidas as demais componentes tarifárias da TUSD em R$/kW, homologadas no último processo tarifário aprovado pela ANEEL; (vi) A íntegra deste Despacho e seus anexos consta dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 9 de setembro de 2016

N° 2.399. Processo nº 48500.001013/2016-67. Interessados: Energisa Mato Grosso do Sul e Câmara Municipal de Iguatemi - MS. Decisão: Negar provimento à reclamação do consumidor. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

MARCOS BRAGATTO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de setembro de 2016

Nº 2.426 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.000619/2015-02, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento à solicitação da empresa Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.258.983/0001-59, para revisão do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Norte Fluminense (Código CEG: UTE.GN.RJ.001544-0.01), nos valores a seguir descritos, relativos ao mês de agosto de 2016, a serem aplicados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho; e (ii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a utilização dos valores de CVU constantes da tabela abaixo para fins de contabilização da geração verificada na citada usina no mês de agosto de 2016.
CVU [R$/MWh]

	ago/16
Norte Fluminense 1	61,79
Norte Fluminense 2	70,19
Norte Fluminense 3	134,83

Nº 2.427 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.000619/2015-02, decide (i) conhecer e, no mérito, dar provimento à solicitação da empresa Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.258.983/0001-59, para revisão do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Norte Fluminense (Código CEG: UTE.GN.RJ.001544-0.01), nos valores descritos na Tabela 1; (ii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a recontabilização dos meses de dezembro de 2015 a julho de 2016, a fim de que os valores de CVU constantes da Tabela 1 sejam considerados para a valoração da geração verificada da Usina; e (iii) determinar que a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. solicite à ANEEL a atualização dos valores de CVU da UTE Norte Fluminense sempre que houver alteração de algum dos parâmetros que compõem a estrutura de custo variável da Usina.
Tabela 1 - CVU [R$/MWh]

	dez/15	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	maio/16	jun/16	jul/16
Norte Fluminense 1	70,99	69,68	67,77	66,21	65,89	63,67	62,77	62,03
Norte Fluminense 2	78,58	78,09	76,18	74,62	74,30	72,08	71,18	70,44
Norte Fluminense 3	153,33	150,95	146,16	142,86	142,93	138,33	136,31	134,98

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 13 de setembro de 2016

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, das empresas relacionadas:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº1066	COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A. - CNPJ nº 33.000.092/0038-50					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002191/2016 - 87	MOBIL SHC PEGASUS	SAE 30	. NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	17639
	48600.002190/2016 - 32	MOBIL SUPER 3000 X5	SAE 5W-40	. API SN, VW (GASOLINA/DIESEL) 508.88/509.99	ÓLEO LUBRIFICANTE	17641

Nº1067	MENZOIL INDUSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA ME - CNPJ nº 06.160.091/0001-09					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002261/2016 - 05	RACE ONE API SN	SAE 5W40	API SN, ACEA A3/B4-12, MB APPROVAL 229.5, MB APPROVAL 226.5, VOLKSWAGEN VW 509.99/ VOLKSWAGEN VW 508,88/ PORSCHE A40/ RENAULT RN 0700/RENAULT RN 0710.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17638

Nº1068	MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA - CNPJ nº 59.104.273/0001-29					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001679/2016 - 97	ÓLEO PARA MOTOR DIESEL MERCEDES BENZ 228.3	SAE 15W-40	API CI-4, MB 228.3	ÓLEO LUBRIFICANTE	14356

Nº1069	MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA - CNPJ nº 59.104.273/0001-29					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001678/2016 - 42	ÓLEO CÂMBIO MB 235.11	SAE 75W90	API GL-4, MB 235.11	ÓLEO LUBRIFICANTE	17591

Nº1070	MOTUL BRASIL LUBRIFICANTES LTDA. - CNPJ nº 24.055.649/0001-78					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002014/2016 - 09	MOTUL 2100 15W50	SAE 15W-50	. NA - PRODUTO EXCLUSIVO PARA MOTORES DE VEÍCULOS ANTIGOS DE COLECIONADORES (DÉCADA DE 70).	ÓLEO LUBRIFICANTE	17637

Nº1071	MOTUL BRASIL LUBRIFICANTES LTDA. - CNPJ nº 24.055.649/0001-78					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002011/2016 - 67	MOTUL SPECIFIC 504 00 507 00	SAE 5W-30	ACEA C3-12, VW 504 00 / 507 00.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17644
	48600.002010/2016 - 12	MOTUL SPECIFIC FORD 913 D	SAE 5W-30	ACEA A5/B5-12, FORD WSS M2C 913 D.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17643
	48600.002009/2016 - 98	MOTUL 300 V TROPHY	SAE 0W-40	. N/A (FORMULA 3 E OUTRAS APLICAÇÕES DE PROVAS MOTORIZADAS - USO EXCLUSIVO EM COMPETIÇÃO).	ÓLEO LUBRIFICANTE	17642

Nº1072	TOTAL LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA. - CNPJ nº 71.770.689/0001-81					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002254/2016 - 03	EVOLUTION 900 FT	SAE 5W-40	. ACEA A3/B4-12, API SN, VOLKSWAGEN VW 502.00 / 505.00, PORSCHE A40,, BMW -BMW -LL-01, MERCEDES-BENZ MB-APPROVAL 229.5 RETRO-APPLICABLE MB-APPROVAL 229.3, MB-APPROVAL 226.5, RENAULT RN0700/RN0710	ÓLEO LUBRIFICANTE	17640

ROSÂNGELA MOREIRA DO ARAUJO

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO N° 448, DE 13 DE SETEMBRO 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foi conferida pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.003308/2016-21, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a filial inscrita no CNPJ n.° 10.354.704/0002-05, da empresa Alpes Distribuidora de Petróleo LTDA., situada na Rod. BR- 476, n.° 2800 (Rod. Do Xisto, Km 16), bairro Thomaz Coelho, município de Araucária/PR - CEP: 83.707-440, autorizada a exercer a atividade de distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos de filial acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO NELSON DE CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 449, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições das Resoluções ANP nº 30, de 26 de outubro de 2006, e nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo nº 48610.003362/2016-76, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a PANTERA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A, CNPJ 01.759.142/0005-23, responsável pela operação do "Condomínio Comercial Araucária", autorizada a operar a base compartilhada de armazenamento e distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel e óleo diesel B, localizada na Rodovia do Xisto BR 476, 2800 - km 16, Thomaz Coelho, Araucária/PR, 87707-440 (Lat/Lon aprox.: -25.556727, -49.365676 SIRGAS 2000).

Integram a Base Compartilhada "Condomínio Comercial Araucária" as seguintes empresas:

Distribuidora	CNPJ	Tancagem (m³)	Tancagem (%)
ALPES Distribuidora de Petróleo Ltda.	10.354.704/0002-05	750,00	11,26
PANTERA Distribuidora de Combustíveis S/A	01.759.142/0005-23	5.908,85	88,74

A base de armazenamento é constituída pelos tanques aéreos verticais apresentados na tabela a seguir, conforme Autorização de Operação nº 481/2014, publicada no D.O.U. em 17/11/2014. A capacidade total de armazenamento é de 6.658,85m³

Tq	Ø (m)	Alt. (m)	Vol. (m³)	Classe	Tipo	Obs.
1	9,55	7,91	499,17	I, II e III	Aéreo Vertical	Em Operação Autorização ANP nº 481/2014
2	9,55	7,91	499,30	I, II e III	Aéreo Vertical	
3	13,39	11,72	1.492,96	I, II e III	Aéreo Vertical	
4	11,47	8,40	758,27	I, II e III	Aéreo Vertical	
5	9,57	7,90	501,92	I, II e III	Aéreo Vertical	
6	9,54	7,89	498,28	I, II e III	Aéreo Vertical	
7	11,46	12,65	1.202,01	I, II e III	Aéreo Vertical	
8	11,45	12,64	1.206,94	I, II e III	Aéreo Vertical	

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP Nº 481, de 14/11/2014, publicada no Diário Oficial da União em 17 de Novembro de 2014.

Art. 4º A PANTERA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A, CNPJ 01.759.142/0005-23, deverá manter atualizados todos os documentos apresentados quando da obtenção desta autorização, informando à ANP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação do ato, quaisquer alterações ocorridas na documentação original e manter as instalações em condições operacionais que não coloquem em risco a segurança das pessoas e evitem danos ao meio ambiente, conforme Art. 14 da Resolução ANP nº 42 de 19/08/2011.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISO NELSON CASTRO NEVES

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 13 de setembro de 2016

Nº 1.060 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n° 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de posto revendedor flutuante:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PFPA0177049	L. F. G. DIAS LTDA - ME	04.687.663/0002-68	PORTEL	PA	48610.008102/2016-97

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 1.061 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/PA0236049	A D D COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS E GÁS LTDA - ME	24.440.525/0001-06	MARABA	PA	48610.006299/2016-20
GLP/PA0236050	A. R . DOS SANTOS COMERCIO DE GLP ME	21.552.337/0001-81	TERRA ALTA	PA	48610.008107/2016-10
GLP/MG0236051	AGNALDO JESUS SILVA 93761759649	24.364.616/0001-00	ITUIUTABA	MG	48610.009628/2016-94
GLP/GO0236052	ANA CLARA DE SOUZA XAVIER 02750575265	24.414.147/0001-96	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.009799/2016-13
GLP/AL0236053	ANA LUCIA FELIX DA SILVA	21.083.649/0001-93	MACEIO	AL	48610.009823/2016-14
GLP/RR0236054	AURIANA NASCIMENTO RAMOS - ME	23.878.099/0001-24	RORAINOPOLIS	RR	48610.005381/2016-37
GLP/CE0236055	AUTO POSTO FALPEL LTDA	15.533.191/0001-24	TAMBORIL	CE	48610.009856/2016-64
GLP/AL0236056	BARTOLOMEU BARBOSA DE LIMA	22.590.758/0001-60	MACEIO	AL	48610.009655/2016-67
GLP/MA0236057	CAMARA GÁS EIRELI ME	23.864.518/0001-79	SAO LUIS	MA	48610.009835/2016-49
GLP/GO0236058	CASSIO ARRUA DIAS	24.776.165/0001-18	MINACU	GO	48610.009826/2016-58
GLP/MG0236059	CELISMAR SEBASTIÃO DE MOURA 00512513619	22.791.369/0001-00	CANAPOLIS	MG	48610.009632/2016-52
GLP/RO0236060	CLAUDIMEI ALVES DE CARVALHO 87163683200	23.608.500/0001-06	ARIQUEMES	RO	48610.008474/2016-13
GLP/BA0236061	COMERCIAL DE GAS SUPERMO LTDA ME	24.624.831/0001-00	SANTALUZ	BA	48610.009964/2016-37
GLP/RS0236062	COMERCIO DE GAS MR LTDA EPP	23.096.250/0001-72	CANOAS	RS	48610.009860/2016-22
GLP/SP0236063	COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS VILA FLOR	13.931.931/0001-55	UBATUBA	SP	48610.002948/2016-13
GLP/PR0236064	D. VELOSO DA SILVA - ME	24.991.373/0001-30	COLORADO	PR	48610.009636/2016-31
GLP/PA0236065	DINHO GAS LTDA ME	24.681.933/0001-50	MARABA	PA	48610.009859/2016-06
GLP/PR0236066	DOUGLAS DE ARAUJO SILVA	24.659.226/0001-67	SAO JOSE DOS PINHAIS	PR	48610.009827/2016-01
GLP/GO0236067	DOUGLAS DOS SANTOS GONÇALVES 02225675112	24.512.690/0001-26	GOIANIA	GO	48610.004307/2016-01
GLP/SP0236068	DOUGLAS WILLIAM PEREIRA 26648836822	24.911.285/0001-80	ARACATUBA	SP	48610.008380/2016-44
GLP/PR0236069	EDILSON DA COSTA GÁS E AGUA - ME	24.746.793/0001-50	RIO AZUL	PR	48610.010068/2016-11
GLP/PR0236070	EUCLIDES WALTER GODOY	24.804.133/0001-89	COLOMBO	PR	48610.009980/2016-20
GLP/PI0236071	F & F COMERCIO DE GÁS E BEBIDAS LTDA - ME	25.185.573/0001-68	TERESINA	PI	48610.009635/2016-96
GLP/ES0236072	FABIANO GONÇALVES VERTUOSO	24.952.658/0001-61	SOORETAMA	ES	48610.009642/2016-98
GLP/GO0236073	FERNANDO E SUELI GAS E AGUA LTDA ME	24.398.277/0001-82	TRINDADE	GO	48610.009858/2016-53
GLP/MG0236074	FRANCIELLE PAULA LOPES	11.862.671/0001-88	PRATAPOLIS	MG	48610.009705/2016-14
GLP/SP0236075	GASBOM JD PARAISO LTDA - ME	23.776.070/0001-31	SAO VICENTE	SP	48610.009629/2016-39
GLP/ES0236076	I. MARTINS PEREIRA - MINEIRINHO DO GÁS ME	24.698.841/0001-82	VILA VELHA	ES	48610.008370/2016-17
GLP/PA0236077	I S DOS SANTOS AGUIAR	24.423.560/0001-17	SANTAREM	PA	48610.008125/2016-00
GLP/SP0236078	JENIFER CARDOZO DO NASCIMENTO	21.113.021/0001-93	SANTA BARBARA D'OESTE	SP	48610.009814/2016-23
GLP/MT0236079	JOELSON MIRANDA RIBEIRO	24.233.073/0001-91	RONDONOPOLIS	MT	48610.007566/2016-86
GLP/SP0236080	JOSE CARLOS GARBO 2867888689	20.165.207/0001-23	MIRANDOPOLIS	SP	48610.009937/2016-64
GLP/TO0236081	JOSE DIONES DOS SANTOS LIMA ME	20.870.650/0001-03	XAMBIOA	TO	48610.009793/2016-46
GLP/MG0236082	JOSE GERALDO DOS SANTOS 83476245691	17.922.563/0001-30	VARJAO DE MINAS	MG	48610.008311/2016-31
GLP/MG0236083	JOSE LUIS MENDES SILVA	24.059.133/0001-00	MONTES CLAROS	MG	48610.009834/2016-02
GLP/PA0236084	JR COMERCIAL LTDA	22.955.868/0005-01	MARABA	PA	48610.009649/2016-18
GLP/RS0236085	JUAREZ BALBÉ TAJES & CIA LTDA	91.583.567/0003-55	ITACURUBI	RS	48610.001315/2016-98
GLP/RJ0236086	JULIANA SOARES DA SILVA ME	17.300.098/0001-03	SEROPEDICA	RJ	48610.009825/2016-11
GLP/SP0236087	LISLANE SOUSA PIRES AGUSTONI - EPP	17.120.754/0003-40	ITABERA	SP	48610.002491/2016-47
GLP/PR0236088	LUEREDES BARBOSA E NOVAES	23.690.964/0001-04	LARANJEIRAS DO SUL	PR	48610.009701/2016-28
GLP/PR0236089	LUZIA APARECIDA DE LIMA RIBEIRO ME	22.227.718/0001-58	ALMIRANTE TAMANDARE	PR	48610.009854/2016-75
GLP/BA0236090	MALAQUIAS COMÉRCIO DE GÁS LTDA ME	11.163.308/0001-74	CONCEICAO DO COITE	BA	48610.009842/2016-41
GLP/MT0236091	MARGARETE KERBER - ME	09.510.321/0004-53	SINOP	MT	48610.008973/2016-19
GLP/AM0236092	MARIA GEANIA DE HOLANDA	24.328.900/0001-20	MANAUS	AM	48610.008158/2016-41
GLP/MG0236093	MARIA JOSE PAULINO 98461290682	25.007.917/0001-49	POUSO ALTO	MG	48610.008542/2016-44
GLP/MG0236094	MARITA CURVELO GONÇALVES	24.246.361/0001-80	CARANGOLA	MG	48610.009911/2016-16
GLP/CE0236095	MONICA PEREIRA DE MORAIS - ME	14.714.130/0001-09	JUAZEIRO DO NORTE	CE	48610.009653/2016-78
GLP/RN0236096	N R DEPOSITO DE GÁS LTDA	21.285.905/0001-25	VENHA-VER	RN	48610.009838/2016-82
GLP/SP0236097	NILTON GAS COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI ME	24.021.334/0001-00	GUARUJA	SP	48610.009857/2016-17
GLP/MS0236098	OSVALDO RIBEIRO GOMES JUNIOR 69876100106	24.529.929/0001-70	CAMPO GRANDE	MS	48610.009784/2016-55
GLP/SP0236099	PALLADINO GÁS ITATIBA LTDA ME EPP	02.643.995/0001-34	ITATIBA	SP	48610.007313/2016-11
GLP/SP0236100	PATRICIA HELLEN SILVA DEGASPARI DE ALMEIDA 38738550890	25.181.673/0001-16	RIO DAS PEDRAS	SP	48610.009656/2016-10
GLP/MG0236101	PAULO EGIDIO AMARAL FARIA DISTRIBUIDORA DE GAS ME	24.331.127/0001-51	BELO HORIZONTE	MG	48610.009832/2016-13
GLP/RS0236102	PAULO JOSE DA SILVA FEREIRA ME	21.535.329/0001-27	TRAMANDAI	RS	48610.009830/2016-16
GLP/RN0236103	PAULO RICARDO FELIX 07268390432	22.720.121/0001-40	SERRA NEGRA DO NORTE	RN	48610.005011/2016-08
GLP/MA0236104	PLATINY VERAS & CIA LTDA - ME	23.702.753/0004-97	MATA ROMA	MA	48610.009682/2016-30
GLP/SE0236105	RAFAEL BONFIM DOS SANTOS 03976706566	14.040.440/0001-87	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	SE	48610.010059/2016-20
GLP/GO0236106	REGINALDO RIBEIRO MARTINS JUNIOR 05184457127	24.662.914/0001-86	GOIANIA	GO	48610.009789/2016-88
GLP/RS0236107	RODRIGO ALEXANDRE FLECK - ME	22.014.578/0001-30	LAGOA DOS TRES CANTOS	RS	48610.008291/2016-06
GLP/MS0236108	SILMARA NOGUEIRA	22.156.625/0001-80	CHAPADAO DO SUL	MS	48610.009782/2016-66
GLP/RJ0236109	SOUZA E PAIVA COMERCIO DE GAS LP LTDA - EPP	24.438.882/0001-30	MARICA	RJ	48610.009952/2016-11
GLP/SC0236110	SUPERMERCADO 1 DE MAIO EIRELI - EPP	03.247.914/0001-40	VITOR MEIRELES	SC	48610.008562/2016-15
GLP/RJ0236111	USE GÁS COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA	08.043.303/0002-84	SAO GONCALO	RJ	48610.008152/2016-74
GLP/SP0236112	VALDELICIA APARECIDA DE LIMA 09606247830	24.609.663/0001-76	OURINHOS	SP	48610.009680/2016-41
GLP/GO0236113	W D SUPERMERCADO LTDA	22.638.763/0001-03	TRINDADE	GO	48610.008398/2016-46
GLP/PR0236114	WALDOMIRO BEREZA - REVENDEDOR DE GÁS E AGUA - EPP	13.310.196/0001-62	TELEMACO BORBA	PR	48610.010073/2016-23
GLP/SP0236115	WASHINGTON RODRIGO DA SILVA	24.677.441/0001-90	PEDERNEIRAS	SP	48610.009824/2016-69

Nº 1.062 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/RS0177208	ABASTECEDORA PASQUALOTTO LTDA	21.268.657/0001-04	GUAPORE	RS	48610.010056/2016-96
PR/RS0176850	ALVES & LOVATO LTDA	22.842.615/0001-06	RESTINGA SECA	RS	48610.008784/2016-38
PRSP0177168	AUTO POSTO JUNQUEIRA DE LINS LTDA	24.138.988/0001-18	LINS	SP	48610.007599/2016-26
PR/MT0177131	AUTO POSTO REZENDAO EIRELI - EPP	24.503.991/0001-93	CAMPINAPOLIS	MT	48610.009795/2016-35
PRRO0177169	AUTO POSTO TARUMA LTDA	06.864.931/0004-67	CEREJEIRAS	RO	48610.009235/2016-81
PR/PE0177150	BIG POSTO EIRELI	25.266.227/0001-04	ALIANCA	PE	48610.009717/2016-31
PRPB0177176	CHARLIE BATISTA DOS SANTOS SCHUMAIKEL	24.040.421/0001-04	SANTA LUZIA	PB	48610.009577/2016-09
PRRS0177179	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS NEVOEIRO LTDA	95.425.369/0027-91	SOLEDADE	RS	48610.009675/2016-38
PR/RS77166	DANIEL AVILA TRAUGOTT - ME	17.555.336/0001-13	TRIUNFO	RS	48610.008640/2016-81
PRSP0177172	GREEN POSTOS DE COMBUSTIVEIS LTDA	24.633.466/0001-92	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	48610.009061/2016-56
PRMT0177174	J. R. VINHA & VINHA LTDA - EPP	24.416.756/0001-84	COLIDER	MT	48610.009584/2016-01
PR/RS0177206	JANETE PEDRETTI SIQUEIRA - EPP	24.219.490/0001-80	BARRA DO RIBEIRO	RS	48610.010053/2016-52
PR/MG0177186	JOAO APARECIDA ALECRIM DA COSTA - ME	23.640.918/0001-09	ATALEIA	MG	48610.009718/2016-85
PRMG0177165	JVA DERIVADOS DE PETROLEO E TRANSPORTES LTDA - EPP	24.082.558/0001-21	CLARO DOS POCOES	MG	48610.007510/2016-21
PR/SP0175469	MARCIO MARTINS GONÇALVES EIRELI - EPP	23.427.967/0001-50	RIBEIRAO PRETO	SP	48610.004440/2016-50
PR/PE0176491	M.P. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	19.869.299/0001-43	GOIANA	PE	48610.007370/2016-91
PRPE0177167	P. F. G. COM. E DISTRIBUICAO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA - ME	19.915.098/0001-35	XEXEU	PE	48610.009237/2016-70
PRRS0177182	PEDROTTI E CANALE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	24.765.118/0001-79	GRAMADO	RS	48610.010015/2016-08
PR/PE0177205	POSTO DE COMBUSTIVEIS MOURAO DO SERTAO LTDA - ME	21.240.238/0001-64	CALUMBI	PE	48610.010052/2016-16
PRBA0177181	POSTO ELIBAHIA LTDA	23.887.233/0001-53	CAMPO FORMOSO	BA	48610.009963/2016-92
PR/CE0177130	POSTO SIM LTDA	04.369.988/0005-45	MARACANAU	CE	48610.009805/2016-32
PRMA0177171	R ALVES MUSY - ME	23.912.468/0001-58	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	MA	48610.009057/2016-98
PR/MG0177207	REDE DE POSTOS OLIVEIRA LTDA	11.165.625/0004-72	IBIA	MG	48610.010057/2016-31
PR/RS0177185	REDE ECO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	19.707.424/0002-08	LAGOA VERMELHA	RS	48610.009627/2016-40
PRMT0177175	ROMA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	24.597.290/0001-60	NOVA SANTA HELENA	MT	48610.009437/2016-22
PRPA0177180	ROTA 391 COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA	07.580.024/0001-06	SANTA BARBARA DO PARA	PA	48610.009374/2016-12
PRBA0177173	S DA SILVA CUNHA EIRELI - ME	23.295.864/0001-83	VALENTE	BA	48610.009583/2016-58
PRGO0177183	SC COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	15.022.398/0001-34	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.010016/2016-44
PRBA0177170	WF COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E SERVICOS LTDA	18.317.568/0001-04	SALVADOR	BA	48610.008894/2016-08

EXEMPLAR DE ASSINANTE IMPRENSA NACIONAL

Nº 1.063 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/SP0177245	CENTRO AUTOMOTIVO NOVA PAULISTA LTDA	24.383.829/0001-89	SAO PAULO	SP	48610.010055/2016-41
PR/PE0176932	COMERCIAL RECIFE - COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	11.519.114/0002-40	RECIFE	PE	48610.009019/2016-35
PR/SP0176931	ECO POSTO PIT STOP LTDA	22.988.259/0001-25	MAUA	SP	48610.008957/2016-18
PR/MA0173345	M L G DOS REIS - COMERCIO - ME	20.535.719/0001-34	MATA ROMA	MA	48610.012843/2015-91
PR/RS0177246	METROPOLITANO COMERCIO E TRANSPORTES DE COMBUSTIVEIS LTDA	88.587.589/0006-21	CANOAS	RS	48610.009902/2016-25
PR/RN0173453	POSTO DE COMBUSTIVEIS NOVO PASSA E FICA LTDA - EPP	13.140.950/0001-63	PASSA E FICA	RN	48610.013126/2015-87
PR/SC0177247	POSTO ECONOMIC LTDA - ME	14.027.918/0010-20	RIO NEGRINHO	SC	48610.009876/2016-35
PR/PI0176575	POSTO URUGUAI - EIRELI	22.257.005/0001-37	TERESINA	PI	48610.007794/2016-56
PR/PE0176831	V & L COMBUSTIVEIS LTDA - EPP.	22.422.508/0001-10	ARARIPINA	PE	48610.008675/2016-11

Nº 1.064 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/SC0236117	ALEXANDRE CLAUDIO MERCADO LTDA ME	19.850.795/0002-36	TAIO	SC	48610.009947/2016-08
GLP/SP0236118	ALEXANDRE CRISTIAN DE OLIVEIRA BRISOLA PILAR	24.536.056/0001-23	PILAR DO SUL	SP	48610.009792/2016-00
GLP/SP0236119	ALICIO ALVES DA CRUZ 09599098854	24.734.000/0001-83	TURIUBA	SP	48610.009828/2016-47
GLP/MA0236120	ALMEIDA COMERCIO DE GLP LTDA ME	24.326.487/0001-65	PRESIDENTE VARGAS	MA	48610.009735/2016-12
GLP/BA0236121	ALTIERY DOMINGOS SILVA LIMA	23.958.210/0001-92	RUY BARBOSA	BA	48610.009933/2016-86
GLP/SP0236122	ANGELA CRISTINA SANTOS GÁS - ME	14.601.513/0001-62	TEODORO SAMPAIO	SP	48610.009905/2016-69
GLP/RO0236123	ANTONIO MARCOS LOPES DE ASSIS 53293150268	20.764.084/0001-47	ARIQUEMES	RO	48610.009935/2016-75
GLP/AC0236124	BATISTA & SANTOS LTDA ME	34.705.905/0001-89	SENA MADUREIRA	AC	48610.009948/2016-44
GLP/MG0236125	CASTELO GÁS LTDA - ME	25.140.525/0001-53	ARCOS	MG	48610.009923/2016-41
GLP/SP0236126	CELIO PINTO MATHIAS - ME	24.688.140/0001-62	PIRACAIA	SP	48610.009833/2016-50
GLP/PR0236127	CIAGAS COMERCIAL DE GAS CIANORTE LTDA - EPP	77.196.194/0007-62	NOVA ESPERANCA	PR	48610.009953/2016-57
GLP/RJ0236128	COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE GÁS RATINHO LTDA - EPP	25.152.867/0001-93	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.009927/2016-29
GLP/SC0236129	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA VALE DO ITAJAÍ	85.789.782/0011-14	PETROLANDIA	SC	48610.009808/2016-76
GLP/SC0236130	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA VALE DO ITAJAÍ	85.789.782/0017-00	ATALANTA	SC	48610.009813/2016-89
GLP/SP0236131	CRISTIANE BARBOZA RAMOS 33331854824	22.860.579/0001-03	GUARARAPES	SP	48610.008670/2016-98
GLP/MG0236132	CUSTODIO DA SILVA 14777913880	22.199.644/0001-93	IPATINGA	MG	48610.009934/2016-21
GLP/MG0236133	DANIEL OLIVEIRA GONÇALVES	24.823.050/0001-37	TEOFILO OTONI	MG	48610.009820/2016-81
GLP/MG0236134	DANIELE SANTOS ARAUJO - ME	23.198.632/0001-07	MONTES CLAROS	MG	48610.009924/2016-95
GLP/MG0236135	DARCI DOS SANTOS ME	08.275.542/0001-89	SAO JOAO EVANGELISTA	MG	48610.009816/2016-12
GLP/MG0236136	DIAS DINIZ E RODRIGUES LTDA ME	24.899.321/0001-38	CAMPO BELO	MG	48610.007475/2016-41
GLP/GO0236137	DISTRIBUIDORA DE GAS 2 IRMAOS LTDA ME	25.208.930/0001-66	GOIANIA	GO	48610.009841/2016-04
GLP/ES0236138	E C DA SILVA COMER IO DE GAS ME	25.062.765/0001-87	CARIACICA	ES	48610.009722/2016-43
GLP/MT0236139	EDNALDO FERREIRA DA SILVA - ME.	18.997.646/0002-31	GUIRATINGA	MT	48610.009807/2016-21
GLP/ES0236140	ELCIMAR ANTONIO ROCHA	20.059.727/0001-51	DOMINGOS MARTINS	ES	48610.008402/2016-76
GLP/SP0236141	ELIAS SANTOS SANTANA - ME	08.729.152/0001-31	PERUIBE	SP	48610.009903/2016-70
GLP/MT0236142	ELIEZER JUNIOR DA SILVA - ME	24.824.381/0001-91	CUIABA	MT	48610.009829/2016-91
GLP/SE0236143	ELIZ ANDREIA DA CONCEIÇÃO CARVALHO ME	24.657.754/0001-87	ARACAJU	SE	48610.009909/2016-47
GLP/PB0236144	ELLANYA MARTINS DE LACERDA ME	24.602.843/0001-26	POMBAL	PB	48610.009796/2016-80
GLP/MG0236145	FLAVIO ANTONIO DA SILVA ME	11.754.962/0002-33	CAJURI	MG	48610.009821/2016-25
GLP/SC0236146	FLORA SUL FLORICULTURA E COMERCIO DE GLP LTDA - ME	22.585.423/0001-53	JARAGUA DO SUL	SC	48610.009960/2016-59
GLP/BA0236147	FRANCISCO BRITO GONÇALVES	18.578.416/0001-57	ENCRUZILHADA	BA	48610.009913/2016-13
GLP/MG0236148	GÁS VALE DO AÇO TRANSPORTE E COMÉRCIO EIRELI. ME	10.576.934/0005-53	PESCADOR	MG	48610.008533/2016-53
GLP/MG0236149	GERALDO DA SOLEDADE SOARES	23.159.355/0001-23	MONTES CLARES	MG	48610.009951/2016-68
GLP/RO0236150	GOMES & FONSECA DISTRIBUIDORA LTDA ME	24.866.495/0001-02	JI-PARANA	RO	48610.008372/2016-06
GLP/AM0236151	GONÇALVES E FERNANDES COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - EPP	20.708.032/0002-34	MANAUS	AM	48610.009965/2016-81
GLP/SP0236152	HIPERGÁS - COMERCIAL E TRANSPORTADORA LTDA.	06.258.070/0004-73	ITAPEVI	SP	48610.006038/2016-18
GLP/PE0236153	J INACIO DA SILVA CATENDE ME	24.900.650/0001-51	CATENDE	PE	48610.009788/2016-33
GLP/AL0236154	JDOS SANTOS COMERCIO DE GAS ME	23.217.761/0001-03	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	AL	48610.009910/2016-71
GLP/MG0236155	JOAQUIM GERALDO LOPES 78815428615	24.848.736/0001-82	CAMBUI	MG	48610.009958/2016-80
GLP/PE0236156	JOSE ADERVAL DA SILVA FLORESTA ME	24.586.921/0001-46	FLORESTA	PE	48610.009035/2016-28
GLP/AM0236157	JOSE ANTONIO BEZERRA DE SOUZA ME	07.355.096/0002-30	MANAUS	AM	48610.009956/2016-91
GLP/MG0236158	JOSE ROBERTO DA SILVA GÁS ME	24.580.055/0001-86	GUANHAES	MG	48610.008990/2016-48
GLP/MS0236159	JOSEMAR FERREIRA - ME	24.782.157/0001-84	DEODAPOLIS	MS	48610.008607/2016-51
GLP/MG0236160	JOSIVALDO SEVERINO DA SILVA - ME	23.050.191/0001-00	MONTES CLAROS	MG	48610.008774/2016-01
GLP/RJ0236161	JU ANE FARIA COMERCIO E TRNSPORTE DE GLP EIRELI ME	23.398.851/0001-30	CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ	48610.009797/2016-24
GLP/MG0236162	KLEBER SILVA SANTANA 35426181870	24.757.228/0001-99	DIVINOPOLIS	MG	48610.009837/2016-38
GLP/AM0236163	L CARLOS FERREIRA ME	24.336.110/0001-97	GUAJARA	AM	48610.009957/2016-35
GLP/AC0236164	LAIRISSON DE OLIVEIRA BRITO	11.629.881/0001-20	CRUZEIRO DO SUL	AC	48610.009968/2016-15
GLP/PB0236165	LEONARDO FREIRE BEZERRA 09861711406	25.098.051/0001-29	JOAO PESSOA	PB	48610.009945/2016-19
GLP/TO0236166	LETICIA MARTINS DOS SANTOS 06194340150	24.773.991/0001-03	PORTO NACIONAL	TO	48610.009942/2016-77
GLP/MG0236167	LEVE REVENDA DE GAS E AGUA LTDA ME	24.876.688/0001-36	MONTE ALEGRE DE MINAS	MG	48610.009794/2016-91
GLP/MA0236168	LIMA COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA.	69.418.101/0003-45	SAO LUIS	MA	48610.009925/2016-30
GLP/MA0236169	LITORAL GAS LTDA ME	11.234.289/0001-20	SAO LUIS	MA	48610.009125/2016-19
GLP/CE0236170	LUIS HENRIQUE MAIA DE SOUSA	21.981.910/0001-72	ITAPAJE	CE	48610.009921/2016-51
GLP/GO0236171	LUIZ GALDINO DA SILVA ME	24.000.081/0001-98	GOIANAPOLIS	GO	48610.010125/2016-61
GLP/AM0236172	M DA S BRAGA COMERCIO EPP	24.900.773/0001-92	MANAUS	AM	48610.009946/2016-55
GLP/RS0236173	MARIA ELI TAPIA DE VARGAS	23.767.575/0001-30	ALVORADA	RS	48610.009908/2016-01
GLP/MG0236174	MARILIA JOSÉ GONÇALVES DE PAIVA	23.941.285/0001-60	TEOFILO OTONI	MG	48610.009812/2016-34
GLP/PA0236175	MOURA CARDOSO COMERCIO DE GAS LTDA - EPP.	15.497.996/0002-40	IPIXUNA DO PARA	PA	48610.009954/2016-00
GLP/SP0236176	OZIEL DA SILVA ARTUR ME	25.072.985/0001-91	PRESIDENTE EPITACIO	SP	48610.009914/2016-50
GLP/AL0236177	PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA 86078968491	24.383.538/0001-90	CAJUEIRO	AL	48610.006861/2016-15
GLP/SP0236178	PEGUI COMERCIO DE GAS LTDA ME	25.210.981/0001-22	BAURU	SP	48610.009742/2016-14
GLP/SP0236179	R RIBEIRO VIEIRA DISTRIBUIDORA DE GAS E BEBIDAS ME	25.138.400/0001-99	PARAGUACU PAULISTA	SP	48610.009787/2016-99
GLP/SP0236180	ROBSON AROLDO DUARTE DA SILVA 25852980862	22.423.688/0001-55	PARAGUACU PAULISTA	SP	48610.009943/2016-11
GLP/RN0236181	ROSANGELA LUIZ DA SILVA 03986419438	22.489.393/0001-81	SAO GONCALO DO AMARANTE	RN	48610.007336/2016-17
GLP/SP0236182	S G S ZANIN SANNOMIYA - EPP	23.658.183/0001-32	CAMPO LIMPO PAULISTA	SP	48610.009967/2016-71
GLP/AL0236183	S V GONÇALVES - EPP	24.460.687/0001-06	IBATEGUARA	AL	48610.009932/2016-31
GLP/AL0236184	SARAH REGINA SANTANA SANTOS ME	24.730.035/0001-44	PORTO REAL DO COLEGIO	AL	48610.009907/2016-58
GLP/SP0236185	SIDNEI ROBERTO DE SOUZA BARROS	24.905.194/0001-32	ARACATUBA	SP	48610.009741/2016-70
GLP/MT0236186	SPEEDY GAS COMERCIO DE GLP LTDA EPP	24.342.075/0001-19	RONDONOPOLIS	MT	48610.009818/2016-10
GLP/MG0236187	SUELEN MONISE PEREIRA SAIN	23.934.682/0001-05	ITAPAGIPE	MG	48610.009124/2016-74
GLP/MG0236188	SUPERMERCADO KONDOR LTDA.	08.384.484/0004-74	PERDIZES	MG	48610.008605/2016-62
GLP/GO0236189	TAYNA RODRIGUES DE MOURA	24.137.528/0001-75	GOIANIA	GO	48610.009702/2016-72
GLP/SC0236190	TENDA PALADAR EIRELI ME	19.632.856/0001-08	CONCORDIA	SC	48610.006970/2016-32
GLP/MG0236191	THAIS AZEVEDO ANDRADE ME	12.269.714/0001-89	GOVERNADOR VALADARES	MG	48610.013500/2015-44
GLP/MG0236192	THAIS FERNANDA CANDIDO 11166302652	24.663.164/0001-67	POUSO ALEGRE	MG	48610.008620/2016-19
GLP/MT0236193	TROPICAL COMERCIO DE GAS E AGUA MINERAL LTDA - ME	13.699.136/0007-79	PONTES E LACERDA	MT	48610.008294/2016-31
GLP/SP0236194	ULTRA CAMPOS COMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO LTDA - ME	22.564.960/0001-17	CAMPOS DO JORDAO	SP	48610.008831/2016-43
GLP/MG0236195	UNIÃO COMERCIO DE GÁS GLP EIRELI- ME	24.934.052/0001-01	SAO JOAO DA PONTE	MG	48610.009926/2016-84
GLP/SP0236196	VAGNER JOSE FLORENCIO 30469179880	24.926.605/0001-76	RANCHARIA	SP	48610.009941/2016-22
GLP/SP0236197	VALDEMAR GALIANO	17.747.069/0001-86	BOFETE	SP	48610.009915/2016-02
GLP/PR0236198	VIRGILIA PEREIRA DE MORAES	24.859.247/0001-26	CAMBE	PR	48610.009936/2016-10
GLP/ES0236199	WILDAMARA ALVES FERNANDES	25.016.907/0001-70	LINHARES	ES	48610.009920/2016-15

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016091400038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 12 de setembro de 2016

Nº 1.059 - O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 64, de 1º de março de 2012, com base na Resolução ANP n.º 52, de 2 de dezembro de 2015, e tendo em vista o constante do Processo ANP n° 48610.005618/2016-80, considerando:
as informações e o projeto apresentados pela empresa Braskem S.A., referentes às modificações pretendidas em seu duto MP-26001 que passará a transferir etano líquido do Terminal de Gases Liquefeitos - TEGAL até a Unidade de Petroquímicos Básicos - UNIB, no Município de Candeias/BA;
a solicitação feita pela empresa Braskem S.A. à ANP, por intermédio das correspondências s/nº protocoladas na ANP em 23/05/2016 e 07/06/2016, para a obtenção de Autorização de Construção para a alteração supracitada, bem como para a continuidade de movimentação de gasolina entre a UNIB e as instalações da TEQUIMAR, resolve:

1. Publicar o Sumário do memorial descritivo do projeto pretendido, integralmente baseado nas informações, nos estudos e no projeto apresentados pela empresa Braskem S.A. à ANP, que faz parte do anexo do presente despacho;

2. Indicar a "Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural" da ANP, com endereçamento à Av. Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.090-004, ou através do endereço eletrônico scm@anp.gov.br, para o encaminhamento, até 30 dias a partir da publicação, dos comentários e sugestões já referidos no "caput" do presente despacho;

3. Informar que a documentação apresentada pela empresa Braskem S.A. continua em processo de análise pela ANP e que a publicação do presente despacho não implica autorização prévia concedida pela ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

ANEXO

DESCRIÇÃO DO PROJETO
1 INTRODUÇÃO

Consta no Processo Administrativo n° 48610.005618/2016-80 da Braskem S.A. a solicitação da Autorização de Construção para empreender modificações que permitam a transferência de 250 mil toneladas por ano de etano importado a partir do TEGAL, no Porto de Aratu, para a Planta 2 da Unidade de Petroquímicos Básicos da Braskem, situada no Pólo Petroquímico de Camaçari, utilizando para tanto um duto existente (MP-26001) que atualmente transfere gasolina no sentido inverso. Serão implantadas tubulações adicionais que permitirão manter a transferência de gasolina, utilizando para tal outro duto existente, atualmente empregado para a transferência de nafta. As tabelas 1 e 2 apresentam a configuração dos dutos antes e depois da realização do projeto.

TABELA 1 - Configuração atual dos dutos

Sigla	MP-26001	Mpc-2/1	Mpc-2/2	Mpc-1/1	Mpc-1/2	Mpc-1/3
PROPRIETÁRIO	Tegal	Braskem	Braskem	Braskem	Braskem	Braskem
OPERADOR	Tegal	Braskem	Braskem	Braskem	Braskem	Braskem
Tipo	Transferência	Transferência	Transferência	Transferência	Transferência	Transferência
Instalação de Origem	Braskem	Terminal Aratu	Km 4	Terminal Aratu	Km 4	RLAM
Município	Candeias	Candeias	Candeias	Candeias	Candeias	São Francisco do Conde
UF	BA	BA	BA	BA	BA	BA
Instalação de Destino	Tegal	Km 4	Braskem	Km 4	Km 14	Braskem
Município	Candeias	Candeias	Camacari	Candeias	Candeias	Camaçari
UF	BA	BA	BA	BA	BA	BA
Produto	Gasolina	Nafta	Nafta	Nafta	Nafta	Nafta
Diâmetro_(Pol)	6	36	20	30	20	14
Ext.(km)	27,53	4,00	25,00	4,00	4,00	35,00
Operação	2007	2003	2003	2003	2003	2003
Autorização ANP	002 /2007	135 /2003	135 /2003	135 /2003	135 /2003	135 /2003
Data	08/01/2007	18/06/2003	18/06/2003	18/06/2003	18/06/2003	18/06/2003

TABELA 2 - Configuração futura dos dutos

Configuração de Operação Futura							
Sigla	MP-26001	Mpc-2/1	Mpc-2/2	Mpc-1/1	Mpc-1/2	Mpc-1/3/1	Mpc-1/3/2
PROPRIETÁRIO	Tegal	Braskem	Braskem	Braskem	Braskem	Braskem	Braskem
OPERADOR	Tegal	Braskem	Braskem	Braskem	Braskem	Braskem	Braskem
Tipo	Transf.	Transf.	Transf.	Transf.	Transf.	Transf.	Transf.
Instalação de Origem	Tegal	Terminal Aratu	Km 4	Km 4	Km 14	Braskem	RLAM
Município	Candeias	Candeias	Candeias	Candeias	Candeias	Camaçari	São Francisco do Conde
UF	BA	BA	BA	BA	BA	BA	BA
Instalação de Destino	Braskem	Km 4	Braskem	Terminal Aratu	Km 4	Km 14	Km 14
Município	Camaçari	Candeias	Camaçari	Candeias	Candeias	Candeias	Candeias
UF	BA	BA	BA	BA	BA	BA	BA
Produto	Etano	Nafta	Nafta	Gasolina	Gasolina	Gasolina	Nafta
Diâmetro_(Pol)	6	36	20	30	20	14	14
Ext.(km)	27,53	4,00	25,00	4,00	4,00	21,00	14,00

2 TRANSFERÊNCIA DE ETANO

O etano armazenado no Terminal passará pelas bombas de transferência, onde a pressão será elevada para 75,2 kgf/cm2-a. Da bomba, o etano passará por um sistema de aquecimento que elevará a temperatura para 25 °C e posteriormente será transferido, na fase líquida, até a UNIB da BRASKEM, no Pólo Petroquímico de Camaçari, através de um duto existente de 6" (MP-26001). Ao chegar no Limite de Bateria da BRASKEM, o etano seguirá até a Planta 2 através de um duto de 6" existente, atualmente em uso para gasolina.

No TEGAL será instalado um 'scraper' novo em aço inox, que será conectado ao duto, de forma a permitir o lançamento e recebimento de dispositivos do tipo 'pig'. Haverá conexões do 'scraper' com o sistema de 'flare' do TEGAL bem como com o sistema de nitrogênio, de forma a permitir despressurização e inertização. Junto ao Limite de Bateria da BRASKEM, o duto será conectado a um novo 'scraper' em aço inox, que substituirá o 'scraper' existente e também será interligado ao sistema de 'flare' da UNIB.

No Km 19, no afloramento do duto, existe uma válvula esfera com acionamento automático em caso de baixa pressão (VES-001); tal válvula será substituída por uma válvula motorizada (MOV), tipo esfera, passagem plena, classe de pressão 900#, classe de vedação VI, sede metal - esfera metal. Já no Km 26, será construído um afloramento do duto, com a instalação de uma válvula motorizada (MOV) - o arranjo típico será igual ao do Km 19. Ambas as válvulas motorizadas a serem instaladas no Km 19 e no Km 26 permitirão o isolamento desta seção do duto na ocorrência de um vazamento, tendo em vista que há uma comunidade nas proximidades da faixa da dutovia nesta região.

As vazões normal, mínima, máxima e de projeto, do duto de transferência de etano serão, respectivamente, 30, 2, 36 e 36 toneladas por hora. Suas pressões normal, mínima, máxima e de projeto são, respectivamente 74,15, 74,15, 75,30 e 110,0 kgf/cm²-m e suas temperaturas normal, mínima, máxima e de projeto são, respectivamente, 25, 15, 40 e -10 ºC.

3 - TRANSFERÊNCIA DE GASOLINA

3.1. Modificações nos dutos Mpc-1/1, Mpc-1/2 e Mpc-1/3

Uma vez que o etano será escoado pelo duto MP-26001 - que até então fazia a transferência de gasolina automotiva desde a BRASKEM, em Camaçari, para o TEQUIMAR, no Porto de Aratu - será necessário disponibilizar outro duto para o escoamento da gasolina. Optou-se por utilizar os dutos Mpc-1/3 no trecho compreendido entre a BRASKEM e o Km 14 (que passará a ser designado como duto Mpc-1/3/1), Mpc-1/2 e Mpc-1/1, que até então efetuavam a transferência de nafta desde o Terminal de Matérias Primas - TMP até a BRASKEM.

Dentro da BRASKEM serão feitas adequações nas tubulações de forma a permitir o escoamento de gasolina automotiva desde a estocagem até o 'scraper' do duto Mpc-1/3/1 situado no Limite de Bateria da BRASKEM. A gasolina será transferida pelo duto Mpc-1/3/1 desde o 'scraper' situado no Limite de Bateria da BRASKEM até o Km 14, posteriormente pelo duto Mpc-1/2 do Km 14 até o Km 4 e, por fim, pelo duto Mpc-1/1 desde o Km 4 até o 'scraper' do TMP no Porto de Aratu. Do 'scraper' do TMP será construída uma linha de 6" que se conectará a uma linha de 10" que, por fim, permitirá o recebimento da gasolina automotiva nos tanques de armazenamento do TEQUIMAR.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3.2 Modificações no duto Mpc-2/2

O duto em questão é utilizado atualmente para a transferência de nafta desde o TMP, no porto de Aratu, para a BRASKEM, em Camaçari. Os dutos Mpc-2/2 e Mpc-1/3 estão instalados na mesma faixa de servidão no trecho compreendido entre a BRASKEM e o Km 14.

Uma vez que o duto Mpc-1/3/1 passará a operar com gasolina automotiva e visando manter a flexibilidade de envio de nafta a partir da Refinaria Landulpho Alves Mataripe - RLAM para a BRASKEM existente até então, será realizada a conexão do segmento do duto Mpc-1/3 compreendido entre a RLAM e o Km 14 (a partir de agora designado como duto Mpc-1/3/2) com o duto Mpc-2/2.

O alinhamento existente do duto Mpc-1/3/2 com o duto Mpc-1/3/1 será mantido, mas será instalada uma válvula de bloqueio e uma raquete no Km 14 para evitar qualquer alinhamento indevido ou contaminação entre a nafta e a gasolina automotiva.

4 MEIO AMBIENTE

A ANP aguarda o encaminhamento de Licença Ambiental de Instalação do empreendimento, a qual é pré-requisito para outorga de autorização de construção, conforme exigência da Resolução ANP 52/2015.

5 NORMAS

A tabela 3 apresenta o conjunto de normas técnicas utilizadas no desenvolvimento do projeto.

TABELA 3 - Normas Técnicas

NÚMERO	DESCRIÇÃO
API-RP-582	Recommended Practice and Supplementary Welding Guidelines for the chemical, Oil and Gas Industries
AISC	Manual of Steel Construction Allowable Design Stress
AISC	Design, Fabrication and Erection of Structural Steel for Buildings
ASCE - 7-88	Minimum Design Loads for Buildings and Other Structures
AWS - D1.1	Structural Welding Code - Steel
OSHA	Occupational Safety and Health Administration
ANSI - B31.1	Chemical Plant and Petroleum Refinery Piping Code
ASTM	American Society for Testing and Materials
ASME - Section II, part A	Ferrous Material Specification
ASME - Section II, part C	Specification for Welding Rods, Electrodes and Filters Metals
ASME - Section V	Non Destructive Examination
ASME - Section IX	Welding and Brazing Qualifications
ASME B31.3	Process Piping
ASME B31.1	Power Piping
AWS - A 3.0	Standard Welding Term and definitions
AWS - A 4.2	Standard Procedure for Calibrating Magnetic Instruments to measure Delta Ferrite Content of Austenitic and Duplex Austenitic - Ferritic Stainless Steel Weld Metal
NACE RP0472	Standard Recommended Practice - Methods and Controls to Prevent in Service Environmental Cracking of Carbon Steel Weldments in Corrosive Petroleum Refining Environments
NACE MR0175	Petroleum and Natural gas industries - materials for use in H2S-containing environments in oil and gas production

6 - CRONOGRAMA PREVISTO

Item	Atividade	Previsão Início	Previsão Fim
1	Projeto	Fev/2015	Nov/2016
2	Suprimentos	Jul/2016	Jun/2017
3	Construção e Montagem	Out/2016	Jul/2017
4	Comissionamento / Pré-Operação	Ago/2017	-

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 14/2016PB

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9838/2016-846.287/2015-CERÂMICA SANTA CÂNDIDA LTDA-

9839/2016-846.298/2015-EMPRESA DE EXTRAÇÃO MINERAL LTDA ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9840/2016-846.031/2016-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-

9841/2016-846.033/2016-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-

9842/2016-846.065/2016-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-

9843/2016-846.086/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

9844/2016-846.087/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

9845/2016-846.088/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

9846/2016-846.089/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

9847/2016-846.090/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

9848/2016-846.091/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

9849/2016-846.092/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

9850/2016-846.093/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

9851/2016-846.094/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

9852/2016-846.095/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

9853/2016-846.096/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

9854/2016-846.121/2016-BENTON INDUSTRIA E EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS DO BRASIL LTDA-

RELAÇÃO Nº 15/2016PB

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

9855/2016-846.069/2016-ANTÔNIO TEODÓSIO NETO ME-

9856/2016-846.112/2016-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES-

9857/2016-846.114/2016-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES-

9858/2016-846.115/2016-SANTA RITA DE CASSIA MINERADOURA LTDA. ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9859/2016-846.032/2016-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-

9860/2016-846.056/2016-GUILHERME AUGUSTO FIGUEIREDO DE ALMEIDA-

9861/2016-846.080/2016-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-

9862/2016-846.123/2016-TRANSLIPE MINERAÇAO, TRANSPORTE E LOCAÇAO DE MAQUINAS LTDA-

9863/2016-846.125/2016-RIOEX INTER RIO COMERCIAL EXPORTADORA LTDA.-

9864/2016-846.130/2016-SERGIO RICARDO RIBEIRO GAMA-

9865/2016-846.135/2016-MINERAÇÃO MATA VERDE LTDA ME-

9866/2016-846.137/2016-TASSO ROBERTO DE ARAUJO NÓBREGA-

9867/2016-846.140/2016-SERGIO RICARDO RIBEIRO GAMA-

9868/2016-846.141/2016-SERGIO RICARDO RIBEIRO GAMA-

9869/2016-846.142/2016-MONAZITA PARTICIPAÇÕES LTDA.-

9870/2016-846.143/2016-MONAZITA PARTICIPAÇÕES LTDA.-

9871/2016-846.152/2016-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9872/2016-846.085/2016-SERGIO RICARDO RIBEIRO GAMA-

9873/2016-846.139/2016-ELIZABETH MINERAÇÃO LTDA-

9874/2016-846.146/2016-BENTON INDUSTRIA E EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS DO BRASIL LTDA-

RELAÇÃO 25/2016BA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

9352/2016-870.210/2016-MINERACAO PEDRA BAHIA LTDA ME-

9353/2016-870.280/2016-TRAPICHE MINERAÇÃO LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9354/2016-872.917/2015-MELO MINERAÇÃO LTDA EPP-

9355/2016-872.921/2015-MINERAÇÃO SAMUGRAN EIRELI ME-

9356/2016-873.021/2015-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-

9357/2016-873.023/2015-L MARTINS FILHO ME-

9358/2016-870.028/2016-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA-

9359/2016-870.189/2016-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-

9360/2016-870.207/2016-MINERAÇÃO RIO BRANCO LTDA ME-

9361/2016-870.225/2016-R & S BRASIL MINERAÇÃO LTDA EPP-

9362/2016-870.256/2016-FAUZER UNGARATO-

9363/2016-870.257/2016-FAUZER UNGARATO-

9364/2016-870.259/2016-IZIMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA-

9365/2016-870.274/2016-MINERAÇÃO CHAPADA BRANCA LTDA ME-

9366/2016-870.275/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME-

9367/2016-870.468/2016-MICHAEL DAVID RANGEL MAZZIOLLI-

9368/2016-870.470/2016-MICHAEL DAVID RANGEL MAZZIOLLI-

9369/2016-870.489/2016-JUAZEIRO INDUSTRIAL CERÂMICA LTDA-

9370/2016-870.496/2016-MINETE PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA-

9371/2016-870.497/2016-MARCA INTERMEDIAÇÕES EM NEGOCIOS LTDA ME-

9372/2016-870.499/2016-JOSE MILTON MOREIRA DA SILVA-

9373/2016-870.501/2016-MINERAÇÃO MONTEIRO COUTINHO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP-

9374/2016-870.502/2016-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA-

9375/2016-870.507/2016-GRANITOS MILKE LTDA ME-

9376/2016-870.515/2016-MF AZEVEDO COMERCIO E EXPORTAÇÃO LTDA-

9377/2016-870.516/2016-MINERAÇÃO SAMUGRAN EIRELI ME-

9378/2016-870.517/2016-ALFA E OMEGA MINERAÇÃO LTDA ME-

9379/2016-870.521/2016-HP TRANSPORTES E LOGÍSTICAS LTDA EPP-

9380/2016-870.556/2016-AILSON MOURA SANTANA-

9381/2016-870.560/2016-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-

9382/2016-870.564/2016-CRATON RESSOURCES MINERAÇÃO LTDA-

9383/2016-870.565/2016-EDINALVO HOLZ-

9384/2016-870.567/2016-NADSON TAYLAN DA SILVA MIRANDA-

9385/2016-870.577/2016-LEANDRO DE SOUZA DALVI-

9386/2016-870.578/2016-LEANDRO DE SOUZA DALVI-

9387/2016-870.579/2016-LEANDRO DE SOUZA DALVI-

9388/2016-870.580/2016-X TERRA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TRASPORTES LTDA-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9389/2016-870.746/2016-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-
9390/2016-870.774/2016-ROMERO ALI ADRI-
9391/2016-870.815/2016-PRESMAG EXTRAÇÃO DE MINERAIS EIRELI-
9392/2016-870.817/2016-ROMERO ALI ADRI-
9393/2016-870.821/2016-STONEQUARRIES DO BRASIL LTDA-
9394/2016-870.823/2016-BNM-BAHIA NIGRANITO MINERAÇÃO LTDA-
9395/2016-870.824/2016-CBV CONSTRUTORA LTDA-
9396/2016-870.825/2016-JOSE MILTON MOREIRA DA SILVA-
9397/2016-870.827/2016-TERRA & PEDRA MINERAÇÃO LTDA. ME-
9398/2016-870.993/2016-TETU´S ARTEFATOS EM CIMENTO LTDA ME-
9399/2016-871.026/2016-CAFELANDIA EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA ME-
9400/2016-871.038/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9401/2016-871.046/2016-DANA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
9402/2016-871.263/2016-MF AZEVEDO COMERCIO E EXPORTAÇÃO LTDA-
9403/2016-871.266/2016-LAURISMAR FARIAS DOS SANTOS-
9404/2016-871.267/2016-RIVIERA MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
9405/2016-871.308/2016-MARCEL MINERAÇÃO LTDA EPP-
9406/2016-871.309/2016-MARCEL MINERAÇÃO LTDA EPP-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9407/2016-872.738/2015-HERMES SOARES SILVA-
9408/2016-870.226/2016-MINERAÇÃO VALLE GRANDE LTDA ME-
9409/2016-871.045/2016-ITAPOAMA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP-
9410/2016-871.264/2016-LOCBRIT TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO LTDA-

RELAÇÃO Nº 26/2016BA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

9411/2016-870.029/2016-FERNANDES SPILLERE ENGENHARIA LTDA ME-
9412/2016-870.161/2016-VALDEMIR SANTOS ALVES-
9413/2016-870.224/2016-LG CONSTRUTORA LTDA ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9414/2016-871.942/2015-IEDA FERREIRA DE ALMEIDA-
9415/2016-872.624/2015-ROCHAS DOS BRASIL LTDA ME-
9416/2016-872.735/2015-GRANCOSTA GRANITOS E MINERAÇÃO LTDA ME-
9417/2016-872.991/2015-SINAI MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE MÁRMORES LTDA ME-
9418/2016-872.998/2015-PIRBAHIANO INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-
9419/2016-873.012/2015-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
9420/2016-873.019/2015-PEDREIRA IGUAPE LTDA-
9421/2016-873.024/2015-CID CARLOS PEREIRA-
9422/2016-870.045/2016-TECVET TECNOLOGIA VETERINARIA ESPECIALIZADA LTDA-
9423/2016-870.053/2016-GRANVALE GRANITOS VALE DO RIO DOCE LTDA EPP-
9424/2016-870.159/2016-AMF EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.-
9425/2016-870.160/2016-AMF EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.-
9426/2016-870.196/2016-VICENTE DE PAULO DOMICIANO-
9427/2016-870.229/2016-BAMBUI SERVIÇOS DE PESQUISA EM MINERAÇÃO LTDA ME-
9428/2016-870.236/2016-NELSON AGUIAR BRITO-
9429/2016-870.237/2016-JOSÉ MATOS BISPO ME-
9430/2016-870.238/2016-TERRA & PEDRA MINERAÇÃO LTDA. ME-
9431/2016-870.246/2016-FAUSTO JOSÉ PRISCO DA SILVA-
9432/2016-870.258/2016-FAUZER UNGARATO-
9433/2016-870.760/2016-UNIQUE STONE EIRELI EPP-
9434/2016-870.763/2016-MARCELO GUIMARÃES ALTOÉ-
9435/2016-870.905/2016-UNIQUE STONE EIRELI EPP-
9436/2016-870.907/2016-UNIQUE STONE EIRELI EPP-
9437/2016-870.908/2016-UNIQUE STONE EIRELI EPP-
9438/2016-870.909/2016-UNIQUE STONE EIRELI EPP-
9439/2016-870.910/2016-UNIQUE STONE EIRELI EPP-
9440/2016-870.911/2016-UNIQUE STONE EIRELI EPP-
9441/2016-870.912/2016-UNIQUE STONE EIRELI EPP-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9442/2016-870.050/2016-MINERAÇÃO JERUSALEM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
9443/2016-870.200/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME-
9444/2016-870.227/2016-MINERAÇÃO VALLE GRANDE LTDA ME-
9445/2016-870.278/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME-
9446/2016-870.703/2016-BENTONISA BENTONITA DO NOEDESTE S A-
9447/2016-870.704/2016-BENTONISA BENTONITA DO NOEDESTE S A-
9448/2016-870.705/2016-BENTONISA BENTONITA DO NOEDESTE S A-
9449/2016-870.706/2016-BENTONISA BENTONITA DO NOEDESTE S A-
9450/2016-870.722/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
9451/2016-870.723/2016-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-
9452/2016-870.724/2016-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-
9453/2016-870.725/2016-R E 17 MINERAÇÃO, PESQUISAS MINERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
9454/2016-870.726/2016-R E 17 MINERAÇÃO, PESQUISAS MINERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
9455/2016-870.727/2016-R E 17 MINERAÇÃO, PESQUISAS MINERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
9456/2016-870.728/2016-R E 17 MINERAÇÃO, PESQUISAS MINERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
9457/2016-870.758/2016-BRAZ SONDAS POÇOS ARTESIANOS E SERVIÇOS LTDA ME-
9458/2016-870.759/2016-UNIQUE STONE EIRELI EPP-
9459/2016-870.762/2016-MARCELO GUIMARÃES ALTOÉ-
9460/2016-870.764/2016-MARCELO GUIMARÃES ALTOÉ-
9461/2016-870.780/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA-
9462/2016-870.781/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA-
9463/2016-870.782/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA-
9464/2016-870.783/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA-
9465/2016-870.784/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA-
9466/2016-870.785/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA-
9467/2016-870.792/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA-
9468/2016-870.793/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA-
9469/2016-871.310/2016-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA-
9470/2016-871.380/2016-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA-

RELAÇÃO Nº 27/2016BA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

9471/2016-871.016/2016-CONSTRUTERRA CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA.-
9472/2016-871.017/2016-CONSTRUTERRA CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA.-
9473/2016-871.018/2016-CONSTRUTERRA CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA.-
9474/2016-871.019/2016-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-
9475/2016-871.084/2016-INTERGRANIT MINERAÇÃO LTDA-
9476/2016-871.089/2016-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-
9477/2016-871.302/2016-CESAR DE CASTRO SOLEDADE-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9478/2016-870.765/2016-EDUARDO CRUZ MORAES-
9479/2016-870.848/2016-TREVISO MINERAÇÃO LTDA.-
9480/2016-870.849/2016-CARLOS TADEU CHAVES REGO-
9481/2016-870.850/2016-MARCEL MINERAÇÃO LTDA EPP-
9482/2016-870.851/2016-EUNICE DE ANDRADE BAHIENSE DA SILVA EIRELI ME-
9483/2016-870.855/2016-CONSTRUTORA GETEL LTDA-
9484/2016-870.914/2016-MINERAÇÃO SÃO VICENTE LTDA-
9485/2016-870.916/2016-MJ GRANITOS LTDA ME-
9486/2016-870.917/2016-LIBERTY ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA. ME-
9487/2016-870.918/2016-CARLOS TADEU CHAVES REGO-
9488/2016-870.919/2016-VIAMAR MINERAÇÃO LTDA.-
9489/2016-870.920/2016-VIAMAR MINERAÇÃO LTDA.-
9490/2016-870.922/2016-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
9491/2016-871.000/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9492/2016-871.001/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9493/2016-871.002/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9494/2016-871.003/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9495/2016-871.004/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9496/2016-871.005/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9497/2016-871.006/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9498/2016-871.007/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9499/2016-871.008/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9500/2016-871.009/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9501/2016-871.010/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9502/2016-871.011/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9503/2016-871.012/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9504/2016-871.013/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9505/2016-871.014/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9506/2016-871.015/2016-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9507/2016-871.068/2016-RAFAEL GEAQUINTO MACHADO-
9508/2016-871.071/2016-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-
9509/2016-871.072/2016-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-
9510/2016-871.073/2016-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-
9511/2016-871.074/2016-EVERALDO BISPO DOS SANTOS-
9512/2016-871.076/2016-STONE MINERAÇÃO LTDA-
9513/2016-871.077/2016-ANDERSON GASPARELO BAIENSE-
9514/2016-871.082/2016-CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S A-
9515/2016-871.083/2016-CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S A-
9516/2016-871.088/2016-CELIO PEREIRA DA SILVA ME-
9517/2016-871.216/2016-CAFELANDIA EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA ME-
9518/2016-871.217/2016-M. R. MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME-
9519/2016-871.218/2016-SANDRA REGINA SANTOS DA SILVA-
9520/2016-871.231/2016-POLIBEGE MÁRMORES E GRANITOS LTDA-
9521/2016-871.315/2016-JEQUITI MINERAÇÃO LTDA-
9522/2016-871.356/2016-EDIMAR JOSÉ DOS SANTOS ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9523/2016-870.915/2016-CONTINENTAL STONES DO BRASIL LTDA ME-
9524/2016-870.923/2016-GILVAN FERNANDES DE LACERDA-
9525/2016-870.925/2016-ABC MINERAÇÃO EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP-
9526/2016-871.078/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
9527/2016-871.079/2016-GRAN SIENNA DO BRASIL LTDA ME-
9528/2016-871.080/2016-GRAN SIENNA DO BRASIL LTDA ME-
9529/2016-871.087/2016-NEIVA VIEIRA DE ASSUNÇÃO-
9530/2016-871.301/2016-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RELAÇÃO Nº 28/2016BA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

9531/2016-871.529/2016-ADALBERTO PEREIRA DE MOURA E CIA LTDA EPP EPP-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9532/2016-870.504/2016-GENIVALDO BOMFIM DA SILVA-

9533/2016-870.873/2016-DANIEL DE OLIVEIRA-

9534/2016-870.879/2016-TERRA LATINA COMÉRCIO EXTERIOR EIRELI EPP.-

9535/2016-870.892/2016-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-

9536/2016-870.898/2016-ESPLENDOR MINERAÇÃO E COMERCIO E EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-

9537/2016-870.900/2016-TROPICAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-

9538/2016-870.901/2016-GOLDSTONE MINERAÇÃO LTDA-

9539/2016-870.902/2016-UNIQUE STONE EIRELI EPP-

9540/2016-870.903/2016-UNIQUE STONE EIRELI EPP-

9541/2016-870.904/2016-UNIQUE STONE EIRELI EPP-

9542/2016-871.505/2016-MARCELO GUIMARÃES ALTOÉ-

9543/2016-871.508/2016-ESPLENDOR MINERAÇÃO E COMERCIO E EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-

9544/2016-871.509/2016-ESPLENDOR MINERAÇÃO E COMERCIO E EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-

9545/2016-871.510/2016-ESPLENDOR MINERAÇÃO E COMERCIO E EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-

9546/2016-871.511/2016-ESPLENDOR MINERAÇÃO E COMERCIO E EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-

9547/2016-871.530/2016-CLEIDSON BITTENCOURT SOARES-

9548/2016-871.543/2016-CONSTRUTORA GETEL LTDA-

9549/2016-871.544/2016-CONSTRUTORA GETEL LTDA-

9550/2016-871.569/2016-JOÃO BATISTA JOSÉ-

9551/2016-871.570/2016-LASTRA MINERAÇÃO LTDA-

9552/2016-871.571/2016-LASTRA MINERAÇÃO LTDA-

9553/2016-871.574/2016-MINERAÇÃO MONTE SANTO-

9554/2016-871.575/2016-ROCHEDO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA EPP-

9555/2016-871.576/2016-ROCHEDO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA EPP-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9556/2016-870.490/2016-SELECT ROCHAS LTDA ME-

9557/2016-870.498/2016-EVERALDO BISPO DOS SANTOS-

9558/2016-870.510/2016-SKAY GRANITOS COMÉRCIO CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO EIRELI EPP-

9559/2016-870.513/2016-BAMBUI SERVIÇOS DE PESQUISA EM MINERAÇÃO LTDA ME-

9560/2016-870.520/2016-COMPANHIA DE AREIA LTDA-

9561/2016-870.523/2016-GIOVANI RODRIGUES DA SILVA-

9562/2016-870.524/2016-SILMAR MACHADO DE OLIVEIRA-

9563/2016-870.553/2016-RAJOR PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA-

9564/2016-870.554/2016-RAJOR PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA-

9565/2016-870.555/2016-RAJOR PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA-

9566/2016-870.569/2016-JONILTON GOMES PEREIRA ME-

9567/2016-870.587/2016-MINERAÇÃO DOIS MIL EIRELI LTDA-

9568/2016-870.634/2016-R & S BRASIL MINERAÇÃO LTDA EPP-

9569/2016-870.701/2016-BENTONISA BENTONITA DO NOEDESTE S A-

9570/2016-870.702/2016-BENTONISA BENTONITA DO NOEDESTE S A-

9571/2016-870.707/2016-BENTONISA BENTONITA DO NOEDESTE S A-

9572/2016-870.708/2016-BENTONISA BENTONITA DO NOEDESTE S A-

9573/2016-870.789/2016-AFONSO DAMIAO BEIROZ DA SILVA-

9574/2016-870.790/2016-AFONSO DAMIAO BEIROZ DA SILVA-

9575/2016-870.791/2016-SANTA FÉ EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS S A-

9576/2016-870.820/2016-EVERALDO CHAVES RÊGO-

9577/2016-870.872/2016-BRAZZAGEO EXPLORAÇÃO MINERAL E ESTUDOS AMBIENTAIS-

9578/2016-870.890/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA-

9579/2016-870.894/2016-BRAZ SONDAS POÇOS ARTESIANOS E SERVIÇOS LTDA ME-

9580/2016-870.941/2016-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES-

9581/2016-870.942/2016-MINERAÇÃO SANTA IZABEL LTDA - ME-

9582/2016-870.943/2016-PEDRO ROBERTO BONADIMAN FILHO-

9583/2016-870.963/2016-EDUARDO CESAR LIMA DOS SANTOS-

9584/2016-870.988/2016-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA-

9585/2016-870.990/2016-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA-

9586/2016-870.994/2016-TETU´S ARTEFATOS EM CIMENTO LTDA ME-

9587/2016-871.022/2016-ALTEMAR SILVESTRE DA SILVA-

9588/2016-871.033/2016-EVERALDO BISPO DOS SANTOS-

9589/2016-871.567/2016-FRIEDRICH FRANZ HACKI-

9590/2016-871.572/2016-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-

RELAÇÃO Nº 51/2016PI

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

9945/2016-803.045/2016-MAGNEL MARQUES RAMEIRO-

9946/2016-803.134/2016-CONSTRUTORA SUCESSO S A-

9947/2016-803.142/2016-MACCA MINERAÇÃO DE BRITA LTDA ME-

9948/2016-803.143/2016-MACCA MINERAÇÃO DE BRITA LTDA ME-

9949/2016-803.144/2016-MACCA MINERAÇÃO DE BRITA LTDA ME-

9950/2016-803.145/2016-CONSTRUTORA GETEL LTDA-

9951/2016-803.146/2016-CONSTRUTORA GETEL LTDA-

9952/2016-803.147/2016-CONSTRUTORA GETEL LTDA-

9953/2016-803.148/2016-CONSTRUTORA GETEL LTDA-

9954/2016-803.149/2016-CONSTRUTORA GETEL LTDA-

9955/2016-803.151/2016-CONSTRUTORA GETEL LTDA-

9956/2016-803.154/2016-EMANNUEL WELLISON DA SILVA CARVALHO-

9957/2016-803.178/2016-DORIVALDO DA SILVA JULIÃO-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9958/2016-803.088/2016-DALMO ALVISE-

9959/2016-803.109/2016-DALMO ALVISE-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9960/2016-803.137/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-

9961/2016-803.147/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-

9962/2016-803.303/2012-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.-

9963/2016-803.111/2015-CMN CENTRAL MINERAL DO NORDESTE LTDA-

RELAÇÃO Nº 65/2016RO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9908/2016-886.480/2014-C.G. GADELHA-

9909/2016-886.009/2015-VALENTIM MANDUCA PACIOS-

9910/2016-886.033/2015-PORTO DE AREIA MAMORÉ LTDA ME-

9911/2016-886.039/2015-ALCLEMAR LOPES NOE-

9912/2016-886.143/2015-PORTO AREAL PARANÁ LTDA ME.-

9913/2016-886.160/2015-CICLO CAIRÚ LTDA-

9914/2016-886.179/2015-JOÃO PEDRO CARLESSO AGOSTINI-

9915/2016-886.185/2016-V.R. CAETANO ME-

9916/2016-886.188/2016-ALCLEMAR LOPES NOE-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9917/2016-886.345/2012-MULTICOMMERCE COM. IMP. EXP. LTDA-

9918/2016-886.234/2013-IMS CONSTRUTORA LTDA-

9919/2016-886.004/2015-DELTA DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-

9920/2016-886.021/2015-MINERAÇÃO LIRIO BRANCO-

9921/2016-886.042/2015-JÂNIO MENDONÇA DE SOUSA-

9922/2016-886.063/2015-RV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-

9923/2016-886.064/2015-RV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-

RELAÇÃO Nº 70/2016SE

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9901/2016-878.057/2016-MINERAÇÃO ITAMARACÁ LTDA.-

9902/2016-878.059/2016-MINERAÇÃO ITAMARACÁ LTDA.-

9903/2016-878.060/2016-MINERAÇÃO ITAMARACÁ LTDA.-

9904/2016-878.061/2016-MINERAÇÃO ITAMARACÁ LTDA.-

9905/2016-878.092/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-

9906/2016-878.093/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-

9907/2016-878.094/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-

RELAÇÃO Nº 77/2016RS

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

9145/2016-810.221/2016-EXTRA AREIA - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-

9146/2016-810.334/2016-VALDENIR INÁCIO FRAGA SILVEIRA ME-

9147/2016-810.359/2016-EZIQUIEL BALTAZAR PEGORARO-

9148/2016-810.360/2016-EZIQUIEL BALTAZAR PEGORARO-

9149/2016-810.362/2016-EZIQUIEL BALTAZAR PEGORARO-

9150/2016-810.371/2016-F C C MAGNUS E CIA. LTDA. ME-

9151/2016-810.372/2016-F C C MAGNUS E CIA. LTDA. ME-

9152/2016-810.375/2016-EZIQUIEL BALTAZAR PEGORARO-

9153/2016-810.392/2016-J A SILVEIRA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-

9154/2016-810.393/2016-J A SILVEIRA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-

9155/2016-810.402/2016-MONAZITA PARTICIPAÇÕES LTDA.-

9156/2016-810.425/2016-PAVISER PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-

9157/2016-810.439/2016-JF MINERAÇÃO, INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME-

9158/2016-810.473/2016-MINERAÇÃO ANDREAS LTDA-

9159/2016-810.475/2016-CERAMICA BURG LTDA-

9160/2016-810.476/2016-CERAMICA BURG LTDA-

9161/2016-810.479/2016-BRX MINERAÇÃO LTDA.-

9162/2016-810.480/2016-TONIOLO, BUSNELLO S.A. - TÚNEIS, TERRAPLENAGENS E PAVIMENTAÇÕES-

9163/2016-810.485/2016-BRIPAVE EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA-

9164/2016-810.486/2016-BRIPAVE EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA-

9165/2016-810.487/2016-NS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-

9166/2016-810.495/2016-MÁRCIO FOPPA-

9167/2016-810.496/2016-MAC ENGENHARIA LTDA-

9168/2016-810.591/2016-MINERAÇÃO NOVA PETRÓPOLIS LTDA.-

9169/2016-810.592/2016-MONAZITA PARTICIPAÇÕES LTDA.-

9170/2016-810.602/2016-RICARDO D SCHUMACHER-

9171/2016-810.623/2016-FINGERHUT CONSULTORIA DE NEGÓCIOS LTDA-

9172/2016-810.624/2016-FINGERHUT CONSULTORIA DE NEGÓCIOS LTDA-

9173/2016-810.661/2016-AREIA BRANCA LTDA ME-

9174/2016-810.693/2016-AMPESSAN CORRETORA DE SEGUROS LTDA-

9175/2016-810.694/2016-FRANCISCO RAUL THOMAZI-

9176/2016-810.786/2016-CONPASUL CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9177/2016-811.103/2015-JEFERSON BRÜNING-
9178/2016-810.089/2016-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-
9179/2016-810.232/2016-MINERAÇÃO NOVA PETRÓPOLIS LTDA.-
9180/2016-810.355/2016-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-
9181/2016-810.356/2016-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-
9182/2016-810.357/2016-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-
9183/2016-810.406/2016-TERRA GUERREIRO COMÉRCIO DE ATERRO LTDA.-
9184/2016-810.464/2016-MINERAÇÃO RINCÃO FRENTE LTDA.-
9185/2016-810.471/2016-MINERAÇÃO VERA CRUZ LTDA-
9186/2016-810.472/2016-SAMPAR COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES-
9187/2016-810.483/2016-CONSTRUTORA E INCORPORADORA CASA DA PRAIA LTDA.-
9188/2016-810.488/2016-VANDA TURELLA-
9189/2016-810.492/2016-MARCIAL DOMINGOS CORREIA TERRA-
9190/2016-810.493/2016-QUINTINO PAULO DA SILVA-
9191/2016-810.507/2016-CERÂMICA ROQUE FILHOS LTDA-
9192/2016-810.631/2016-JORGE DIAS DA COSTA-
9193/2016-810.771/2016-CERAMICA BURG LTDA-
9194/2016-810.772/2016-CERAMICA BURG LTDA-
9195/2016-810.773/2016-CERAMICA BURG LTDA-
9196/2016-810.774/2016-CERAMICA BURG LTDA-
9197/2016-810.775/2016-CERAMICA BURG LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9198/2016-810.470/2016-MINERAÇÃO VERA CRUZ LTDA-
9199/2016-810.509/2016-LUIZ F. DE MOURA & CIA LTDA ME-
9200/2016-810.642/2016-GUNTHER GAULKE JUNIOR-
9201/2016-810.669/2016-GUNTHER GAULKE JUNIOR-
9202/2016-810.671/2016-GUNTHER GAULKE JUNIOR-

RELAÇÃO Nº 79/2016PR

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

9782/2016-826.700/2015-IARO MARQUES DIB ME-
9783/2016-826.322/2016-A. D. SOVINSKI RAIZER CIA LTDA EPP-
9784/2016-826.323/2016-A. D. SOVINSKI RAIZER CIA LTDA EPP-
9785/2016-826.324/2016-A. D. SOVINSKI RAIZER CIA LTDA EPP-
9786/2016-826.325/2016-A. D. SOVINSKI RAIZER CIA LTDA EPP-
9787/2016-826.332/2016-A. D. SOVINSKI RAIZER CIA LTDA EPP-
9788/2016-826.334/2016-IMPÉRIO IMÓVEIS LTDA-
9789/2016-826.338/2016-JOSÉ ZEMAN-
9790/2016-826.339/2016-MOISES GONDRO FI-
9791/2016-826.352/2016-THAILON JADY PACHE DE SOUSA-
9792/2016-826.357/2016-GENOIR MINOZZO-
9793/2016-826.358/2016-FELIPE WEIBER-
9794/2016-826.359/2016-FELIPE WEIBER-
9795/2016-826.360/2016-CTG MINÉRIOS LTDA ME-
9796/2016-826.363/2016-J V B NETO AREIA-
9797/2016-826.364/2016-PEDREIRA MANDIRITUBA LTDA.-
9798/2016-826.369/2016-DEMEURE ZUPIROLI-
9799/2016-826.370/2016-EVERTON NEY JOSÉ-
9800/2016-826.372/2016-MINERAÇÃO ROGALSKI LTDA-
9801/2016-826.373/2016-MINERAÇÃO ROGALSKI LTDA-
9802/2016-826.375/2016-MARCO ANTONIO VICENTE DE VICENTE-
9803/2016-826.377/2016-VALDIR SOARES-
9804/2016-826.378/2016-PARANÁ EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-
9805/2016-826.379/2016-CERÂMICA KIBASE LTDA ME-
9806/2016-826.502/2016-HIDRELÉTRICA SANTA BRANCA S.A.-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9807/2016-826.192/2016-GUARACI SELMO BAPTISTA FERREIRA-
9808/2016-826.193/2016-PEDREIRA CATEDRAL LTDA.-
9809/2016-826.315/2016-CAL SANTA MARIA LTDA EPP-
9810/2016-826.330/2016-HOBI EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA.-
9811/2016-826.335/2016-EXTRA MINERAÇÃO LTDA ME-
9812/2016-826.336/2016-GRANDO MINERAÇÃO EIRELI ME-
9813/2016-826.337/2016-EPP EMPRESA PARANAENSE DE PARTICIPAÇÕES S.A.-
9814/2016-826.340/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A-
9815/2016-826.341/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A-
9816/2016-826.343/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A-
9817/2016-826.344/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A-
9818/2016-826.345/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A-
9819/2016-826.346/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A-
9820/2016-826.347/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A-
9821/2016-826.348/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A-
9822/2016-826.350/2016-ANTONIO GILMAR DISSENHA-
9823/2016-826.354/2016-ELIAS JOSE BATISTA-
9824/2016-826.355/2016-ELIAS JOSE BATISTA-
9825/2016-826.361/2016-GAI BLOCOS DE CONCRETO LTDA-
9826/2016-826.365/2016-GUARACI SELMO BAPTISTA FERREIRA-
9827/2016-826.374/2016-MICHAEL GONÇALVES-
9828/2016-826.442/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A-
9829/2016-826.595/2016-MINERAÇAO OUROMAR LTDA ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9830/2016-826.342/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A-
9831/2016-826.349/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A-

RELAÇÃO Nº 86/2016TO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

9875/2016-864.079/2015-TOBIAS ALMEIDA SCHMIDT-
9876/2016-864.080/2015-TOBIAS ALMEIDA SCHMIDT-
9877/2016-864.081/2015-TOBIAS ALMEIDA SCHMIDT-
9878/2016-864.082/2015-TOBIAS ALMEIDA SCHMIDT-
9879/2016-864.104/2016-MARCOS CORREIA DA SILVA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9880/2016-864.082/2014-JOSÉ LIMA CARDOSO-
9881/2016-864.084/2014-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.-
9882/2016-864.094/2014-CELMO GERALDO AMORIM-
9883/2016-864.043/2015-XIXTO MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-
9884/2016-864.014/2016-QUARTZO BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA EPP-
9885/2016-864.015/2016-QUARTZO BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA EPP-
9886/2016-864.016/2016-QUARTZO BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA EPP-
9887/2016-864.017/2016-QUARTZO BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA EPP-
9888/2016-864.018/2016-QUARTZO BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA EPP-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9889/2016-864.266/2012-EUVALDO LEÃO DA COSTA-
9890/2016-864.096/2013-KELLUZ ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-
9891/2016-864.030/2014-RIO DOS MANGUES MINERAÇÃO LTDA-
9892/2016-864.067/2014-A R NETO NONATO ME-
9893/2016-864.120/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA-
9894/2016-864.141/2014-VIVALDO GAUDÊNCIO-
9895/2016-864.152/2014-MANOEL CÂNDIDO DOS PASSOS-
9896/2016-864.003/2015-MAURO HELENO SOBREIRA-
9897/2016-864.100/2015-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA-
9898/2016-864.001/2016-JOAO DE CARVALHO-
9899/2016-864.140/2016-ALAN CARLOS DE LIMA COSTA-
9900/2016-864.173/2016-POTI CONSTRUTORA, INCORPORADORA E MINERADORA LTDA-

RELAÇÃO Nº 91/2016ES

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9924/2016-896.221/2013-TRADE CITY ADMINISTRAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA-
9925/2016-896.019/2015-LUIZ CARLOS VALLI-
9926/2016-896.046/2015-ZEINOBIO AZEVEDO PIEROTT-
9927/2016-896.049/2015-RAPHAEL NASCIMENTO TURRA-
9928/2016-896.057/2015-JOSÉ OSVANIO DE SOUZA-
9929/2016-896.084/2015-GRANITOS MONTANHA LTDA-
9930/2016-896.143/2015-JOSE REINALDO FIM CAMPOREZ-
9931/2016-896.144/2015-MARCIO CARLOS PRUDENCIO SALGADO-
9932/2016-896.225/2015-M.S. BORLOT ME-
9933/2016-896.239/2015-LEANDRO FORNAZIER EIRELI ME-
9934/2016-896.273/2015-CAMILO HEMERLY SIMONELLI-
9935/2016-896.367/2015-MAPORÃ IND. E COM. VAR. DE MAT. DE CONSTR. LTDA EPP-
9936/2016-896.101/2016-ARTHUR RUBIM PINTO ROSA-
9937/2016-896.103/2016-GILMAR BOHRY-
9938/2016-896.112/2016-FRANCISCO SONEGHETI-
9939/2016-896.113/2016-KARIO LINHALIS DALLA BERNARDINA-
9940/2016-896.114/2016-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-
9941/2016-896.116/2016-ONÉSIO DE PALMA-
9942/2016-896.117/2016-AREAL SÃO JOSÉ LTDA EPP-
9943/2016-896.118/2016-RIO DOCE CONSULTORIA LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9944/2016-896.103/2015-QUIUQUI MINERAÇÃO LTDA.-

RELAÇÃO Nº 97/2016PE

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

9323/2016-840.003/2016-MARCIO MARTINS DA SILVA-
9324/2016-840.051/2016-FRANCISCO MUNIZ COELHO JUNIOR-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9325/2016-840.067/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-
9326/2016-840.073/2016-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-
9327/2016-840.074/2016-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-
9328/2016-840.156/2016-JONILTON GOMES PEREIRA ME-
9329/2016-840.157/2016-JONILTON GOMES PEREIRA ME-
9330/2016-840.158/2016-JONILTON GOMES PEREIRA ME-
9331/2016-840.159/2016-JONILTON GOMES PEREIRA ME-
9332/2016-840.165/2016-RICARDO JOSE PRIORI DALLA NORA-
9333/2016-840.215/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9334/2016-840.216/2016-MINERCAO FORTALEZA-
9335/2016-840.217/2016-MINERPAV MINERADORA LTDA.-

RELAÇÃO Nº 109/2016SP

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9203/2016-820.194/2016-SP MINÉRIOS LTDA-
9204/2016-820.195/2016-SP MINÉRIOS LTDA-
9205/2016-820.196/2016-PEDREIRA MARIA TERESA LTDA.-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9206/2016-820.198/2016-MINERAÇÃO CAJ LTDA.-
9207/2016-820.199/2016-IVO MACIEL DA MATTA-
9208/2016-820.203/2016-ADICON ITAIM ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA EPP-
9209/2016-820.204/2016-CERÂMICA BARROBELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP-
9210/2016-820.205/2016-ITARGINO FURCO-
9211/2016-820.206/2016-ITARGINO FURCO-
9212/2016-820.207/2016-ALESSIO SIDINEI FURCO-
9213/2016-820.208/2016-ALESSIO SIDINEI FURCO-
9214/2016-820.209/2016-ALESSIO SIDINEI FURCO-
9215/2016-820.211/2016-SONIA REGINA SCHIAVUZZO CAZELATO-
9216/2016-820.214/2016-MINERADORA TOMASELLA LTDA ME-
9217/2016-820.216/2016-MARIA ELOÍSA UGOLINI-
9218/2016-820.217/2016-ALINE CARLA FARRAPO XAVIER-
9219/2016-820.219/2016-EMI - EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA-
9220/2016-820.220/2016-EMI - EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA-
9221/2016-820.221/2016-JARBAS ELIAS ZURI JUNIOR-
9222/2016-820.225/2016-LUIZ AUGUSTO FIORAMONTE EPP-
9223/2016-820.229/2016-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO SÃO SEBASTIÃO LTDA.-
9224/2016-820.230/2016-CARDIL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-
9225/2016-820.232/2016-CALCÁRIO DIAMANTE LTDA.-
9226/2016-820.233/2016-GENTIL ANTONIO DOS SANTOS SALTO DE PIRAPORA ME-
9227/2016-820.235/2016-IVAN RODRIGUES DOS SANTOS-
9228/2016-820.236/2016-R. M. CASTELLANO MINERAÇÃO LTDA-
9229/2016-820.237/2016-THASA COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE MINERIOS LTDA EPP-
9230/2016-820.238/2016-PEDREIRA SANTA ROSA LTDA-
9231/2016-820.239/2016-FLAVIO ANTONIO JACOBELLI EPP-
9232/2016-820.241/2016-IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA VISTA ALEGRE LTDA ME-
9233/2016-820.243/2016-ANTONIO CARLOS FURLANETO-
9234/2016-820.246/2016-MINERAÇÃO RIO CLARO M.V. LTDA.-
9235/2016-820.247/2016-FERNANDO HENRIQUE VIEIRA SANTOS-
9236/2016-820.250/2016-BOCALETTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-
9237/2016-820.254/2016-ADRIANO CESAR TEIXEIRA MACHADO-
9238/2016-820.255/2016-MINERAÇÃO AFF LTDA.-
9239/2016-820.256/2016-DIONISIO EDVALDO DE GODOY-
9240/2016-820.258/2016-LUIZ RAIMUNDO NEVES-
9241/2016-820.259/2016-ANTONIO CARLOS FURLANETO-
9242/2016-820.261/2016-BIGMINA MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-
9243/2016-820.265/2016-ROSANGELA MAIA BECCARI ME-
9244/2016-820.268/2016-PORTO DE AREIA TUBARÃO LTDA.-
9245/2016-820.272/2016-TOULOUSE INCORPORAÇÃO SPE LTDA-
9246/2016-820.273/2016-CERÂMICA ENDO EIRELI EPP-
9247/2016-820.274/2016-CERÂMICA ENDO EIRELI EPP-
9248/2016-820.275/2016-CARLOS HENRIQUE GIANFRANCESCO-
9249/2016-820.276/2016-CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEÚTICOS LTDA-
9250/2016-820.277/2016-MINERAÇÃO CAMPO VERDE ROSEIRA LTDA.-
9251/2016-820.278/2016-ROBERTO TADEU TEIXEIRA MACHADO-
9252/2016-820.282/2016-MINERAÇÃO E MOAGEM SÃO JOÃO BATISTA LTDA-
9253/2016-820.284/2016-PORTOMINAS MINERAÇÃO LTDA.-
9254/2016-820.289/2016-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-
9255/2016-820.291/2016-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-
9256/2016-820.293/2016-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-
9257/2016-820.294/2016-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-
9258/2016-820.297/2016-DAVID RODRIGO DA SILVA-
9259/2016-820.299/2016-CERÂMICA CIRINEU LTDA EPP-
9260/2016-820.300/2016-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.-
9261/2016-820.400/2016-APARECIDO MALDONADO PONCE-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9262/2016-820.410/2016-LEONARDO OLIVEIRA GONÇALVES-

RELAÇÃO Nº 112/2016CE

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9591/2016-800.453/2014-LEPANTO MINERAÇÃO EIRELI-
9592/2016-800.458/2014-LEPANTO MINERAÇÃO EIRELI-
9593/2016-800.463/2014-LEPANTO MINERAÇÃO EIRELI-
9594/2016-800.466/2014-LEPANTO MINERAÇÃO EIRELI-
9595/2016-800.472/2014-LEPANTO MINERAÇÃO EIRELI-
9596/2016-800.482/2014-LEPANTO MINERAÇÃO EIRELI-
9597/2016-800.766/2015-HELDER PERAZZO LEITE GALVAO-
9598/2016-800.767/2015-HELDER PERAZZO LEITE GALVAO-
9599/2016-800.214/2016-MILKA MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-
9600/2016-800.220/2016-MINERAÇÃO MILLENIUM LTDA-
9601/2016-800.224/2016-MONAZITA PARTICIPAÇÕES LTDA.-
9602/2016-800.226/2016-MONT GRANITOS S/A-
9603/2016-800.258/2016-MINERAGRAN MINERAÇÃO DE MÁRMORES E GRANITOS-
9604/2016-800.259/2016-TÉCNICA MINERAÇÃO LTDA ME-
9605/2016-800.260/2016-MILGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.-
9606/2016-800.261/2016-ARISTON ARAÚJO CAJATY-
9607/2016-800.327/2016-MONT GRANITOS S/A-
9608/2016-800.330/2016-MARCEL MINERAÇÃO LTDA EPP-
9609/2016-800.332/2016-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
9610/2016-800.333/2016-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
9611/2016-800.334/2016-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
9612/2016-800.336/2016-MILKA MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-
9613/2016-800.409/2016-R & D INCORPORAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S A-
9614/2016-800.433/2016-SAVIO COELHO MAGALHÃES M.E.-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9615/2016-800.243/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9616/2016-800.246/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9617/2016-800.247/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9618/2016-800.248/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9619/2016-800.254/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9620/2016-800.255/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9621/2016-800.256/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9622/2016-800.257/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9623/2016-800.263/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9624/2016-800.264/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9625/2016-800.265/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9626/2016-800.266/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9627/2016-800.267/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9628/2016-800.268/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9629/2016-800.269/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9630/2016-800.270/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9631/2016-800.271/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9632/2016-800.272/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9633/2016-800.273/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9634/2016-800.274/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9635/2016-800.275/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9636/2016-800.276/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9637/2016-800.277/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9638/2016-800.278/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9639/2016-800.279/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9640/2016-800.280/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9641/2016-800.281/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9642/2016-800.282/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9643/2016-800.283/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9644/2016-800.284/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9645/2016-800.285/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9646/2016-800.287/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9647/2016-800.288/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9648/2016-800.289/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9649/2016-800.290/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9650/2016-800.341/2016-MINERAÇÃO TURMALINA LTDA-

RELAÇÃO Nº 113/2016CE

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

9651/2016-800.308/2016-ARISTON ARAÚJO CAJATY-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9652/2016-800.080/2015-RAIMUNDO FERNANDES DA COSTA-
9653/2016-800.075/2016-J & R MINERAÇÃO LTDA-
9654/2016-800.207/2016-ARISTON ARAÚJO CAJATY-
9655/2016-800.221/2016-DIRETRIZ NORDESTE AGENCIA DE VIAGEM E TURISMO LTDA-
9656/2016-800.317/2016-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
9657/2016-800.318/2016-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
9658/2016-800.324/2016-MILKA MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-
9659/2016-800.344/2016-GEOVERITAS GEOLOGIA E SERVIÇOS LTDA-
9660/2016-800.366/2016-GEOVERITAS GEOLOGIA E SERVIÇOS LTDA-
9661/2016-800.369/2016-CANDIDO DA SILVEIRA QUINDERÉ-
9662/2016-800.381/2016-F A LIMA SERVIÇOS ME-
9663/2016-800.408/2016-ARISTON ARAÚJO CAJATY-
9664/2016-800.429/2016-MARAPONGA NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA EPP-
9665/2016-800.434/2016-RIACHO DA PRATA COMERCIALIZAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9666/2016-800.228/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9667/2016-800.229/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9668/2016-800.230/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9669/2016-800.231/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9670/2016-800.232/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9671/2016-800.233/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9672/2016-800.234/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9673/2016-800.235/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9674/2016-800.236/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9675/2016-800.237/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9676/2016-800.238/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9677/2016-800.239/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9678/2016-800.240/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9679/2016-800.241/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9680/2016-800.242/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9681/2016-800.244/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9682/2016-800.245/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9683/2016-800.249/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9684/2016-800.250/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9685/2016-800.251/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9686/2016-800.252/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9687/2016-800.253/2016-AMAZON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
9688/2016-800.286/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9689/2016-800.291/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9690/2016-800.292/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9691/2016-800.293/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9692/2016-800.297/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9693/2016-800.298/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9694/2016-800.299/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9695/2016-800.300/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9696/2016-800.301/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9697/2016-800.302/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9698/2016-800.303/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9699/2016-800.304/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9700/2016-800.305/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9701/2016-800.306/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9702/2016-800.340/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9703/2016-800.370/2016-MINERAÇÃO RIO PRETO EIRELI ME-
9704/2016-800.372/2016-MINERAÇÃO RIO PRETO EIRELI ME-
9705/2016-800.373/2016-MINERAÇÃO RIO PRETO EIRELI ME-
9706/2016-800.374/2016-MINERAÇÃO RIO PRETO EIRELI ME-
9707/2016-800.375/2016-MINERAÇÃO RIO PRETO EIRELI ME-
9708/2016-800.421/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9709/2016-800.426/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9710/2016-800.427/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-

RELAÇÃO Nº 116/2016CE

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9711/2016-800.186/2016-JOSEANI DO NASCIMENTO SILVA-
9712/2016-800.205/2016-ELI ARAUJO DA SILVA-
9713/2016-800.206/2016-R & D INCORPORAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S A-
9714/2016-800.208/2016-CCVR MINERAÇÃO & SERVIÇOS LTDA M.E-
9715/2016-800.209/2016-CCVR MINERAÇÃO & SERVIÇOS LTDA M.E-
9716/2016-800.210/2016-CCVR MINERAÇÃO & SERVIÇOS LTDA M.E-
9717/2016-800.339/2016-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-
9718/2016-800.348/2016-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.-
9719/2016-800.351/2016-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.-
9720/2016-800.357/2016-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.-
9721/2016-800.358/2016-SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA-
9722/2016-800.359/2016-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
9723/2016-800.362/2016-MONT GRANITOS S/A-
9724/2016-800.363/2016-MONT GRANITOS S/A-
9725/2016-800.364/2016-MONT GRANITOS S/A-
9726/2016-800.365/2016-MONT GRANITOS S/A-
9727/2016-800.368/2016-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-
9728/2016-800.382/2016-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
9729/2016-800.387/2016-MONT GRANITOS S/A-
9730/2016-800.388/2016-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
9731/2016-800.391/2016-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
9732/2016-800.399/2016-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
9733/2016-800.404/2016-MINERAÇÃO MARTINS LTDA-
9734/2016-800.412/2016-MILKA MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-
9735/2016-800.414/2016-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
9736/2016-800.415/2016-MONT GRANITOS S/A-
9737/2016-800.416/2016-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
9738/2016-800.419/2016-EVEREST MINERAÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO EIRELI-
9739/2016-800.420/2016-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.-
9740/2016-800.422/2016-MPP INDÚSTRIA E MINERAÇÃO EIRELI ME-
9741/2016-800.423/2016-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-
9742/2016-800.424/2016-CORCOVADO GRANITOS LTDA-
9743/2016-800.425/2016-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-
9744/2016-800.428/2016-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME-
9745/2016-800.436/2016-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
9746/2016-800.437/2016-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
9747/2016-800.438/2016-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9748/2016-800.152/2014-PEDRA BRANCA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-
9749/2016-800.159/2014-PEDRA BRANCA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-
9750/2016-800.527/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9751/2016-800.765/2015-HELDER PERAZZO LEITE GALVAO-
9752/2016-800.222/2016-HGN MINERAÇÃO LTDA-
9753/2016-800.294/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9754/2016-800.295/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9755/2016-800.311/2016-HGN MINERAÇÃO LTDA-
9756/2016-800.312/2016-HGN MINERAÇÃO LTDA-
9757/2016-800.342/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9758/2016-800.343/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9759/2016-800.346/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9760/2016-800.347/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9761/2016-800.349/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9762/2016-800.350/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9763/2016-800.355/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9764/2016-800.371/2016-MINERAÇÃO RIO PRETO EIRELI ME-
9765/2016-800.383/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9766/2016-800.384/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
9767/2016-800.393/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
9768/2016-800.394/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-

RELAÇÃO Nº 140/2016RN

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

9832/2016-848.209/2016-ROBERTO SEBASTIÃO DA SILVA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9833/2016-848.102/2016-MONT GRANITOS S/A-
9834/2016-848.162/2016-MIGUEL DOMINGOS COSTA-LONGA-
9835/2016-848.181/2016-CLOVIS COUTINHO DA MOTTA NETO-
9836/2016-848.207/2016-MINERAÇÃO MATA VERDE LTDA ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9837/2016-848.208/2016-CRUSADER DO NORDESTE MINERAÇÃO LTDA.-

RELAÇÃO Nº 182/2016SC

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

9769/2016-815.576/2016-CARLOS ALBERTO SCHUBERT EPP-
9770/2016-815.578/2016-GILBERTO JOSÉ PEREIRA ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9771/2016-815.280/2016-CONSBRITA LTDA EPP-
9772/2016-815.289/2016-CERÂMICA PEREIRA LTDA-
9773/2016-815.577/2016-RODRIGO LUIS HOBI E CIA. LTDA.-
9774/2016-815.581/2016-MINERAÇÃO IMPÉRIO EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO LTDA ME-
9775/2016-815.582/2016-VALMIR PATZLAFF-
9776/2016-815.583/2016-MINERADORA YESHUA CATARINENSE DE CORINDON IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-
9777/2016-815.587/2016-101 INDUSTRIA DE ARTEFATO DE CIMENTO LTDA ME-
9778/2016-815.596/2016-CYSY MINERAÇÃO LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9779/2016-815.143/2016-EDEGAR LAZAREK-
9780/2016-815.584/2016-MINERADORA YESHUA CATARINENSE DE CORINDON IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-
9781/2016-815.586/2016-BRAMINFERO MINERAÇÃO LTDA-

RELAÇÃO Nº 263/2016GO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

9336/2016-860.417/2015-TERRATIVA MINERAIS S.A.-
9337/2016-861.479/2015-GILMAR DE JESUS DA SILVA-
9338/2016-860.281/2016-GRANUNES MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9339/2016-861.234/2015-GERVÁSIO JACINTO FERNANDES-
9340/2016-861.299/2015-TERRATIVA MINERAIS S.A.-
9341/2016-860.194/2016-MINERADORA SANTA BARBARA LTDA ME-
9342/2016-860.207/2016-LEMOS CONST. TRANSP. AREIA E CASCALHO LTDA-
9343/2016-860.209/2016-LEMOS CONST. TRANSP. AREIA E CASCALHO LTDA-
9344/2016-860.542/2016-MARTINS & ANDRADE NEGÓCIOS IMOBILIARIOS LTDA-
9345/2016-860.613/2016-SAÚDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA.-
9346/2016-860.792/2016-RAIO DO SOL MINERAÇÃO LTDA ME-
9347/2016-860.800/2016-AGROPECUÁRIA REI DAVI LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9348/2016-861.605/2012-UARIAN FERREIRA DA SILVA-
9349/2016-860.135/2016-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.-
9350/2016-860.139/2016-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A.-
9351/2016-860.224/2016-VALE S A-

RELAÇÃO Nº 504/2016MG

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9263/2016-831.624/2015-GRANITOS MONTE BELO LTDA-
9264/2016-832.158/2015-MINAS BRITA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-
9265/2016-832.210/2015-SVA TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9266/2016-832.212/2015-MARIA DENISE TERRA SILVA-
9267/2016-832.279/2015-VICENTE PIMENTEL RHODES ME-
9268/2016-832.312/2015-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-
9269/2016-832.318/2015-GRAVIMAR GRANITOS E MÁRMORES LTDA ME-
9270/2016-832.325/2015-CERÂMICA SANTANA SOUZA LTDA-
9271/2016-832.383/2015-ESPIRITO SANTO MINERACAO E EXPORTACAO LTDA-
9272/2016-832.384/2015-ESPIRITO SANTO MINERACAO E EXPORTACAO LTDA-
9273/2016-832.396/2015-STONE GOLD MINERAÇÃO LTDA-
9274/2016-832.453/2015-CLAUDIO SUPELETO-
9275/2016-832.454/2015-CLAUDIO SUPELETO-
9276/2016-832.458/2015-STONE GOLD MINERAÇÃO LTDA-
9277/2016-832.464/2015-LEANDRO SANTOS DA MOTTA-
9278/2016-832.476/2015-MONTE SANTO STONE S A-
9279/2016-832.533/2015-BRASILGRAN STONES EIRELI-
9280/2016-832.534/2015-MIGUEL DOMINGOS COSTA-LONGA-
9281/2016-832.600/2015-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.-
9282/2016-832.604/2015-MIGUEL DOMINGOS COSTA-LONGA-
9283/2016-832.617/2015-JOÃO GENUINO DOS REIS-
9284/2016-832.644/2015-BRASILANDIA GRANITOS LTDA EPP-
9285/2016-832.655/2015-GRAN VALE LTDA ME-
9286/2016-832.656/2015-GRAN VALE LTDA ME-
9287/2016-832.657/2015-GRAN VALE LTDA ME-
9288/2016-832.658/2015-GRAN VALE LTDA ME-
9289/2016-832.659/2015-GRAN VALE LTDA ME-
9290/2016-832.708/2015-FLÁVIO DEL VALE SILVA ME-
9291/2016-832.774/2015-ANDERSON LIMA SAMPAIO-
9292/2016-832.821/2015-AREEIRO LANZA DE PAULA LTDA ME-
9293/2016-832.824/2015-ADIVALDO PEREIRA DE OLIVEIRA-
9294/2016-832.998/2015-MINERAÇÃO IBURANA LTDA ME-
9295/2016-833.002/2015-BRANINI MÁRMORES E GRANITOS LTDA EPP-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9296/2016-833.903/2013-JACINTO JÚNIOR BARBOSA SARAIVA ME-
9297/2016-831.398/2015-KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S A-
9298/2016-831.929/2015-MARCELO AUGUSTO LUZ ALVARENGA-
9299/2016-831.987/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-
9300/2016-832.333/2015-MINERAÇÃO DO PORTO LTDA-
9301/2016-832.372/2015-JOSÉ CARLOS PEREIRA NETO-
9302/2016-832.397/2015-ENIO CEZAR DE OLIVEIRA-
9303/2016-832.398/2015-ENIO CEZAR DE OLIVEIRA-
9304/2016-832.460/2015-BENEDITO ANTÔNIO VILLAS BOAS-
9305/2016-832.477/2015-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.-
9306/2016-832.494/2015-IMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA EPP-
9307/2016-832.499/2015-QUARTZO BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA EPP-
9308/2016-832.502/2015-SEBASTIÃO ALVES LOPES-
9309/2016-832.506/2015-MINERAÇÃO BATALHA E PARTICIPAÇÕES LTDA ME-
9310/2016-832.539/2015-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
9311/2016-832.541/2015-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
9312/2016-832.542/2015-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
9313/2016-832.556/2015-QUARTZO BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA EPP-
9314/2016-832.605/2015-MIGUEL DOMINGOS COSTA-LONGA-
9315/2016-832.606/2015-ROGÉRIO ENTREPORTES DA SILVA VAZ-
9316/2016-832.620/2015-STAR DIAMANTES LTDA-
9317/2016-832.777/2015-YOUNG PARTICIPAÇÃO LTDA-
9318/2016-832.795/2015-MG IRON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO LTDA-
9319/2016-833.168/2015-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-
9320/2016-833.245/2015-EUSTAQUIO PIRES VICTORIA-
9321/2016-833.263/2015-MIRANDA E ASSUNÇÃO LTDA ME-
9322/2016-830.547/2016-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-

Referência: Processo DNPM no 961.354/2009
Interessado: Saúde Indústria e Comércio de Água Mineral Ltda.

Assunto: Recurso de CFEM

Nos termos do Parecer nº 084/2016/LMP/PF- DNPM-DF/PGF/AGU, aprovado pela Senhora Coordenadora de Cobrança e Recuperação de Créditos da PF/DNPM/SEDE, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto pela interessada, e, no mérito, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Referência: Processo DNPM no 960.872/2009
Interessado: Rio Quente Mineração Ltda.
Assunto: Cobrança e Recuperação de Créditos.

Nos termos do PARECER TÉCNICO Nº 057/2016- DIPAR/DNPM/SEDE-RWSL, aprovado pelo Senhor Diretor de Procedimentos Arrecadatórios, e NOTA Nº 575/2016/CCC/PF-DNPM-SE-DE/PGF/AGU, aprovada pela Senhora Coordenadora de Contencioso, Cobrança e Recuperação de Créditos da PF/DNPM/SEDE, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto pela interessada por ser tempestivo, e NEGO-LHE PROVIMENTO.

Referência: Processo DNPM no 990.755/2009
Interessado: Nestlé Waters Brasil - Bebidas e Alimentos Ltda.

Assunto: Cobrança e Recuperação de Créditos.

Nos termos do PARECER TÉCNICO Nº 061/2016- DIPAR/DNPM/SEDE-ERS, aprovado pelo Senhor Diretor de Procedimentos Arrecadatórios, e NOTA Nº 569/2016/PROT/PF-DNPM-SE-DE/PGF/AGU, aprovada pela Senhora Coordenadora de Contencioso, Cobrança e Recuperação de Créditos da PF/DNPM/SEDE, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto pela interessada por ser tempestivo, e NEGO-LHE PROVIMENTO.

Referência: Processo no 926.912/2009.
Interessado: Serviço Geológico do Paraná-MINEROPAR.
Assunto: Análise de Recurso Hierárquico - CFEM.

Nos termos do PARECER TÉCNICO Nº 122/2016- DIPAR/DNPM/SEDE-ERS, aprovado pelo Senhor Diretor de Procedimentos Arrecadatórios, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso por ser tempestivo, e, no mérito, DOU PROVIMENTO PARCIAL, uma vez que restou decaído o débito CFEM do período de maio/1999, determinando ao Superintendente do DNPM/PR, que reconheça como decaído o citado mês.

Referência: Processo no 926.617/2009.
Interessado: Antônio Moro e Cia Ltda.
Assunto: Análise de Recurso Hierárquico - CFEM.

Nos termos do PARECER TÉCNICO Nº 123/2016- DIPAR/DNPM/SEDE-ERS, aprovado pelo Senhor Diretor de Procedimentos Arrecadatórios, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso por ser tempestivo, e, no mérito, DOU PROVIMENTO PARCIAL.

Referência: Processo DNPM no 926.620/2009.
Interessado: Antônio Moro e Cia Ltda.
Assunto: Recurso Hierárquico.

Nos termos do PARECER TÉCNICO Nº 124/2016- DIPAR/DNPM/SEDE-ERS, aprovado pelo Senhor Diretor de Procedimentos Arrecadatórios, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO do recurso interposto pela interessada por ser tempestivo e NEGO-LHE PROVIMENTO.

VICTOR HUGO FRONER BICCA

RELAÇÃO Nº 183/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

872.340/2015-VITÓRIA MINING MINERAÇÃO, IMP. E EXP. LTDA-ALVARÁ N°9140/2016-Destacado do DNPM 870.636/2015-ALVARÁ N°5399/2015-Vencimento em 03/8/2018

872.800/2015-FORT FIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°9141/2016-Destacado do DNPM 872.112/2014-ALVARÁ N°12.027/2014-Vencimento em 30/12/2016

864.183/2016-EDICLEIDES BATISTA DOS SANTOS-ALVARÁ N°9142/2016-Destacado do DNPM 864.098/2014-ALVARÁ N°15.724/2015-Vencimento em 08/12/2018

864.184/2016-MINERAÇÃO GNB LTDA-ALVARÁ N°9143/2016-Destacado do DNPM 864.098/2014-ALVARÁ N°15.724/2015-Vencimento em 08/12/2018

870.272/2016-JOSE MUCCINI VIEIRA DE SOUZA ME-ALVARÁ N°9144/2016-Destacado do DNPM 872.677/2013-ALVARÁ N°13.570/2015-Vencimento em 29/10/2018

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 170/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)

872.852/2015-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA
870.118/2016-MILANEZI EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

870.881/2016-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
870.882/2016-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
870.899/2016-STONE GOLD MINERAÇÃO LTDA
871.120/2016-CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S A
871.123/2016-MAQLUX ELETRIFICAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
871.317/2016-AZEVEDO TRANSPORTE E LOCACAO LTDA ME
871.405/2016-A3 MINERAÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME
871.583/2016-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME

Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)

871.868/2015-CBC MINERAÇÃO LTDA ME

Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(127)

872.171/2012-MERCURIUS ENGENHARIA S A

Determina arquivamento definitivo do processo(155)

871.706/2014-ITAPOROROCA BRITAS LTDA ME

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

871.354/2011-MINERAÇÃO MONTE SANTO
874.034/2011-HUBSCLENDER GOIS CONCEIÇÃO
871.579/2014-SANTA FÉ EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS S A
870.348/2015-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.199/2016-MARGRAMAR MINERAÇÃO LTDA.
871.200/2016-MARGRAMAR MINERAÇÃO LTDA.

Fase de Autorização de Pesquisa

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

872.275/2008-M BERBERT CONSULTORIA GEOAMBIENTAL LTDA -Alvará N°7409/2015
872.073/2011-MEL MINERADORA ESTIRPE LTDA. ME -Alvará N°7441/2015
871.137/2013-RIVALDO FRANCISCO DE SOUZA -Alvará N°14570/2015
872.688/2013-HELMO BAGDÁ GAMA -Alvará N°13573/2015
872.772/2013-COMERCIAL GONZAGA E FRANÇA LTDA ME -Alvará N°2870/2016
870.112/2014-MERCURIUS ENGENHARIA S A -Alvará N°4924/2014
871.137/2014-CAROLINA VIEIRA FERNANDEZ -Alvará N°16551/2015
871.404/2014-TRANSPORTE E DEPÓSITO NOSSA SENHORA DA PENHA LTDA -Alvará N°11665/2014
871.641/2014-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA -Alvará N°15200/2015
871.656/2014-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°15203/2015
872.049/2014-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°15276/2015
872.050/2014-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°15277/2015
872.052/2014-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL -Alvará N°15278/2015
872.107/2014-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°15454/2015
872.108/2014-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°15455/2015
872.109/2014-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°15456/2015
872.110/2014-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°15457/2015
870.530/2015-IRENILDA LIMA DE ALMEIDA NUNES -Alvará N°5362/2015
870.531/2015-IRENILDA LIMA DE ALMEIDA NUNES -Alvará N°5363/2015
870.945/2015-IRMÃOS PELEGRINE CONSTRUTORA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRÉ MOLDADOS LTDA. -Alvará N°231/2016
871.015/2015-IRENILDA LIMA DE ALMEIDA NUNES -Alvará N°13655/2015
871.154/2015-TECNOGRÉS REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA -Alvará N°1159/2016
871.425/2015-BRASILGRAN STONES EIRELI -Alvará N°14458/2015
871.426/2015-BRASILGRAN STONES EIRELI -Alvará N°14459/2015
871.427/2015-BRASILGRAN STONES EIRELI -Alvará N°14460/2015
871.428/2015-BRASILGRAN STONES EIRELI -Alvará N°15169/2015

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

871.429/2015-BRASILGRAN STONES EIRELI -Alvará N°16288/2015
871.518/2015-PROGEMMA MINÉRIOS EIRELI -Alvará N°16286/2015
871.584/2015-JOSE LUIZ ALVES PEREIRA -Alvará N°1351/2016
871.795/2015-STONEBLOCKS MINERACAO LTDA EPP - Alvará N°135/2016
871.796/2015-STONEBLOCKS MINERACAO LTDA EPP - Alvará N°136/2016
871.855/2015-MARCELO GUIMARÃES ALTOÉ -Alvará N°2838/2016
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
871.842/2013-JOSE AUGUSTO SILVA SANTANA-ME
Fase de Disponibilidade
Declara Prioritário, pretendente a área em disponibilidade pelo Edital/Lavra(309)
003.035/1936-GEMAS DO FUTURO MINERAÇÃO LTDA, C.N.P.J: 66.286.873/0001-10-Diamante
Indefere requerimento de habilitação a área disponibilidade - Edital/Pesquisa(313)
872.480/2003-G & M Geology and Mining Ltda
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
870.126/2016-DJALMA CAFE DOS SANTOS-Registro de Licença N°67/2016 de 02/09/2016-Vencimento em 05/01/2021
870.464/2016-JOSE AUGUSTO SILVA SANTANA-ME-Registro de Licença N°47/2016 de 05/08/2016-Vencimento em 15/04/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
871.327/2016-CLWP BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°683/2016
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
871.754/2016-CONSTRUBARATÃO CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
871.338/2015-VALE VERDE EXTRATORA DE AREIA E PEDRA LTDA ME- Registro de Licença N°:08/2016 - Vencimento em 25/05/2017
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
871.043/2014-MERCURIUS ENGENHARIA S A

CLAUDIA MARTINEZ MAIA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 107/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.337/2016-GEOVERITAS GEOLOGIA E SERVIÇOS LTDA-OF. N°2077/2016
800.400/2016-FRANCISCO CHUCHA SOUZA SABOIA-OF. N°2076/2016
800.406/2016-HL SOLO E MINERAÇÃO LTDA - ME-OF. N°2074/2016
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.328/2009-YURI DE CASTRO HOLANDA-OF. N°1279/2016
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
800.402/2013-MONT GRANITOS S/A-RUSSAS/CE - Guia n° 14/2016-10.000TONELADAS-QUARTZITO- Validade:07/03/2017
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
800.736/2012-EVEREST MINERAÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO EIRELI- Área de 918,95 para 519,61-QUARTZITO
800.296/2015-MINERAÇÃO AGRESTE LTDA- Área de 840,69 para 664,88-QUARTZITO
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
800.314/2011-JOARI SOCIEDADE DE MINERAÇÃO JOARI LTDA -Alvará N°2113/2016
800.835/2011-JOARI SOCIEDADE DE MINERAÇÃO JOARI LTDA -Alvará N°1773/2016
800.836/2011-JOARI SOCIEDADE DE MINERAÇÃO JOARI LTDA -Alvará N°1774/2016
800.837/2011-JOARI SOCIEDADE DE MINERAÇÃO JOARI LTDA -Alvará N°1775/2016
800.290/2012-JOARI SOCIEDADE DE MINERAÇÃO JOARI LTDA -Alvará N°2199/2016
800.440/2014-LÊYLENE RIBEIRO VERAS -Alvará N°69/2015
800.578/2014-LÊYLENE RIBEIRO VERAS -Alvará N°11.194/2014
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.209/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
800.603/2014-SS&B CONSTRUTORA LTDA.
800.604/2014-SS&B CONSTRUTORA LTDA.
800.664/2014-SS&B CONSTRUTORA LTDA.
800.665/2014-SS&B CONSTRUTORA LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.374/2006-MARCOTEX MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1278/2016
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
800.379/1987-NATURAGUA ÁGUAS MINERAIS INDÚSTRIAS E COMÉRCIO S.A.- FONTE: AZULÃO; 5 L sem gás, 500 ml sem gás Athetic, 315 ml e 500 ml ambos sem gás, e 315 ml e 500ml ambos com gás.- FORTALEZA/CE
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
900.172/2001-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°1261/2016 E 1262/2016
Nega aprovação do rótulo de água mineral(480)
800.379/1987-NATURAGUA ÁGUAS MINERAIS INDÚSTRIAS E COMÉRCIO S.A.
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
800.665/2011-JOSÉ DE FÁTIMA LIMA - ME-OF. N°1076/2016
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
800.072/2015-COOBAM COOPERATIVA DE BASE MINERAL DE RUSSAS E DO VALE JAGUARIBANO.- Cessionário:LUIZ GENTIL NETO ME- CNPJ 08.585.373/0001-83- Registro de Licença n°56/2016- Vencimento da Licença: 06/04/2021
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.085/2013-CERÂMICA CAMIGOR LTDA ME-OF. N°1077/2016
800.087/2015-COOBAM COOPERATIVA DE BASE MINERAL DE RUSSAS E DO VALE JAGUARIBANO.-OF. N°1317/2016
800.146/2016-JOSÉ WANGINALDO DE GOIS-OF. N°1079/2016
800.316/2016-RAIMUNDO NONATO LIMA-OF. N°1080/2016
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
801.048/2010-FBS CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO S.A.
801.110/2011-K M CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA
PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

RELAÇÃO Nº 118/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
800.311/2011-ROBÉRIO XAVIER DE ARAÚJO-AI N°502/2016
800.799/2011-JOAQUIM SAMPAIO MARTINS-AI N°500/2016
800.867/2011-P.W.VASCONCELOS ME-AI N°601/2016
800.098/2012-JOHN CHEN MINERAÇAO ME-AI N°492/2016
800.384/2012-LUZARDO ARRUDA ALVES-AI N°494/2018
800.400/2012-LM INDUSTRIA DE PRODUTOS CERAMICOS LTDA-AI N°495/2016
800.438/2012-CARBOPAR CARBOMIL PARTICIPAÇÕES MINERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S A-AI N°496/2016
800.442/2012-JOSÉ NEWTON FREITAS FILHO-AI N°499/2016
800.544/2012-JOSÉ WANGINALDO DE GOIS-AI N°497/2016
800.547/2012-ARMANDO CESAR BORBOREMA FERREIRA GOMES-AI N°498/2016
800.563/2012-LUZARDO EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA EPP-AI N°493/2014
800.614/2012-GECAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA-AI N°474/2016
800.615/2012-GECAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA-AI N°475/2016
800.616/2012-GECAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA-AI N°476/2016
800.697/2012-SS&B CONSTRUTORA LTDA.-AI N°489/2016
800.706/2012-ITACI INDUSTRIA E COMERCIO DE ARGAMASSAS LTDA-AI N°491/2016
800.834/2012-FRANCIMAR SUASSUNA DUTRA-AI N°490/2016
800.840/2012-GECAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA-AI N°510/2016
800.848/2012-ANTONIO FERREIRA DE MAGALHAES NETO-AI N°511/2016
800.908/2012-JOSE ISAIAS DE LIMA-AI N°512/2016
800.945/2012-ANTONIO JOSE SAMPAIO GOMES-AI N°513/2016
800.951/2012-JOSÉ BARBOSA VIDAL-AI N°514/2016
800.952/2012-JOSÉ BARBOSA VIDAL-AI N°515/2016
800.971/2012-L MIRANDA ESPAÇO EDITORA, GRAVADORA, INFORMÁTICA E MINERAÇÃO LTDA.-AI N°517/2016
801.010/2012-LUZARDO EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA EPP-AI N°568/2016
800.209/2013-JOSÉ WANGINALDO DE GOIS-AI N°503/2016
800.220/2013-GERALDO FEITOSA JÚNIOR BRITAMENTOS ME-AI N°480/2016
800.230/2013-A J S GOMES PREMOLDADOS ME-AI N°477/2016
800.239/2013-A J S GOMES PREMOLDADOS ME-AI N°478/2016
800.240/2013-A J S GOMES PREMOLDADOS ME-AI N°479/2016
800.256/2013-FERNANDO ANTONIO CASTELO BRANCO SALES-AI N°483/2016
800.317/2013-COMPANHIA INDUSTRIAL DE VIDROS CIV-AI N°469/2016
800.318/2013-COMPANHIA INDUSTRIAL DE VIDROS CIV-AI N°470/2016
800.320/2013-COMPANHIA INDUSTRIAL DE VIDROS CIV-AI N°471/2016
800.321/2013-COMPANHIA INDUSTRIAL DE VIDROS CIV-AI N°472/2013
800.322/2013-COMPANHIA INDUSTRIAL DE VIDROS CIV-AI N°473/2016
800.346/2013-DANIEL DE QUEIROZ CHAVES-AI N°485/2016
800.449/2013-PENHA CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA.-AI N°504/2016
800.559/2013-LUZARDO EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA EPP-AI N°535/2016
800.561/2013-FRANCISCO ANTONIO DO AMARAL-AI N°506/2016
800.564/2013-R4 MINERAÇÃO LTDA-AI N°507/2016
800.652/2013-PIRANGY PEDRA LTDA ME-AI N°508/2016
800.653/2013-PIRANGY PEDRA LTDA ME-AI N°509/2016
800.669/2013-SÉRGIO JOSÉ CAVALCANTE COSTA-AI N°484/2016
800.702/2013-COREAÚ CALCÁRIO LTDA-AI N°487/2016
800.714/2013-A. X. DE SA BEZERRA DE MENEZES EIRELE ME-AI N°482/2016
800.751/2013-METANEIDE LTDA-AI N°529/2016
800.757/2013-F. F. VELOSO JUCÁ ME-AI N°481/2016
Fase de Disponibilidade
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
800.812/2012-CMN CENTRAL MINERAL DO NORDESTE LTDA- AI N°488/2016

RELAÇÃO Nº 119/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.335/2016-TOTAL LOCAÇÕES, MINERAÇÕES, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-OF. N°1260/2016
800.367/2016-FRANCISCO CHUCHA SOUZA SABOIA-OF. N°2075/2016
800.403/2016-LUIZ GENTIL NETO ME-OF. N°2023/2016
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
800.373/2013-ALTORO MINERAÇAO LTDA.
800.374/2013-ALTORO MINERAÇAO LTDA.
800.375/2013-ALTORO MINERAÇAO LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.752/2008-MINERAÇÃO SERRA D´AGUA LTDA.-OF. N°1374/2016
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
800.524/2012-LIBRA MINERAÇÃO LTDA ME- Cessionário:QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 01.161.547/0001-31- Alvará n°2.165/2016
800.858/2012-VOTORANTIM METAIS S.A- Cessionário:MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará n°2.223/2016
800.859/2012-VOTORANTIM METAIS S.A- Cessionário:MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará n°2.224/2016
800.860/2012-VOTORANTIM METAIS S.A- Cessionário:MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará n°3.723/2016
800.861/2012-VOTORANTIM METAIS S.A- Cessionário:MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará n°3.724/2016
800.862/2012-VOTORANTIM METAIS S.A- Cessionário:MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará n°3.725/2016
800.863/2012-VOTORANTIM METAIS S.A- Cessionário:MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará n°3.726/2016
800.864/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Cessionário:MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará n°14.089/2015
800.865/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Cessionário:MINERAÇÃO pARNAMIRIM LTDA- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará n°14.090/2015
800.866/2012-VOTORANTIM METAIS S.A- Cessionário:MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará n°3.727/2016
800.869/2012-VOTORANTIM METAIS S.A- Cessionário:mineração parnamirim ltda- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará n°3.728/2016

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

800.870/2012-VOTORANTIM METAIS S.A- Cessionário:MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará n°3.729/2016

800.581/2013-MILKA MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME- Cessionário:MILGRAN INDÚSTRIA E COMÉERCIO DE GRANITOS LTDA- CPF ou CNPJ 07.268.379/0001-64- Alvará n°947/2014

800.656/2013-VOTORANTIM METAIS S.A- Cessionário:MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará n°3.759/2016

800.447/2014-MINERAÇÃO VENEZA LTDA- Cessionário:QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 01.161.547/0001-31- Alvará n°9.349/2014

800.005/2015-MILKA MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME- Cessionário:MILGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA- CPF ou CNPJ 07.268.379/0001-64- Alvará n°1.632/2015

800.528/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- Cessionário:MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA- CPF ou CNPJ 21.114.064/0001-93- Alvará n°16.360/2015

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

800.117/1999-LEILA COELHO ALEXANDRE DE ANDRADE- Área de 940,77 para 462,38-ARGILA

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

800.632/2015-MPP INDÚSTRIA E MINERAÇÃO EIRELI ME -Alvará N°16.347/2015

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

800.405/2014-SS&B CONSTRUTORA LTDA.

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)

801.126/2010-N R M NORDESTE RECURSOS MINERAIS LTDA- Alvará n°10.604/2011 - Cessionário: ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA- CNPJ 17.157.264/0001-56

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

800.174/1998-BONANZA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1394/2016, 1395/2016, 1396/2016, 1397/2016 E 1398/2016.

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

800.070/2015-COOBAM COOPERATIVA DE BASE MINERAL DE RUSSAS E DO VALE JAGUARIBANO.-Registro de Licença N°60/2016 de 19/08/2016-Vencimento em 10/02/2020

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

800.108/2016-JOSÉ WANGINALDO DE GOIS-OF. N°1081/2016

Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)

800.160/2015-SS&B CONSTRUTORA LTDA.

800.161/2015-SS&B CONSTRUTORA LTDA.

800.202/2016-M.M. BARBOSA LIMA DISTRIBUIDORA DE GÁS

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

800.667/2007-J LUIS NETO ME- Registro de Licença N°:851/2007 - Vencimento em 23/08/2020

800.393/2015-FRANCISCO SILVANOR DE VASCONCELOS- Registro de Licença N°:93/2015 - Vencimento em 12/07/2019

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 247/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)

860.023/2010-WALDOMIRO RODRIGUES DE ANDRADE- OF. N° 768/2016/DTM-GO

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

860.597/2016-LEILA MARCELINO DA SILVA-OF. N°609/2016/DTM-GO

Fase de Disponibilidade

No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DECLARO:(1803)

860.707/2004- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: MINERAÇÃO SERRA GRANDE S/A, BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S/A E VOTORANTIM METAIS ZINCO SA. e INABILITADOS os proponentes:

860.199/2005- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: MINERAÇÃO SERRA GRANDE S/A, JOÃO CAIXETA GOMES E ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO. e INABILITADOS os proponentes:

860.956/2006- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: GUIMARÃES RAMALHO ENG. E ASSESSORIA LTDA-EPP, E MINERAÇÃO MINA REUNIDAS. e INABILITADOS os proponentes:

860.409/2007- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: BRITAGO MINERAÇÃO IND E COM LTDA E MONAZITA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO. e INABILITADOS os proponentes:

861.854/2007- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: MINERAÇÃO SERRA GRANDE S/A, MINERAÇÃO DÓRICA LTDA, VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A, MINERAÇÃO MARACÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A E VECTORE EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.. e INABILITADOS os proponentes:

860.614/2008- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: PILAR DE GOIÁS DESENVOLVIMENTO MINERAL S/A E BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S/A. e INABILITADOS os proponentes:

860.912/2008- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: GUIMARÃES RAMALHO ENG. E ASSESSORIA LTDA-EPP, GIOVANI BONOMI MEI. e INABILITADOS os proponentes: FERRO ATLÂNTICA BRASIL MINERAÇÃO LTDA.

860.913/2008- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: GUIMARÃES RAMALHO ENG. E ASSESSORIA LTDA-EPP, GIOVANI BONOMI MEI. e INABILITADOS os proponentes: FERRO ATLÂNTICA BRASIL MINERAÇÃO LTDA.

861.165/2008- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: EDEM-EMPRESA DE DES. EM MINERAÇÃO E PART. LTDA E DELFIM FERREIRA ALVES JUNIOR e INABILITADOS os proponentes:

861.183/2008- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: GUIMARÃES RAMALHO ENG. E ASSESSORIA LTDA-EPP. e INABILITADOS os proponentes: BRASIL MINERAÇÃO LTDA.

861.497/2008- HABILITADOS os proponentes: GUIMARÃES RAMALHO ENG. E ASSESSORIA LTDA-EPP e INABILITADOS os proponentes: FERRO ATLÂNTICA BRASIL MINERAÇÃO LTDA.

861.517/2008- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: GUIMARÃES RAMALHO ENG. E ASSESSORIA LTDA-EPP. e INABILITADOS os proponentes: BRASIL MINERAÇÃO LTDA.

861.518/2008- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: GUIMARÃES RAMALHO ENG. E ASSESSORIA LTDA-EPP. e INABILITADOS os proponentes: FERRO ATLÂNTICA BRASIL MINERAÇÃO LTDA.

860.463/2009- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S/A, PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S/A E VECTORE EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA e INABILITADOS os proponentes:

860.480/2009- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: MINERAÇÃO CURRAL DE PEDRA LTDA, JAMIL MORUÉ E VECTORE EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. e INABILITADOS os proponentes:

861.396/2009- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: MINERAÇÃO SERRA GRANDE S/A E MINERAÇÃO DÓRICA LTDA. e INABILITADOS os proponentes:

861.457/2009- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: MINERAÇÃO SERRA GRANDE S/A E MINERAÇÃO DÓRICA LTDA. e INABILITADOS os proponentes:

861.565/2009- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S/A E VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A. e INABILITADOS os proponentes:

860.091/2010- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S/A, CLERTAN ALVES SANTANA, GEPI EMPREENDIMENTOS LTDA E EDILBERTO CARVALHO DE ALMEIDA. e INABILITADOS os proponentes:

860.141/2010- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: MINERAÇÃO SERRA GRANDE S/A, AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA E VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A. e INABILITADOS os proponentes:

860.382/2010- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S/A, MINERAÇÃO MARACÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A E VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A. e INABILITADOS os proponentes:

860.383/2010- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S/A, MINERAÇÃO MARACÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A E VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A. e INABILITADOS os proponentes:

860.384/2010- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S/A E VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A. e INABILITADOS os proponentes:

860.385/2010- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S/A, MINERAÇÃO MARACÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A E VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A. e INABILITADOS os proponentes:

860.661/2010- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S/A, MINERAÇÃO MARACÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A E VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A. e INABILITADOS os proponentes:

860.939/2010- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S/A E MINERAÇÃO MARACÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A . e INABILITADOS os proponentes:

860.940/2010- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S/A, MINERAÇÃO MARACÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A E VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A. e INABILITADOS os proponentes:

860.941/2010- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S/A, MINERAÇÃO MARACÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A E VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A. e INABILITADOS os proponentes:

861.318/2010- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: MINERAÇÃO SERRA GRANDE S/A E VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A. e INABILITADOS os proponentes:

861.639/2010- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: MINERAÇÃO SERRA GRANDE S/A, E VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A. e INABILITADOS os proponentes:

861.765/2010- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S/A E VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A. e INABILITADOS os proponentes: MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A

860.102/2011- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: MINERAÇÃO SERRA GRANDE S/A, E VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A. e INABILITADOS os proponentes:

861.527/2011- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: VOTORANTIM METASI ZINCO S/A E MINERAÇÃO MARACÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A. e INABILITADOS os proponentes:

860.716/2013- HABILITADOS os proponentes: DECLARO HABILITADA(S) A(S) PROPOSTA(S) DE: MINERAÇÃO SERRA GRANDE S/A, MINERAÇÃO DÓRICA LTDA, VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A, MINERAÇÃO MARACÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S/A E VECTORE EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. e INABILITADOS os proponentes:

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO 103/2016

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

868.660/2008-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-Registro de Licença N°:27/2008 - Vencimento em 11/07/2020

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

868.231/2007-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°1344/DNPM/MS-2016

ROMUALDO HOMOBONO PAES DE ANDRADE
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 15/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa

Torna sem efeito exigência(137)

846.347/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.-OF. N°1519/2011-DOU de 17/11/2011

Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)

846.347/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.- DOU de 09/07/2012

Fase de Autorização de Pesquisa

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1782)

846.174/2010-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA - Publicado DOU de 02/02/2016, Relação n° 17/2016, Seção 1, pág. 64-
Onde se lê: "Área de 499,96 ha para 311,13 ha-Quartzo" leia-se: "Área de 499,96 ha para 311,13 ha-Quartzo e Feldspato".

846.352/2010-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA - Publicado DOU de 02/02/2016, Relação n° 17/2016, Seção 1, pág. 64-
Onde se lê: "Área de 690,32 ha para 113,94 ha-Quartzo", leia-se: "Área de 690,32 ha para 113,94 ha-Quartzo e Feldspato".

EDUARDO SÉRGIO COLAÇO
Substituto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 78/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
810.365/2015-LURANE PARTICIPAÇÕES LTDA
810.584/2015-LURANE PARTICIPAÇÕES LTDA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
810.474/2016-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
810.494/2016-DAGOBERTO BARCELLOS S A
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
810.678/2015-IZABEL LEITE COSTA
811.489/2015-GRAMADO PARKS INVESTIMENTOS E INTERMEDIAÇÕES LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
811.111/2014-FALCON PETROLEO S A-OF. N°932/2016
811.163/2014-ASL AMÉRICA DO SUL LOGÍSTICA LTDA.-OF. N°1096/2016
810.872/2015-CARLO TONINELLO-OF. N°1070/2016
811.144/2015-CARPENEDO & CIA LTDA-OF. N°1097/2016
811.145/2015-CARPENEDO & CIA LTDA-OF. N°1097/2016
811.364/2015-LATICINIOS KIFORMAGGIO LTDA-OF. N°1274/2016
811.713/2015-ICCILA INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES IBAGÉ LTDA-OF. N°1339/2016
811.715/2015-ICCILA INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES IBAGÉ LTDA-OF. N°1279/2016
810.001/2016-BORDER PROPECÇÕES MINERAIS LTDA.-OF. N°1095/2016
810.005/2016-BORDER PROPECÇÕES MINERAIS LTDA.-OF. N°1095/2016
810.172/2016-INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS E TRANSPORTES TC EIRELI ME-OF. N°1338/2016
810.553/2016-JOÃO FRANCISCO ROST MARTINS-OF. N°1285/2016
Nega provimento ao recurso interposto(187)
810.398/2013-ADILSON PAES
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
811.080/2013-ECIR LUIZ GUERRA- Alvará n°1036/2015 - Cessionario:811.733/2015-Altair Luiz Matiello- CPF ou CNPJ 500.809.540-49
Nega provimento a defesa apresentada(242)
811.292/2013-EDUARDO TOCHIHARU ASO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
810.719/2003-ASSOC. COMERC. INDUST. AGROP E DE SERVIC. DE GETULIO VARGAS-OF. N°1256/2016
810.053/2008-MOACIR KWITKO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-OF. N°1288/2016
811.341/2014-MAURÍCIO M. MARTINS ME-OF. N°1285/2016
811.445/2015-SAULO GENTILE ZAGONEL-OF. N°1134/2016
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
810.262/2014-MINERAÇÃO CERRO NEGRO LTDA- Cessionário:Geraldo P. da Silveira- CPF ou CNPJ 05.851.048/0001-27-Alvará n°4058/2014
811.121/2014-KZ CALÇADOS LTDA- Cessionário:Leandro Afonso Koetz ME- CPF ou CNPJ 12.604.288/0001-92- Alvará n°11866/2014
810.575/2015-VILSON MACHADO COELHO- Cessionário:Jazida Rochedo Ltda- CPF ou CNPJ 09.002.786/0001-50- Alvará n°10623/2015
810.609/2015-RENATO LUCENA DILLMANN- Cessionário:Renato Lucena Dillmann- CPF ou CNPJ 01.190.467/0001-04- Alvará n°6300/2015
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
810.350/2011-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA-AI N°345/2016
810.346/2012-DEOCRÉCIO TOMAZ DE ALMEIDA-AI N°342/2016
810.636/2012-MARGARET IZABEL ROVEDA GRANDO-AI N°340/2016
810.639/2012-MARGARET IZABEL ROVEDA GRANDO-AI N°339/2016
810.640/2012-MARGARET IZABEL ROVEDA GRANDO-AI N°338/2016
811.131/2012-MINERADORA CAMPOS DE CIMA DA SERRA LTDA-AI N°323/2016
811.134/2012-MINERADORA CAMPOS DE CIMA DA SERRA LTDA-AI N°324/2016
811.136/2012-MINERADORA CAMPOS DE CIMA DA SERRA LTDA-AI N°325/2016
811.137/2012-MINERADORA CAMPOS DE CIMA DA SERRA LTDA-AI N°326/2016
811.138/2012-MINERADORA CAMPOS DE CIMA DA SERRA LTDA-AI N°327/2016
811.139/2012-MINERADORA CAMPOS DE CIMA DA SERRA LTDA-AI N°328/2016
811.140/2012-MINERADORA CAMPOS DE CIMA DA SERRA LTDA-AI N°329/2016
811.141/2012-MINERADORA CAMPOS DE CIMA DA SERRA LTDA-AI N°330/2016
811.142/2012-MINERADORA CAMPOS DE CIMA DA SERRA LTDA-AI N°331/2016
811.143/2012-MINERADORA CAMPOS DE CIMA DA SERRA LTDA-AI N°332/2016
811.145/2012-MINERADORA CAMPOS DE CIMA DA SERRA LTDA-AI N°333/2016
811.146/2012-MINERADORA CAMPOS DE CIMA DA SERRA LTDA-AI N°334/2016
811.147/2012-MINERADORA CAMPOS DE CIMA DA SERRA LTDA-AI N°335/2016
811.149/2012-MINERADORA CAMPOS DE CIMA DA SERRA LTDA-AI N°336/2016
811.150/2012-MINERADORA CAMPOS DE CIMA DA SERRA LTDA-AI N°337/2016
811.287/2012-MINERAÇAO SÃO LUIZ LTDA ME-AI N°346/2016
810.608/2013-MTS MINERAÇÃO LTDA.-AI N°347/2016
810.695/2013-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA.-AI N°343/2016
810.696/2013-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA.-AI N°344/2016
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
811.292/2013-EDUARDO TOCHIHARU ASO - AI N°248/2016
Fase de Disponibilidade
Indefere requerimento de habilitação a área disponibilidade - Edital/Pesquisa(313)
810.544/1994-Milton Guimarães Bueno do Prado
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
810.049/2001-AGUAS RARAS MINERADORA LTDA-OF. N°1294/2016
810.004/2005-REVERSA LOGISTICA, COMERCIO LTDA.-OF. N°1290/2016
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
805.683/1976-JOÃO EURICO MENEGHETTI- 1347 n° 1979 - Cessionário: Copelmi Mineração Ltda- CNPJ 33.059.528/0001-95
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
810.051/2000-MINERADORA DE ÁGUAS SERRA DAS ANTAS LTDA.- Fonte Justiça e Fratenidade - Serra Maior - 200 ml sem gás, 300 ml sem gás, 5 l sem gás, 10 l sem gás, 20 l sem gás- SÃO MARCOS/RS
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.832/2011-OLÍVIO LOPES- Registro de Licença N°:250/2012 - Vencimento em 04/04/2020

SERGIO BIZARRO CEZAR

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 113/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
890.518/2015-NILO LOPES DE SOUZA -ME- DOU de 05/05/2016 - seção 1 página 81
890.070/2016-CERÂMICA PORTO VELHO LTDA.- DOU de 19/05/2016, relação 061/2016 pág. 46
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
890.387/2013-MINERAÇÃO GONZALEZ LTDA ME- DOU de 06/06/2016, relação 068/2016
Retificação de despacho(1387)
890.212/2002-PEDRO HENRIQUE DUARTE FERREIRA - Publicado DOU de 23/11/2010, Relação n° 173/2010, Seção 1, pág. 101- Onde se lê Cessionário: 324 - Aut Pesq./Prorrogação prazo 01 ano - Prorroga por 1 (um) ano o prazo de validade de autorização de pesquisa e leia-se 325 - Aut Pesq./Prorrogação prazo 02 anos - Prorroga por 2 (dois) anos o prazo de validade do alvará de pesquisa.
Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
890.000/2004-COMÉRCIO DE PEDRAS IRMÃOS FRAUCHES LTDA-OF. N°714/2016-DOU de 12/04/2016 SEÇÃO 1, PÁGINA 37
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito despacho de arquivamento do processo(1173)
890.044/2016-MINERAÇÃO GONZALEZ LTDA ME- Publicado DOU de 09/05/2016, Relação 050/2016
Fase de Licenciamento
Retificação de despacho(1391)
890.803/2014-MINERADORA MORRO AZUL DE SÃO FIDÉLIS LTDA EPP - Publicado DOU de 30/06/2016, Relação n° 088/2016, Seção seção 1, pág. 73- Onde se lê "vencimento em 13/06/2016"e leia-se "vencimento em 13/06/2019"

RELAÇÃO Nº 121/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
890.587/2014-AREAL DEL REY EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
890.605/2014-BENEDITO ANTÔNIO VILLAS BOAS-OF. N°2.235/2016
890.623/2014-GUILHERME GOMES FREIRE-OF. N°2.244/2016
890.855/2014-OCLAM MINERAÇÕES LTDA-OF. N°2.285/2016/DGTM
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
890.811/2013-DU LOPES 2000 MATERIAL DE CONSTRUÇÃAO LTDA ME
890.824/2013-MSF MINERAÇÃO S.A.
Despacho publicado(156)
890.811/2013-DU LOPES 2000 MATERIAL DE CONSTRUÇÃAO LTDA ME-Tornar sem efeito publicação do evento 139 - DOU de 07/07/2016 - página 78 - seção 1
Defere pedido de reconsideração(182)
890.518/2015-NILO LOPES DE SOUZA -ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
890.394/2014-MINERADORA E AREAL SANTO ANTÔNIO LTDA ME- Alvará n°5.579/2015 - Cessionario:890.077/2016-R. A. EVANGELISTA CAMPOS EXTRATORA DE AREIA - ME- CPF ou CNPJ 23.568.693/0001-19
890.471/2014-RENATA SOARES GODOY- Alvará n°1.612/2015 - Cessionario:890.534/2015-ENGENHO GUANDU LTDA.- CPF ou CNPJ 02.988.836/0001-71
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.115/2003-COMÉRCIO DE PEDRAS PARAÍSO DE ITAPERUNA LTDA-OF. N°2.341/2016/DGTM
890.106/2007-VALLE SUL PAVIMENTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2.367/2016/DGTM
890.520/2010-MWX MINERAÇÕES LTDA ME-OF. N°2.252/2016/DGTM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
890.495/2004-GM SERVIÇOS TECNICOS E SONDAGEM EIRELI EPP-OF. N°2.404/2016/DGTM
890.496/2004-GM SERVIÇOS TECNICOS E SONDAGEM EIRELI EPP-OF. N°2.317/2016/DGTM
890.041/2008-A & D EXTRAÇÃO E MOAGEM DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°2.266/2016/DGTM
890.066/2008-A & D EXTRAÇÃO E MOAGEM DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°2.264/2016/DGTM
890.262/2008-COMERCIAL SANTA IDÁLIA S.A.-OF. N°2.334/2016/DGTM
890.466/2014-PEDREIRA CONQUISTA LTDA.-OF. N°2.263/2016/DGTM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
890.368/2014-BARCELOS & FERREIRA INDÚSTRIA E COMERCIO DE CERAMICA-Registro de Licença N°2.922/2016 de 29/07/2016-Vencimento em 13/11/2016
890.858/2014-CRESPO FILHO & AZEREDO CERÂMICA LTDA ME-Registro de Licença N°2.928/2016 de 11/08/2016-Vencimento em 08/07/2020
890.893/2014-INDUSTRIA DE CERAMICA GAMA E SILVA-Registro de Licença N°2.925/2016 de 01/08/2016-Vencimento em 30/10/2016
890.061/2016-CÓRREGO RICO TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO LTDA-Registro de Licença N°2.927/2016 de 11/08/16-Vencimento em 22/02/2020
890.143/2016-DM FERREIRA AREAL LTDA-Registro de Licença N°2.929/2016 de 15/08/2016-Vencimento em 27/10/2017
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
890.500/2011-CIBRAZIL MINERAÇÕES LTDA ME
890.222/2016-M. SOUZA CHAGAS & CIA LTDA.
Despacho publicado(1153)
890.984/2011-MINERADORA MORRO AZUL DE SÃO FIDÉLIS LTDA EPP-Acato a solicitação de desistência do pedido de reconsideração e do recurso administrativo apresentado pelo titular às fls. 110, e determino o prosseguimento dos autos para colocação de sua área em edital de disponibilidade, devido a manutenção do indeferimento do requerimento de registro de licença.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.556/2015-AREAL SÃO JOSÉ DE SEROPÉDICA LTDA ME-OF. N°2.208/2016/DGTM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)
890.043/2011-RJ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°2.112/2016/DGTM
890.049/2013-AREAL VISTA ALEGRE LTDA-OF. N°2.113/2016/DGTM
890.408/2014-R J FONTES & CIA LTDA ME-OF. N°2.308/2016/DGTM
890.655/2014-AREAL FERNANDES E LIMA LTDA-OF. N°2.102/2016/DGTM

RELAÇÃO Nº 123/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
890.621/2012-ORCIGRAN EMPRESA DE MINERAÇÃO EIRELI EPP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.479/2008-TWG EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°Ofício nº 2.269/2016/DNPM/RJ-DFAM
890.028/2012-J.C. BARROS MINERAÇÃO ME-OF. N°Ofício nº 2.299/2016/DNPM/RJ-DFAM
890.168/2014-REAJA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°Ofício nº 2.379/2016/DNPM/RJ-DFAM
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
890.782/2011-LINA MARIA MIRANDA SANTOS-gnaisse para brita
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
890.324/2012-MINERADORA MORRO AZUL DE SÃO FIDÉLIS LTDA EPP
890.844/2013-MINERASUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AGREGADOS LTDA.
891.044/2013-RJ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
891.045/2013-RJ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
890.377/2014-BRITITA MINERAÇÃO LTDA
890.941/2014-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
Fase de Concessão de Lavra
RAL não aceito(419)
816.628/1971-EMASA MINERAÇÃO S A- RAL ANO BASE-2015
802.315/1978-PEDREIRA NOVA ROCHA LTDA- RAL ANO BASE-2015
890.616/2006-SEROBRITA MINERAÇÃO LTDA.- RAL ANO BASE-2015
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
890.366/1998-SERRA AZUL ÁGUA MINERAL NATURAL LTDA- AI Nº 462/2016
Nega provimento a defesa apresentada(476)
890.301/2002-PEDRAS DECORATIVAS ORIENTE DE PADUA LTDA ME
Não conhece requerimento protocolizado(1101)
811.122/1975-AREAL SANTA FÉ LTDA ME
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
816.628/1971-EMASA MINERAÇÃO S A- AI N°599/2016
802.315/1978-PEDREIRA NOVA ROCHA LTDA- AI N°683/2016
890.616/2006-SEROBRITA MINERAÇÃO LTDA.- AI N°633/2016
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)
890.423/1999-MINERADORA ARAÇÁ LTDA- AI N°467/2016
890.286/2005-MADEI PEDRAS DECORATIVAS LTDA ME- AI N°465/2016

ANTONIO CESAR DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 104/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
820.270/2016-ERASTO BORETTI DE ALMEIDA
820.271/2016-ERASTO BORETTI DE ALMEIDA
820.310/2016-CPX PAULISTA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
820.357/2016-DRAGAR COMÉRCIO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA.
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
820.501/2012-CÉSAR DOS SANTOS
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
820.017/2013-HUMBERTO PERENCIN-OF. N°285/16-DTM/DNPM/SP
821.256/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°353/16-DTM/DNPM/SP
820.280/2016-RAUL ARDITO LERÁRIO-OF. N°377/16-DTM/DNPM/SP
820.290/2016-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°378/16-DTM/DNPM/SP
820.309/2016-CPX PAULISTA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.-OF. N°381/16-DTM/DNPM/SP
820.344/2016-LUIS ROBERTO CACIOTI DE SOUZA-OF. N°382/16-DTM/DNPM/SP
820.386/2016-PEDREIRA MARIA TERESA LTDA.-OF. N°385/16-DTM/DNPM/SP
820.410/2016-LEONARDO OLIVEIRA GONÇALVES-OF. N°400/2016-DTM/DNPM/SP
820.412/2016-RTB GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°398/16-DTM/DNPM/SP
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
821.256/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°352/16-DTM/DNPM/SP
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
820.067/2012-F B X FERTILIZANTES LTDA.
820.654/2012-OCLAM MINERAÇÕES LTDA
Indefere por interferência com área especial- Lei 9.985/2000-SNUC.(173)
820.367/2016-ELDORADO TRANSPORTES E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.152/2009-MARIA LUIZA CANDIDO CENTELLES-OF. N°399/2014-DTM/DNPM/SP
820.110/2013-WAGNER DOS SANTOS GONDIM-OF. N°403/16-DTM/DNPM/SP
821.059/2014-CRISTIANO FRANCISCO LIUTI-OF. N°401/16-DTM/DNPM/SP
820.897/2015-LUIZ ANTÔNIO FAVA-OF. N°402/16-DTM/DNPM/SP
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
820.561/2014-WALDIR MARIANO DE OLIVEIRA- Cessionário:MINÉRIOS CAPÃO BONITO LTDA. EPP.- CPF ou CNPJ 24.033.079/0001-15- Alvará n°612/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
821.123/2001-AURICCHIO BARROS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA-OF. N°420/16-SAP/DTM/DNPM/SP
820.868/2006-SALIONE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°419/16-SAP/DTM/DNPM/SP
820.257/2008-ASSOCEMA EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°431/16-SAP/DTM/DNPM/SP
820.641/2008-AGROPECUARIA IVO JORGE MAHFUZ LTDA-OF. N°413/16-SAP/DTM/DNPM/SP
821.157/2010-AREIAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-OF. N°429/16-SAP/DTM/DNPM/SP
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
820.618/2003-LOCATELLI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°422/16-SAP/DTM/DNPM/SP-180 dias
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
820.202/2002-HILDEMAR MARTIN- ALVARÁ n° 1.700/2010 - Cessionário: COMÉRCIO E EXPLORAÇÃO DE ARGILA ESTRÊLA D'ALVA LTDA- CNPJ 01.192.899/0001-54
820.107/2008-INTERCEMENT BRASIL S A- Alvará n° 5.372/2008 - Cessionário: União Brasileira de Agregados Ltda- CNPJ 07.912.650/0001-52
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
820.070/2003-NOVA AMERICA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDAS-OF. N°423/16-SAP/DTM/DNPM/SP
820.071/2003-NOVA AMERICA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDAS-OF. N°424/16-SAP/DTM/DNPM/SP
820.072/2003-NOVA AMERICA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDAS-OF. N°425/16-SAP/DTM/DNPM/SP
820.455/2004-MINERADORA JORDÃO LTDA-OF. N°410/16-SAP/DTM/DNPM/SP
820.234/2005-CERÂMICA CITY LTDA-OF. N°415/16-SAP/DTM/DNPM/SP
820.704/2006-ANTONIO MARANGONI NETO ME-OF. N°418/2006-SAP/DTM/DNPM/SP
820.007/2007-ACS CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA-OF. N°426/16-SAP/DTM/DNPM/SP
820.008/2007-ACS CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA-OF. N°427/16-SAP/DTM/DNPM/SP
820.009/2007-ACS CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA-OF. N°426/16-SAP/DTM/DNPM/SP
820.266/2009-PEDREIRA DO PARDO LTDA.-OF. N°414/16-SAP/DTM/DNPM/SP
820.702/2010-ANA MARIA SANTELO VISINTIM M.E.-OF. N°416/16-SAP/DTM/DNPM/SP
820.755/2010-J. DE F. P. MORETTO ME-OF. N°417/16-SAP/DTM/DNPM/SP
821.157/2010-AREIAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-OF. N°230/16-SAP/DTM/DNPM/SP
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
820.556/1991-PEDREIRA PEDROSO LTDA-OF. N°376/16-DTM/DNPM/SP
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
820.771/1988-PORTO DE AREIA NOGUEIRA LTDA ME- Registro de Licença N°:1.415/1989 - Vencimento em 25/08/2019
820.615/1991-PORTO DE AREIA NOGUEIRA LTDA ME- Registro de Licença N°:1.687/1992 - Vencimento em 25/08/2019
820.975/2001-MINERADORA CURUMIM LTDA- EPP- Registro de Licença N°:2.276/2003 - Vencimento em 04/03/2025
820.519/2005-INDÚSTRIAS CERÊMICAS MATIELI LTDA- Registro de Licença N°:2.932/2006 - Vencimento em 02/06/2021
821.030/2011-CORSO MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N°:3.224/2012 - Vencimento em 28/07/2018
821.370/2011-LUCINEI GALHARDI CONSTRUÇÃO EPP- Registro de Licença N°:3382/2015 - Vencimento em 12/07/2019
Autoriza redução de área(1207)
820.089/2002-SGOBBI AREIA, PEDRA E ARGILA LTDA EPP- Área reduzida de 11,25 para 3,79
Fase de Requerimento de Licenciamento
Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)
820.253/2016-COMINO COMPANHIA MINERAÇÃO OESTE LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
820.496/2016-PORTOMAIS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA. EPP-OF. N°405/16-DTM/DNPM/SP
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
820.312/2016-REDOMA PROSPECÇÃO, MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
820.313/2016-REDOMA PROSPECÇÃO, MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
820.372/2016-RODRIGUES & TORETE LTDA.
820.373/2016-OLARIA SPINA LTDA. EPP.
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração por interferência total(822)
820.411/2016-PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
820.572/2004-EXTRAÇÃO DE AREIA CHARQUEADA LTDA ME

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA

DIRETORIA DE GESTÃO DE TÍTULOS MINERÁRIOS

RETIFICAÇÃO

Fase de Concessão de Lavra
Retificação de despacho(1389)
820.133/2002-BFB PARTICIPAÇÕES S.A - publicado DOU de 04/8/2016, Relação n° 155/2016, Seção 1, pág. 39/40- onde se lê:"... Arrendatário: PLORIAQUA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA... ", leia-se:" ... Arrendatário: PLURIAQUA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA..."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 170, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.003507/2016-86, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote A do Leilão nº 05/2015-ANEEL, de titularidade da empresa Mantiqueira Transmissora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.176.892/0001-44, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, objeto do Contrato de Concessão nº 05/2016-ANEEL, celebrado em 3 de junho de 2016, é alcançado pelo art. 4º, inciso II, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de junho de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da Mantiqueira Transmissora de Energia S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.			02	CNPJ 24.176.892/0001-44
03	Logradouro Avenida Presidente Wilson			04	Número 231
05	Complemento Sala 802 (parte)	06	Bairro/Distrito Centro	07	CEP 20030-021
08	Município Rio de Janeiro	09	UF RJ	10	Telefone (21) 2101-9900
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	Lote A do Leilão nº 05/2015-ANEEL (Contrato de Concessão nº 05/2016-ANEEL, celebrado em 3 de junho de 2016).				
Descrição do Projeto	Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote A do Leilão nº 05/2015-ANEEL, compreendendo:				
	I - Linha de Transmissão Irapé - Janaúba 3, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 130 km, com origem na Subestação Irapé e término na Subestação Janaúba 3;				
	II - Linha de Transmissão Irapé - Araçuai 2 C2, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 61 km, com origem na Subestação Irapé e término na Subestação Araçuai 2;				
	III - Subestação Janaúba 3, em 230/138 kV, (3+1R)x75 MVA;				
	IV - Linha de Transmissão Itabira 5 - Itabira 2, C2, em 230 kV, com extensão aproximada de 16 km, com origem na Subestação Itabira 5 e término na Subestação Itabira 2;				
	V - Subestação Itabira 5, 500/230 kV, (6+1R)x250 MVA ;				
	VI - Subestação Braúnas, 230/161-138 kV com (3+1R) x 53,33 MVA e 230/138 kV com 3x53,33 MVA;				
	VII - Subestação João Monlevade 4, 230/69 kV, (3+1R) x 25 MVA;				
	VIII - Novo pátio na Subestação Timóteo 2, 230/69 kV, (3+1R) x 20 MVA;				
	IX - Linha de Transmissão Pirapora 2 - Presidente Juscelino - C1, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 177 km, com origem na Subestação Pirapora 2 e término na Subestação Presidente Juscelino;				
	X - Linha de Transmissão Pirapora 2 - Presidente Juscelino - C2, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 177 km, com origem na Subestação Pirapora 2 e término na Subestação Presidente Juscelino;				
	XI - Linha de Transmissão Presidente Juscelino - Itabira 5, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 162 km, com origem na Subestação Presidente Juscelino e término na Subestação Itabira 5;				
	XII - Linha de Transmissão Presidente Juscelino - Sete Lagoas 4 - C1, em 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 101 km, com origem na Subestação Presidente Juscelino e término na Subestação Sete Lagoas 4;				
	XIII - Linha de Transmissão Presidente Juscelino - Sete Lagoas 4 - C2, em 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 101 km, com origem na Subestação Presidente Juscelino e término na Subestação Sete Lagoas 4;				
	XIV - Linha de Transmissão Sete Lagoas 4 - Betim 6, em 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 47 km, com origem na Subestação Sete Lagoas 4 e término na Subestação Betim 6;				
	XV - Linha de Transmissão Betim 6 - Sarzedo, em 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 23 km, com origem na Subestação Betim 6 e término na Subestação - Sarzedo;				
	XVI - Linha de Transmissão Itabirito 2 - Barro Branco, em 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 57 km, com origem na Subestação Itabirito 2 e término na Subestação Barro Branco;				
	XVII - Linha de Transmissão Itabirito 2 - Jeceaba, C2, em 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 44 km, com origem na Subestação Itabirito 2 e término na Subestação Jeceaba;				
	XVIII - Linha de Transmissão Jeceaba - Itutinga, em 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 106 km, com origem na Subestação Jeceaba e término na Subestação Itutinga;				
	XIX - Subestação 345 kV Sarzedo;				
	XX - Subestação 500/345 kV Presidente Juscelino (3+1R) x 400 MVA;				
	XXI - Subestação 345/138 kV Betim 6, (6+1R) x 100 MVA;				
	XXII - Subestação Varginha 4, 345/138 kV, (6+1R) x 75MVA;				
	XXIII - Módulos gerais, conexões de unidades de transformação, equipamentos de compensação reativa, conexões de reatores, entradas de linha, interligações de barramento, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio;				
	XXIV - trechos de Linha de Transmissão em 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 12 km cada, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão 345 kV Neves 1 - Barreiro e a Subestação Betim 6, a instalação das entradas de linha correspondentes nas Subestação Betim 6, a aquisição e instalação dos equipamentos necessários às				
	modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Neves 1, Barreiro, e a aquisição e instalação de cabos OPGW para sistema de telecomunicações e teleproteção entre os pontos de seccionamentos da linha de transmissão Barreiro - Neves 1 e as subestações Barreiro e Neves 1;				
	XXV - trechos de Linha de Transmissão em 345 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 2 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 345 kV Pimenta - Barreiro e a Subestação Sarzedo, a instalação das ENTRADAS DE LINHA correspondentes nas Subestação Sarzedo, a aquisição e instalação dos equipamentos necessários às				
	modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações Barreiro e Pimenta, e a aquisição e instalação de cabos OPGW para sistema de telecomunicações e teleproteção entre os pontos de seccionamentos da linha de transmissão Barreiro - Pimenta e as subestações Barreiro e Pimenta;				
	XXVI - trechos de Linha de Transmissão em 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km cada, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão 345 kV Furnas - Itutinga C2 e a Subestação Varginha 4, a instalação das entradas de linha correspondentes nas Subestações Varginha 4, a aquisição e instalação dos equipamentos necessários				
	às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Varginha 4, e a aquisição e instalação de cabos OPGW para sistema de telecomunicações e teleproteção entre os pontos de seccionamentos da linha de transmissão 345 kV Furnas - Itutinga C2 e as Subestações Fumas e Itutinga;				
	XXVII - trechos de Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 1 km cada, compreendidos entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão Neves 1 - Mesquita e a Subestação Itabira 5; a instalação das entradas de linha correspondentes nas Subestação				
	Itabira 5, a aquisição e instalação dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Neves 1 e Mesquita;				
	XXVIII - trechos de Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 1 km cada, compreendidos entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão Mesquita - Vespasiano 2 e a Subestação Itabira 5, a instalação das entradas de linha correspondentes nas				
	Subestação Itabira 5, a aquisição e instalação dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Vespasiano 2 e Mesquita;				
	XXIX - trechos de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 1,5 km, compreendidos entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão Itabira 2 - Itabira 4 e a Subestação Itabira 5, a instalação das entradas de linha correspondentes nas Subestação				
	Itabira 5, a aquisição e instalação dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Itabira 2 e Itabira 4;				
	XXX - trechos de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 4 km cada, compreendidos entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão João Monlevade 2 - Itabira 2 e a Subestação João Monlevade 4, a instalação das entradas de linha correspondentes nas Subestação João Monlevade 4, a aquisição e instalação				
	dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações João Monlevade 2 e Itabira 2; e				
	XXXI - trechos de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 1 km, compreendidos entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão Porto Estrela - Itabira 2 e a Subestação Braúnas, a Subestação Braúnas, a instalação das entradas de linha correspondentes nas Subestação Braúnas, a aquisição e instalação dos equipamentos necessários às				
	modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Porto Estreia e Itabira 2.				
Período de Execução	De 3/6/2016 a 4/3/2021.				
Localidade do Projeto [Município(s)/UF(s)]	Municípios de Varginha, Três Pontas, Santana da Vargem, Coqueiral, Itutinga, Nazareno, Conceição da Barra de Minas, Ritápolis, Resende Costa, Entre Rios de Minas, São Brás do Suaçuí, Jeceaba, Congonhas, Ouro Preto, Mariana, Sarzedo, Betim, Esmeraldas, Inhaúma, Sete Lagoas, Paraopeba, Caetanópolis, Cordisburgo, Curvelo, Presidente Juscelino, Santana de Pirapama, Jequitibá, Baldim, Jaboticatubas, Taquaraçu de Minas, Nova União, Itabira, Corinto, Lassance, Várzea da Palma, Pirapora, Janaúba, Porteirinha, Riacho dos Machados, Grão Mogol, Berilo, Virgem da Lapa, Araçuaí, Bela Vista de Minas, Timóteo e Braúnas, Estado de Minas Gerais.				
12	REPRESENTANTES, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: Dalmo Silva de Almeida.				CPF: 866.958.607-00.	
Nome: Marcelo Vargas Rêdes.				CPF: 014.586.747-11.	
Nome: Michelle Milena Soares Silveira.				CPF: 104.594.457-23.	
13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	1.516.407.830,00.				
Serviços	935.612.852,00.				
Outros	404.719.466,00.				
Total (1)	2.856.740.148,00.				
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	1.376.140.106,00.				
Serviços	901.462.983,00.				
Outros	404.719.466,00.				
Total (2)	2.682.322.555,00.				

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 171, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 4º da Portaria MME nº 182, de 11 de maio de 2016, e o que consta no Processo nº 48000.001147/2016-19, resolve:

Art. 1º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Canoas, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PB.033663-7.01, de titularidade da empresa Canoas Energia Renovável S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.540.713/0001-18, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Canoas Energia Renovável S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - dar ciência ou submeter à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a cessão ou o oferecimento dos direitos emergentes de seu Ato de Outorga em garantia, inclusive por meio de cessão fiduciária, na forma e condições previstas nas normas setoriais;

II - manter informação atualizada junto à ANEEL relativa à composição societária, identificando o grupo de controle e explicitando as participações societárias diretas e indiretas dos respectivos controladores da empresa titular do projeto;

III - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado;

IV - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle; e

V - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 7.603, de 2011, na Portaria MME nº 182, de 11 de maio de 2016, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Canoas Energia Renovável S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, inclusive aquelas previstas no art. 5º da Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, dentre as quais:

I - atraso superior a quinhentos e quarenta dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Canoas Energia Renovável S.A. deverá informar ao Ministério de Minas e Energia a entrada em operação comercial do projeto, no prazo de até trinta dias do início, mediante a entrega de cópia do Ato Autorizativo emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

TITULAR DO PROJETO			
01 Razão Social Canoas Energia Renovável S.A.		02 CNPJ 21.540.713/0001-18	
03 Logradouro Praia do Flamengo		04 Número 78	
05 Complemento Sala 101, Parte	06 Bairro/Distrito Flamengo	07 CEP 22210-030	
08 Município Rio de Janeiro	09 UF RJ	10 Telefone (21) 3235-2845	
11 Contrato de Concessão ou Outorga de Autorização Portaria MME nº 336, de 3 de agosto de 2015, alterada pelo Despacho SCG/ANEEL nº 1.944, de 22 de julho de 2016.			
12 REPRESENTANTES LEGAIS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO			
Hugo Renato Anacleto Nunes.		CPF: 013.091.446-05.	
Tatiana Queiroga Vasques.		CPF: 792.433.635-49.	
13 RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Fechada)			
Razão Social	CNPJ	Participação (%)	
Lagoa 1 Energia Renovável S.A.	21.540.697/0001-63	100%	
14 PESSOA JURÍDICA CONTROLADORA DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Aberta)			
Razão Social Não se aplica.		CNPJ Não se aplica.	
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO			
15 Denominação EOL Canoas.			
16 Descrição Central Geradora Eólica com 31.500 kW de capacidade instalada, constituída por quinze Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.			
17 Localização Município de São José do Sabugi, Estado da Paraíba.			
18 Data Prevista para Entrada em Operação 1º de janeiro de 2019.			

PORTARIA Nº 172, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto no 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.003572/2016-10, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada UFV Juazeiro Solar IV, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.BA.033931-8.01, de titularidade da empresa Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.168.509/0001-06, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 206, de 31 de maio de 2016, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de maio de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos artigos 9º e 14 do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01 Nome Empresarial Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda.				02 CNPJ 24.168.509/0001-06	
03 Logradouro Fazenda Bela Vista - Parte				04 Número s/nº	
05 Complemento Entrada a direita da altura do km 6.7 da BR 407 sentido Juazeiro / Carnaíba do Sertão	06 Bairro/Distrito Zona Rural		07 CEP 48909-899		
08 Município Juazeiro	09 UF BA		10 Telefone (11) 3513-9094		
11 DADOS DO PROJETO					
Nome do Projeto	UFV Juazeiro Solar IV (Autorizada pela Portaria MME nº 206, de 31 de maio de 2016 - Leilão nº 09/2015-ANEEL).				
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica denominada UFV Juazeiro Solar IV, compreendendo: I - Uma Unidade Geradora de 510 kW, uma de 765 kW e vinte e oito de 1.020 kW, totalizando 29.835 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de cinco quilômetros e setecentos metros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Juazeiro da Bahia II, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.				
Período de Execução	De 1º/08/2017 a 1º/08/2018.				
Localidade do Projeto	Município de Juazeiro, Estado da Bahia.				
12 REPRESENTANTE LEGAL, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA					
Nome: Manoel de Andrade Lira Neto			CPF: 666.153.054-53		
Nome: Manoel de Andrade Lira Neto			CPF: 666.153.054-53		
Nome: Ricardo Vilela Pantozzi			CPF: 272.406.978-19		
13 ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)					
Bens	120.926.716,00				
Serviços	47.504.924,10				
Outros	10.746.027,50				
Total (1)	179.177.667,60				
14 ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)					
Bens	110.699.707,30				
Serviços	44.507.657,40				
Outros	10.393.785,30				
Total (2)	165.601.150,00				

PORTARIA Nº 173, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto no 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.003571/2016-67, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada UFV Juazeiro Solar III, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.BA.033930-0.01, de titularidade da empresa Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.358.177/0001-22, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 205, de 31 de maio de 2016, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de maio de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos artigos 9º e 14 do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda.			02	CNPJ 24.358.177/0001-22
03	Logradouro Fazenda Bela Vista - Parte			04	Número s/nº
05	Complemento Entrada a direita da altura do km 6.7 da BR 407 sentido Juazeiro / Carnaíba do Sertão	06	Bairro/Distrito Zona Rural	07	CEP 48909-899
08	Município Juazeiro	09	UF BA	10	Telefone (11) 3513-9094
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	UFV Juazeiro Solar III (Autorizada pela Portaria MME nº 205, de 31 de maio de 2016 - Leilão nº 09/2015-ANEEL).				
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica denominada UFV Juazeiro Solar III, compreendendo: I - Uma Unidade Geradora de 510 kW, uma de 765 kW e vinte e oito de 1.020 kW, totalizando 29.835 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de cinco quilômetros e setecentos metros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Juazeiro da Bahia II, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.				
Período de Execução	De 1º/08/2017 a 1º/08/2018.				
Localidade do Projeto	Município de Juazeiro, Estado da Bahia.				
12	REPRESENTANTE LEGAL, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: Manoel de Andrade Lira Neto				CPF: 666.153.054-53	
Nome: Manoel de Andrade Lira Neto				CPF: 666.153.054-53	
Nome: Ricardo Vilela Pantozzi				CPF: 272.406.978-19	
13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	120.926.716,00				
Serviços	47.504.924,10				
Outros	10.746.027,50				
Total (1)	179.177.667,60				
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	110.699.707,30				
Serviços	44.507.657,40				
Outros	10.393.785,30				
Total (2)	165.601.150,00				

PORTARIA Nº 174, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto no 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.003569/2016-98, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada UFV Juazeiro Solar II, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.BA.033929-6.01, de titularidade da empresa Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.227.619/0001-00, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 204, de 31 de maio de 2016, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de maio de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos artigos 9º e 14 do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda.			02	CNPJ 24.227.619/0001-00
03	Logradouro Fazenda Bela Vista - Parte			04	Número s/nº
05	Complemento Entrada a direita da altura do km 6.7 da BR 407 sentido Juazeiro / Carnaíba do Sertão	06	Bairro/Distrito Zona Rural	07	CEP 48909-899
08	Município Juazeiro	09	UF BA	10	Telefone (11) 3513-9094
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	UFV Juazeiro Solar II (Autorizada pela Portaria MME nº 204, de 31 de maio de 2016 - Leilão nº 09/2015-ANEEL).				
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica denominada UFV Juazeiro Solar II, compreendendo: I - Uma Unidade Geradora de 510 kW, uma de 765 kW e vinte e oito de 1.020 kW, totalizando 29.835 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de cinco quilômetros e setecentos metros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Juazeiro da Bahia II, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.				
Período de Execução	De 1º/08/2017 a 1º/08/2018.				
Localidade do Projeto	Município de Juazeiro, Estado da Bahia.				
12	REPRESENTANTE LEGAL, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: Manoel de Andrade Lira Neto				CPF: 666.153.054-53	
Nome: Manoel de Andrade Lira Neto				CPF: 666.153.054-53	
Nome: Ricardo Vilela Pantozzi				CPF: 272.406.978-19	
13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	120.926.716,00				
Serviços	47.504.924,10				
Outros	10.746.027,50				
Total (1)	179.177.667,60				
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	110.699.707,30				
Serviços	44.507.657,40				
Outros	10.393.785,30				
Total (2)	165.601.150,00				

PORTARIA Nº 175, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto no 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.003573/2016-56,resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada UFV Juazeiro Solar I, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.BA.033928-8.01, de titularidade da empresa Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.302.618/0001-74, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 203, de 31 de maio de 2016, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de maio de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos artigos 9º e 14 do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.			02	CNPJ 24.302.618/0001-74
03	Logradouro Fazenda Bela Vista - Parte			04	Número s/nº
05	Complemento Entrada a direita da altura do km 6.7 da BR 407 sentido Juazeiro / Carnaíba do Sertão	06	Bairro/Distrito Zona Rural	07	CEP 48909-899
08	Município Juazeiro	09	UF BA	10	Telefone (11) 3513-9094
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	UFV Juazeiro Solar I (Autorizada pela Portaria MME nº 203, de 31 de maio de 2016 - Leilão nº 09/2015-ANEEL).				
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica denominada UFV Juazeiro Solar I, compreendendo: I - Uma Unidade Geradora de 510 kW, uma de 765 kW e vinte e oito de 1.020 kW, totalizando 29.835 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de cinco quilômetros e setecentos metros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Juazeiro da Bahia II, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.				
Período de Execução	De 1º/08/2017 a 1º/08/2018.				
Localidade do Projeto	Município de Juazeiro, Estado da Bahia.				
12	REPRESENTANTE LEGAL, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: Manoel de Andrade Lira Neto				CPF: 666.153.054-53	
Nome: Manoel de Andrade Lira Neto				CPF: 666.153.054-53	
Nome: Ricardo Vilela Pantozzi				CPF: 272.406.978-19	
13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	120.926.716,00				
Serviços	47.504.924,10				
Outros	10.746.027,50				
Total (1)	179.177.667,60				
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	110.699.707,30				
Serviços	44.507.657,40				
Outros	10.393.785,30				
Total (2)	165.601.150,00				

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 392, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o parágrafo 3º do art.4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto no inciso XV do art. 12, da Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011, sobre a concessão de bolsas pelo Inmetro, resolve

Art. 1º Aprovar a renovação das bolsas outorgadas aos bolsistas lotados no Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA indicados na tabela a seguir, pelo período de 12 (doze) meses, a partir do dia 11 de setembro de 2016, cujos relatórios foram avaliados e acolhidos pelo Pronametro nos termos do Regulamento anexo à Portaria Inmetro nº 391, de 25 de julho de 2012.

Projeto "Gestão Técnica-Científica do CBA"

Bolsistas Recomendados para Renovação	Modalidade de Bolsa
Ana Rita Borba Farias	DCT-4A 100%
Antonio Batista do Nascimento Filho	DCT-7A 100%
Antonio Carlos Siani	DCT-1 60%
Augusto Aleksey Silva Lima	DCT-4B 100%
Dácio Montenegro Mendonça	DCT-5A 100%
Eudson Danilo dos Santos Costa	DCT-4B 100%
Flávio Freires Ferreira	DCT-3C 100%
Kaori Katiuska Yamaguchi Isla	DCT-3B 100%
Laerte Nogueira da Silva	DCT-3A 100%
Leandro Silva Barbosa	DCT-3B 100%
Luiz Francisco Rocha e Silva	DCT-2B 100%
Mariângela Burgos de Azevedo	DCT-1 100%
Natália Regina Antunes Salinas	DCT-2B 100%
Nilcivane Santos e Silva	DCT-4A 100%
Paulo José Coelho Benevides	DCT-1 100%
Pedro Rafael Macedo de Carvalho	DCT-7A 100%
Richardson Alves de Almeida	DCT-3B 100%
Robert Mause	DCT-3B 100%
Rosangela Santana Martins de Matos	DCT-5B 100%
Rosinilda Damasceno dos Santos Filha	DCT-4B 100%
Simone Santos de Freitas	DCT-5B 100%
Suany Irley Lopes Oliveira	DCT-4A 100%
Vitor Rafael Pereira Marinho	DCT-4B 100%

Projetos Temáticos
I - Combustível

Bolsistas Recomendados para Renovação	Modalidade de Bolsa
Augusto Bücker	DCT-2A 100%

II - Alimentos

Bolsistas Recomendados para Renovação	Modalidade de Bolsa
Hector Henrique Ferreira Koolen	DCT-3B 40%
Flávio Augusto de Freitas	DCT-4B 100%
Semíramides Barros de Souza	DCT-5A 100%

III - Produtos Baseados em Extrato ou Substância Isolada

Bolsistas Recomendados para Renovação	Modalidade de Bolsa
Maria Geane Grangeiro Gomes Freire	DCT-7A 100%
Siglia Maria Braga Neves	DCT-4B 100%

IV - "Scale-Up"

Bolsistas Recomendados para Renovação	Modalidade de Bolsa
Amanda Lima Dias	DCT-4B 100%
Ingrid Reis da Silva	DCT-4A 100%

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 163, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, no uso de suas atribuições, legais e regulamentares que lhe confere a Portaria MDIC nº 558, de 04 de junho de 2007 e tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 15 do Decreto n° 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, que aprova a Estrutura Regimental do Inmetro, assim como os dispositivos estabelecidos nas Resoluções do Conmetro n.º 13, de 20 de dezembro de 2006 e nº 04, de 6 de setembro de 2007, considerando as informações e documentos constantes dos processos Inmetro n.º 52600.041244/2014 e n° 52600.042739/2014, resolve:

Revogar as Portarias Inmetro/Dimel n.º 236, de 17 de novembro de 2006, n° 201, de 09 de agosto de 2010, n° 273, de 23 de setembro de 2011, n° 301, de 06 de outubro de 2011 e n° 2019, de 04 de dezembro de 2012, referentes à autorização para executar os ensaios metrológicos exigidos para a verificação após reparo de medidores de energia elétrica, concedida à Bandeirante Energia S.A., sob o código nº PSP03.

Nota: A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/legislacao/pea.

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 124, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Subdelega ao Diretor do Departamento de Gestão Interna a competência prevista no art. 4º da Portaria ME nº 350/2016.

O Secretário Executivo do Ministério do Esporte, tendo em vista as competências que lhe foram atribuídas pelo Decreto nº 8829/2016 e tendo em vista o disposto no art. 4º da Portaria nº 350/2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor do Departamento de Gestão Interna para atuar como ordenador de despesas da Secretaria Executiva.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AVELINO B. VEIRA

DELIBERAÇÃO Nº 936, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Dá publicidade ao projeto desportivo, relacionado no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 03/05/2016.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 232, de 8 de julho de 2016, considerando:

a) a aprovação do projeto desportivo, relacionado no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 03/05/2016.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CANDIDO DA SILVA MURICY
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.004160/2015-03
Proponente: Associação Ibirubá de Futsal
Título: Craques de Ouro
Registro: 02RS133762013
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 89.707.095/0001-91
Cidade: Ibirubá UF: RS
Valor aprovado para captação: R$ 216.776,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0677 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 16604-9
Período de Captação até: 03/05/2017

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58701.003392/2015-36

No Diário Oficial da União nº 168, de 31 de agosto de 2016, na Seção 1, página 410 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 930/2016, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 618.766,76, leia-se: Valor aprovado para captação: R$ 618.766,86.

Processo Nº 58701.003608/2015-63

#/#TEX No Diário Oficial da União nº 70, de 13 de abril de 2016, na Seção 1, página 84 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 876/2016, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0265 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 44473-1, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1565 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 0259-3.

Processo Nº 58701.003488/2015-02

#/#TEX No Diário Oficial da União nº 70, de 13 de abril de 2016, na Seção 1, página 84 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 882/2016, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0265 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 44474-X, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1565 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 0502-9.

Processo Nº 58701.005958/2015-84

#/#TEX No Diário Oficial da União nº 130, de 8 de julho de 2016, na Seção 1, página 48 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 908/2016, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0265 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 0445-6, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1565 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 0503-7.

Processo Nº 58701.003095/2015-91

No Diário Oficial da União nº 239, de 15 de dezembro de 2015, na Seção 1, página 108 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 823/2015, ANEXO I, onde se lê: Processo: 58701.00395/2015-91, leia-se: Processo: 58701.003095/2015-91.

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 1.058, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE ÁGUAS-ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 95, inciso XVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução no 2020, de 15 de dezembro de 2014, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 628ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de setembro de 2016, considerando o disposto no art. 7º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes do processo nº 02501.000457/2013-21, resolveu:

Art. 1º O Art. 1° da Resolução ANA n° 1047, de 28 de julho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Delegar ao Estado do Ceará, por intermédio da sua autoridade outorgante a Secretaria de Recursos Hídricos - SRH, a competência para emissão de outorgas preventivas e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União, no âmbito do seu território, incluindo os trechos de especial interesse para a gestão de recursos hídricos de domínio da União, definidos na Portaria ANA nº 62, de 26 de março de 2013, ou ato subsequente, exceto os seguintes reservatórios integrantes do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF no território do Ceará: Jati, Atalho, Porcos, Cana Brava, Cipó, Boi I e Boi II." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE ANDREU

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

RETIFICAÇÃO

No Extrato da Ata da 71ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do FNMA, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2015, Seção 1, páginas 132 e 133, Item 5, no qual consta a lista de propostas do Edital 01/2015 aprovadas pelo Conselho Deliberativo, retifica-se a ordem de pontuação das propostas da Região Sul:

Nº	Proposta	Nome do Proponente	UF
Propostas Titulares			
Região Nordeste			
1	047710/2015	Instituto Etnia Planetaria	RS
2	047190/2015	Associacao dos Municipios do Vale do Itapocu	SC

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 111, DE 12 DE SETEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04926.005145/2010-04, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo à Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, do imóvel de propriedade da União cujo terreno mede 500,00 m² e área edificada de 503,00 m², situado à Rua Bernardo Guimarães, nº 1.322, Bairro Centro, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, registrado sob a Matrícula nº 48962, Livro nº 2, do 2º Ofício de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º se destina à continuidade do funcionamento da sede/escritório de apoio logístico e de representação oficial da Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP no Município de Belo Horizonte/MG.

Art. 3º O encargo de que trata o art. 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se não for cumprida a finalidade da doação, se cessarem as razões que a justificaram ou se ao imóvel, no todo ou em parte, vierem a ser dadas aplicações diversas da prevista ou se ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais.

Art. 4º A donatária responderá, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes ao imóvel ora autorizado em doação, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º É vedada à donatária a possibilidade de alienar o imóvel recebido em doação, no todo ou em parte.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME ESTRADA RODRIGUES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 228, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 3º, § 3º, inciso II, da Portaria MP nº 67, de 1º de março de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 9º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e nos elementos que integram os Processo Administrativo nºs. 23000.015919/2016-79 e 03100.000602/2016-01, resolve:

Art. 1º Autorizar a locação dos imóveis localizados na: 1)Rua Chico Maia, s/n, Barreira; 2) Rua Castro Alves, nº 266, Centro; 3) Praça Padre Ângelo, Centro, e 4) Rua Juvenal de Carvalho, nº 142, Centro, todos situados no Município de Redenção, Estado do Ceará, para abrigar temporariamente as instalações da residência universitária para discentes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, naquele Município.

Parágrafo único. Esta autorização fica vinculada:

I - ao cumprimento das normas e critérios básicos para garantir às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida a acessibilidade e a utilização dos bens e serviços nos imóveis a que se refere o art. 1º, e

II- a inclusão dos dados referentes aos imóveis locados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME ESTRADA RODRIGUES

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.065, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

Suspende os efeitos da Portaria MTE nº 1.565, de 13 de outubro de 2014, em relação às empresas associadas ao SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE RIBEIRÃO PRETO em razão de liminar concedida no âmbito do processo nº 0009982-21.2015.403.6102, que tramita na 5ª Vara Federal de Ribeirão Preto/SP.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, atendendo a determinação judicial proferida nos autos do processo nº 0009982-21.2015.403.6102, que tramita na 5ª Vara Federal de Ribeirão Preto/SP, resolve:

Art. 1º Suspender os efeitos da Portaria MTE nº 1.565, de 13 de outubro de 2014, em relação às empresas associadas ao SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE RIBEIRÃO PRETO em razão de liminar concedida no âmbito do processo nº 0009982-21.2015.403.6102, que tramita na 5ª Vara Federal de Ribeirão Preto/SP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 13 de setembro de 2016

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0276/2016 de 08/09/2016, 0277/2016 de 09/09/2016 e 0278/2016 de 12/09/2016, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039003932201614 Empresa: MOREAU & STERN GASTRONOMIE, BAR E BUFFET LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PHILIPPE GOMES Data Nascimento: 11/08/1972 Passaporte: 15CC15221 País: FRANÇA Mãe: ANGELINA GOMES Pai: JACINTO GOMES; Processo: 47039007539201691 Empresa: SOCIEDADE ESCOLAR BARAO DO RIO BRANCO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DENISE ZIELBAUER Data Nascimento: 29/05/1984 Passaporte: C8WJ7WONY País: ALEMANHA Mãe: EDELGARD ZIELBAUER Pai: GUNTER ZIELBAUER; Processo: 47039006587201662 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA SUICO-BRASILEIRA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FLURINA DANIELA BUCHER Data Nascimento: 05/10/1989 Passaporte: X3322074 País: SUIÇA Mãe: Daniela Lorette Hofer Pai: Matthias Bucher; Processo: 47039006626201621 Empresa: GARDENIA ORCHIDEA BRASIL DISTRIBUICAO DE CERAMICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Enrico Di Marzio Data Nascimento: 05/09/1963 Passaporte: YA0288909 País: ITÁLIA Mãe: Maria DAlessandro Pai: Antonio Di Marzio; Processo: 47039006910201606 Empresa: CORDEBRAS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JOSÉ LUÍS RAMOS GONÇALVES Data Nascimento: 19/03/1970 Passaporte: 122973 País: PORTUGAL Mãe: CORINA RAMOS DIAS Pai: LUÍS COSTA GONÇALVES PEREIRA; Processo: 47039007129201641 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HUASHAN ZHU Data Nascimento: 02/10/1990 Passaporte: E 28959475 País: CHINA Mãe: YUEFENG MAO Pai: YUANTAI ZHU; Processo: 47039007133201617 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUGANG ZHAO Data Nascimento: 31/03/1976 Passaporte: E 23568824 País: CHINA Mãe: fu zhen'e Pai: zhao shujiang; Processo: 47039007148201677 Empresa: FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Henry Hua Zhao Data Nascimento: 03/06/1990 Passaporte: 540023920 País: EUA Mãe: Sue Shufang Niu Pai: Baozhong Zhao; Processo: 47039007153201680 Empresa: MOVILE INTERNET MOVEL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: João Pedro Mendes Machete Data Nascimento: 14/03/1984 Passaporte: N431944 País: PORTUGAL Mãe: Ana Paula Silvestre de Sousa Mendes Machete Pai: João Manuel Figueiras Machete; Processo: 47039007190201698 Empresa: CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE FISIOTERAPIA, ACUPUNTURA E TERAPIAS ORIENTAIS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Zhao Juan Data Nascimento: 26/01/1990 Passaporte: E11792338 País: CHINA Mãe: MAO XIAO HONG Pai: ZHAO KUN YIN; Processo: 47039007362201623 Empresa: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PHILIPP KANSCHIK Data Nascimento: 18/05/1986 Passaporte: C3J9F07G8 País: ALEMANHA Mãe: MARINA SIGRID KANSCHIK Pai: ALBERT JOSEF KANSCHIK; Processo: 47039007369201645 Empresa: DENSO MAQUINAS ROTANTES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: giuseppe giuliani Data Nascimento: 17/10/1964 Passaporte: AA3079388 País: ITÁLIA Mãe: cicchini dora maria Pai: giuliani basso; Processo: 47039007399201651 Empresa: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AGNIESKA ANNA LYNIEWSKA Data Nascimento: 04/11/1983 Passaporte: EF7938240 País: POLÔNIA Mãe: JADWIGA HELENA KOPERA Pai: ANTONI LYNIEWSKA; Processo: 47039007420201619 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA SUICO-BRASILEIRA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAELA FABIOLA FREI Data Nascimento: 09/11/1984 Passaporte: X3755276 País: SUIÇA Mãe: HELENA LUDWIG FREI SCHONENBERGER Pai: ALEX LUDWIG FREI; Processo: 47039007506201641 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HUA LIU Data Nascimento: 10/02/1981 Passaporte: E 21828212 País: CHINA Mãe: BAI XIANFEN Pai: LIU XUZENG; Processo: 47039007511201654 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIARONG CHEN Data Nascimento: 27/11/1977 Passaporte: G 32045830 País: CHINA Mãe: FU MAOLAN Pai: CHEN ZHENYU; Processo: 47039007515201632 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIE HOU Data Nascimento: 12/08/1993 Passaporte: E 57438944 País: CHINA Mãe: XIUJUAN QIN Pai: MAOYOU HOU; Processo: 47039007516201687 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LIANBO SUN Data Nascimento: 16/11/1989 Passaporte: G 35052701 País: CHINA Mãe: JINFENG ZHANG Pai: PEIYAN SUN; Processo: 47039007520201645 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIANLU ZHANG Data Nascimento: 07/08/1987 Passaporte: G 35055230 País: CHINA Mãe: MENG ZHAORONG Pai: ZHANG YANHUA; Processo: 47039007523201689 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YA SUN Data Nascimento: 02/01/1987 Passaporte: G 58362760 País: CHINA Mãe: LI YONGQIN Pai: SUN YUNGUO; Processo: 47039007524201623 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YI YIN Data Nascimento: 19/10/1990 Passaporte: E 27271211 País: CHINA Mãe: QINGMEI ZHAO Pai: SHENGDE YIN; Processo: 47039007525201678 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUBO TIAN Data Nascimento: 03/10/1985 Passaporte: E 30277169 País: CHINA Mãe: ZHANG YUZHEN Pai: TIAN CHENG'AI; Processo: 47039007529201656 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YONGKUI LIU Data Nascimento: 05/05/1969 Passaporte: G 29742152 País: CHINA Mãe: HUANG GUILAN Pai: LIU CHUNDU; Processo: 47039007542201613 Empresa: ANGLO AMERICAN MINERIO DE FERRO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KWAKU OPOKU ACHEAMPONG Data Nascimento: 23/08/1989 Passaporte: A03791975 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL Mãe: Dinam Afi Ayorkor Acheampong Pai: Paul Bernard Acheampong; Processo: 47039007549201627 Empresa: GFG COMERCIO DIGITAL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICARDO MEIRINHO CARRILHO DO VALE PINTO Data Nascimento: 07/07/1985 Passaporte: P054549 País: PORTUGAL Mãe: ISALTINA MEIRINHO CARRILHO PINTO Pai: CUSTODIO DO VALE PINTO; Processo: 47039007550201651 Empresa: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELLEN TERESA OFLAHERTY Data Nascimento: 09/10/1973 Passaporte: 533829789 País: GRÃ BRETANHA Mãe: MONICA ELIZABETH OFLAHERTY Pai: DESCONHECIDO; Processo: 47039007557201673 Empresa: IOCHPE-MAXION S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sergio Fernandez Marin Data Nascimento: 10/05/1984 Passaporte: G15081559 País: MÉXICO Mãe: Ana Patricia Marin Sanchez Pai: Cesar Fernandez Cano; Processo: 47039007561201631 Empresa: ALCOA WORLD ALUMINA BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nigel Andrew Holley Data Nascimento: 30/09/1984 Passaporte: 444274660 País: EUA Mãe: Kathy Evelyn Andrews Pai: Kenneth Edward Holley; Processo: 47039007581201611 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SEBASTIAN FIELITZ Data Nascimento: 01/02/1984 Passaporte: C3J0GVLK5 País: ALEMANHA Mãe: ELKE BLUMREITER FIELITZ Pai: BURGHARDT FIELITZ; Processo: 47039007596201671 Empresa: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER THIERRY PIERRE SCRIVENER Data Nascimento: 22/06/1978 Passaporte: 16FV04634 País: FRANÇA Mãe: Séverine Henriette Bérangère de Renusson d'Hauteville Pai: Noël Bernard Christian Scrivener; Processo: 47039007598201660 Empresa: BTA-BRITISH TOURIST AUTHORITY Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Malcolm Graham Griffiths Data Nascimento: 07/10/1978 Passaporte: E4067495 País: AUSTRÁLIA Mãe: Elizabeth Anne Griffiths Pai: Graham Hessell Griffiths; Processo: 47039007604201689 Empresa: ROCHE DIAGNOSTICA BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LARS IDELER Data Nascimento: 30/11/1980 Passaporte: 647438025 País: ALEMANHA Mãe: DAGMAR IDELER Pai: JOACHIM VOLLRATH IDELER; Processo: 47039007607201612 Empresa: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Masami Muta Data Nascimento: 18/01/1964 Passaporte: TR2179598 País: JAPÃO Mãe: Taeko Muta Pai: Hitomi Muta; Processo: 47039007608201667 Empresa: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Hirofumi Tsukamoto Data Nascimento: 15/01/1975 Passaporte: TR6255585 País: JAPÃO Mãe: Yoko Tsukamoto Pai: Koichi Tsukamoto; Processo: 47039007616201611 Empresa: SUMITOMO CHEMICAL DO BRASIL REPRESENTACOES LIMITADA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: REI MATSUNAGA Data Nascimento: 30/12/1964 Passaporte: TK1022905 País: JAPÃO Mãe: MICHIKO MATSUNAGA Pai: YOSHIO MATSUNAGA; Processo: 47039007636201684 Empresa: MITSUI & CO. (BRASIL) S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KOSUKE SAEKI Data Nascimento: 07/03/1990 Passaporte: TK5731085 País: JAPÃO Mãe: NAOKO SAEKI Pai: YUSUKE SAEKI.

Temporário - Com Contrato - RN 121 - Resolução Normativa, de 08/03/2016:

Processo: 47039007656201655 Empresa: ASSOCIACAO VOLEI BAURU - AVB Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Brenda Castillo Data Nascimento: 05/06/1992 Passaporte: SC8331412 País: REPÚBLICA DOMINICANA Mãe: Argentina Castillo Pai: Não informado; Processo: 47039007658201644 Empresa: ASSOCIACAO MACAE DE BASQUETE Prazo: 15 Mês(es) Estrangeiro: KENDALL LAMONT ANTHONY Data Nascimento: 13/01/1993 Passaporte: 483281514 País: EUA Mãe: KAREN PHELPHS Pai: KENNETH ANTHONY.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039006622201643 Empresa: PMC AUTOMOTIVA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRUNO FRATE Passaporte: YA6454652; Processo: 47039007203201629 Empresa: BAC EOLICA PRE-FABRICADOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LEANDRO JOSE MATEOS MARTIN Passaporte: AAG654913; Processo: 47039007306201699 Empresa: MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PABLO ARIEL OREJA Passaporte: AAD388625; Processo: 47039007407201660 Empresa: IHC DO BRASIL SERVICOS TECNICOS E DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Albert Van Burk Passaporte: BV686K6H3; Processo: 47039007404201626 Empresa: IHC DO BRASIL SERVICOS TECNICOS E DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Willem Cornelis Hijstek Passaporte: BLH13K2F2; Processo: 47039007405201671 Empresa: IHC DO BRASIL SERVICOS TECNICOS E DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Nicolaas Mathijs Van Leeuwen Passaporte: BN4FLL4B0; Processo: 47039007410201683 Empresa: IHC DO BRASIL SERVICOS TECNICOS E DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Rob Westerbroek Passaporte: NU3P14HC1; Processo: 47039007427201631 Empresa: GUIDEWIRE SERVICOS DE SOFTWARE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER SEAN CONDON Passaporte: 476167491; Processo: 47039007463201602 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: até 23/05/2017 Estrangeiro: VINCENT RIGAUD Passaporte: 16DP28065; Processo: 47039007465201693 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAMESH KRISHNAMURTHY Passaporte: Z2180602; Processo: 47039007486201617 Empresa: HAMILTON SUNDSTRAND AEROSPACE DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL JOHN HANSON Passaporte: 529257926; Processo: 47039007487201653 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/06/2017 Estrangeiro: Luis Alfonso Bravo Reyes Passaporte: G14825307; Processo: 47039007490201677 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Rob Abraham Van Der Drift Passaporte: NW4KP6B41; Processo: 47039007489201642 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Domenico Ciardo Passaporte: YA0115575; Processo: 47039007491201611 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT JOHAN VERMEER Passaporte: NN849K0K3; Processo: 47039007499201688 Empresa: VARD ELECTRO BRAZIL (INSTALACOES ELETRICAS) LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NICOLA ZIGNEGO Passaporte: YA5772994; Processo: 47039007504201652 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Roy Gerardus Hendrikus Ankersmid Passaporte: NUJF1B575; Processo: 47039007505201605 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PHILLIP MICHAEL TRUDEAU Passaporte: 463747941; Processo: 47039007507201696 Empresa: IHC DO BRASIL SERVICOS TECNICOS E DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Alexander Theodor Lanser Passaporte: BNC916BJ4; Processo: 47039007508201631 Empresa: IHC DO BRASIL SERVICOS TECNICOS E DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Cornelis Vink Passaporte: BMHL39CD8; Processo: 47039007528201610 Empresa: SANCHEZ CANO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO PALAZON ILLAN Passaporte: AAJ081172; Processo: 47039007530201681 Empresa: SANCHEZ CANO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARMANDO CARRASCO RIQUELME Passaporte: AAD732701; Processo: 47039007531201625 Empresa: SANCHEZ CANO LTDA Prazo: 1

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ano(s) Estrangeiro: GREGORIO JOAQUIN PEREZ LOPEZ Passaporte: AAD322856; Processo: 47039007532201670 Empresa: SANCHEZ CANO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUSTAVO CONESA FERNANDEZ Passaporte: PAB764642; Processo: 47039007537201601 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NAMCHEOL BAEK Passaporte: M30156063; Processo: 47039007538201647 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAEKWON ROH Passaporte: M26947747; Processo: 47039007540201616 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUCA PARODI Passaporte: YA7338942; Processo: 47039007551201604 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JACEK TOKARSKI Passaporte: EA9363777; Processo: 47039007555201684 Empresa: MAERSK H2S SAFETY SERVICES BRASIL SERVICOS DE SEGURANCA CONTRA GAS SULFIDRICO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Francisco Alberto Tigrera Rincon Passaporte: 088336286; Processo: 47039007556201629 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHEL NICOLAAS PAUL SCHWARTZ Passaporte: NTBPC4L72; Processo: 47039007560201697 Empresa: HUISMAN LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jens Van Weele Passaporte: NW5RD0FJ2; Processo: 47039007570201622 Empresa: ICG PROMA BRASIL ESTAMPARIA E FERRAMENTARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Massimo Pier Mario Ballesio Passaporte: YA6280356; Processo: 47039007571201677 Empresa: ICG PROMA BRASIL ESTAMPARIA E FERRAMENTARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Fabio Cardone Passaporte: YA1593386; Processo: 47039007572201611 Empresa: ICG PROMA BRASIL ESTAMPARIA E FERRAMENTARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVIDE RIZZI Passaporte: YA7341727; Processo: 47039007573201666 Empresa: ICG PROMA BRASIL ESTAMPARIA E FERRAMENTARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIOVANNI STABIO Passaporte: YA9460813; Processo: 47039007574201619 Empresa: ICG PROMA BRASIL ESTAMPARIA E FERRAMENTARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Salvatore Tinnirello Passaporte: YA6504407; Processo: 47039007590201601 Empresa: ACCIONA WINDPOWER BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS EOLICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE VICENTE PATRICIO MARTINEZ Passaporte: AAJ967355.

Temporário - Sem Contrato - RN 71 - Resolução Normativa, de 05/09/2006:

Processo: 47039007365201667 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RICCARDO BELLAERA Passaporte: YA3569999; Processo: 47039007645201675 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AGNELO GOES Passaporte: P1990199 Estrangeiro: AGNELO JOSE BRAGANCA Passaporte: N6368739 Estrangeiro: AKASH CHANDRAHASAN Passaporte: K5970080 Estrangeiro: ALEXIO EDWIN GOES Passaporte: G9962193 Estrangeiro: ARUN KUMAR PERUMBILLISERY CHANDRAN Passaporte: H4277295 Estrangeiro: ASHISH ASHOK MANDREKAR Passaporte: H9411598 Estrangeiro: ASHOK KUMAR BALAKRISHNAN Passaporte: H4076967 Estrangeiro: ASHOK KUMAR SIVANESAN Passaporte: J4180199 Estrangeiro: BRUNO ALBERTO SAAVEDRA LAOS Passaporte: 4104050 Estrangeiro: CAROLINA GISELE RASTELLI Passaporte: 33779178N Estrangeiro: CHANDRAHAS MAHABLESHWAR PATGAR Passaporte: Z3868365 Estrangeiro: CHANDRAKANT TUKARAM LAMANI Passaporte: P1985820 Estrangeiro: CHRISTOPHA FERNANDES Passaporte: M4015605 Estrangeiro: CLARA ALEJANDRA VARGAS CASTELLANOS Passaporte: AP198065 Estrangeiro: CLAUDIA MARCELA ROJAS MATEO Passaporte: XDB014675 Estrangeiro: CLAUDIO ANIBAL CASAVILCA NOVOA Passaporte: 5699740 Estrangeiro: CLETUS COSTAO FERNANDES Passaporte: H5303856 Estrangeiro: DIEGO ALONSO DAVILA LEON Passaporte: 4820935 Estrangeiro: DINESH JEYARAJ Passaporte: G6826049 Estrangeiro: EDUARDO RAMSES AUSTRIA YANEZ Passaporte: G18885366 Estrangeiro: EDWIN ALBERTO VILLALOBOS GALVEZ Passaporte: AO155053 Estrangeiro: ELDHO KAREDATH JACOB Passaporte: Z3387878 Estrangeiro: ELVIS ISIDOR ANTAO Passaporte: N6372114 Estrangeiro: ERROL REUBAN FERNANDES Passaporte: K5435201 Estrangeiro: ESMERALDA CELIS Passaporte: PE098349 Estrangeiro: FELIX ABEL PAREDES ZAMUDIO Passaporte: 6028103 Estrangeiro: FRANCISCO ARIEL GARRIDO GARRIDO Passaporte: P08401154 Estrangeiro: GAUTAM ROHIDAS NAIK Passaporte: G9596930 Estrangeiro: HIBAR EXALTACION CERNA ESQUIVEL Passaporte: 6161448 Estrangeiro: ILROY RODRIGUES Passaporte: K4580081; Processo: 47039007646201610 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAIME CESAR CASAS FERNANDEZ Passaporte: 6903030 Estrangeiro: JHON FREDY MARTINEZ MENDOZA Passaporte: AO014589 Estrangeiro: JHONATAN ALEXANDER COSSIO VEGA Passaporte: 5944127 Estrangeiro: JOANA VIDIGAL MARQUES Passaporte: P172431 Estrangeiro: JOESAL ROSARIO FERNANDES Passaporte: L3209583 Estrangeiro: JOHN FREDI FERNANDES Passaporte: Z3054336 Estrangeiro: JONATHAN JAVIER LEON ZAPATA Passaporte: 6854038 Estrangeiro: JOSEPH JAMES RODRIGUES Passaporte: M4475494 Estrangeiro: JOSUE ALBERTO PAREDES SANCHEZ Passaporte: 5849411 Estrangeiro: JULIO ESTEBAN CARPIO DIAZ Passaporte: 5615612 Estrangeiro: KALIYAPERUMAL KALIYAMOORTHY Passaporte: K2727106 Estrangeiro: KAREN ALEJANDRA SILVA ARANDA Passaporte: P00169397 Estrangeiro: KAREN PAMELA NEGRON BARRIENTOS Passaporte: F15384280 Estrangeiro: KOURSHID BEGUM GOOLAM HOSSEN PHEERUNGGEE Passaporte: 1133417 Estrangeiro: LEIDY MIREYA DELGADO HUERFANO Passaporte: AO416509 Estrangeiro: LEYSLY DALILA MIRANDA GARAY Passaporte: 6932741 Estrangeiro: LUIS JOAQUIM RODRIGUES Passaporte: G6772001 Estrangeiro: LUIS MIGUEL AVILA MAURICIO Passaporte: 6903781 Estrangeiro: MAHABEER SINGH BARTHWAL Passaporte: K6010038 Estrangeiro: MANDAR RATNADEEP KINALEKAR Passaporte: M7464867 Estrangeiro: MARCELA ALEJANDRA AQUINO VACAFLOR Passaporte: AAB858585 Estrangeiro: MARIA CORNEJO MOLINA Passaporte: AAH286575 Estrangeiro: MARIA GARCIA APARICIO Passaporte: XDB051552 Estrangeiro: MAX JHONDER LAZARO ULLOA Passaporte: 6480796 Estrangeiro: MICHAELA RUTH STANWAY Passaporte: 506239537 Estrangeiro: MIGUEL EMILIO GONZÁLEZ RIQUELME Passaporte: P09717744 Estrangeiro: MURUGANANDAM PERIYASAMY Passaporte: J2909165 Estrangeiro: MURUGARAJ ARUMUGAM Passaporte: J4161793 Estrangeiro: NAGARAJ MOORTHY Passaporte: G5553311 Estrangeiro: NAHIR EUGENIA ROJAS VARGAS Passaporte: 112635396; Processo: 47039007649201653 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NAVEEN KULAVATTATHIL JOSE Passaporte: J1495185 Estrangeiro: NAYIBE BARACALDO RODRIGUEZ Passaporte: AR579405 Estrangeiro: NICOLE WAGNER Passaporte: C4FGLNMN7 Estrangeiro: NINO MATHEW Passaporte: G8392534 Estrangeiro: OXFORD ERNEST DIAS Passaporte: G1380619 Estrangeiro: PABLO ALEJANDRO VILLALOBOS Passaporte: AAA939116 Estrangeiro: PABLO EDGARDO VILLENAS MAYORAL Passaporte: 16.200.693-2 Estrangeiro: PASCOAL REBELLO Passaporte: H1244152 Estrangeiro: PAULO CESAR DIAZ VALDEZ Passaporte: 6871078 Estrangeiro: PETER CASTANHA Passaporte: G2829672 Estrangeiro: RAJASHEKAR BAKKURI Passaporte: L7829930 Estrangeiro: RAVEENDHAR PRAKASAM Passaporte: J2284434 Estrangeiro: REINALDO LOPEZ MARTINEZ Passaporte: 5794812 Estrangeiro: RICHARD JAVIER CHUQUISACA HUAMAN Passaporte: 5804784 Estrangeiro: ROBERTO CARLOS CAJUSOL FARROÑAN Passaporte: 6317373 Estrangeiro: RODRIGO REYES MENDEZ Passaporte: 000153397 Estrangeiro: SAIF RAZAK MEMON Passaporte: K1754804 Estrangeiro: SEBASTIAN RICHARD FERNANDES Passaporte: G6374508 Estrangeiro: SEGUNDO PABLO ZAVALETA LOPEZ Passaporte: 6903652 Estrangeiro: SELWIN JOAQUIM DIAS Passaporte: H0883744; Processo: 47039007651201622 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SICANO FERNANDES Passaporte: K1751367 Estrangeiro: STANLEY THEREZA Passaporte: K4081408 Estrangeiro: SUBRAHMANYA Passaporte: H5432624 Estrangeiro: TEJPAL RAMA RATHOD Passaporte: M0263296 Estrangeiro: ULRICH ALBERT MERTSCH Passaporte: C7W2T5CGY Estrangeiro: VALERI PEDRO JIMENEZ ARIAS Passaporte: 6576411 Estrangeiro: VALROY FERNANDES Passaporte: J3871760 Estrangeiro: VISHWASRAO ULHAS DESSAI Passaporte: J2137401 Estrangeiro: VIVIANA ELIZABETH PONCE CASTILLO Passaporte: 4342886 Estrangeiro: WILSON GIOVANNY GAVIRIA SANDOVAL Passaporte: PE132729; Processo: 47039007652201677 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEX LUIS DAVALOS CENTURION Passaporte: 6696537 Estrangeiro: ANDREEA CRISTINA SILAGHI Passaporte: 051869961 Estrangeiro: ANIL KUMAR Passaporte: K0307860 Estrangeiro: ASHLEY CORINO DSOUZA Passaporte: J8895639 Estrangeiro: ASHOK BABU KASTURI Passaporte: J5662035 Estrangeiro: ASHVINO GOMES Passaporte: G5254148 Estrangeiro: CARLOS ALBERTO SAGASTEGUI CRUZ Passaporte: 6160959 Estrangeiro: CLAUDIA PATRICIA MENDEZ RAMIREZ Passaporte: G05973835 Estrangeiro: GOPINATH RAJENDRAN Passaporte: H4589019 Estrangeiro: JAGADISH PAI KARKALA Passaporte: M9422093 Estrangeiro: MADHUSUDAN RAO SUNKAPAKA Passaporte: L4079091 Estrangeiro: MAFALDA ISABEL TORRES PAULA FRANCO Passaporte: P260749 Estrangeiro: MARI MUTHU CHELLADURAI Passaporte: K3015531 Estrangeiro: NATACHA VALDES DE LA VEGA Passaporte: AO834754 Estrangeiro: RISTO SISIC Passaporte: R73GH4724 Estrangeiro: STANLEY DIAS Passaporte: Z3431531 Estrangeiro: THEODORA TOLIOU Passaporte: AN1450286 Estrangeiro: TONY FRANCIS CARVALHO Passaporte: K1910968 Estrangeiro: VIKRANT EKNATH VAIGANKAR Passaporte: G5254582 Estrangeiro: VLADIMIR VOJINOVIC Passaporte: G81AU2049; Processo: 47039007653201611 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALFONSO GARZON CUBILLOS Passaporte: AS481244 Estrangeiro: ANA VINUESA MONTERO Passaporte: PAA438540 Estrangeiro: BHUPESH KUMAR Passaporte: J5042232 Estrangeiro: CAROLINE GRACE MOSTACERO LAHURA Passaporte: 6238778 Estrangeiro: CLITTUS YESUDHASAN Passaporte: K6273164 Estrangeiro: DAMIAO DCRUZ Passaporte: Z2720924 Estrangeiro: DIANA PAULA ARAUJO SANTOS Passaporte: P112854 Estrangeiro: EDGAR HELBERT SALCEDO CABANILLAS Passaporte: 6002995 Estrangeiro: GREGORY SIMON FERNANDES Passaporte: K4084452 Estrangeiro: JOHN OLITO MENDES Passaporte: J1113372 Estrangeiro: JOSE CARLOS RIVASPLATA LA TORRE Passaporte: 116034302 Estrangeiro: JUNIOR LLACSAGUACHE ALVARADO Passaporte: 6079086 Estrangeiro: KAYNE JESUS VAZ Passaporte: J2137477 Estrangeiro: MIHAI HEFNER Passaporte: 052794918 Estrangeiro: OMAR OSWALD SILES DE LA CRUZ Passaporte: L00833127 Estrangeiro: PABLO LUIS ANTONIO ESTEVEZ Passaporte: AAA749273 Estrangeiro: PANKAJ MANSING SHINDE Passaporte: M6291415 Estrangeiro: PRATHMESH DATTATRAY NAIK Passaporte: K4821087 Estrangeiro: RAFAEL JAPAY SILVESTRE Passaporte: PN0049199 Estrangeiro: SERGIO YANIL MURILLO ALFARO Passaporte: E412597; Processo: 47039007654201666 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANIL KOYITHURUTHEL THOMAS Passaporte: G9409565 Estrangeiro: CRISTINA MANGAS TIRADO Passaporte: PAC203102 Estrangeiro: ELIAS LOPEZ BACA Passaporte: 6805677 Estrangeiro: ENRIQUE ARNOLDO DUARTE RAMIREZ Passaporte: AO141783 Estrangeiro: HECTOR JESUS CACERES SEVILLA Passaporte: 6462909 Estrangeiro: JOCELYNE DEL CARMEN BERRIOS SALINAS Passaporte: P00986516 Estrangeiro: LEANDRO FERNANDEZ SEDE Passaporte: AAA230133 Estrangeiro: SIDDESHWAR MUNAGAPATI Passaporte: H7054319 Estrangeiro: SIVAKUMAR PATCHAIMUTHU Passaporte: H1261074 Estrangeiro: WILSON DARIO LONDONO JAIMES Passaporte: PE110051.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 47041004863201617 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Vitaliy Voloshyn Passaporte: EK520934; Processo: 47041005019201603 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: kaspars luters Passaporte: LV4269280; Processo: 47041005020201620 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZELJKO TIJAN Passaporte: 003840130; Processo: 47041005056201611 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: até 20/11/2017 Estrangeiro: Joshbir Singh Passaporte: Z3096698 Estrangeiro: Lalmohan Diasi Passaporte: J1021464 Estrangeiro: Mykannan Ottakattilparambil Chakrapani Passaporte: G8294276 Estrangeiro: Prakash Murugesan Passaporte: J1950905 Estrangeiro: Rajesh Arunbhai Shah Passaporte: Z2336240; Processo: 47041005060201671 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 28/05/2017 Estrangeiro: Elroy Nazareth Sebastian Afonso Passaporte: Z3435202 Estrangeiro: Shaji Kunjikrishnan Passaporte: H9114757 Estrangeiro: Vijay Vyas Passaporte: M6872463; Processo: 47041005117201632 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BUDIYUNIOR RAMADHAN Passaporte: A 6340396 Estrangeiro: DEDI SALFAZRI Passaporte: B 1811038 Estrangeiro: MUHAMMAD GUNAWAN PRASETYO Passaporte: A 4405258 Estrangeiro: MUHAMMAD ISA Passaporte: B 1983558 Estrangeiro: MULYADI BIN AMRULLAH Passaporte: A 4205363 Estrangeiro: SALAMUN HUTAHAEAN Passaporte: A 4205091; Processo: 47041005119201621 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDI FEBRIYANTO Passaporte: B 2265133 Estrangeiro: ANDIKA Passaporte: A 2648587 Estrangeiro: IAN PIMPINAN LUBIS Passaporte: A 9275552 Estrangeiro: IMAM BUDIMAN SYAFRI ADNAN Passaporte: A 5163630 Estrangeiro: INDRA IRAWAN Passaporte: A 5140118 Estrangeiro: PRI WAHYUDI Passaporte: A 5435812; Processo: 47041005121201609 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER BASA DEADIO Passaporte: EB7949228 Estrangeiro: CARLOS VINCENT III KHO Passaporte: EC5864216 Estrangeiro: DANILO CANETE CANOY Passaporte: EC6449507 Estrangeiro: ISRAEL DIANON LEYSON Passaporte: EC6444283 Estrangeiro: JOHN KING HERALDS RATUNG Passaporte: A 7024591 Estrangeiro: JOSE ILAGAN DIATA Passaporte: EC4130240 Estrangeiro: LAURENCE CHARLES FARQUHAR Passaporte: 210909035 Estrangeiro: NGUGUG ANAK TOYOG Passaporte: K33536460 Estrangeiro: OMAR BOY WATTIMENA Passaporte: B 2850582 Estrangeiro: ZULKARNAINI YUSUF Passaporte: A 2668416; Processo: 47041005122201645 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDIK CAHYONO Passaporte: A 5848399 Estrangeiro: BAMBANG IRWANTO Passaporte: A 7922697 Estrangeiro: EDI MURYANTO Passaporte: B 1716771 Estrangeiro: EKA INSYANI FAHNI Passaporte: B 2091068 Estrangeiro: JIMMI Passaporte: A 5209130 Estrangeiro: SARJONO Passaporte: A 3471946; Processo: 47041005148201693 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRIAN HENRY ELEY Passaporte: 513731766 Estrangeiro: DANIEL WILLIAM ALLAN CHINN Passaporte: 533961885 Estrangeiro: DONALD JOHN NICHOLSON Passaporte: 518403250 Estrangeiro: IAIN FRANCIS MACAULAY Passaporte: 099195875 Estrangeiro: JAMES PURVIS Passaporte: 465545097 Estrangeiro: LUKE KRISTOFER RUST Passaporte: 511498708 Estrangeiro: MARK FREDERICK DUDLEY Passaporte: 512813675 Estrangeiro: ROBERT HENRY SNADDON Passaporte: 510988644 Estrangeiro: RORY PETER MACNAB Passaporte: 526287906 Estrangeiro: SUPARDI Passaporte: B 0115970; Processo: 47041005149201638 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALWAN YASRI KOIRU MAHYUDIN Passaporte: B 1234400 Estrangeiro: BABY SANOY CORTES Passaporte: EC1122443 Estrangeiro: DALE CROCKETT Passaporte: 534611310 Estrangeiro: DAVID JAMES LAWRENCE STYLES Passaporte: 099181862 Estrangeiro: GRZEGORZ MARCIN GREZLIKOWSKI Passaporte: EA 0883014 Estrangeiro: HASAN AZHARI Passaporte: B 3437190 Estrangeiro: JOSEPH COSGROVE Passaporte: 403171993 Estrangeiro: MOKSIN ANAK NAWEK Passaporte: K27537920 Estrangeiro: MUHAMMAD AKHYAR BIN YUHYI ABRA Passaporte: B 4599922 Estrangeiro: MUKHTARUDDIN BIN ABDULLAH Passaporte: A 4039776 Estrangeiro: SAIFUL BAHRI Passaporte: B 4679451; Processo: 47041005156201630 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER WILLIAM PURCELL Passaporte: 512608640 Estrangeiro: AMISTEN MANIK Passaporte: A 6346552 Estrangeiro: DAVID MACKENZIE Passaporte: 511029986 Estrangeiro: ERIC CHRISTOPHER HOFFMAN Passaporte: 532030255 Estrangeiro: EUAN JAMES COOPER Passaporte: 537222094 Estrangeiro: JAMES EDWARD KERRY Passaporte: 210268640 Estrangeiro: KRZYSZTOF CYDEJKO Passaporte: EK 0524144 Estrangeiro: MIKAEL BO TORSTEN ENGSTROEM Passaporte: 90452653 Estrangeiro: NICLAS OSCAR FREDRIK SOEDERTROEM Passaporte: 86970442 Estrangeiro: ROSS LEASK Passaporte: 801329007 Estrangeiro: TERRY MCGUINESS Passaporte: 520794300; Processo: 47041005155201695 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 01/07/2017 Estrangeiro: CRAIG RUSSELL JAMES Passaporte: 099040598 Estrangeiro: YOAN ANTHONY MARC DUFEIL Passaporte: 15FV26380; Processo: 47041005168201664 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SER-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016091400056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN DREY NABONG MC CREARY Passaporte: EC2779581; Processo: 47041005208201678 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WAYNE ASUNCION BALBOA Passaporte: EC5843360; Processo: 47041005209201612 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GEOFFREY ANUNCIADO BAUTISTA Passaporte: EC8395554 Estrangeiro: JAMES ANTHONY POTTS Passaporte: 510967063 Estrangeiro: PAUL MICHAEL HENDERSON Passaporte: 403107934; Processo: 47041005214201625 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 13/03/2017 Estrangeiro: ARUN JOTHILINGAM Passaporte: Z2390670 Estrangeiro: BRANDON RAY WARD Passaporte: 464267240 Estrangeiro: BRETT MICHAEL HOLLIS Passaporte: 497543246 Estrangeiro: DANIEL PARIR FRANCIS Passaporte: K36921894 Estrangeiro: ERIC WAN JOHN Passaporte: K37313435 Estrangeiro: HENRY ANAK JULIN Passaporte: K37079580 Estrangeiro: SERGII URUM Passaporte: ES134740; Processo: 47041005215201670 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Harpreet Singh Passaporte: N6978868 Estrangeiro: Suresh Kumar Magotra Passaporte: J5894188; Processo: 47041005216201614 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dexter Gujilde Cuabo Passaporte: EC2006656; Processo: 47041005221201627 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 25/05/2017 Estrangeiro: Angelito Dimapasoc Panopio Passaporte: EC0624961 Estrangeiro: Carl Warren Hibaya Albina Passaporte: EB9880001 Estrangeiro: Catalin Scutaru Passaporte: 053237810 Estrangeiro: Cosmin Valentin Rebegea Passaporte: 051994088 Estrangeiro: Daniel Grigore Passaporte: 053986076 Estrangeiro: Denis Fernandez Peñaranda Passaporte: EC0122676 Estrangeiro: Edmundo Teofilo Valencerina Ramos Passaporte: EB7914054 Estrangeiro: Giampietro Antonio Passaporte: AA0572573 Estrangeiro: Ion Stanca Passaporte: 052831031 Estrangeiro: Jan Fiel Incio Raymaro Passaporte: EB5621454 Estrangeiro: Leonardo Di Fresco Passaporte: AA5037023 Estrangeiro: Nicola Caragiulo Passaporte: AA2022126 Estrangeiro: Ottavio Ungaro Passaporte: AA6087405 Estrangeiro: Pasquale Panarosa Passaporte: YA2174121 Estrangeiro: Paul Vincent Bacala Compra Passaporte: EB9363970 Estrangeiro: Radu Adam Passaporte: 053633837 Estrangeiro: Sorin Bratulescu Passaporte: 052933779 Estrangeiro: Tudor Dimienescu Passaporte: 14669218 Estrangeiro: Vincent Elfred Elorde Pevida Passaporte: EB8252026; Processo: 47041005220201682 Empresa: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA - ME Prazo: até 16/12/2017 Estrangeiro: Thuya Zaw Passaporte: MA643667; Processo: 47041005222201671 Empresa: TEEKAY PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Lynn Rebecca Mork Passaporte: 30972814; Processo: 47041005224201661 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/02/2018 Estrangeiro: Hansraj Singh Passaporte: H3412245; Processo: 47041005228201649 Empresa: TEEKAY PETROJARL PRODUCAO PETROLIFERA DO BRASIL LTDA. Prazo: até 21/01/2018 Estrangeiro: ANETTE URHEIM Passaporte: 26170132; Processo: 47041005229201693 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/07/2018 Estrangeiro: Edwin Romero Lubigan Passaporte: EC8414344 Estrangeiro: Elpidio Jr. Guerra Ballarta Passaporte: EB6475611; Processo: 47041005230201618 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 04/03/2018 Estrangeiro: Arnold Vega Guigue Passaporte: EB7334511; Processo: 47041005231201662 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/11/2017 Estrangeiro: Al Jalbuna Tapican Passaporte: EB8464874; Processo: 47041005232201615 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Julius Philip Yadao Mostoles Passaporte: EC4675127;

Processo: 47041005234201604 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ioannis Manaras Passaporte: AN2514905; Processo: 47041005235201641 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: Amiluddin Bin Amin Passaporte: B2473503; Processo: 47041005237201630 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2017 Estrangeiro: Eutkyn Anthony Pinto Passaporte: L3212463; Processo: 47041005238201684 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 06/07/2018 Estrangeiro: CIPRIAN SUCALA Passaporte: 15370766; Processo: 47041005239201629 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Sergey Ivlev Passaporte: 721479408; Processo: 47041005240201653 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 05/07/2018 Estrangeiro: OEYVIND SYSTAD DIGRANES Passaporte: 27268519; Processo: 47041005241201606 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2017 Estrangeiro: Sudhanshu Shekar Konhar Passaporte: G2162053; Processo: 47041005243201697 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Alexander Krivosheev Passaporte: 722908504; Processo: 47041005242201642 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CIPRIAN ANDREESCU Passaporte: 052676936; Processo: 47041005244201631 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IULIAN HOLBAN Passaporte: 052821090; Processo: 47041005245201686 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/10/2016 Estrangeiro: Emer Salunga Bulus Passaporte: EC8353533; Processo: 47041005246201621 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Anders Hammer Passaporte: 30095690; Processo: 47041005247201675 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2016 Estrangeiro: Analito San Andres Aban Passaporte: EC5869716 Estrangeiro: Ramy Aniversario Lasap Passaporte: EC6050744; Processo: 47041005250201699 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kranti Passaporte: H3796102 Estrangeiro: Nageswararao Dandu Passaporte: H5815005 Estrangeiro: Om Prakash Gupta Passaporte: G8395157 Estrangeiro: Prashant Thaneshwar Bhandari Passaporte: J7733257 Estrangeiro: Sanjeev Kumar Passaporte: H3904331; Processo: 47041005248201610 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/04/2018 Estrangeiro: Evgenii Ivanov Passaporte: 724445023; Processo: 47041005249201664 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alexandros Paliokas Passaporte: AN1687895; Processo: 47041005251201633 Empresa: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: até 31/12/2016 Estrangeiro: GENNARO CIBELLI Passaporte: YA3053817 Estrangeiro: SEBASTIANO ARCIDIACONO Passaporte: AA0104789; Processo: 47041005252201688 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Christian Revsbech Passaporte: 207395933; Processo: 47041005254201677 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MUZAFFAR ALIHUSSEN DOHADWALA Passaporte: E6176280K; Processo: 47041005255201611 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Helge Oeyen Passaporte: 26794781; Processo: 47041005253201622 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Vitaliy Likhach Passaporte: ET401598; Processo: 47041005257201619 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: James Campbell Macleod Passaporte: 403318416; Processo: 47041005259201608 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Seamus Daire Murphy Passaporte: PB3337215; Processo: 47041005261201679 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Arild Solheim Passaporte: 29605476; Processo: 47041005264201611 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Andrzej Adam Klecha Passaporte: AU1391945; Processo: 47041005267201646 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Staale Droenen Passaporte: 29013300; Processo: 47041005276201637 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Petter Lilleeng Passaporte: 28228904; Processo: 47041005278201626 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OSCAR BARTOLOME PEREZ Passaporte: XDB405837; Processo: 47041005280201603 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Narciso Malbas Guias Passaporte: EC6049848; Processo: 47041005279201671 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nils Baadnes Passaporte: 27420716; Processo: 47041005281201640 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Harald Johan Pile Passaporte: 30873743; Processo: 47041005282201694 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Bjoern Atle Tange Kristiansen Passaporte: 29982455; Processo: 47041005284201683 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Rodel Lopez Castillo Passaporte: EC8341199; Processo: 47041005285201628 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/10/2017 Estrangeiro: Cideon Trangia Lauron Passaporte: EC3766460; Processo: 47041005287201617 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Suraj Shivaram Sharma Passaporte: N3897371 Estrangeiro: Vyacheslav Melnyk Passaporte: ER907807; Processo: 47041005288201661 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2018 Estrangeiro: Konstantinos Koustoulis Passaporte: AK1924462 Estrangeiro: Konstantinos Pnevmatikas Passaporte: AN2473658; Processo: 47041005291201685 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTHONY LEONARD BLOFELD Passaporte: 706878139; Processo: 47041005292201620 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Anand Pandurang Sawant Passaporte: Z1727961; Processo: 47041005293201674 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2018 Estrangeiro: Yogesh Singh Karayat Passaporte: J5620572; Processo: 47041005294201619 Empresa: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Devreshgouda Mallangouda Patil Passaporte: Z1732162; Processo: 47041005295201663 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/10/2016 Estrangeiro: Jaime Langusta Peligres Passaporte: EB9167966 Estrangeiro: Nhorwin Dela Roca Caguite Passaporte: EC8083869; Processo: 47041005299201641 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Manjit Singh Passaporte: Z2445331; Processo: 47041005296201616 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Demetrio Jr. Navarro Ladan Passaporte: EC1837183; Processo: 47041005298201605 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/11/2017 Estrangeiro: GEORGIOS KARAKOSTANTAKIS Passaporte: AI2633474 Estrangeiro: Priamos Zannikos Passaporte: AK3498355; Processo: 47041005301201682 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2018 Estrangeiro: Tryfonas Konstantopoulos Passaporte: AM1984329; Processo: 47041005304201616 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Joselito Cuntapay Ragojo Passaporte: EB7338546; Processo: 47041005306201613 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/12/2016 Estrangeiro: John Stephen Caligdong Passaporte: EC2806621; Processo: 47041005308201602 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kirtikumar Ramjibhai Tandel Passaporte: H4763595 Estrangeiro: Pankaj Dhalotra Passaporte: Z2958787 Estrangeiro: Satish Ramchandra Naik Passaporte: Z1726518 Estrangeiro: Vikeekumar Arvindbhai Amaliya Passaporte: K2700535; Processo: 47041005309201649 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/11/2017 Estrangeiro: Gerasimos Kouloumpis Passaporte: AM1350333; Processo: 47041005315201604 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 15/05/2018 Estrangeiro: Ronald Graham Stanton Passaporte: E4111342; Processo: 47041005326201686 Empresa: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SÍLVIO MANUEL MARTINS FERREIRA NEVES Passaporte: M742663; Processo: 47041005327201621 Empresa: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TERRY ALLEN STANLEY Passaporte: PA3850075; Processo: 47041005329201610 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Lemuel Eullone Buaya Passaporte: EB6991450; Processo: 47041005331201699 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Tristan Eugene Gumaro Gula Passaporte: EC0295711; Processo: 47041005332201633 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Harald Mathiassen Passaporte: 30679902; Processo: 47041005334201622 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ricky Paule De Leon Passaporte: EC4492301; Processo: 47041005336201611 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Amador Jr. Perez Robes Passaporte: EC4411731 Estrangeiro: Reynaldo Bengco Nuqui Passaporte: EC0983068; Processo: 47041005352201612 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PETER JAMES ROBERTSHAW Passaporte: 520489421 Estrangeiro: ROBERT TOMASZ BURAK Passaporte: ED 3335755 Estrangeiro: SIMON GEORGE LIVERSIDGE Passaporte: 099196581; Processo: 47041005355201648 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Vladimir Korniychuk Passaporte: 711822895; Processo: 47041005363201694 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DONALD EWEN MORRISON ROSS Passaporte: 520137217 Estrangeiro: FERDI FERDIAN Passaporte: B 4471595 Estrangeiro: MARK JOHN ARLOW Passaporte: 801656837 Estrangeiro: NITMAN HIA Passaporte: A 4336430; Processo: 47041005364201639 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2017 Estrangeiro: JAWAD AL AHMADIEH Passaporte: EJ832300; Processo: 47041005366201628 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 05/07/2018 Estrangeiro: CONSTANTIN DRAGNEA Passaporte: 13677085; Processo: 47041005367201672 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 06/07/2018 Estrangeiro: DAMIAN KARENKIEWICZ Passaporte: EE 0635109; Processo: 47041005369201661 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: até 24/08/2017 Estrangeiro: CEDRIC GABRIEL PINARD Passaporte: 09PL61199; Processo: 47041005377201616 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/03/2017 Estrangeiro: Alcyn Calapiz Ganade Passaporte: EC6593797 Estrangeiro: Dick II Soro Romarate Passaporte: EB7456072 Estrangeiro: Dmytro Ieroshin Passaporte: FB903406 Estrangeiro: Fidel Jardinico Belo Passaporte: EC4389462 Estrangeiro: Jose Roel Adoracion Gallego Passaporte: EB7745885 Estrangeiro: Rolando Capangpangan Sajol Passaporte: EC7980919 Estrangeiro: Ryan Solares Azansa Passaporte: EC0066632; Processo: 47041005379201605 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LAZAROS KOSTALAS Passaporte: AK4063753; Processo: 47041005378201652 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Christopher Buenaflor Secula Passaporte: EC7750334; Processo: 47041005380201621 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/12/2017 Estrangeiro: Dmytro Shchetyna Passaporte: FA029698; Processo: 47041005381201676 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: até 04/09/2017 Estrangeiro: Wawan Witarsa Passaporte: B4745003; Processo: 47041005383201665 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 04/03/2018 Estrangeiro: Rhett Magno Luena Passaporte: EC1356270; Processo: 47041005385201654 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2017 Estrangeiro: WOUTER JACQUES I. TAVERNIER Passaporte: EM288179.

Temporário - Sem Contrato - RN 79 - Resolução Normativa, de 12/08/2008:

Processo: 47039007459201636 Empresa: VALE S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JONINGUE JOAQUIM MARCOS Passaporte: 10AA68217.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 47039007595201626 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIA DEL PILAR CABEZAS CHAPARRO Passaporte: AP080835; Processo: 47039007158201611 Empresa: DANFOSS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LOUIS MUELLER Passaporte: C5K7GRTN4; Processo: 47039007288201645 Empresa: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATIAS DANIEL SALTO Passaporte: AAC557123; Processo: 47039007494201655 Empresa: RECOFARMA INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Walewska Irene Miguel Hernandez Passaporte: 058715712; Processo: 47039007500201674 Empresa: LABORATORIOS PFIZER LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sergio Herman Medina Passaporte: AAA479111; Processo: 47039007605201623 Empresa: BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BENTHE ANNE LEFERINK Passaporte: NM5J96891.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 47039007606201678 Empresa: MEGAMINI PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AGUSTIN URRUTIA MARQUEZ Passaporte: C878805 Valor Total do Evento (R$): 53790.00; Estrangeiro: DOMINGO FEDERICO MI-

EXEMPLAR DE ASSINANTE VEDADA A VENDA

LESI BACQUÉ Passaporte: C708966; Estrangeiro: JIMENA RAQUEL CORREA CIEJANOWIECKI Passaporte: C573688; Estrangeiro: LAURA GIMENA BAEZ CASURIAGA Passaporte: C883006; Estrangeiro: LEONARDO ANDRÉS NODA AMESTOY Passaporte: C584900; Estrangeiro: LUCIA NATALIA ETCHEVERRY MENDEZ Passaporte: 04.590.179-2; Estrangeiro: LUCIA VERÓNICA TRENTINI MONZA Passaporte: C571933; Estrangeiro: VIRGINIA ANALIA PEREZ IGLESIAS Passaporte: C709101; Processo: 47039007336201603 Empresa: LU ARAUJO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: KHADIMOU RASSOUL MBAYE Passaporte: A00855881 Valor Total do Evento (R$): 8000.00 Estrangeiro: Mamadou Moustapha Lo Passaporte: A01662607 Estrangeiro: Wilfrid Ambroise Zinsou Passaporte: B0505812; Processo: 47039007477201618 Empresa: MORE MUSIC LIVE EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: PEYMAN FARAHANI Passaporte: 250056972 Valor Total do Evento (R$): 77440.00 Estrangeiro: TASSILO IPPENBERGER Passaporte: C3J2001ZR Estrangeiro: THOMAS BENEDIX Passaporte: C3J379Z7L; Processo: 47039007480201631 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ASHER SWISSA Passaporte: 29016034 Valor Total do Evento (R$): 18000.00; Processo: 47039007481201686 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BOBAN LAZOVSKI Passaporte: C0091748 Valor Total do Evento (R$): 6000.00; Processo: 47039007482201621 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DOV DAGAN Passaporte: 29010306 Valor Total do Evento (R$): 6000.00; Processo: 47039007483201675 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SIRKO WOTANOWSKI Passaporte: COL51GC8L Valor Total do Evento (R$): 6000.00 Estrangeiro: STEPHAN WOTANOWSKI Passaporte: COL5X5MXX; Processo: 47039007498201633 Empresa: MORE MUSIC LIVE EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DEAN STRATTEN Passaporte: 099081082 Valor Total do Evento (R$): 70400.00 Estrangeiro: DIEGO EZEQUIEL ROMERO Passaporte: AAA596359 Estrangeiro: STEPHEN CRAIG LAWLER Passaporte: 099202702; Processo: 47039007544201602 Empresa: PENSAMENTO TROPICAL SERVICOS LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ayse Pinar Orhon Passaporte: U06118964 Valor Total do Evento (R$): 15750.00 Estrangeiro: Emmanuelle Marie Thann Loan Huynh Passaporte: 10AI49003; Processo: 47039007547201638 Empresa: INSTITUTO CULTURAL FILARMONICA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Carlos Miguel Prieto Prieto Passaporte: G15220083 Valor Total do Evento (R$): 41914.60; Processo: 47039007576201608 Empresa: MARCOS PAULO BAPTISTA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALAN MICHAEL CASSIDY Passaporte: 483772135 Valor Total do Evento (R$): 17400.00 Estrangeiro: BRANDON CHRISTOPHER ELLIS Passaporte: 446646352 Estrangeiro: BRENT LOUIS BEBRICH Passaporte: 498488898 Estrangeiro: BRIAN GARRETT ESCHBACH Passaporte: 488169962 Estrangeiro: BRYAN MICHAEL LAFFIN Passaporte: 221110226 Estrangeiro: DAVID BRETT HART Passaporte: 546284117 Estrangeiro: HENRICUS JOHANNES MARIA DE HAAS Passaporte: BMDL79KL6 Estrangeiro: MARSHALL PAUL WIECZOREK Passaporte: 471888344 Estrangeiro: MAXWELL JAMES LAVELLE Passaporte: 483721486 Estrangeiro: ROBERT ALAN JARZOMBEK Passaporte: 460934870 Estrangeiro: ROBERT ANTHONY DE LUCA Passaporte: 464985338 Estrangeiro: SEBASTIAN PHILIP BIERK Passaporte: 460934869 Estrangeiro: SUZANNE LE BIERK Passaporte: 552606515 Estrangeiro: TREVOR SCOTT STRNAD Passaporte: 488169961; Processo: 47039007575201655 Empresa: REC - BEAT DISCOS E PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER JAMES CHAPLIN Passaporte: 523593645 Valor Total do Evento (R$): 3000.00 Estrangeiro: HANS-JOACHIM ROEDELIUS Passaporte: C4VW2MGV7; Processo: 47039007566201664 Empresa: TWR GRAVADORA, EDITORA E PROMOTORA DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: RUBEN MAZAHARUDDIN KHAZA Passaporte: EN984772 Valor Total do Evento (R$): 3220.00; Processo: 47039007567201617 Empresa: TWR GRAVADORA, EDITORA E PROMOTORA DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: STEVEN GUAQUIN BRAET Passaporte: EM985766 Valor Total do Evento (R$): 3220.00; Processo: 47039007583201600 Empresa: PAIDEIA ASSOCIACAO CULTURAL Prazo: 1 Mês(es) Estrangeiro: Elif Temuçin Uyaniksoy Passaporte: U 09909044 Valor Total do Evento (R$): 12000.00 Estrangeiro: Erkan Uyaniksoy Passaporte: U 07738100 Estrangeiro: Firuze Engin Passaporte: U 05357029; Processo: 47039007589201679 Empresa: MORE MUSIC LIVE EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ELIO RISO Passaporte: AAB788704 Valor Total do Evento (R$): 17600.00; Processo: 47039007594201681 Empresa: MORE MUSIC LIVE EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANITA FERNANDEZ Passaporte: 545765827 Valor Total do Evento (R$): 8800.00 Estrangeiro: CRISTOFOR FERNANDEZ NEIRA Passaporte: PAA149796; Processo: 47039007593201637 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AARON JUSTIN BRODERICK Passaporte: 505440280 Valor Total do Evento (R$): 955800.00 Estrangeiro: CYNTHIA LAM SMALL Passaporte: 434323044; Processo: 47039007599201612 Empresa: MIZRACH COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: KOKO MAMADOU DEMBELE Passaporte: B0690643 Valor Total do Evento (R$): 4800.00 Estrangeiro: RAFAEL LIMA COSTA Passaporte: 99979306342; Processo: 47039007601201645 Empresa: MORE MUSIC LIVE EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALESSANDRO BIANCHI Passaporte: AA4483894 Valor Total do Evento (R$): 8800.00; Processo: 47039007655201619 Empresa: DIOGO ANDRADE TELES Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: RONALD GARY ROTHFIELD Passaporte: E4010938 Valor Total do Evento (R$): 110000.00; Processo: 47039007659201699 Empresa: ASSOCIACAO PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES COM CANCER - TUCCA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BRYAN JOSEPH FARINA Passaporte: 505936937 Valor Total do Evento (R$): 58365.00 Estrangeiro: CLARK WILLIAM SOMMERS Passaporte: 506173565 Estrangeiro: JOHN THOMAS MC LEAN Passaporte: 467656198 Estrangeiro: KENDRICK ALLEN DE WITT SCOTT Passaporte: 483845532 Estrangeiro: KURT AUGUST ELLING Passaporte: 530746874 Estrangeiro: STUART JAMES MINDEMAN Passaporte: 519204703; Processo: 47039007663201657 Empresa: ZUFFA EVENTOS ESPORTIVOS BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JACQUES MICHAEL HINKLE Passaporte: 475665428 Valor Total do Evento (R$): 2185500.00 Estrangeiro: KIRK DUANE HENDRICK Passaporte: 462094066 Estrangeiro: MALACHY TORMEY FRIEDMAN Passaporte: 458969275; Processo: 47039007668201680 Empresa: ASSOCIACAO SOCIEDADE DE CULTURA ARTISTICA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AMBROS BOESCH Passaporte: X4661955 Valor Total do Evento (R$): 424600.00 Estrangeiro: AMELIE FIBICHER Passaporte: X2808997 Estrangeiro: ANTON HERMANN MICHAEL ADAM Passaporte: X2572369 Estrangeiro: SARAH LOUISE BRUCE Passaporte: 307367689 Estrangeiro: TOMAS RAMON BARRACHINA GALLART Passaporte: XDC441097; Processo: 47039007666201691 Empresa: LARISSA CORREIA 12391507763 Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ULLI TIMO HAMMANN Passaporte: C21GZNHCK Valor Total do Evento (R$): 3270.00; Processo: 47039007671201601 Empresa: QUEREMOS PRODUCOES ARTISTICAS E DIGITAIS S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DAVID JUDE JOLICOEUR Passaporte: 481815272 Valor Total do Evento (R$): 57600.00 Estrangeiro: KELVIN MERCER Passaporte: 483727483 Estrangeiro: MICHELLE RUBIO Passaporte: 447617634 Estrangeiro: VINCENT LAMONT MASON Passaporte: 488158279.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039007433201698 Empresa: XGMA PARTICIPACOES, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: QI WANG Passaporte: G24317448; Processo: 47039007533201614 Empresa: PARKER URBANISMO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CARL-FREDRIK LYMAN ERIK FIGGE LINDNER Passaporte: 89035284; Processo: 47039007543201650 Empresa: HITACHI HIGH-TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TAKUEI NOGUCHI Passaporte: TH9419085; Processo: 47039007610201636 Empresa: CHARLTON SHAW AGIL CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: Shaun Fitzgerald Henry Passaporte: 511386164; Processo: 47039007647201664 Empresa: NEOMOBILE DO BRASIL - TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: STEFANO BOVOLI Passaporte: YA6998782.

Permanente - Sem Contrato - RN 118 - Resolução Normativa, de 02/12/2015 (Artigo 2º):

Processo: 47039006721201625 Empresa: JC AVIAMENTOS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LANJUAN CHENG Passaporte: E14219022.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Temporário - Com Contrato - RN 99. - Prorrogação - Admitida uma única vez, se prazo inicial for inferior a 2 anos. - Prorrogação:

Processo: 47041003445201602 Empresa: BOM NEGOCIO ATIVIDADES DE INTERNET LTDA Prazo: até 31/12/2016 Estrangeiro: HULDA SOFIE ZWILGMEYER HAUGEN Passaporte: 26000182; Processo: 47041003807201657 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUCA CASTINO Passaporte: YA8434601.

Temporário - Com Contrato - RN 98. - Prorrogação:

Processo: 47041005335201677 Empresa: COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016 Prazo: até 31/12/2017 Estrangeiro: Frederick Robert Henry Howard Brunt Passaporte: 510540699.

Temporário - Sem Contrato - RN 72. - Prorrogação:

Processo: 47041004195201610 Empresa: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 03/02/2018 Estrangeiro: WAYNMON DEMOND STEED Passaporte: 509649504; Processo: 47041004358201664 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 02/06/2018 Estrangeiro: Vadims Ziborkins Passaporte: LV4100614; Processo: 47041004418201649 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 02/06/2018 Estrangeiro: Anatoliy Udovenko Passaporte: CD079414; Processo: 47041004449201608 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/09/2018 Estrangeiro: Lourence Manlukot Duran Passaporte: EC3923652; Processo: 47041004589201678 Empresa: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: até 27/11/2018 Estrangeiro: FRANCISCO AUGUSTO VENTURA LOPES OLEASTRO Passaporte: M00068955; Processo: 47041004783201653 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: até 24/02/2018 Estrangeiro: VIKTOR LYUBARETS Passaporte: EX076167; Processo: 47041004896201659 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 14/07/2017 Estrangeiro: ERIK HALD ANDERSEN Passaporte: 204077072; Processo: 47041004903201612 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2018 Estrangeiro: Medeben Bito-On Serilla Passaporte: EB8587071; Processo: 47041004904201667 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2018 Estrangeiro: Michael Arce Rosel Passaporte: EC4547225; Processo: 47041004905201610 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: até 31/10/2018 Estrangeiro: Brian Alistair Beaton Passaporte: 511213174; Processo: 47041004948201697 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/02/2018 Estrangeiro: GLYN SILCOCK Passaporte: 510737325; Processo: 47041004990201616 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2018 Estrangeiro: Calvin Camilo Pabalay Passaporte: EB9915709; Processo: 47041005016201661 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 27/11/2016 Estrangeiro: SHERIF MOHAMED ALY HASSANEIN Passaporte: A06965702; Processo: 47041005017201614 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 27/11/2016 Estrangeiro: Ahmed Elshafey Abdelaal Elshafey Passaporte: A06670993; Processo: 47041005021201674 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 21/03/2018 Estrangeiro: Wendell Todd Cook Passaporte: 490766920; Processo: 47041005025201652 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 27/11/2016 Estrangeiro: Ahmed Mohamed Abdelaziz Elsayed Passaporte: A08180216; Processo: 47041005026201605 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 27/11/2016 Estrangeiro: Tamer Ahmed Abdelaziz Azmy Passaporte: A16448454; Processo: 47041005033201607 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 27/11/2016 Estrangeiro: Youssef Mohamed Mohamed Hamoud Passaporte: A02522283; Processo: 47041005047201612 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: até 03/10/2018 Estrangeiro: SAMSON DALE CHERAMIE Passaporte: 465626304; Processo: 47041005048201667 Empresa: M&S CERNAMBI SUL OPERACAO LTDA Prazo: até 17/09/2018 Estrangeiro: JAKOBUS BROXHAM Passaporte: M00078192; Processo: 47041005085201675 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Jeffrey Zuiddam Passaporte: NR7BJP9K1; Processo: 47041005095201619 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 25/05/2017 Estrangeiro: Gir Alam Passaporte: H0751529; Processo: 47041005097201608 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: até 04/09/2017 Estrangeiro: Andro Vukovic Passaporte: 003627728; Processo: 47041005098201644 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: até 04/09/2017 Estrangeiro: Bruno Vidak Passaporte: 042824691; Processo: 47041005099201699 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: até 04/09/2017 Estrangeiro: Sergiy Sushchov Passaporte: 30609372; Processo: 47041005100201685 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: até 04/09/2017 Estrangeiro: Toni Janes Passaporte: 010671555; Processo: 47041005124201634 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Anna Elizabeth Annelieke Van Der Swaluw Jansen Passaporte: NY06R3K38; Processo: 47041005126201623 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Johannes Stephanus Lucardie Passaporte: BU2JFFD74; Processo: 47041005125201689 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 27/05/2018 Estrangeiro: JEAN LUC DEL BEN Passaporte: 14DR97242; Processo: 47041005127201678 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Jan Ray Aguinid Passaporte: EC0565481; Processo: 47041005128201612 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Tjomme Reinsma Passaporte: BE06H1CL0; Processo: 47041005129201667 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Francis Pineda Bolivar Passaporte: EC1386563; Processo: 47041005131201636 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Dirk van der Plas Passaporte: BNK060JP2; Processo: 47041005132201681 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Wilhelmus Gerardus Maria Trouwen Passaporte: NW0F3K742; Processo: 47041005134201670 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Carymar Jimeno Bisnar Passaporte: EC0670801; Processo: 47041005133201625 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Retze Willem Talsma Passaporte: BT48R34L9; Processo: 47041005135201614 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Johannes Cornelis Mos Passaporte: BVJ90RRR9; Processo: 47041005136201669 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Myke van Werkhoven Passaporte: BVL5C0F07; Processo: 47041005138201658 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Jose Ignacio Medina Martinez Passaporte: BMJPH7157; Processo: 47041005137201611 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Nilfred Dayuday Ausan Passaporte: EC2911437; Processo: 47041005139201601 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Willem Jacob Teekman Passaporte: NU1P482J8; Processo: 47041005140201627 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Roy Posadas Cacho Passaporte: EC0340842; Processo: 47041005141201671 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Marcel Richard Meupelenberg Passaporte: NXRC0RRH8; Processo: 47041005142201616 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Apolinar Caballero Guara Passaporte: EB8895881; Processo: 47041005144201613 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Harry Jumalon Arcay Passaporte: EC2274076; Processo: 47041005159201673 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Oleksandr Benkov Passaporte: EP638077; Processo: 47041005161201642 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Jan Hendrik op den Velde Passaporte: NW1CF2LK6; Processo: 47041005162201697 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 23/01/2018 Estrangeiro: Orlando Asuncion Unida Passaporte: EC1039604; Processo: 47041005195201637 Empresa: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 27/07/2018 Estrangeiro: WADE BRENT GUICE Passaporte: 453657140; Processo: 47041005196201681 Empresa: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: até 15/07/2018 Estrangeiro: FLORINDO ABRAÃO GONÇALVES VIEIRA Passaporte: N174961; Processo: 47041005218201611 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: até 04/09/2017 Estrangeiro: Tonci Kalinic Passaporte: 048050161; Processo: 47041005233201651 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 08/12/2017 Estrangeiro: Maarten Mostert Passaporte: BF0B1L2L0.

Temporário - Sem Contrato - RN 61. - Prorrogação:

Processo: 47041004488201605 Empresa: INTERNATIONAL LOGGING DO BRASIL LTDA. Prazo: até 07/08/2017 Estrangeiro: CARLOS FELIPE AMBROSIO DEL ANGEL Passaporte: 07150012487; Processo: 47041004921201602 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ELIO PORTA Passaporte: YA3466111; Processo: 47041005052201625 Empresa: PORTSIDE CONSTRUCOES LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: REN WEI Passaporte: E11156728; Processo: 47041005123201690 Empresa: PETRODIN SERVICOS MARITIMOS E PETROLEO LTDA - ME Prazo: até 31/12/2017 Estrangeiro: PATRICK JEAN FLORIAN LATOUCHE Passaporte: 15FV28861; Processo: 47041005213201681 Empresa: BANCO BTG PACTUAL S.A. Prazo: até 21/10/2017 Estrangeiro: PETER DEREK STEPHEN DENNIS Passaporte: PT6865353; Processo: 47041005210201647 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHANG HWAN YEO Passaporte: M65188419; Processo: 47041005211201691 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAL SOO YANG Passaporte: M16689049; Processo: 47041005212201636 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOONKOO KIM Passaporte: M71178855; Processo: 47041005225201613 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: até 07/03/2017 Estrangeiro: RENATO FORTIN ORGANO Passaporte: EB6528832; Processo: 47041005227201602 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: até 07/03/2017 Estrangeiro: VISHNU BABAJI KUDTARKAR Passaporte: Z3249510; Processo: 47041005236201695 Empresa: FIVE STAR MINERACAO LTDA. Prazo: até 08/11/2017 Estrangeiro: MANVEL BAGRATYAN Passaporte: BA1188641; Processo: 47041005274201648 Empresa: CLUBE ATLETICO PARANAENSE Prazo: até 30/11/2016 Estrangeiro: SCOTT WILLIAM PIRI Passaporte: 531254591; Processo: 47041005289201614 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: até 02/10/2017 Estrangeiro: JAROSLAW PIOTR SOBANIA Passaporte: AU6944906; Processo: 47041005297201652 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JINNYON KIM Passaporte: M06411918; Processo: 47041005300201638 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHYUN NA Passaporte: M34301258; Processo: 47041005302201627 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SOOWON KIM Passaporte: M37664912; Processo: 47041005303201671 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KI SEOP CHOI Passaporte: M44542076; Processo: 47041005305201661 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEUNGBAE PARK Passaporte: M50416053; Processo: 47041005311201618 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: até 23/05/2017 Estrangeiro: GUILHAUME MALVAL Passaporte: 15CA61458; Processo: 47041005333201688 Empresa: SIDERFER DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Paulo Jorge da Silva Albuquerque Passaporte: N661219.

Temporário - Sem Contrato - RN 35. - Prorrogação:

Processo: 47041005018201651 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Christophe, Alain, Robert Tison Passaporte: 12AP39744.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro(a): ANGEL SANTODOMINGO MARTELL exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Processo: 47039.007393/2016-84, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.006442/2014-08.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039005563201696 Empresa: IGREJA INTERNACIONAL DA GRACA DE DEUS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREEA ERIKA SEPCIUC Passaporte: 051930005; Processo: 47039005698201651 Empresa: ATENAS CONSTRUTORA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCO SIST Passaporte: YA5028299; Processo: 47039006269201600 Empresa: SAO PAULO ECO HOSTEL HOSPEDAGEM LTDA - ME Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: Amar Singh Ale Passaporte: 09534424; Processo: 47039006346201613 Empresa: BRIDGE CONSULTORIA & NEGOCIOS EIRELI - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BENJAMIN CERVERA CARCELLER Passaporte: PAC165472; Processo: 47039007554201630 Empresa: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MOHAMED RAHIL MOHAMED SHAKEEL SHAIKH Passaporte: J7825440; Processo: 47039007569201606 Empresa: RENUKA DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ASHVINI JAGMER SINGH Passaporte: K3915520; Processo: 47039007603201634 Empresa: HARIBO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EMANUEL KLAUS GUNTER UHLMANN Passaporte: N.C4WJYHJJL; Processo: 47039007623201613 Empresa: MOBILE JOY PROGRAMAS CUSTOMIZAVEIS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Erasmo José Fonseca Da Silva Passaporte: CA0035520; Processo: 47039007650201688 Empresa: SIE DO BRASIL PRODUTOS DE CONTROLE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Victor Ulises Cirlos Vazquez Passaporte: G21042830; Processo: 47039007558201618 Empresa: ESCRITORIO ANEXO DA EMBAIXADA DA ALEMANHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANA RAQUEL SANTOS AGRA Passaporte: N421284; Processo: 47039007417201603 Empresa: KWE DO BRASIL SERVICOS LOGISTICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAIKI SASE Passaporte: TK4813866; Processo: 47039007639201618 Empresa: INSTITUTO CULTURAL FILARMONICA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANTTI ALEKSI SIIRALA Passaporte: PH8329259; Processo: 47039005840201661 Empresa: PELLERIN TABOULOT INVESTIMENTOS E NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: OLIVIER CORENTIN ALBERT PELLERIN Passaporte: 11DA74605; Processo: 47039006565201601 Empresa: SERGII CHERNYSHEV Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SERGII CHERNYSHEV Passaporte: EP511634; Processo: 47039005206201628 Empresa: ECO MURI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DANIELA EVANGELIA ELISABETH KARAGIZOPOULOS Passaporte: C4YL47FL1.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Processo: 47041003691201656 Empresa: CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO Prazo: até 15/08/2016 Estrangeiro: JEROME MEYINSSE Passaporte: 488088602; Processo: 47041004001201686 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/07/2017 Estrangeiro: Noel Cadungog Evangelista Passaporte: EC7835149; Processo: 47041004002201621 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/07/2017 Estrangeiro: Jeffrey Asis Jimenez Passaporte: EC0805984; Processo: 47041004023201646 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/11/2016 Estrangeiro: Mikhail Vasenko Passaporte: 722058576; Processo: 47041004054201605 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/07/2017 Estrangeiro: Joseph Paquingan Jovero Passaporte: EB6356166; Processo: 47041004101201611 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/08/2018 Estrangeiro: Job Osunero Checa Passaporte: EB7999594; Processo: 47041004123201672 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/02/2018 Estrangeiro: Rene Diones Gutierrez Passaporte: EB7296773; Processo: 47041004289201699 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/09/2016 Estrangeiro: Sergey Davydov Passaporte: 722058725; Processo: 47041004309201621 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/09/2018 Estrangeiro: Neil Cortez Damondamon Passaporte: EB9169526; Processo: 47041004310201656 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/11/2017 Estrangeiro: Alexey Ponomarev Passaporte: 716903130; Processo: 47041004311201609 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/04/2018 Estrangeiro: Joey Mudanza Saquian Passaporte: EB5556883; Processo: 47041004459201635 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/04/2018 Estrangeiro: Fredeth John Advincula Nimer Passaporte: EC6256719; Processo: 47041004465201692 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/04/2018 Estrangeiro: Hans Erik Verde Passaporte: 87323779; Processo: 47041004466201637 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/04/2018 Estrangeiro: Irvin Bedro Baldo Passaporte: EC0294281; Processo: 47041004482201620 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/10/2018 Estrangeiro: Janusz Wojciech Bieniasz Passaporte: AV8415069; Processo: 47041004483201674 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/04/2018 Estrangeiro: Bjoern Egil Haugen Passaporte: 30893441; Processo: 47041004525201677 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/08/2018 Estrangeiro: Corsini Rejas Del Rosario Passaporte: EC6520642; Processo: 47041004526201611 Empresa: GARDLINE MARINE SCIENCES DO BRASIL S.A. Prazo: até 03/10/2016 Estrangeiro: CHAIDIR Passaporte: A3110935; Processo: 47041004528201619 Empresa: GARDLINE MARINE SCIENCES DO BRASIL S.A. Prazo: até 03/10/2016 Estrangeiro: MOHAMMAD DJUFRI Passaporte: A6126762; Processo: 47041004583201609 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/04/2018 Estrangeiro: Aleksandr Slinko Passaporte: 712786099.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

RETIFICAÇÃO

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 168 de 31/08/2016, Seção 1, p. 413, Processo: 47041.004241/2016-81, onde se lê: Prazo: 2 Mês(es), leia-se: Prazo: 2 Ano(s).

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

RETIFICAÇÃO

No despacho da Coordenadora-Geral de Recursos, publicado às fls. 100 da Seção I do DOU de 29/07/2016, onde se lê:

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
107	46254.005546/2013-07	202074986	Avícola Prearo Ltda	SP
113	46254.005552/2013-56	202074927	Avícola Prearo Ltda	SP
119	46254.005558/2013-23	202074862	Avícola Prearo Ltda	SP

Leia-se:

1.2 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
	46254.005546/2013-07	202074986	Avícola Prearo Ltda	SP
	46254.005552/2013-56	202074927	Avícola Prearo Ltda	SP
	46254.005558/2013-23	202074862	Avícola Prearo Ltda	SP

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 13 de setembro de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1554/2016/CGRS/SRT/MTb, resolve SUSPENDER o Registro Sindical do SINTASA - Sindicato dos Trabalhadores na Área de Saúde, Processo 46000.007572/99-70, CNPJ 32.713.463/0001-97, nos termos do art. 33, inciso II, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013; na NOTA TÉCNICA Nº 1555/2016/CGRS/SRT/MTb; e na Lei 9.784/99; resolve deferir o recurso 46000.006091/2016-63; REVOGAR a publicação no DOU n.º 2, de 22/04/2015, seção I, página 65, número 75; arquivar as impugnações: 46000.000156/2012-33, 46000.000360/2012-54, 46000.000364/2012-32, 46000.000365/2012-87, 46000.000366/2012-21, 46000.000368/2012-11, 46000.000369/2012-65, 46000.000370/2012-90, 46000.000371/2012-34, 46000.000372/2012-89, 46000.000373/2012-23, 46000.000374/2012-78, 46000.000394/2012-49, 46000.000395/2012-93, 46000.000396/2012-38, 46000.000418/2012-60, 46000.000419/2012-12, 46000.000420/2012-39, 46000.000421/2012-83, 46000.000514/2012-16, 46000.000517/2012-41, 46212.001201/2012-81, 46318.000050/2012-66; e deferir o registro ao SINDIMERCADOS-PARANÁ - Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios, Mercados, Minimercados, Supermercados e Hipermercados do Estado do Paraná processo 46212.014795/2010-29, CNPJ 10.992.464/0001-85, representar a categoria Econômica do comércio varejista de gêneros alimentícios, mercados, minimercados, supermercados e hipermercados, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Abatiá, Altamira do Paraná, Alto Paraná, Alto Piquiri, Altônia, Alvorada do Sul, Amaporã, Ampére, Anahy, Andirá, Ângulo, Antônio Olinto, Apucarana, Arapongas, Arapoti, Arapuã, Araruna, Ariranha do Ivaí, Assaí, Assis Chateaubriand, Astorga, Atalaia, Bandeirantes, Barbosa Ferraz, Barra do Jacaré, Barracão, Bela Vista da Caroba, Bela Vista do Paraíso, Bituruna, Boa Esperança, Boa Esperança do Iguaçu, Boa Ventura de São Roque, Boa Vista da Aparecida, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso, Bom Sucesso do Sul, Borrazópolis, Braganey, Brasilândia do Sul, Cafeara, Cafelândia, Cafezal do Sul, Califórnia, Cambará, Cambé, Cambira, Campina da Lagoa, Campina do Simão, Campo Bonito, Campo do Tenente, Campo Mourão, Cândido de Abreu, Candói, Cantagalo, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Carambeí, Carlópolis, Cascavel, Castro, Catanduvas, Centenário do Sul, Céu Azul, Chopinzinho, Cianorte, Cidade Gaúcha, Clevelândia, Colorado, Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Corbélia, Cornélio Procópio, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Corumbataí do Sul, Cruz Machado, Cruzeiro do Iguaçu, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Cruzmaltina, Curiúva, Diamante do Norte, Diamante do Sul, Diamante D'Oeste, Dois Vizinhos, Douradina, Doutor Ulysses, Enéas Marques, Engenheiro Beltrão, Entre Rios do Oeste, Esperança Nova, Espigão Alto do Iguaçu, Farol, Faxinal, Fênix, Fernandes Pinheiro, Figueira, Flor da Serra do Sul, Floraí, Floresta, Florestópolis, Flórida, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Foz do Jordão, Francisco Alves, Francisco Beltrão, General Carneiro, Godoy Moreira, Goioerê, Goioxim, Grandes Rios, Guaíra, Guairaçá, Guapirama, Guaporema, Guaraci, Guaraniaçu, Guarapuava, Honório Serpa, Ibaiti, Ibema, Ibiporã, Icaraíma, Iguaraçu, Iguatu, Inácio Martins, Inajá, Indianópolis, Iporã, Iracema do Oeste, Irati, Iretama, Itaguajé, Itaipulândia, Itambaracá, Itambé, Itapejara d'Oeste, Itaúna do Sul, Ivaí, Ivaiporã, Ivaté, Ivatuba, Jaboti, Jacarezinho, Jaguapitã, Jaguariaíva, Jandaia do Sul, Janiópolis, Japira, Japurá, Jardim Alegre, Jardim Olinda, Jataizinho, Jesuítas, Joaquim Távora, Jundiaí do Sul, Juranda, Jussara, Kaloré, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Leópolis, Lidianópolis, Lindoeste, Loanda, Lobato, Londrina, Luiziana, Lunardelli, Lupionópolis, Mallet, Mamborê, Mandaguaçu, Mandaguari, Manfrinópolis, Mangueirinha, Manoel Ribas, Marechal Cândido Rondon, Maria Helena, Marialva, Marilândia do Sul, Marilena, Mariluz, Maringá, Mariópolis, Maripá, Marmeleiro, Marquinho, Marumbi, Matelândia, Mato Rico, Mauá da Serra, Medianeira, Mercedes, Mirador, Miraselva, Missal, Moreira Sales, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Nova América da Colina, Nova Aurora, Nova Cantu, Nova Esperança, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Fátima, Nova Laranjeiras, Nova Londrina, Nova

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Olímpia, Nova Prata do Iguaçu, Nova Santa Bárbara, Nova Santa Rosa, Nova Tebas, Novo Itacolomi, Ortigueira, Ourizona, Ouro Verde do Oeste, Paiçandu, Palmas, Palmital, Palotina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapoema, Paranavaí, Pato Bragado, Pato Branco, Paula Freitas, Paulo Frontin, Peabiru, Perobal, Pérola, Pérola d'Oeste, Piên, Pinhal de São Bento, Pinhalão, Pinhão, Piraí do Sul, Pitanga, Pitangueiras, Planaltina do Paraná, Planalto, Porecatu, Porto Amazonas, Porto Barreiro, Porto Rico, Porto Vitória, Prado Ferreira, Pranchita, Presidente Castelo Branco, Primeiro de Maio, Prudentópolis, Quarto Centenário, Quatiguá, Quatro Pontes, Quedas do Iguaçu, Querência do Norte, Quinta do Sol, Ramilândia, Rancho Alegre, Rancho Alegre D'Oeste, Realeza, Rebouças, Renascença, Reserva, Reserva do Iguaçu, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Rio Azul, Rio Bom, Rio Bonito do Iguaçu, Rio Branco do Ivaí, Rio Negro, Rolândia, Roncador, Rondon, Rosário do Ivaí, Sabáudia, Salgado Filho, Salto do Itararé, Salto do Lontra, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Fé, Santa Helena, Santa Inês, Santa Isabel do Ivaí, Santa Izabel do Oeste, Santa Lúcia, Santa Maria do Oeste, Santa Mariana, Santa Mônica, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Caiuá, Santo Antônio do Paraíso, Santo Antônio do Sudoeste, Santo Inácio, São Carlos do Ivaí, São Jerônimo da Serra, São João, São João do Caiuá, São João do Ivaí, São João do Triunfo, São Jorge do Ivaí, São Jorge do Patrocínio, São Jorge d'Oeste, São José da Boa Vista, São José das Palmeiras, São Manoel do Paraná, São Mateus do Sul, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, São Pedro do Ivaí, São Pedro do Paraná, São Sebastião da Amoreira, São Tomé, Sapopema, Sarandi, Saudade do Iguaçu, Sengés, Serranópolis do Iguaçu, Sertaneja, Sertanópolis, Siqueira Campos, Sulina, Tamarana, Tamboara, Tapejara, Tapira, Teixeira Soares, Terra Boa, Terra Rica, Terra Roxa, Toledo, Tomazina, Três Barras do Paraná, Tuneiras do Oeste, Tupãssi, Turvo, Ubiratã, Umuarama, União da Vitória, Uniflor, Uraí, Ventania, Vera Cruz do Oeste, Verê, Vila Alta, Virmond, Vitorino, Wenceslau Braz e Xambrê, no estado do Paraná.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 9 de setembro de 2016

Processo: 46215.084444/2016-14 - À vista do Despacho da Seção de Relações do Trabalho, às fls. 09, e usando da competência que me foi delegada no Artigo 1° da Portaria SRT/MTE N° 2, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União, de 30 de maio de 2006.

HOMOLOGO A Revisão 3 do Plano de Carreiras, Emprego e Salários - Pces, da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, Em face da extinção da Macro-Atividade de Consultor Especializado, Prevista no Item 2, da Parte IV do Citado pes.

HELTON YOMURA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 2.383, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 384, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.501245/2016-60, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão dos Certificados Suplementares de Tipo - CST abaixo relacionado, emitidos nas datas respectivamente indicadas:

Nº CST	Detentor do CST	Descrição	Aplicabilidade - Aeronaves	Data
2016S09-01	Jet Avionics Equipamentos Aeronáuticos Ltda. - Brasil	Instalação do sistema GPSMAP modelo AERA 795 da Garmin.	Airbus Helicopters modelos AS350 B2 e AS350 B3 .	01.09.2016
2016S09-02	VRG Linhas Aéreas SA - Grupo GOL. - Brasil	Instalação de Cortina na cabine de passageiros conforme.	Boeing modelos 737-700 e 737-800 (N/S 28.403, 34.474, 34.475, 34.277, 34.654, 34.655, 34.962, 34.268, 35.842, 35.843, 35.844, 35.851, 35.846, 37.610, 35.850, 34.278, 35.852, 34.271, 34.272, 34.276, 35.066, 37.595, 37.608 e 37.609) .	01.09.2016

Art. 2º O inteiro teor das aprovações encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www2.anac.gov.br/certificacao/PST/index_pst.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS

PORTARIAS DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 32, inciso XXII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, resolve:

Nº 2.443 - Alocar, à sociedade empresária TAM Linhas Aéreas S.A., nos termos dos entendimentos em vigor, 4 (quatro) frequências semanais para realização de serviços aéreos mistos entre o Brasil e a Colômbia. Processo nº 00058.081419/2016-64.

Nº 2.444 - Alocar, à sociedade empresária Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., nos termos dos entendimentos em vigor, 3 (três) frequências semanais para realização de serviços aéreos mistos entre o Brasil e a Bolívia. Processo nº 00058.081411/2016-06.

Nº 2.445 - Alocar, à sociedade empresária TAM Linhas Aéreas S.A., nos termos dos entendimentos em vigor, 7 (sete) frequências semanais para realização de serviços aéreos mistos entre o Brasil e o Peru. Processo nº 00058.088079/2016-01.

Nº 2.446 - Alocar, à sociedade empresária Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., nos termos dos entendimentos em vigor, 5 (cinco) frequências semanais para realização de serviços aéreos mistos entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Processo nº 00058.083034/2016-31.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS UNIDADE REGIONAL DE BELÉM-PA

DESPACHO DO CHEFE SUBSTITUTO
Em 3 de agosto de 2016

Nº 70 - Processo nº 50300.001890/2016-36. Penalizada: Empresa de Navegação A R Transporte Ltda - EPP, CNPJ nº 63.873.384/0001-77. Objeto e Fundamento Legal: aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 420,00; pelo cometimento da infração capitulada no inciso XXI, do art. 20 da Norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ, de 23/11/2007.

LUIZ DANIEL FERREIRA VEIGA

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

TERMO DE LIBERAÇÃO DE OPERAÇÃO Nº 13, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O Superintendente de Outorgas Substituto da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em observância ao disposto no art. 27, da norma aprovada pela Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13/02/2014, e tendo em vista o que consta do processo nº 50300.001739/2013-55, resolve:

Autorizar a empresa CARAMURU ALIMENTOS S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.080.671/0001-00, com sede na Via Expressa Júlio Borges de Souza, n° 4.240, Nossa Senhora da Saúde, Itumbiara/GO, a dar início à operação de instalação portuária na modalidade de Estação de Transbordo de Cargas - ETC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.080.671/0003-71, localizada na Avenida Eliezer Oliveira Guimarães, s/n, Módulo 5, Distrito Agroindustrial, São Simão/GO, com observância às normas e regulamentos editados pela ANTAQ e, especificamente, ao Contrato de Adesão nº 27/2014-SEP/PR, de 30 de outubro de 2014.

A autorização ora deferida não desonera a empresa do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros e Órgão de Meio Ambiente.

JOSÉ RENATO RIBAS FIALHO

TERMO DE LIBERAÇÃO DE OPERAÇÃO Nº 14, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O Superintendente de Outorgas Substituto da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em observância ao disposto no art. 27, da norma aprovada pela Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13/02/2014, e tendo em vista o que consta do processo nº 50300.001740/2013-80, resolve:

Autorizar a empresa CARAMURU ALIMENTOS S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.080.671/0001-00 , com sede na Via Expressa Júlio Borges de Souza, n° 4.240, Nossa Senhora da Saúde, Itumbiara/GO, a dar início à operação de instalação portuária na modalidade de Terminal de Uso Privado - TUP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.080.671/0003-71, localizado na Avenida Eliezer Oliveira Guimarães, s/n, Módulo 10, Distrito Agroindustrial, São Simão/GO, com observância às normas e regulamentos editados pela ANTAQ e, especificamente, ao Contrato de Adesão nº 28/2014-SEP/PR, de 30 de outubro de 2014.

A autorização ora deferida não desonera a empresa do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros e Órgão de Meio Ambiente.

JOSÉ RENATO RIBAS FIALHO

TERMO DE LIBERAÇÃO DE OPERAÇÃO Nº 15, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O Superintendente de Outorgas Substituto da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em observância ao disposto no art. 27, da norma aprovada pela Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13/02/2014, e tendo em vista o que consta do processo nº 50300.001706/2013-13, resolve:

Autorizar a empresa HIDROVIAS DO BRASIL - MIRITITUBA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.611.567/0001-46, com sede no Lote Gleba Santa Cruz, s/n, Passagem Projetada 10 DNER, Mirititubа Povoado, Itaituba/PA, a dar início à operação de instalação portuária, na modalidade de Estação de Transbordo de Cargas - ETC, localizada e inscrita sob o mesmo CNPJ/MF da sede, com observância às normas e regulamentos editados pela ANTAQ e, especificamente, ao Contrato de Adesão nº 19/2014-SEP/PR, de 31 de julho de 2014.

A autorização ora deferida não desonera a empresa do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros e Órgão de Meio Ambiente.

JOSÉ RENATO RIBAS FIALHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 186, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo nº 50535.002386/2016-08, resolve:

Art. 1º Autorizar a construção de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-116/BA, no km 489+000m, na Pista Norte, em Rafael Jambeiro/BA, de interesse de Posto Macaubense Comércios e Derivados de Petróleo LTDA (Posto Macaubense IV).

Art. 2º Na construção e conservação do referido acesso, o Posto Macaubense deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela VIABAHIA - Concessionária de Rodovias S.A., responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º O Posto Macaubense não poderá iniciar a construção do acesso objeto desta Portaria antes de assinar, com a VIABAHIA, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A VIABAHIA deverá encaminhar, à Unidade Regional da Bahia - URBA, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º O Posto Macaubense assumirá todo o ônus relativo à construção, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º O Posto Macaubense deverá concluir a obra de construção do acesso no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso o Posto Macaubense verifique a impossibilidade de conclusão da obra de construção do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à VIABAHIA sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à VIABAHIA acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º O Posto Macaubense deverá apresentar, à URBA e à VIABAHIA, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. O Posto Macaubense abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

PORTARIA Nº 187, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.141550/2015-18, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 205/2015/SUINF/ANTT, de 2 de julho de 2015, publicada no D.O.U. de 6 de julho de 2015, com o objetivo de modificar o Art. 7º e parágrafo único, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º A regularização da rede de abastecimento de água por meio de travessia autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 4.086,74 (quatro mil e oitenta e seis reais e setenta e quatro centavos), calculado conforme Resolução ANTT nº 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Parágrafo Único. Fica a cargo da Águas de Sinop o valor de R$ 3.746,16 (três mil, setecentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos), referentes ao período de 03/11/2014 a 30/09/2015, que deverá ser pago em até 30 (trinta) dias após a assinatura do CPEU."

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA N° 115, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor global de R$ 2.132.672,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no Inciso art. 43, III, da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 - LDO 2016 -, combinado com o art. 4º da Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016 - LOA 2016 -, bem como o disposto na Portaria SOF nº 11, de 03 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União, Lei n.º 13.255, de 14 de janeiro de 2016, em favor do Conselho Nacional Ministério Público, crédito suplementar no valor global de R$ 2.132.672,00 (dois milhões, cento e trinta e dois mil, seiscentos e setenta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1.º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2100		Aprimoramento do Ministério Público							2.132.672
		Atividades							
03 032	2100 8010	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público							2.132.672
03 032	2100 8010 0001	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público - Nacional							2.132.672
			F	3	2	90	0	100	155.000
			F	4	2	90	0	100	1.977.672
TOTAL - FISCAL									2.132.672
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.132.672

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2100		Aprimoramento do Ministério Público							2.132.672
		Atividades							
03 131	2100 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							337.520
03 131	2100 2549 0001	Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional							337.520
			F	3	2	90	0	100	337.520
03 032	2100 8010	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público							1.795.152
03 032	2100 8010 0001	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público - Nacional							1.795.152
			F	3	2	90	0	100	1.795.152
TOTAL - FISCAL									2.132.672
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.132.672

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 408ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2016

Aos treze dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da CCR/MPM, na Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em Brasília, Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, reuniu-se a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar. Presentes os Membros, Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar: Dr. José Garcia de Freitas Júnior (Coordenador), Marcelo Weitzel Rabello de Souza e o Procurador de Justiça Dr. Clauro Roberto de Bortolli (Suplentes). Aberta a Reunião às 14h30. O Coordenador agradeceu a presença de todos.

1. MANIFESTAÇÕES:

1.1. Processo: Inquérito Policial Militar 63-07.2016.7.12.0012.
Origem: Auditoria da 12ª CJM.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: INQUÉRITO POLICIAL MILITAR. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO, EM RELAÇÃO A HIPOTÉTICO CRIME MILITAR DE FURTO, REJEITADO PELA AUTORIDADE JUDICIÁRIA. SUBTRAÇÃO DE DOIS CARTUCHOS CALIBRE 7,62MM. FURTO ATENUADO. Divergência de opinamento entre integrantes da CCR/MPM. Corrente majoritária, no sentido da possibilidade de aplicação das disposições contidas no § 1º (parte inicial) do art. 240 do Código Penal Militar, considerando a infração como disciplinar, antes do oferecimento da denúncia. Princípio da Proporcionalidade. Arquivamento dos autos. Decisão majoritária.
Decisão: A Câmara, por maioria, vencido o Relator, decidiu determinar o arquivamento, aplicando as disposições contidas no § 1º (parte inicial) do art. 240 do CPM, considerando a infração como disciplinar, antes do oferecimento da denúncia. Princípio da Proporcionalidade.

1.2. Processo: Autos de Prisão em Flagrante 75-33.2016.7.01.0301.
Origem: 3ª Auditoria da 1ª CJM.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: APF. DIVERGÊNCIA ENTRE MEMBRO DO MPM E JUIZ-AUDITOR SOBRE A APLICAÇÃO DOS INSTITUTOS DESPENALIZADORES PREVISTOS NA LEI Nº 9.099/95. Civil processado na JMU. Impossibilidade de aplicação do disposto no art. 89 da Lei nº 9.099/95, na JMU, haja vista impedimento legal contido nesta mesma Lei (art. 90-A).
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu pela não aplicação da Lei 9.099/95 na hipótese de crime militar.

1.3. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000003-04.2016.1303.
Origem: PJM Santa Maria - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DAS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DA BASE AÉREA DE SANTA MARIA, DO 1° REGIMENTO DE CARROS DE COMBATE, DO 29° BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO, DO 4° BATALHÃO LOGÍSTICO TODOS DE SANTA MARIA/RS, DO 1° BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES (SANTO ÂNGELO/RS), DO 4° REGIMENTO DE CAVALARIA BLINDADO (SÃO LUIZ GONZAGA/RS), DO 2° REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO, DA 1° COMPANHIA DE ENGENHARIA DE COMBATE MECANIZADA, DA COUDELARIA DE RINCÃO AMBOS DE SÃO BORJA/RS, DO 9° BATALHÃO LOGÍSTICO, DA 11° COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES MECANIZADA, E DO 19° GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA AMBOS DE SANTIAGO/RS. Atendimento das disposições legais atinentes à matéria, com instalações condizentes com suas finalidades, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.4. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000012-88.2016.2001.
Origem: PJM Fortaleza - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL ÀS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DO PARQUE REGIONAL DE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MANUTENÇÃO DA 10º REGIÃO MILITAR (FORTALEZA/CE). Adequabilidade das instalações vistoriadas, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
1.5. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000013-39.2016.2001.
Origem: PJM Fortaleza - 1º Ofício Geral
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL ÀS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DA BASE AÉREA DE FORTALEZA
(FORTALEZA/CE). Adequabilidade das instalações vistoriadas, bem como atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
1.6. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000020-56.2016.1202.
Origem: 2ª PJM São Paulo - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL ÀS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DO 5º BATALHÃO DE INFANTARIA LEVE
(LORENA/SP). Adequabilidades das instalações vistoriadas, bem como atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
1.7. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 000032-26.2016.1501.
Origem: PJM Curitiba - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA DE INSPEÇÃO ANUAL AO XADREZ DO 13° BATALHÃO DE INFANTARIA
BLINDADO (PONTA GROSSA/PR). Recomendação de elaboração de Plano de evacuação de celas, devidamente elaborado pela Unidade Militar e encaminhado à PJM/Curitiba/PR. Tratamento previsto e
dispensado aos presos, consentâneo com Recomendação emanada, no ano de 2010, pelo MPM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
1.8. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 000032-35.2016.1401.
Origem: PJM Juiz de Fora - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL ÀS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DA ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS
(TRÊS CORAÇÕES/MG). Adequabilidade das instalações vistoriadas, bem como atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
1.9. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000038-32.2016.1401.
Origem: PJM Juiz de Fora - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL ÀS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DA 4ª COMPANHIA DE POLÍCIA DO
EXÉRCITO (BELO HORIZONTE/MG). Adequabilidade das instalações vistoriadas, bem como atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento
homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
1.10. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000041-79.2016.1401.
Origem: PJM Juiz de Fora - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL ÀS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DO 4° GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA
(SETE LAGOAS/MG). Adequabilidade das instalações vistoriadas, bem como atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
1.11. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000011-67.2016.1701.
Origem: PJM Recife - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DO EXÉRCITO. 16º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO - BAYEUX/PB. Atividade
extrajudicial da PJM em Recife - 2º Ofício Geral. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e
de justiça com uma recomendação simples ao Comando da Unidade. Arquivamento homologado com remessa de cópia à Corregedoria-Geral do MPM.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento, com remessa de cópia à Corregedora-Geral do MPM.
1.12. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000033-56.2016.1701.
Origem: PJM Recife - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 14º BATALHÃO LOGÍSTICO. RECIFE/PE.
Atividade extrajudicial da PJM em Recife - 2º Ofício Geral. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos
disciplinares e de justiça. Arquivamento homologado com remessa de cópia à Corregedoria-Geral do MPM.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento, com remessa de cópia à Corregedora-Geral do MPM.
1.13. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000003-26.2016.2201.
Origem: PJM Manaus - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUBOFICIAL DA AERONÁUTICA PROPRIETÁRIO DE CLÍNICA ODONTOLÓGICA. Não cumprimento de direitos trabalhistas. Ausência do crime capitulado no art. 204
do CPM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
1.14. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000014-08.2016.1801.
Origem: PJM Belém - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO CONTRA EX-COMANDANTE DO GRUPAMENTO DE FUZILEIROS NAVAIS DE BELÉM. Constrangimento ilegal. Instauração de IPM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
1.15. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000008-81.2016.2101.
Origem: 2ª PJM Brasília- 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. PRETENSA IRREGULARIDADE NO LICENCIAMENTO DE MILITAR. PEDIDO DE CONTINUIDADE DE TRATAMENTO MÉDICO, EM RAZÃO
DE DOENÇA PSIQUIÁTRICA ADQUIRIDA DURANTE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR. Ausência de indícios de prática de delito militar. Eventual irresignação quanto ao ato de
licenciamento é matéria cível/administrativa, a ser demandada no foro adequado, por manifestação volitiva do interessado. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
1.16. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000003-53.2016.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. NÃO CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. Instauração de IPM. Perda de objeto. Arquivamento. Homologação.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
1.17. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000032-87.2016.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO. AJUDA DE CUSTO PARA TRANSPORTE. Instauração de IPM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
1.18. Processo: Notícia de Fato (PI) 000012-27.2016.1601.
Origem: PJM Salvador - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. NOTIFICAÇÃO PARA OITIVA EM IPM. ATRIBUIÇÃO AFETA À POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR, QUE PODE SER DELEGADA A OFICIAL DA ATIVA. Ausência de indícios
da prática de delito militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
1.19. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000006-73.2016.2201.
Origem: PJM Manaus - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DENÚNCIA ANÔNIMA. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. DISQUE 100. SUPOSTAS AGRESSÕES FÍSICAS E PSICOLÓGICAS
A CRIANÇAS. Creche situada no interior do Colégio Militar de Manaus. Diligências do MPM. Ausência de elementos que possam indicar a verossimilhança dos fatos apontados. Inexistência de registros em
delegacia de polícia civil ou conselho tutelar. Ausência de indícios de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar a arquivamento.
1.20. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000020-59.2016.1201.
Origem: 1ª PJM São Paulo - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO CONTRA OFICIAL. CONDUTA IMPRÓPRIA. MATÉRIA ADMINISTRATIVA. Inexistência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
1.21. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000016-95.2016.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. MILITAR QUE, EM COAUTORIA COM CIVIL, TERIA PRATICADO DELITO DE LESÃO CORPORAL (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA). Hipotético impedimento da prisão em
flagrante do militar, no interior de aquartelamento, por Oficial do Exército. Inexistência de situação de flagrante. Arquivamento dos autos, por inexistência de indícios de crime militar. Decisão
homologada.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
1.22. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000012-54.2016.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DESERÇÃO. COMUNICAÇÃO DE APRESENTAÇÃO VOLUNTÁRIA DE DESERTOR. 3º REGIMENTO DE CAVALARIA DE GUARDA - PORTO ALEGRE/RS.
Procedimento instaurado no âmbito ministerial face controle externo da atividade da polícia judiciária militar. Caso já judicializado. Atuação ministerial exaurida. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por maioria de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, impedido o Dr. Clauro Roberto de Bortolli, decidiu homologar o arquivamento.
1.23. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000086-23.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO CONTRA OFICIAL. AUXILIO TRANSPORTE. MATÉRIA ADMINISTRATIVA. Inexistência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
1.24. Processo: Notícia de Fato (PI) 000000031-57.2016.1701.
Origem: PJM Recife - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO ENCAMINHADA AO SAC DO MPM, RELATANDO DISPENSA DA MARINHA, POR TEMPO DE SERVIÇO, SEM RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO.
Situação que estaria acontecendo com outros ex-militares. Inexistência de qualquer medida para explicitação do acontecido. Possibilidade de busca de dados do representante, junto ao SAC-MPM, para
carreamento de maiores dados à apuração e, a partir daí, aclaramento da situação trazida ao conhecimento do MPM. Arquivamento não homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu pela remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça Militar para designação de outro Membro do MPM para
a realização de diligências necessárias ao cabal esclarecimento dos fatos.
1.25. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000013-05.2016.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO PROCESSO SELETIVO PARA OFICIAL TÉCNICO TEMPORÁRIO. DIFICULDADES PARA RETIRADA DOS DOCUMENTOS
ENTREGUES DURANTE A ETAPA DE AVALIAÇÃO CURRICULAR. Diligências do MPM. Ausência de elementos que apontem a necessidade de aprofundamento da investigação. Arquivamento
homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
1.26. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000100-16.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro.
Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Decisão: Retirado de Pauta, por Decisão do Relator.
1.27. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000033-98.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO ENCAMINHADA AO SAC DO MPM, RELATANDO SUPOSTA PERSEGUIÇÃO A MARINHEIRO NAVAL, NO ÂMBITO DO BATALHÃO DE ARTILHARIA DE
FUZILEIROS NAVAIS (RIO DE JANEIRO/RJ), CULMINANDO COM O LICENCIAMENTO DO REPRESENTANTE DAS FILEIRAS MILITARES. Ausência de indícios da
prática de delito militar. Eventual irresignação quanto ao ato de licenciamento é matéria cível/administrativa, a ser demandada no foro adequado, por manifestação volitiva
do interessado. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
1.28. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000037-18.2016.2101.
Origem: 1ª PJM Brasília - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. EMPRESA NOTICIANTE ALEGA SUSPENSÃO DE CONTRATO COM O COMANDO LOGÍSTICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO (COLOG). Matéria objeto de IPM e de mais
3 sindicâncias. Desnecessário prosseguir no feito. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.
1.29. Processo: Procedimento Administrativo 0000052-34.2016.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO CONTRA OFICIAL. DESERÇÃO. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por maioria, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, impedido o Dr. Clauro Roberto de Bortolli, decidiu homologar o arquivamento.
1.30. Processo: Procedimento Administrativo 0000157-36.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Decisão: Retirado de Pauta, por Decisão do Relator.
1.31. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000014-53.2016.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SD DESERTOR DO 3º B SUP DE NOVA SANTA RITA/RS PROFERE AMEAÇAS DE MORTE CONTRA MILITARES DA EQUIPE DE CAPTURA. IPM instaurado. Perda de objeto. Arquivamento na origem. Homologação.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento

1.32 Processo: Notícia de Fato (PI) 0000034-68.2016.2101.
Origem: 1ª PJM Brasília - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. LICENCIAMENTO DE MILITAR DURANTE TRATAMENTO MÉDICO. PEDIDO DE INFORMAÇÕES QUANTO À LEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO E REINTEGRAÇÃO ÀS FILEIRAS CASTRENSES. Ausência de indícios de prática de delito militar. Eventual irresignação quanto ao ato de licenciamento é matéria cível/administrativa, a ser demandada no foro adequado, por manifestação volitiva do interessado. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.33 Processo: Notícia de Fato (PI) 0000015-04.2016.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DENÚNCIA ANÔNIMA GENÉRICA CONTRA OFICIAL MÉDICO, DIRETOR DE HOSPITAL DA AERONÁUTICA, RELATANDO ABUSO DE AUTORIDADE. Diligências. Ausência de elementos mínimos de convicção necessários para justificar a instauração de IPM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por maioria, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, impedido o Dr. Clauro Roberto de Bortolli, decidiu homologar o arquivamento.

1.34 Processo: Notícia de Fato (PI) 0000014-26.2016.1601.
Origem: PJM Salvador - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. INFORMAÇÕES ACERCA DE ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS, DECORRENTES DE APRESENTAÇÃO DE SUPOSTO INSUBMISSO. Equívoco da administração militar. Civil incluído no excesso de contingente. Ausência de indícios de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.35 Processo: Notícia de Fato (PI) 0000023-21.2015.1303.
Origem: PJM Santa Maria - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTAS TENTATIVA DE HOMICÍDIO. RETALIAÇÃO CONTRA A VÍTIMA. Diligências foram empreendidas pelo órgão ministerial, do apurado não se verificou a existência de qualquer indício da ocorrência de crime militar. Sucedido já do conhecimento e sob atuação do MP e Justiça Estaduais. Arquivamento na origem. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.36 Processo: Notícia de Fato (PI) 0000015-56.2016.1801.
Origem: PJM Belém - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. ALEGAÇÃO DE PRÁTICA DE COAÇÃO POR PARTE DE OFICIAIS DO GRUPAMENTO DE FUZILEIROS NAVAIS DE BELÉM (BELÉM/PA). Representante denunciado por fatos investigados em IPM, cujo objeto se relaciona com o mérito do procedimento. Possibilidade de interferência contraprodutiva. Arquivamento homologado
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.37 Processo: Notícia de Fato (PI) 0000024-57.2016.1201.
Origem: PJM São Paulo - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. BASE AÉREA DE SÃO PAULO. DENÚNCIA DE SUPOSTAS PERSEGUIÇÕES À SUBORDINADOS. POSSÍVEL OCORRÊNCIA DE MAUS-TRATOS E ABUSOS DE AUTORIDADE. Diligências pelo MPM. Intimado a depor o noticiante. Prorrogado prazo para noticiante se manifestar. Noticiante quedou-se silente. Ausência de mínimos indícios e inércia do denunciante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.38 Processo: Notícia de Fato (PI) 0000022-55.2016.1202.
Origem: PJM São Paulo - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. POSSÍVEL LESÃO CONTRA O MEIO AMBIENTE, NO ÂMBITO DA ESCOLA DE ESPECIALISTAS DA AERONÁUTICA. RETIRADA IRREGULAR DE PALMEIRAS. DEGRADAÇÃO AO BIOMA MATA ATLÂNTICA. COMANDO DE OFICIAL GENERAL. Atribuição do Procurador-Geral de Justiça Militar, para análise da ocorrência de eventual delito de natureza militar, e do Ministério Público Federal, em relação a eventual delito ambiental. Arquivamento não homologado. Encaminhamento dos autos ao PGJM e de cópia dos mesmos ao Ministério Público Federal, por *declínio de atribuições.*
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, deixou de homologar o arquivamento e decidiu pela remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça Militar e de remessa de cópias ao Ministério Público Federal, para as providências que entender pertinentes em sua esfera de atribuição.

1.39 Processo: Notícia de Fato (PI) 0000028-10.2015.2001.
Origem: PJM Fortaleza - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DELEGADA DA POLÍCIA CIVIL RELATA ANIMOSIDADE, PERSEGUIÇÃO, DA PARTE DE OFICIAL GENERAL CONTRA SEU IRMÃO MAJOR, QUE PROVOCOU, COM SUAS DENÚNCIAS, INSTAURAÇÃO DE IPM, NO ÂMBITO DO SFPC/10 RM - FORTALEZA/CE. Perda de objeto. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.40 Processo: Notícia de Fato (PI) 0000040-70.2016.1000.
Origem: 1ª PJM Brasília - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTO EXCESSO DE TRABALHO E PERSEGUIÇÕES NO BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO DE BRASÍLIA (BPEB). Inexistência de maiores informações. Desinteresse do autor em prosseguir na demanda. Ausentes elementos que apontem a prática de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.41 Processo: Notícia de Fato (PI) 0000042-64.2016.2101.
Origem: 1ª PJM Brasília - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE DESLIGAMENTO DE SOLDADO DA AERONÁUTICA. Diligências do MPM. Ausência de indícios de crime militar. Matéria da esfera administrativa. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.42 Processo: Notícia de Fato (PI) 0000041-13.2016.2102.
Origem: 2ª PJM Brasília - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. HIPOTÉTICA IRREGULARIDADE EM LICENCIAMENTO DE MILITAR. SITUAÇÃO JÁ ANALISADA EM OUTROS PROCEDIMENTOS, DEVIDAMENTE ARQUIVADOS. Ausência de indícios de prática de delito militar. Eventual irresignação quanto ao ato de licenciamento é matéria cível/administrativa, a ser demandada no foro adequado, por manifestação volitiva do interessado. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.43 Processo: Notícia de Fato (PI) 0000055-84.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. CONVERSÃO DO AUXÍLIO TRANSPORTE EM BILHETE ÚNICO COM REDUÇÃO DO VALOR DO AUXÍLIO. Ato com fundamento em parecer da AGU ratificado por despacho decisório do Ministro da Defesa. Ausência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.44 Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000049-66.2016.1501.
Origem: PJM Curitiba - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA DE INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA AO XADREZ DO 27° BATALHÃO LOGÍSTICO (CURITIBA/PR). Tratamento previsto e dispensado aos presos, consentâneo com Recomendação, emanada no ano de 2010, pela PJM/Curitiba/PR. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.45 Processo: Procedimento Administrativo 0000091-66.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO, AO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, NOS TERMOS DO ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 075/93, DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO DE MILITARES DA ATIVA DO EXÉRCITO, PELA PRÁTICA DE CRIME MILITAR (POSSE DE ENTORPECENTE). Atividade de controle externo da atividade da Polícia Judiciária Militar. Arquivamento homologado, diante da constatação da regularidade da atuação da Polícia Judiciária Militar e da remessa do APF, em tempo hábil, ao Juízo Militar.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.46 Processo: Procedimento Administrativo 0000102-15.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO, AO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, NOS TERMOS DO ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 075/93, DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO DE MILITAR DA ATIVA DO EXÉRCITO, PELA PRÁTICA DE CRIME MILITAR (POSSE DE ENTORPECENTE). Atividade de controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Arquivamento homologado, diante da constatação da regularidade da atuação da Polícia Judiciária Militar e da remessa do APF, em tempo hábil, ao Juízo Militar.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.47 Processo: Procedimento Administrativo 0000111-56.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO, AO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, NOS TERMOS DO ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 075/93, DA PRISÃO DE MILITAR DO EXÉRCITO, PELA PRÁTICA DE CRIME MILITAR (POSSE DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE). Atividade de controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Arquivamento homologado, diante da constatação da regularidade de atuação da Polícia Judiciária Militar e da remessa da comunicação da prisão, em tempo hábil, ao Juízo Militar.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.48 Processo: Procedimento Administrativo 0000129-50.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO, AO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, NOS TERMOS DO ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 075/93, DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO DE MILITAR DA ATIVA DO EXÉRCITO, PELA PRÁTICA DE CRIME MILITAR (POSSE DE ENTORPECENTE). Atividade de controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Não explicitação da condição de Autoridade da Polícia Judiciária Militar, por parte do Presidente do Flagrante, não constando dos autos delegação de competência, ou informação de ser o mesmo Comandante de Unidade Militar, ou exercer a função de Oficial de Dia. Baixa dos autos, para realização de diligência, nesse sentido.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu pela baixa dos autos à origem para diligências.

1.49 Processo: Procedimento Administrativo 0000092-20.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO, AO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, NOS TERMOS DO ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 075/93, DA PRISÃO DE MILITAR DO EXÉRCITO, PELA PRÁTICA DE CRIME MILITAR (DESERÇÃO). Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Arquivamento homologado, diante da constatação da regularidade de atuação da Polícia Judiciária Militar.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.50 Processo: Procedimento Administrativo 0000119-52.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO, AO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, NOS TERMOS DO ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 075/93, DA PRISÃO DE MILITAR DA MARINHA, PELA PRÁTICA DE CRIME MILITAR (DESERÇÃO). Controle externo da atividade da Polícia Judiciária Militar. Arquivamento homologado, diante da constatação da regularidade de atuação da Polícia Judiciária Militar.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador, Dr. José Garcia de Freitas Júnior, declarou finda a reunião às 18h10. Para constar, eu, Renata Rabello Peixoto Cruz, lavrei esta Ata, a qual será assinada por ele e por mim.

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JÚNIOR
Coordenador da Câmara

RENATA RABELLO PEIXOTO CRUZ
Secretária

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

PORTARIA Nº 8, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO instaurado para apurar a responsabilidade civil e administrativa na candidatura ao cargo de Conselheiro Tutelar no mandato 2016/2019 de IRENE DA BEZERRA NASCIMENTO DA SILVA, por benefício de suposta propaganda irregular e de vantagem eleitoral por atos do Administrador Regional EVANILDO DA SILVA MACEDO.

Os Promotores de Justiça que a esta subscrevem, no exercício da Promotoria de Justiça Cível de Defesa dos Direitos Individuais, Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal c/c o art. 7º, inciso I, in fine, da Lei Complementar n° 75/93;

Considerando que o Ministério Público tem o dever constitucional de promover as ações necessárias, no exercício de suas funções institucionais, para defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis e sociais, e, no presente caso, nos termos dos artigos, 23 incisos VI e VII e 227, da CF de 1988, para assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Considerando que o Inquérito Civil Público é instrumento jurídico apropriado à investigação de fatos que representem grave violação aos direitos coletivos, além de permitir ao Ministério Público reunir elementos suficientes para impor a responsabilidade pelos danos dela decorrentes, na forma dos artigos 1º e 8º da Lei nº 7.347/85;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que incumbe ao Ministério Público a fiscalização e o acompanhamento das eleições para o cargo de Conselheiro Tutelar, de acordo com a literalidade do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando que a eleição para o cargo de Conselheiro Tutelar é de responsabilidade do Conselho Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente - CDCA, no âmbito do Distrito Federal (art. 139 do ECA), sob a regulamentação da Lei Distrital n. 5.294/2014 e da Resolução Normativa n. 72/2015 - CDCA/DF;

Considerando que o Procedimento Preparatório (art. 1o da Resolução n. 66 do CSMPDFT) foi instaurado em 03 de fevereiro de 2016, para reunir elementos mínimos acerca dos fatos descritos na representação de fls. 02/05, sobre a inaptidão à posse dos candidatos "MICHELLE MARÇAL" e "IRENE DA VIVER", ao cargo de Conselheiro Tutelar da Cidade Estrutural, para o mandato 2016/2019;

Considerando que à fl. 28 do Procedimento Preparatório, foi certificado que a Notícia de Fato n. 08190.240078/15-73 continha objeto idêntico à representação que originou o presente Procedimento Preparatório, no que toca à candidata MICHELLE MARÇAL. Os referidos autos tramitaram na 5a Promotoria de Justiça de Infância e de Juventude Cível, tendo sido determinado o seu arquivamento em 17.11.2015;

Considerando a prejudicialidade da representação de igual teor, prosseguiu-se à apuração somente em relação à Conselheira Tutelar eleita IRENE BEZERRA NASCIMENTO DA SILVA ("Irene da Viver");

Considerando que a Conselheira Tutelar IRENE BEZERRA NASCIMENTO DA SILVA foi intimada a prestar esclarecimentos acerca dos fatos e apresentou petição de fls. 31 e seguintes, pela qual requereu o arquivamento dos autos pela total improcedência da representação. Apontou as razões pelas quais os representantes detém interesse pessoal na imputação de responsabilidade à candidatura;

Considerando que os artigos 70 e 71 da citada Resolução Normativa n. 72/2015 - CDCA/DF vedam o uso da máquina administrativa em favor de algum candidato ao cargo e proíbem: "a quem está no exercício da função pública fazer propaganda e colocar vantagem candidatos".

Considerando que o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Distrito Federal para o quadriênio 2016/2016 foi conduzido pela Função Getúlio Vargas, sob a responsabilidade direta do Conselho Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente (Edital n. 02, 14/05/2015);

Considerando que a representação dá notícia de que a então candidata IRENE BEZERRA NASCIMENTO DA SILVA recebeu apoio explícito do então Administrador Regional do SCIA (Cidade Estrutural), EVANILDO DA SILVA MACEDO durante a campanha eleitoral;

Considerando o registro eletrônico de manifestações políticas do Administrador Regional em favor da candidata "IRENE DA VIVER", em sua página pessoal na rede social FACEBOOK no mês de setembro de 2015 (cujo acesso em setembro de 2016 permanece ativo e de visualização pública na rede mundial de computadores - vide documentos anexos);

Considerando que os demais fatos imputados à candidatura da Conselheira Tutelar "IRENE DA VIVER" não apresentaram consistência ou comprovação suficientes ("uso do nome da entidade", "intimidação de famílias atendidas em entidade de assistência social", "transporte de eleitores"), diante de sua generalidade e da precariedade da prova documental, tais elementos não serão objeto de apuração do presente Inquérito Civil Público;

Considerando a informação do Conselho Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente - CDCA de que a representação idêntica fora autuada sob o processo n. 0417-001658/2015 e foi arquivada em 19.09.2015, em despacho manuscrito e sob a seguinte fundamentação: "Trata-se de pedido de impugnação da candidatura e posse em faze de Irene Bezerra Nascimento e para tanto acoste aos autos rol de fotografias com o fito de comprovar uso de equipamentos públicos e apoio partidário. No entanto, as provas apresentadas suscitaram interpretação e não conclusão, não se apresentam suficientes para deferir a impugnação. Indefiro o pedido".

Considerando a necessidade de reunir elementos para a responsabilização civil e administrativa pelo suposto descumprimento dos artigos 70 e 71 da Resolução Normativa n. 72/2015-CDCA-DF em face das manifestações públicas de apoio do Administrador Regional da Cidade Estrutural para a então candidata ao cargo de Conselheiro Tutelar IRENE BEZERRA NASCIMENTO";

Considerando a necessidade de apurar as razões de arquivamento sem aparente investigação da impugnação à candidatura ao cargo de conselho tutelar dos agentes públicos do Conselho Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente - CDCA-DF, no processo n. 0417.001658/2015, em face da suposta violação do Artigo 71 da RN n. 72/2015; Resolve:

Converter o Procedimento Preparatório nº 08190.037774/16-11 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para:

1) apurar a responsabilidade civil e administrativa na candidatura ao cargo de Conselheiro Tutelar no mandato 2016/2019 por IRENE DA BEZERRA NASCIMENTO DA SILVA, por benefício de suposta propaganda irregular e de vantagem eleitoral por atos do Administrador Regional EVANILDO DA SILVA MACEDO;

Determinando, de início, o seguinte:

1) autue-se a presente portaria, com a documentação que a acompanha, promovendo-se os registros necessários no Sistema de Acompanhamento dos Feitos e Requerimentos do MPDFT;

2) comunique-se a instauração do Inquérito Civil Público à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva e à imprensa oficial para publicação, munido de cópia desta portaria, na forma do artigo 2º, VII, da Resolução nº 66 do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

3) proceda-se ao controle do prazo previsto no artigo artigo 13-A da Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT - 1 (um) ano - informando sobre a eventual necessidade de prorrogação com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

4) comunicar a instauração do presente Inquérito Civil Público à investigada IRENE DA BEZERRA NASCIMENTO DA SILVA .

5) Notificar EVANILDO DA SILVA MACEDO para ciência da instauração do presente Inquérito Civil Público e prestar eventuais esclarecimentos que reputar convenientes ao seu direito de defesa, no prazo de vinte dias;

6) Expedir ofício ao Sr. Presidente do CDCA-DF, dando ciência de cópia integral do Inquérito Civil Público e requisitando informações sobre as razões de arquivamento da impugnação da candidatura ao cargo de conselheira tutelar IRENE BEZERRA DO NASCIMENTO SILVA, considerando a manifestação pública e documentada de apoio do Administrador Regional EVANILDO DA SILVA MACEDO, no prazo de 20 (vinte) dias.

7) Notificar os representantes de fls. 04/05 sobre a instauração do presente Inquérito Civil Público;

CESAR AUGUSTO NARDELLI COSTA
Promotor de Justiça

ISABEL MARIA DE FIGUEIREDO FALCÃO DURÃES
Promotora de Justiça

LESLIE MARQUES DE CARVALHO
Promotora de Justiça

LUISA DE MARILLAC XAVIER DOS PASSOS PANTOJA
Promotora de Justiça

ROSANA VIEGAS E CARVALHO
Promotora de Justiça

TIAGO ALVES DE FIGUEIREDO
Promotor de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 53, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 1ª PRODEP, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.041895/16-31, que tem como interessados: BRASÍLIA EMPRESA DE SEGURANÇAS LTDA, CAESB, EUGÊNIO CESAR ALVES LACERDA, VALKENS DOS SANTOS, MILTON DE PAULA PIMENTEL, OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JUNIOR e JOSMAN RODRIGUES RAMALHO para apurar a prática de improbidade administrativa por lesão ao erário e enriquecimento ilícito.

ROBERTO CARLOS SILVA

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 228, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o Anexo VI da Resolução-TCU nº 266, de 30 de dezembro de 2014, a qual dispõe sobre a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 101, inciso III e parágrafo único, da Resolução-TCU nº 266, de 30 de dezembro de 2014, considerando a necessidade de viabilizar a implementação de experiência piloto de especialização dos serviços de administração das secretarias de controle externo da Sede vinculadas à Coordenação-Geral de Controle Externo do Desenvolvimento Nacional e da Região Norte (Codesenvolvimento), resolve:

Art. 1º Ficam alterados os quantitativos de funções de confiança da Codesenvolvimento, da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental), da Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento), da Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazenda) e da Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag), constantes do Anexo VI da Resolução-TCU nº 266, de 2014, nos seguintes termos:

I - da Codesenvolvimento:

a) Chefe de Serviço, nível FC-3, de 0 para 2; e

b) Assistente Administrativo, nível FC-1, de 0 para 4;

II - da SecexAmbiental:

a) Assistente Administrativo, nível FC-1, de 1 para 0;

III - da SecexDesenvolvimento:

a) Assistente Administrativo, nível FC-1, de 1 para 0;

IV - da SecexFazenda:

a) Chefe de Serviço, nível FC-3, de 1 para 0; e

b) Assistente Administrativo, nível FC-1, de 1 para 0;

V - da Semag:

a) Chefe de Serviço, nível FC-3, de 2 para 1; e

b) Assistente Administrativo, nível FC-1, de 1 para 0.

Art. 2º Os anexos da Resolução-TCU nº 266, de 2014, passam a vigorar na forma dos anexos desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

ANEXO I

"ANEXO I DA RESOLUÇÃO-TCU Nº 266, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014
FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SECRETARIA DO TCU

Nível	Quantidade
FC-6	3
FC-5	223
FC-4	192
FC-3	323
FC-2	59
FC-1	113
Total	**913**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016091400064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

"ANEXO II DA RESOLUÇÃO-TCU Nº 266, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014
DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Unidade	FC-6	FC-5	FC-4	FC-3	FC-2	FC-1	Total
Segepres	1	12	24	57	2	11	107
Segecex	1	54	120	148	-	51	374
Segedam	1	7	18	53	-	12	91
Secoi	-	1	2	2	-	1	6
Seplan	-	1	3	3	-	1	8
Gabpres	-	-	-	7	6	6	19
Asseae	-	1	-	2	1	1	5
Gabinete do Corregedor	-	1	-	2	1	-	4
Gabinete de Ministro	-	63	-	18	27	18	126
Gabinete de Ministro-Substituto	-	24	-	4	12	4	44
Gabinete de Membro do Ministério Público junto ao Tribunal	-	33	-	2	10	8	53
Funções alocáveis por trabalho	-	26	25	25	-	-	76
Total	**3**	**223**	**192**	**323**	**59**	**113**	**913**

ANEXO III

"ANEXO III DA RESOLUÇÃO-TCU Nº 266, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014
DENOMINAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Nível	Denominação	Assessoramento	Direção	Total
FC-6	Secretário-Geral	-	3	3
Total FC-6		-	3	3
FC-5	Assessor de Ministro	54	-	54
	Assessor de Ministro-Substituto	20	-	20
	Assessor de Procurador	26	-	26
	Assessor Especial do Presidente	-	1	1
	Chefe de Assessoria	-	3	3
	Chefe de Gabinete	-	21	21
	Consultor Jurídico	-	1	1
	Coordenador-Geral	-	4	4
	Diretor-Geral	-	1	1
	Especialista Sênior nível III	-	-	26 (*)
	Secretário	-	62	62
	Secretário-Geral Adjunto	-	4	4
Total FC-5		100	97	223
FC-4	Assessor de Secretário-Geral	7	-	7
	Diretor	-	157	157
	Especialista Sênior nível II	-	-	25 (*)
	Subsecretário	-	3	3
Total FC-4		7	160	192
FC-3	Assessor	126	-	126
	Chefe de Serviço	-	141	141
	Especialista Sênior nível I	-	-	25 (*)
	Gerente de Processo	-	6	6
	Oficial de Gabinete	25	-	25
Total FC-3		151	147	323
FC-2	Assistente Técnico	59	-	59
Total FC-2		59	-	59
FC-1	Assistente Administrativo	76	-	76
	Auxiliar de Gabinete	37	-	37
Total FC-1		113	-	113
Total		**430**	**407**	**913**

(*) A natureza da função de Especialista Sênior (direção ou assessoramento) será indicada no respectivo ato de designação do servidor. Os quantitativos das funções de Especialista Sênior estão computados somente na coluna "Total".

ANEXO IV

"ANEXO IV DA RESOLUÇÃO-TCU Nº 266, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014
DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NAS UNIDADES BÁSICAS

Unidade Básica	Denominação	Nível	Assessoramento	Direção	Total
Segepres	Secretário-Geral	FC-6	-	1	1
	Chefe de Assessoria	FC-5	-	3	3
	Consultor Jurídico	FC-5	-	1	1
	Diretor-Geral	FC-5	-	1	1
	Secretário	FC-5	-	5	5
	Secretário-Geral Adjunto	FC-5	-	2	2
	Assessor de Secretário-Geral	FC-4	2	-	2
	Diretor	FC-4	-	19	19
	Subsecretário	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	14	-	14
	Chefe de Serviço	FC-3	-	43	43
	Assistente Técnico	FC-2	2	-	2
	Assistente Administrativo	FC-1	11	-	11
Total Segepres			29	78	107
Segecex	Secretário-Geral	FC-6	-	1	1
	Coordenador-Geral	FC-5	-	4	4
	Secretário	FC-5	-	49	49
	Secretário-Geral Adjunto	FC-5	-	1	1
	Assessor de Secretário-Geral	FC-4	2	-	2
	Diretor	FC-4	-	118	118
	Assessor	FC-3	92	-	92
	Chefe de Serviço	FC-3	-	56	56
	Assistente Administrativo	FC-1	51	-	51
Total Segecex			145	229	374
Segedam	Secretário-Geral	FC-6	-	1	1
	Secretário	FC-5	-	6	6
	Secretário-Geral Adjunto	FC-5	-	1	1
	Assessor de Secretário-Geral	FC-4	3	-	3
	Diretor	FC-4	-	15	15
	Assessor	FC-3	10	-	10
	Chefe de Serviço	FC-3	-	37	37
	Gerente de Processo	FC-3	-	6	6
	Assistente Administrativo	FC-1	12	-	12
Total Segedam			25	66	91
Total			**199**	**373**	**572**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO V

"ANEXO V DA RESOLUÇÃO-TCU Nº 266, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014
DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NA SEGEPRES

Unidade	Denominação	Nível	Natureza		Total
			Assessoramento	Direção	
Gabinete	Secretário-Geral	FC-6	-	1	1
	Assessor de Secretário-Geral	FC-4	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Técnico	FC-2	2	-	2
Total Gabinete			4	2	6
Adgepres	Secretário-Geral Adjunto	FC-5	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
Total Adgepres			1	1	2
AdgeTI	Secretário-Geral Adjunto	FC-5	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
Total AdgeTI			1	1	2
Aceri	Chefe de Assessoria	FC-5	-	1	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	2	2
	Assistente Administrativo	FC-1	3	-	3
Total Aceri			3	3	6
Aspar	Chefe de Assessoria	FC-5	-	1	1
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Aspar			3	1	4
Conjur	Consultor Jurídico	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	2	2
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Conjur			3	6	9
ISC	Diretor-Geral	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	4	4
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	9	9
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total ISC			2	14	16
Ouvidoria	Chefe de Assessoria	FC-5	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
Total Ouvidoria			1	1	2
Secom	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	2	2
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secom			2	5	7
Serint	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	2	2
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Serint			2	5	7
Seses	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Subsecretário	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	5	5
	Assistente Administrativo	FC-1	2	-	2
Total Seses			3	11	14
Setic	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	10	10
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Setic			3	14	17
STI	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	10	10
Total STI			1	14	15
Total			**29**	**78**	**107**

ANEXO VI

"ANEXO VI DA RESOLUÇÃO-TCU Nº 266, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014
DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NA SEGECEX

Unidade	Denominação	Nível	Natureza		Total
			Assessoramento	Direção	
Gabinete	Secretário-Geral	FC-6	-	1	1
	Assessor de Secretário-Geral	FC-4	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	3	-	3
Total Gabinete			5	2	7
Adgecex	Secretário-Geral Adjunto	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Adgecex			3	4	7
Codesenvolvimento	Coordenador-Geral	FC-5	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	2	2
	Assistente Administrativo	FC-1	4	-	4
Total Codesenvolvimento			5	3	8
Coestado	Coordenador-Geral	FC-5	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
Total Coestado			1	1	2
Coinfra	Coordenador-Geral	FC-5	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
Total Coinfra			1	1	2
Cosocial	Coordenador-Geral	FC-5	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
Total Cosocial			1	1	2

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Semec	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	2	2
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Semec			3	6	9
Secex-AC	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-AC			2	3	5
Secex-Administração	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-Administração			2	4	6
Secex-AL	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-AL			2	3	5
Secex-AM	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-AM			3	4	7
SecexAmbiental	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
Total SecexAmbiental			2	4	6
Secex-AP	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-AP			2	3	5
Secex-BA	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-BA			3	4	7
Secex-CE	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-CE			3	4	7
SecexDefesa	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SecexDefesa			3	4	7
SecexDesenvolvimento	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	1	-	1
Total SecexDesenvolvimento			1	3	4
SecexEducação	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SecexEducação			3	5	8
Secex-ES	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-ES			3	4	7
SecexEstataisRJ	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	-	-
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SecexEstataisRJ			3	4	7
SecexFazenda	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
Total SecexFazenda			2	4	6
Secex-GO	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-GO			3	4	7
Secex-MA	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-MA			3	4	7

Unidade	Denominação	Nível	Natureza		Total
			Assessoramento	Direção	
Secex-MG	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-MG			3	5	8

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Secex-MS	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-MS			2	3	5
Secex-MT	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-MT			3	4	7
Secex-PA	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-PA			3	4	7
Secex-PB	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-PB			3	4	7
Secex-PE	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-PE			3	4	7
Secex-PI	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-PI			3	4	7

Unidade	Denominação	Nível	Natureza		Total
			Assessoramento	Direção	
Secex-PR	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-PR			3	4	7
SecexPrevidência	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SecexPrevidência			3	5	8
Secex-RJ	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	4	4
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	2	2
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-RJ			3	7	10
Secex-RN	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-RN			3	4	7
Secex-RO	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-RO			2	3	5
Secex-RR	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-RR			2	3	5
Secex-RS	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-RS			3	5	8

Unidade	Denominação	Nível	Natureza		Total
			Assessoramento	Direção	
SecexSaúde	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SecexSaúde			3	5	8
Secex-SC	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-SC			3	4	7
Secex-SE	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-SE			2	3	5

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Secex-SP	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-SP			3	5	8
Secex-TO	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-TO			2	3	5
Sefip	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	4	4
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	3	3
	Assistente Administrativo	FC-1	2	-	2
Total Sefip			4	8	12
Sefti	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Sefti			3	5	8

Unidade	Denominação	Nível	Natureza		Total
			Assessoramento	Direção	
Seginf	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	3	3
Total Seginf			1	6	7
SeinfraAeroTelecom	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SeinfraAeroTelecom			3	5	8
SeinfraOperações	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
Total SeinfraOperações			1	3	4
SeinfraElétrica	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
Total SeinfraElétrica			2	3	5
SeinfraHidroFerrovia	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	4	4
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3		1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SeinfraHidroFerrovia			3	6	9
SeinfraPetróleo	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SeinfraPetróleo			3	4	7
SeinfraRodovia	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	4	4
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SeinfraRodovia			3	6	9

Unidade	Denominação	Nível	Natureza		Total
SeinfraUrbana	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	2	2
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SeinfraUrbana			3	6	9
Selog	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	4	4
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Selog			3	6	9
Semag	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
Total Semag			2	5	7
Serur	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	4	4
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	3	3
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Serur			3	8	11
Total			**145**	**229**	**374**

ANEXO VII

"ANEXO VII DA RESOLUÇÃO-TCU Nº 266, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014
DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NA SEGEDAM

Unidade	Denominação	Nível	Natureza		Total
			Assessoramento	Direção	
Gabinete	Secretário-Geral	FC-6	-	1	1
	Assessor de Secretário-Geral	FC-4	3	-	3
Total Gabinete			3	1	4
Adgedam	Secretário-Geral Adjunto	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Gerente de Processo	FC-3	-	3	3
	Assistente Administrativo	FC-1	4	-	4
Total Adgedam			5	5	10

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Seadmin	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
Total Seadmin			1	2	3
Secof	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	6	6
	Assistente Administrativo	FC-1	2	-	2
Total Secof			4	9	13
Segep	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	4	4
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	13	13
	Assistente Administrativo	FC-1	2	-	2
Total Segep			4	18	22
Selip	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	8	8
	Gerente de Processo	FC-3	-	3	3
	Assistente Administrativo	FC-1	2	-	2
Total Selip			4	15	19
Senge	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	4	4
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Senge			2	7	9
Sesap	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	6	6
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Sesap			2	9	11
Total			**25**	**66**	**91**

ANEXO VIII

"ANEXO VIII DA RESOLUÇÃO-TCU Nº 266, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014
DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NA SECOI

Unidade	Denominação	Nível	Natureza		Total
			Assessoramento	Direção	
Secoi	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total			**2**	**4**	**6**

ANEXO IX

"ANEXO IX DA RESOLUÇÃO-TCU Nº 266, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014
DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NA SEPLAN

Unidade	Denominação	Nível	Natureza		Total
			Assessoramento	Direção	
Seplan	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total			**3**	**5**	**8**

ANEXO X

"ANEXO X DA RESOLUÇÃO-TCU Nº 266, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014
DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NAS UNIDADES DE ASSESSORAMENTO A AUTORIDADES

Unidade	Denominação	Nível	Natureza		Total
			Assessoramento	Direção	
Gabpres	Chefe de Gabinete*	FC-5	-	-	-
	Assessor	FC-3	5	-	5
	Chefe de Serviço	FC-3	-	2	2
	Assistente Técnico	FC-2	6	-	6
	Auxiliar de Gabinete	FC-1	6	-	6
Total Gabpres			17	2	19
Asseae	Assessor Especial do Presidente	FC-5	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente técnico	FC-2	1	-	1
	Auxiliar de gabinete	FC-1	1	-	1
Total Asseae			3	2	5
Gabinete do Corregedor	Chefe de Gabinete	FC-5	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Oficial de Gabinete	FC-3	1	-	1
	Assistente Técnico	FC-2	1	-	1
Total Gabinete do Corregedor			3	1	4
Gabinete de Ministro	Chefe de Gabinete	FC-5	-	1	1
	Assessor de Ministro	FC-5	6	-	6
	Oficial de Gabinete	FC-3	2	-	2
	Assistente Técnico	FC-2	3	-	3
	Auxiliar de Gabinete	FC-1	2	-	2
	Total por Gabinete		13	1	14
Total Gabinete de Ministro (9 Gabinetes)			117	9	126
Gabinete de Ministro-Substituto	Chefe de Gabinete	FC-5	-	1	1
	Assessor de Ministro-Substituto	FC-5	5	-	5
	Oficial de Gabinete	FC-3	1	-	1
	Assistente Técnico	FC-2	3	-	3
	Auxiliar de Gabinete	FC-1	1	-	1
	Total por Gabinete		10	1	11
Total Gabinete de Ministro Substituto (4 Gabinetes)			40	4	44

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Gabinete de Membro do Ministério Público junto ao Tribunal	Chefe de Gabinete	FC-5	-	7	7
	Assessor de Procurador	FC-5	26	-	26
	Oficial de Gabinete	FC-3	2	-	2
	Assistente Técnico	FC-2	10	-	10
	Auxiliar de Gabinete	FC-1	8	-	8
Total Gabinete de Membro do Ministério Público junto ao Tribunal			46	7	53
Total			**226**	**25**	**251**

(*) A função de Chefe de Gabinete no Gabpres é oriunda da função de Chefe de Gabinete do Ministro eleito presidente.

ANEXO XI

"ANEXO XI DA RESOLUÇÃO-TCU Nº 266, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014
DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES ALOCÁVEIS POR TRABALHO

Denominação	Nível	Total (*)
Especialista Sênior nível III	FC-5	26
Especialista Sênior nível II	FC-4	25
Especialista Sênior nível I	FC-3	25

(*) Das funções indicadas no quadro, 20 FC Especialista Sênior nível III, 25 FC Especialista Sênior nível II e 25 Especialista Sênior nível I foram criadas pela Lei nº 12.776, de 28 de dezembro de 2012, bem como 6 FC Especialista Sênior nível III referem-se às funções criadas pela Lei nº 11.780, de 17 de setembro de 2008.

2ª CÂMARA

ATA Nº 32, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016
(Sessão Ordinária da Segunda Câmara)

Presidente: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas e 6 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença do Ministro Augusto Nardes, dos Ministros-Substitutos André Luís de Carvalho (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes) e Weder de Oliveira (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêg) e da Representante do Ministério Público Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva. Ausentes, em férias, a Ministra Ana Arraes, o Ministro Vital do Rêgo e o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 31 referente à Sessão Ordinária realizada em 30 de agosto de 2016.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

ANIVERSÁRIO DO PRESIDENTE RAIMUNDO CARREIRO

A Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva manifestou-se para desejar ao Presidente Raimundo Carreiro, pelo transcurso de seu aniversário, muitas felicidades, saúde e paz.

Na oportunidade, os ministros presentes, associaram-se à manifestação prestada ressaltando, dentre suas qualidades, a seriedade com que conduz às sessões da câmara.

O Ministro Raimundo Carreiro ao agradecer as manifestações, ressaltou que era uma honra poder estar, neste dia em que completa 68 anos de idade, a partilhar com os eminentes ministros, subprocuradora-geral e servidores da segunda câmara.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-003.293/2014-9, TC-006.258/2013-1, TC-022.926/2010-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-008.622/2015-9, TC-020.242/2014-0, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro; e

TC-005.044/2015-4, TC-007.630/2014-0, TC-010.558/2016-0, TC-030.625/2014-9 e TC-033.929/2014-9, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-027.892/2011-5, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, o Dr. Inácio Bento de Loyola Alencastro - OAB/DF nº 15.083 e o Sr. Humberto Miranda Cardoso, declinaram de apresentar sustentação oral em nome do Instituto Euvaldo Lodi do Distrito Federal e em seu próprio nome, respectivamente.

I

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 9961 a 9992.

RELAÇÃO Nº 22/2016 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 9961/2016 - TCU - 2ª Câmara

Tratam os autos de Admissões em favor de Luiz Carlos da Silva, Manuel Carlos da Silva, Manuel Ricardo Simao, Marco Antonio de Franca e Maria Cecilia Pulen Parente Badauy, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal, por intermédio do Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), na forma dos arts. 2º, caput e inciso II, e 4º, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

Considerando que os atos de Luiz Carlos da Silva, Manuel Carlos da Silva, Manuel Ricardo Simao e Maria Cecilia Pulen Parente Badauy, são referentes a atos que aconteceram nos anos de 1977 a 1979, anteriores, portanto, à vigência da CF de 1988;

Considerando que o ato de admissão em favor de Marco Antônio de Franca ocorreu em 3/3/2004 e os dados do concurso não foram preenchidos;

Considerando que a Lei 11.772/2008 não convalidou admissões realizadas pelo GEIPOT sem concurso público após a Constituição Federal de 1988;

Considerando o parecer do Ministério Público (peça 9);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, com fulcro no art. 1º, inciso V, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e diante das razões expostas pelo Relator, em não deliberar, no mérito, sobre as admissões de Luiz Carlos da Silva, Manuel Carlos da Silva, Manuel Ricardo Simao e Maria Cecilia Pulen Parente Badauy, levadas a efeito em anos anteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988, quando este E. TCU passou a ter competência para analisar, para fins de registro, os atos de admissão no âmbito da administração pública federal, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

1. Processo TC-013.807/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Carlos da Silva (153.884.171-15); Manuel Carlos da Silva (153.171.291-68); Manuel Ricardo Simão (153.256.281-00); Marco Antonio de Franca (146.274.181-91); Maria Cecilia Pulen Parente Badauy (214.105.771-04).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - MT

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar à Sefip que promova diligência junto à Valec, sucessora do Geipot, para que esclareça se a contratação de Marco Antônio de Franca se deu mediante concurso público, encaminhando, em caso positivo, cópia do edital de abertura e de homologação do certame;

1.7.2. Determinar à Sefip que promova a exclusão dos atos de Luiz Carlos da Silva, Manuel Carlos da Silva, Manuel Ricardo Simao e Maria Cecilia Pulen Parente Badauy da base de dados do Sisac, adotando as medidas pertinentes para o encerramento destes autos.

ACÓRDÃO Nº 9962/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 2609/2014-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 10/6/2014, inserido na Ata nº 19/2014-Ordinária, relativamente ao seu item 3, onde se lê: "Responsáveis:... Julia Luna Cohen Assunção (CPF 139.911.592-87);... Pedrina Wania Mesquita (CPF 167.702.422-49);... Sérgio Cabeça Braz (CPF 125.383.502-04);...", leia-se: "Responsáveis:... Julia Luna do Socorro Cohen Assunção (CPF 139.911.592-87);... Pedrina Wania Mesquita Gomes (CPF 167.702.422-49);... Sérgio Cabeça Braz (CPF 025.383.502-04);...", ao subitem 9.1, onde se lê: "excluir da relação processual... Darcy Marinho Quintella;...", leia-se: "excluir da relação processual... Darcy Marinho Quintela;...", ao subitem 9.3, onde se lê: julgar irregulares as contas dos Srs... Wilson Tavares Paumgartten,... para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), o recolhimento dos valores aos cofres do Tesouro Nacional,...", leia-se: "julgar irregulares as contas dos Srs... Wilson Tavares Von Paumgartten,... para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), o recolhimento dos valores aos cofres do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (Cefet/PA),...", aos subitens 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4 e 9.3.5, onde se lê: "...solidariamente com... Wilson Tavares Paumgartten...", leia-se: "...solidariamente com... Wilson Tavares Von Paumgartten..." e ao subitem 9.4, onde se lê: "aplicar, individualmente, ao Srs.. Wilson Tavares Paumgartten,...", leia-se: "aplicar, individualmente, aos Srs.. Wilson Tavares Von Paumgartten,...", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.188/2010-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Adelmar Alves de Aviz Junior (396.913.812-49); Antonio Carlos Pinheiro Teixeira (076.681.802-06); Arenales Faustino Barroso dos Santos (121.501.002-82); Benedito Santos Amorim Pinto (264.361.672-34); Carlos Lemos Barboza (032.489.412-00); Carlos de Souza Arcanjo (037.231.192-04); Celso Rosivaldo de Melo Pereira (271.453.102-44); Darcy Marinho Quintela (394.539.872-04); Diogo Guerreiro Reale (289.248.432-49); Edson Ary de Oliveira Fontes (028.745.122-49); Ernandes Ribeiro Rabelo (023.769.622-34); Fabiano de Assunção Oliveira (007.691.772-04); Fernando José Cardoso Brandão (458.732.402-72); Francisco Solano Rodrigues Neto (148.265.002-97); Genoveva Maria Esteves de Oliveira Melo (061.965.782-00); Hilton Prado de Castro (031.835.302-44); José Garcia Neto (380.804.001-72); José Luis Miranda Vieira (076.675.742-00); José Renato Dias Camelo (257.850.952-20); José Tadeu das Virgens Alves (076.755.262-87); José Vieira Tavares de Sousa (032.489.172-53); João Antônio Correa Pinto (097.047.012-68); Julia Luna do Socorro Cohen Assunção (139.911.592-87); Luiz Carlos Vieira de Carvalho (081.312.602-91); Luiz Eduardo do Canto Costa (006.099.002-34); Maria Auxiliadora Gomes Araujo (036.557.502-00); Maria Auxiliadora Souza dos Anjos (037.565.562-04); Maria Eduardo Xavier da Costa (380.080.842-00); Maria Francisca Tereza Martins de Souza (155.291.692-87); Maria Rita Vasconcelos da Cruz Quaresma (158.464.822-87); Mauricio Camargo Zorro (510.458.262-00); Moysés Mimon Benchimol (036.333.902-78); Naide de Souza Gaia (033.171.962-20); Neuza Salete Zortea (261.706.472-72); Pedrina Wania Mesquita Gomes (167.702.422-49); Ronaldo Passos Guimaraes (028.572.782-68); Solange de Fatima Freire Linhares (092.422.522-04); Sérgio Cabeça Braz (025.383.502-04); Wilson Tavares Von Paumgartten (029.828.622-04).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - MEC.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal: Joanaina de Paiva Rodrigues (17967/OAB-PA) e outros, representando Wilson Tavares Von Paumgartten; Antonio Candido Monteiro de Brito (646/OAB-PA), representando Genoveva Maria Esteves de Oliveira Melo; Aroldo Brasil da Silva (9.588/OAB-PA), representando Diogo Guerreiro Reale; Francinaldo Fernandes de Oliveira (10.758/OAB-PA), representando Darcy Marinho Quintela; Antonio Eduardo Cardoso da Costa (9.083/OAB-PA), representando Maria Eduardo Xavier da Costa; Antonio Villar Pantoja (1.049/OAB-PA), representando Carlos de Souza Arcanjo; Cláudio Monteiro Gonçalves (4.656/OAB-PA), representando José Luis Miranda Vieira e José Vieira Tavares de Sousa; Maria do Socorro Borges Celso Sa (5.093/OAB-PA), representando Ronaldo Passos Guimaraes; Carla Ferreira Zahlouth (5.719/OAB-PA), representando Carlos Lemos Barboza, Wilson Tavares Von Paumgartten, Julia Luna do Socorro Cohen Assunção, Hilton Prado de Castro e Francisco Solano Rodrigues Neto; Luiz Carlos dos Anjos Cereja (6977/OAB-PA), representando Maria Auxiliadora Gomes Araujo, Maria Auxiliadora Souza dos Anjos, Maria Francisca Tereza Martins de Souza, Sérgio Cabeça Braz e Maria Rita Vasconcelos da Cruz Quaresma.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9963/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 9379/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 16/8/2016, inserido na Ata nº 29/2016-Ordinária, relativamente ao seu item 9, onde se lê: "... ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos art. 1º, inciso I, 16, inciso II, ante as razões expostas pelo Relator, ...", leia-se: "... ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos art. 1º, inciso I, 16, inciso II, da Lei n° 8.443/92, ante as

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

razões expostas pelo Relator, ..." mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.920/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Carlos Luiz de Oliveira (290.611.211-91); Construtora Salles Nicolau Ltda - EPP (07.283.463/0001-57).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Nova Glória - GO.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.6. Representação legal:

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9964/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 8523/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 28/10/2008, inserido na Ata nº 39/2008-Ordinária, relativamente ao seu subitem 1.1, onde se lê: "Responsáveis: Francisco Canindé da Silva (559.085.196-34); Francisco Canindé da Silva ME (04.809.827/0001-00); Gildevan Alves Fernandes (961.929.177-87); Luiz Antônio Trevisan Vedoin (594.563.531-68); Ronildo Pereira Medeiros (793.046.561-68); Santa Maria Comércio e Representação Ltda.-ME (03.737.267/0001-54) e Wilson Tótola (096.217.927-20).", leia-se: "Responsáveis: Luiz Antônio Trevisan Vedoin (CPF 594.563.531-68); Santa Maria Comércio e Representação Ltda.-ME (03.737.267/0001-54) e Wilson Tótola (096.217.927-20).", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.985/2009-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Luiz Antônio Trevisan Vedoin (594.563.531-68); Santa Maria Comércio e Representação Ltda.-ME (03.737.267/0001-54); Wilson Tótola (096.217.927-20).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Pinheiros - ES.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Ivo Marcelo Spinola da Rosa (13731/OAB-MT), representando Luiz Antônio Trevisan Vedoin, Ronildo Pereira Medeiros e Santa Maria Comércio e Representação Ltda.-me; Gilson Soares Cezar (8569/OAB-ES), representando Wilson Tótola.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9965/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em expedir quitação ao Sr. Francisco Soares de Medeiros (CPF 085.309.474-87), à Sr.ª Cléia Maria Trevisan Vedoin (CPF 207.425.761-91) e à empresa Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 35.517.158/0001-43), ante o recolhimento integral do débito imputado no item 9.1 do Acórdão 8096/2012 - 2ª Câmara (peça 8, p. 77), no valor original de R$ 15.552,96, desde 15/4/2004, solidariamente aplicado aos responsáveis, promovendo-se em seguida, o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitido nos autos.

1. Processo TC-021.424/2009-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Cléia Maria Trevisan Vedoin (207.425.761-91); Francisco Soares de Medeiros (085.309.474-87); Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda (37.517.158/0001-43)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia - MT

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Ivo Marcelo Spinola da Rosa (13731/OAB-MT) e outros, representando Cléia Maria Trevisan Vedoin e Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Dar ciência aos responsáveis, ao Fundo Nacional de Saúde, ao Ministério Público Federal no Estado do Mato Grosso, ao Ministério Público do Estado do Mato Grosso e à Prefeitura de Nova Olímpia/MT desta deliberação;

1.7.2. Encerrar o processo com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 9966/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 1054/2014-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 18/3/2014, inserido na Ata nº 7/2014-Ordinária, relativamente ao seu subitem 9.2, onde se lê: "...o recolhimento dos valores aos cofres do Tesouro Nacional,...", leia-se: "...o recolhimento dos valores aos cofres do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA,...", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.221/2009-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Hilton Prado de Castro (031.835.302-44); Julia Luna Cohen Assunção (139.911.592-87); Maria Francisca Tereza Martins de Souza (155.291.692-87); Maria Rita Vasconcelos da Cruz Quaresma (158.464.822-87); Sérgio Cabeça Braz (025.383.502-04); Wilson Tavares Von Paumgartten (029.828.622-04).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - MEC.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Representação legal: Igor Oliveira Cotta (18.743/OAB-PA) e outros, representando Julia Luna Cohen Assunção e Hilton Prado de Castro; Luiz Carlos dos Anjos Cereja (6977/OAB-PA), representando Maria Rita Vasconcelos da Cruz Quaresma, Maria Francisca Tereza Martins de Souza e Sérgio Cabeça Braz; Carla Ferreira Zahlouth (5.719/OAB-PA) e outros, representando Hilton Prado de Castro, Julia Luna Cohen Assunção e Wilson Tavares Von Paumgartten.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9967/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que, regularmente notificada, em 15/12/2015, da deliberação recorrida, o Acórdão 10693/2015-Segunda Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 17/11/2015, inserido na Ata nº 40/2015, o recorrente compareceu aos autos em 28/12/2015, oportunidade em que protocolizou Embargos de declaração e em 19/4/2016, data que protocolizou Recurso de Reconsideração;

Considerando que a oposição de embargos de declaração é causa de suspensão do prazo para interposição dos demais recursos (art. 34, § 2º da LOTCU), ainda que interpostos por terceiros;

Considerando que, para a presente análise de tempestividade, devem ser considerados tanto o lapso ocorrido entre a notificação da decisão original e a oposição dos referidos embargos, quanto o prazo compreendido entre a notificação da deliberação que julgou aos embargos e a interposição do presente recurso de Reconsideração;

Considerando que o prazo para a interposição do recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU;

Considerando também que, por força dessas peculiaridades, os pareceres emitidos nos autos convergem pelo não-conhecimento do multicitado recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 277, inciso I; e 285; do Regimento Interno do TCU, e ante as razões expendidas pelo relator, em não conhecer do Recurso de Reconsideração interposto por José Ernesto Silva Junior, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, dando ciência desta deliberação e do exame de admissibilidade ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-029.151/2014-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: José Ernesto Silva Junior (678.881.944-00); Marcelo Marcos Rocha Souto (227.480.324-20)

1.2. Recorrente: José Ernesto Silva Junior (678.881.944-00)

1.3. Órgão/Entidade: Município de Jacaré dos Homens - AL

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

1.8. Representação legal: José Luiz Vasconcellos dos Anjos, OAB/AL 4527.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9968/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143 e 218 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em expedir quitação ao Sr. Benedito Pereira da Silva, CPF (134.318.704-49), tendo em vista o recolhimento integral da multa a ele imputada pelo Acórdão 3.389/2010-TCU-Plenário, em sessão de 8/12/2010, ata 49/2010 - Plenário

1. Processo TC-013.206/2008-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 033.534/2014-4 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO); 009.150/2013-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 009.149/2013-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 028.392/2009-6 (SOLICITAÇÃO); 019.782/2011-0 (SOLICITAÇÃO); 004.484/2015-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 020.474/2010-5 (SOLICITAÇÃO); 009.175/2013-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 009.152/2013-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: A C Araújo Costa (01.565.871/0001-15); Altanis Lima de Oliveira (678.442.194-91); Andrade e Alves Comércio Ltda (02.791.064/0001-83); Benedito Pereira da Silva (134.318.704-49); Cicero Cavalcante de Araujo (846.808.908-78); Com. e Representações Azarias Ltda (04.709.173/0001-34); Comercial Paris Ltda (05.361.322/0001-80); Condo-max Comércio e Representações e Serviços Ltda (03.991.746/0001-00); Djalma Aprigio dos Santos (509.457.504-04); Ely Afonso Bezerra de Mendonça (021.769.604-08); Gomes & Calheiros Ltda (06.056.962/0001-49); K O Santos & Cia Ltda (06.156.448/0001-85); Marcos Antonio Trindade de Oliveira (431.329.524-00); Marcos Paulo do Nascimento (650.763.384-49); Metrópolis Comércio e Representação Ltda (03.939.306/0001-04); Mundi - Comércio e Representação Ltda (04.880.636/0001-26); Pentágono Com. e Representações Ltda (04.463.342/0001-07); Pontes e Amorim Representação e Comércio Ltda - Me (06.097.146/0001-83); S L Comércio e Representações Ltda (03.105.552/0001-52); Setas Representações e Comércio Ltda - Me (04.168.354/0001-09); Silvano Santos Ferreira Com. e Rep. Me (06.087.560/0001-01); Suevit - Torres e Queiroz Ltda. (03.596.089/0001-99); Sydney Braga de Souza (277.612.234-91)

1.3. Interessado: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (vinculador) (05.049.940/0001-99)

1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Matriz de Camaragibe - AL

1.5. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

1.8. Representação legal: Ricardo Nobre Agra (3.595/OAB-AL), representando Marcos Antonio Trindade de Oliveira, Ely Afonso Bezerra de Mendonça, Djalma Aprigio dos Santos e Altanis Lima de Oliveira; Nairo Henrique Monte Freitas (6.211/OAB-AL), representando Benedito Pereira da Silva; Adeilson Teixeira Bezerra (4.719/OAB-AL), representando Cicero Cavalcante de Araujo e Marcos Paulo do Nascimento.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9969/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 169, incisos III e V, e 243, do Regimento Interno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar implementada a recomendação contida no item 1.7.1 do Acórdão 1.179/2015- TCU-2ª Câmara, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-034.722/2012-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Sistema Gp-web Ltda. (14.659.881/0001-61)

1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Elmo Vaz Bastos de Matos e outros, representando Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; Flávio José Cenatti (56344/OAB-RS) e outros, representando Sistema Gp-web Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Encaminhar cópia da instrução da unidade técnica (peças 74,75 e 76), e desta deliberação à Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP);

1.7.2. Devolver aos autos à Selog, para que seja promovido o arquivamento do presente feito, sabendo-se que aquela é a unidade técnica responsável.

RELAÇÃO Nº 33/2016 - 2ª Câmara

Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 9970/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de Admissão, de servidor da Caixa Econômica Federal, encaminhado a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que no ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

Considerar prejudicado por perda de objeto o ato de admissão abaixo relacionado, tendo em vista não produz mais efeito financeiro, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-022.039/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Joon Hee Kang (217.494.498-70)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9971/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidor do Serviço Federal de Processamento de Dados, encaminhado a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que no ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

Considerar prejudicado por perda de objeto o ato de admissão abaixo relacionado, tendo em vista não produz mais efeito financeiro, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-022.097/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Marcelo dos Santos Gamboa (702.778.932-91)

1.2. Órgão/Entidade: Serviço Federal de Processamento de Dados

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9972/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 do Regimento Interno/TCU, considerando a comprovação pelo Sr. Gastão Wagner de Sousa Campos, CPF 116.419.161-68, do pagamento integral do débito imputado no valor de R$ 70.436,68 (setenta mil, quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos), até 22/3/2013, e da multa aplicada no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), consoante demonstrativos de débito e pesquisas no Siafi, peças 164-167, por este Tribunal, por meio do Acórdão 5351/2009-TCU-2ª Câmara, peça 11, p. 59- 64, mantido pelo Acórdão 1077/2013-TCU-2ª Câmara, peça 14, p. 57, e Acórdão 2630/2013-TCU- 2ª Câmara, peça 55, cujo parcelamento foi autorizado por este Tribunal, por meio do Acórdão 3857/2013-TCU-2ª Câmara, peça 76, ACORDAM em expedir quitação ao mencionado responsável, nos termos do art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do RI/TCU, ante o pagamento integral dos débitos e multas a ele aplicados, conforme pareceres emitidos nos autos pela Secretaria e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-006.144/2004-0 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2003)

1.1. Apensos: 013.585/2013-4 (Cobrança Executiva); 029.624/2013-4 (Cobrança Executiva)

1.2. Responsáveis: Abadia Sebastiana de Morais (328.380.261-00); Adriano Lima Trindade (373.199.491-72); Ana Tereza da Silva Costa Alves (778.990.167-20); Antonio Renato Costa e Silva (400.242.021-34); Francisco Claudio Ribeiro Costa (100.358.933-20); Gastao Wagner de Sousa Campos (116.419.161-68); Hélio Ricarado Machado Lopez (659.619.350-00); Ivan Batista Coelho (408.152.266-91); Lucia Rodrigues Colli (226.912.781-15); Lucia de Paiva (129.516.686-00); Sabado Nicolau Girardi (285.396.726-34); Valdemar da Silva Fagundes (222.083.561-87)

1.3. Órgão/Entidade: Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Saúde

1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.7. Representação legal: Luciana Cugliari (175387/OAB-SP) e outros, representando Gastao Wagner de Sousa Campos; Gilberto Garcia Gomes (8849/OAB-DF) e outros, representando Sabado Nicolau Girardi e Sabado Nicolau Girardi; Milton Cleber Lopes Costa (20640/OAB-DF), representando Ivan Batista Coelho.

ACÓRDÃO Nº 9973/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado que trata de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em desfavor do Sr. Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, ex-Prefeito de Campina Grande/PB, em razão de irregularidades na execução física e financeira quanto aos recursos repassados à Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB por força do Convênio 1790/2009, Siconv 724796/2009, celebrado com o citado município, que teve por objeto o apoio à realização do evento Natal dos Sonhos.

Considerando que o exame das ocorrências que ensejaram a instauração da presente tomada de contas especial evidenciou que o valor atualizado do débito apurado é inferior a R$ 75.000,00, limite fixado por este Tribunal para encaminhamento de TCE.

Considerando, ainda, que o processo encontra-se pendente de citação válida neste Tribunal, cabe propor desde logo, a título de racionalização administrativa e economia processual, com vistas a evitar que o custo da cobrança seja superior ao valor da importância a ser ressarcida, o arquivamento do processo, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992, nos arts. 169, inciso VI, e 213 do RI/TCU c/c os arts. 6º, inciso I, e 19 da IN/TCU 71/2012.

ACORDAM, com fundamento no arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, V, do Regimento Interno/TCU, em:

a) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992, nos arts. 169, inciso VI, e 213 do RI/TCU, bem como no art. 6º, inciso I, c/c o art. 19 da IN/TCU 71/2012;

b) dar ciência deste Acórdão ao Ministério do Turismo e ao Sr. Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto (CPF 713.463.764-68);

1. Processo TC-023.682/2015-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Veneziano Vital do Rego Segundo Neto (713.463.764-68)

1.2. Órgão/Entidade: Município de Campina Grande - PB

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9974/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, incisos II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 143, inciso I; 208 e 214, incisos II do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas abaixo relacionadas regulares com ressalva, dar quitação aos responsáveis e fazer as (determinações/recomendações) a seguir, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Secretaria e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-027.116/2009-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Marilda Barra de Oliveira (405.854.846-00)

1.2. Órgão/Entidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: João Pedro Vitorio Neto (OAB/SP 209.120)

1.7. Julgar regulares com ressalva as contas da Sra. Marilda Barra (CPF 405.854.846-00), dando-se-lhe quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 202, § 4º, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno;

1.8. Reconhecer crédito a favor da Sra. Marilda Barra, correspondente ao valor do débito recolhido a maior, adotando os procedimentos previstos na Portaria Conjunta Segecex/Segedam 1, de 28/5/2014, de acordo com os cálculos do sistema débito do TCU (demonstrativo juntado à peça 73), a atualização da dívida na data de agosto de 2016 restou um saldo de crédito de R$ 1.744,06; e

1.9. arquivar os autos, após a comunicação dos interessados.

ACÓRDÃO Nº 9975/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação ao(s) responsável(eis), conforme os pareceres emitidos nos autos pela Secretaria e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-027.467/2014-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Arlindo Adelino Troian (005.696.079-49)

1.2. Órgão/Entidade: Município de Nova Londrina - PR

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Julgar as presentes contas regulares com ressalva, dando-se quitação ao Sr. Arlindo Adelino Troian, CPF 005.696.079-49, ex-Prefeito do Município de Nova Londrina - PR (gestão 1/1/2005 a 31/12/2008), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno;

1.8. promover a retirada da inscrição do Sr. Arlindo Adelino Troian no SIAFI, cujo fato motivador tenha sido o débito decorrente da execução do Convênio nº 4519/2005, registro SIAFI 547618;

1.9. dar ciência deste Acórdão, ao responsável, à Prefeitura Municipal de Nova Londrina-PR e ao Fundo Nacional de Saúde-FNS/MS; e

1.10. encerrar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 9976/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado com fundamento no arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, V, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em arquivar o presente processo, considerando que já cumpriu o objetivo para o qual foi constituído.

1. Processo TC-034.136/2013-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Aparecida Barbosa da Silva (642.807.057-04); Attilio Valentini (537.334.526-15); Francisco do Nascimento Nobrega (490.799.727-20); Jéferson Evangelista Correa (792.284.537-53)

1.2. Órgão/Entidade: Município de Petrópolis - RJ

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Representação legal: Carlos Eduardo Souza da Luz (OAB/RJ 180.789) (peça 30).

1.7. Dar ciência, com base no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, à Secretaria Municipal de Petrópolis de que:

1.7.1. nos casos de contratos de gestão, que envolvam, ainda que parcialmente, repasses de recursos oriundos da União para a participação complementar das instituições privadas de assistência à saúde no âmbito do SUS:

a) deve ser exigida, por parte da entidade qualificada, pelo menos ao término de cada exercício, a apresentação de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro (§ 1º do art. 8º da Lei 9.637/1998 e Acórdão 3.373/2012-TCU-Plenário);

b) deve ser realizado o exame das prestações de contas também sob os aspectos técnico e financeiro, à luz das normas e princípios que regem a execução das despesas públicas (art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal, bem como o princípio administrativo da transparência e Acórdão 3.373/2012-TCU-Plenário);

c) deve ser incluída, nos futuros termos de contratos de gestão, cláusula que trate do controle, avaliação, vistoria e fiscalização (arts. 6º e 8º da Lei nº 9.637/1998 e Acórdão 3.373/2012-TCU-Plenário);

1.7.2. nos casos de convênios, que envolvam, ainda que parcialmente, repasses de recursos oriundos da União para a participação complementar das instituições privadas de assistência à saúde no âmbito do SUS;

d) devem ser adotadas medidas no sentido de promover a fiscalização da execução das despesas, sob os aspectos da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal e § 3º, inciso I, do art. 116 da Lei 8.666/1993 e Acórdão 3.373/2012- TCU-Plenário);

e) deve se abster, em caso de liberação de recursos em parcelas, de liberar os valores das parcelas seguintes quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida (§ 3º do art.116 da Lei 8.666/93 e Acórdão 3.373/2012-TCU-Plenário);

f) deve proceder ao exame das prestações de contas também sob os aspectos técnico e financeiro, à luz das normas que regem a execução das despesas pública (art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal, bem como o princípio administrativo da transparência, e Acórdão 3.373/2012- TCU-Plenário);

g) deve passar a exigir, nos planos operativos e quando das prestações de contas, a discriminação das atividades da área meio em itens específicos e detalhados, acompanhados do orçamento analítico de seus custos, por meio de pesquisas de preços do mercado (princípios da transparência, economicidade e eficiência e Acórdão 3.373/2012-TCU-Plenário);

h) deve proceder à glosa dos valores correspondentes a pagamentos que caracterizem desvio de finalidade na aplicação dos recursos, a exemplo de pagamentos de multas administrativas, taxa de administração ou de cooperação técnica, (§ 3º, inciso II, do art. 116 da Lei 8.666/1993 e Acórdão 3.373/2012-TCU-Plenário);

i) deve exigir e fiscalizar o cumprimento das orientações acima expedidas, tanto nos convênios e contratos de gestão em andamento como nos que vierem a ser firmados com a referida entidade;

1.8. determinar, a título de racionalização administrativa e economia processual, e com o objetivo de evitar que o custo da cobrança seja superior ao valor do ressarcimento, desde logo, nos termos do art. 213 do RI/TCU e do art. 7º, inciso III, c/c art. 19 da IN/TCU 71/2012, o arquivamento do presente processo, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuarão obrigados os responsáveis, para que lhes possa ser dada quitação;

1.9. Encaminhar cópia do presente Acórdão para a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, o Município de Petrópolis, o Serviço Social Autônomo Hospital Alcides Carneiro - SEHAC, a Fundação Otacílio Gualberto, a Senhora Aparecida Barbosa da Silva e os Senhores Attílio Valentini, Francisco do Nascimento Nobrega e Jeferson Evangelista Correa.

ACÓRDÃO Nº 9977/2016 - TCU - 2ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos que cuidam de Representação formulada pelos Deputados Estaduais José Domingos Scarpellini e Neivo Beraldin, acerca de eventuais irregularidades na contratação da Associação Canoense de Deficientes Físicos - ACADEF, com sede no Rio Grande do Sul, pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM/PR, e pela formalização e implementação de convênio entre o INMETRO e a Rede Paranaense de Metrologia e Ensaios - REDE, com a interveniência do IPEM/PR

Considerando a identificação de inexatidão material no Acórdão 5.217/2016 - 2ª Câmara - TCU, prolatado na Sessão de 3/5/2016, Ata nº 14/2016, relativamente itens 9 e 9.1.

Considerando que, o requerimento do Senhor Leonaldo Paranhos da Silva (peça n.º 75), protocolizado em 26/01/2011, no qual o responsável comprova o recolhimento da multa de R$ 5.000,00 que lhe foi imposta pelo Tribunal mediante o Acórdão n.º 3.696/2010 - 2.ª Câmara, e sobre o qual não houve, até a presente data, manifestação da Corte.

Considerando os pareceres emitidos nos autos pela unidade técnica e pelo Ministério Público junto ao TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara,

ACORDAM, por unanimidade, em:

a) com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, retificar, por inexatidão material o Acórdão 5.217/2016 - 2ª Câmara - TCU, prolatado na Sessão de 3/5/2016, Ata nº 14/2016, relativamente itens 9 e 9.1, para que onde se lê: "Roberto Luiz da Lima Guimarães" leia-se: "Roberto Luiz de Lima Guimarães", mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado.

b) com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, expedir quitação ao Senhor Leonaldo Paranhos da Silva, nos termos do art. 27 da Lei n.º 8.443/1992, ante a comprovação do pagamento da multa que lhe foi aplicada por meio do Acórdão n.º 3.696/2010 - 2.ª Câmara.

1. Processo TC-011.415/2006-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 011.440/2006-5 (Representação); 029.305/2015-2 (Monitoramento); 033.989/2010-9 (Solicitação)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Responsáveis: Ipem-PR (76.071.869/0001-99); Joao Alziro Herz da Jornada (113.055.250-00); José Antonio Fonseca (021.559.400-25); Leonaldo Paranhos da Silva (498.725.759-91); Marco Antonio Lima Berberi (814.976.109-82); Roberto Luiz de Lima Guimarães (135.083.186-72)

1.3. Órgão/Entidade: Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná

1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

1.7. Representação legal: Roberto Andre Oresten (14188/OAB-PR) e outros, Adriana da Costa Ricardo Schier (27589/OAB-PR) e outros.

RELAÇÃO Nº 30/2016 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 9978/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.086/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aderalton Alves de Araújo (CPF 028.107.021-01); Adriano da Silva Mendes (CPF 922.927.982-04); Jan Verues Romero (CPF 778.717.821-34); John Lenon Gonçalves Costa (CPF 015.520.682-69) e Ádan Manoel Matos Silva (CPF 728.334.751-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9979/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de pensão militar em favor de Maria das Neves de Oliveira (nº de controle 10003460-08-2014-000358-1), já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, vez que já consta ato de reversão em favor das filhas; e considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar em favor de Clara Lucia Ramalho de Carvalho e Maria da Conceição Ramalho de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.706/2016-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Clara Lucia Ramalho de Carvalho (CPF 276.261.304-30); Maria da Conceição Ramalho de Oliveira (CPF 151.126.404-72) e Maria das Neves de Oliveira (CPF 007.511.484-40).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9980/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em dar quitação ao Sr. Rosivaldo Marques de Oliveira e à Sra. Cleide Antônia de Souza, ante o recolhimento integral das multas que lhes foram imputadas por meio do Acórdão 5.687/2015-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 18/8/2015 (Ata nº 28/2015), retificado pelo Acórdão 9.338/2015-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 20/10/2015 (Ata nº 36/2015), e ratificadas pelo Acórdão 8.031/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 5/7/2016 (Ata nº 23/2016), sem prejuízo de fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Responsável: Rosivaldo Marques de Oliveira

Valor original da multa: R$ 6.000,00 / Data de origem da multa: 18/8/2015

Valor recolhido: R$ 6.000,00 / Data do recolhimento: 13/11/2015

Responsável: Cleide Antônia de Souza

Valor original da multa: R$ 6.000,00 / Data de origem da multa: 18/8/2015

Valor recolhido: R$ 6.000,00 / Data do recolhimento: 17/11/2015

1. Processo TC-041.707/2012-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsáveis: Celso Lisboa de Lacerda (CPF 557.390.089-72); Cesar Jose de Oliveira (CPF 660.174.754-87); Cleide de Antônia de Souza (CPF 372.898.021-87); Edinar Ferreira Araujo (CPF 093.880.013-20); Eva Maria de Souza Sardinha (CPF 289.159.251-49); Francisco José Nascimento (CPF 068.104.542-68); Fredson Ferreira Gomes (CPF 494.854.741-72); Geraldo Ferreira Soares (CPF 210.315.761-34); Gilda Diniz dos Santos (CPF 281.822.605-82); Hepta Tecnologia Informática Ltda (CNPJ 37.057.387/0001-22); Ivan Jairo Junckes (CPF 432.976.769-49); Jaqueline de Almeida Lorenço (CPF 827.281.431-53); Junior Divino Fideles (CPF 851.339.651-68); Luciano Gregory Brunet (CPF 349.411.340-87); Luiz Gugé Santos Fernandes (CPF 333.610.025-91); Marcelo Afonso Silva (CPF 311.875.526-15); Marcio Marrek Berbigier (CPF 697.610.940-49); Raimundo de Araújo Lima (CPF 045.052.552-04); Renata Almeida Dávila (CPF 889.514.305-10); Richard Martins Torsiano (CPF 824.775.740-00); Roberto Kiel (CPF 424.832.390-72); Rolf Hackbart (CPF 266.471.760-04); Rosivaldo Marques de Oliveira (CPF 539.582.091-49); Sérgio Ricardo Rezende (CPF 112.589.388-55) e Vinicius Ferreira de Araujo (CPF 322.833.774-04).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental).

1.6. Representação legal: Pedro Henrique Pontes Mendes (43658/DF-OAB); Iara Sonia Aguiar de Aquino (10911/DF-OAB) e outros, representando Hepta Tecnologia e Informática Ltda.. 1.7. Determinar à SecexAmbiental que junte cópia da Peça nº 121 ao processo de contas ordinárias do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) relativas ao exercício de 2015, para fins de monitoramento do item 9.11 do Acórdão 5.687/2015-TCU-2ª Câmara.

ACÓRDÃO Nº 9981/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura em desfavor do Sr. Aridelson Sebastião de Almeida, em solidariedade com o Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social, do qual era presidente, diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais repassados à conta do Convênio nº 734460/2010/MINC/FNC, celebrado entre União e a aludida entidade, em 16/6/2010, para a implementação na cidade de Ceilândia/DF do Projeto Forrolândia 2010;

Considerando que, por meio do Acórdão 2.421/2015-2ª Câmara, o TCU considerou revéis os responsáveis e julgou irregulares as suas contas, condenando-lhes em débito e em multa;

Considerando que a citação do Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social foi endereçada ao antigo administrador da entidade, tendo sido encaminhada ao endereço do instituto;

Considerando que a citação do Sr. Aridelson Sebastião de Almeida, como administrador regional de Ceilândia/DF até 8/12/2014, foi a ele encaminhada no endereço do aludido órgão público em 2015;

Considerando que, assim, sobressai a existência de vícios insanáveis nas citações realizadas nesta TCE;

Considerando que constam dos autos os pareceres uniformes da SecexEducação e do MPTCU no sentido de propor que o Acórdão 2.421/2015-TCU-2ª Câmara seja declarado nulo (de ofício), nos termos do art. 174 do Regimento Interno do TCU; e

Considerando que, por essa linha, surge a necessidade de observância do devido processo legal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em:

a) declarar, de ofício, com fundamento no art. 174 do Regimento Interno do TCU, a nulidade do Acórdão 2.421/2015-TCU-2ª Câmara, tornando-o insubsistente, por vício insanável na citação do Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social, estendendo os efeitos dessa deliberação ao Sr. Aridelson Sebastião de Almeida, que responde solidariamente pelo débito apontado nestes autos; e

b) fazer a determinação abaixo indicada:

1. Processo TC-000.802/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Aridelson Sebastião de Almeida (CPF 611.395.721-72) e Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social (CNPJ 02.560.332/0001-56).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (Vinculador).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.6. Representação legal: Francisco Ferreira Morbeck (CPF 098.248.551-49), representando Aridelson Sebastião de Almeida.

1.7. Determinar à SecexEducação que promova nova citação do Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social, estendendo essa medida a todos os demais responsáveis apontados nos autos, adotando as providências necessárias ao correto chamamento aos autos, dando o devido prosseguimento ao feito.

ACÓRDÃO Nº 9982/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 8.360/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 12/7/2016 (Ata nº 24/2016), relativamente aos itens abaixo indicados, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à Secex/AM, para que dê prosseguimento às providências cabíveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) item 9.1

onde se lê:

"9.1. considerar revel o Sr. Fernando Falabella, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;";

leia-se:

"9.1. considerar revel o Sr. Antônio Taumaturgo Caldas Coelho, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;";

b) item 9.3

onde se lê:

"9.3 julgar irregulares as contas do Sr. Antônio Taumaturgo Caldas Coelho, com fundamento no art. 16, inciso III, alínea "a", e no art. 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

DATA	VALOR (R$)
19/02/2008	R$ 6.300,00
(...)	(...)
22/12/2008	R$ 5.500,00
23/12/2008	R$ 4.391,16
30/12/2008	R$ 4.391,16

leia-se:

"9.3 julgar irregulares as contas do Sr. Antônio Taumaturgo Caldas Coelho, com fundamento no art. 16, inciso III, alínea "a", e no art. 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

DATA	VALOR (R$)
19/02/2008	R$ 6.300,00
(...)	(...)
23/12/2008	R$ 4.391,16
30/12/2008	R$ 4.391,16

1. Processo TC-003.440/2014-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Antônio Taumaturgo Caldas Coelho (CPF 279.341.524-34).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Urucará/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9983/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por intermédio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), em desfavor do Instituto de Estudos Sócio Ambientais (IESA) e dos Srs. Oberdan Mascarenhas de Andrade, Marcelo Fernando Garcia de Garcia e Rogério Lopes Meireles, diante de irregularidades na execução física do Convênio nº 19/2005 (Siafi nº 525507) celebrado com o Instituto de Estudos Sócio Ambientais para a implantação do processo de gestão participativa na Floresta Nacional do Amapá (Flona), tendo sido repassados ao IESA o montante de R$ 86.968,00, com a previsão de R$ 7.365,00 a título de contrapartida;

Considerando que o exame das ocorrências ensejadoras da presente TCE evidenciou que, por não estarem individualizadas as condutas atribuídas aos responsáveis e não estarem adequadamente quantificados os débitos, havendo, assim, divergências entre os pareceres analisadores da prestação de contas da referida avença, não restaram atendidos os pressupostos de desenvolvimento válido e regular desta TCE;

Considerando que o art. 212 do RITCU estabelece que o Tribunal determinará o arquivamento da tomada de contas especial, quando verificar a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

Considerando, por fim, que, nesse sentido, constam dos autos os pareceres uniformes do Ministério Público junto ao TCU e da unidade técnica;

Considerando, de toda sorte, que se mostra indicado cientificar o Ministério do Meio Ambiente (MMA) sobre a ausência de individualização das condutas dos responsáveis e da devida quantificação do dano ao erário na análise da prestação de contas do Convênio nº 19/2005 (Siafi nº 525507) com vistas a prevenir falhas semelhantes no futuro, sem prejuízo de determinar que realize nova análise da prestação de contas do aludido ajuste e, caso não seja aprovada, após o exaurimento das medidas cabíveis para a regularização das pendências ou a reparação do dano, adote as providências necessárias à instauração de nova tomada de contas especial;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "b", 169, inciso II, 212 e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em arquivar os presentes autos, sem o julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-008.943/2016-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Instituto de Estudos Sócio Ambientais (CNPJ 01.002.877/0001-84); Marcello Fernando Garcia de Garcia (CPF 323.784.670-87); Oberdan Mascarenhas de Andrade (CPF 397.776.182-04) e Rogério Lopes Meireles (CPF 511.166.692-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (Secex/AP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Ministério do Meio Ambiente que realize nova análise da prestação de contas do Convênio nº 19/2005 (Siafi nº 525507) e, caso não seja aprovada, adote, após o exaurimento das providências cabíveis para a regularização da pendência ou a reparação do dano, as providências necessárias à instauração de nova tomada de contas especial, haja vista a ausência de individualização das condutas dos responsáveis e a devida quantificação do dano ao erário na análise da prestação de contas do aludido convênio, afrontando o disposto nos arts. 5º e 6º da Instrução Normativa TCU nº 71/2012, além de implementar procedimentos internos que previnam a ocorrência de falhas semelhantes, sem prejuízo de informar o TCU, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, sobre o resultado das medidas adotadas; e

1.7.2. à Secex/AP que envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer a unidade técnica, ao Ministério do Meio Ambiente.

ACÓRDÃO Nº 9984/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em desfavor da Sra. Márcia Helena Veleda Moita (falecida), diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais repassados por meio do Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro a Projetos de Pesquisa firmado, em 19/12/2009, com vistas à concessão de auxílio para o desenvolvimento do projeto "Alternativas Logísticas para o Escoamento da Produção do Polo Industrial de Manaus/AM", em conformidade com o Edital MCT/CNPq/CT-Aquaviário 8/2009, tendo o ajuste vigorado no período de 24/12/2009 a 23/3/2013, com o valor de R$ 100.807,80;

Considerando que, no âmbito deste Tribunal, foi promovida a citação da Sra. Márcia Helena Veleda Moita;

Considerando, que, nos termos do Acórdão 1.278/2015-2ª Câmara prolatado pelo TCU na Sessão de 24/3/2015, as contas da responsável foram julgadas irregulares, com a condenação em débito e em multa;

Considerando que, posteriormente ao acórdão condenatório, foi encaminhado pela Procuradoria da República no Estado do Amazonas o despacho datado de 29/6/2015, informando que a Sra. Márcia Helena Veleda Moita havia falecido em 2013;

Considerando que, conforme a instrução à Peça nº 25, confirmou-se o falecimento da responsável em 12/3/2013, de sorte que tal fato ocorreu em data anterior à citação efetuada por este Tribunal (29/11/2014);

Considerando que, como não constava do processo a certidão de óbito da responsável, foi realizada diligência para a obtenção desse documento, além de informações sobre o eventual inventário ou partilha de bens;

Considerando que, em face do atendimento das referidas diligências, foi promovida a citação do Sr. Saulo Paulo Almeida Moita e da Sra. Marlene Veleda Moita, como sucessores da Sra. Márcia Helena Veleda Moita, destacando que eles apresentaram as suas alegações de defesa às Peças nºs 45/46;

Considerando que os referidos sucessores apresentaram diversos documentos a título de prestação de contas (v.g. extratos bancários, notas fiscais, cópias de cheques, recibos de passagens);

Considerando que, a despeito de referir-se à execução financeira do ajuste, a documentação apresentada não estaria revestida da formalidade necessária à prestação de contas;

Considerando que, ainda assim, tais documentos poderiam ser úteis para a formação de convicção sobre a aplicação dos gastos, notadamente se analisados em conjunto com a execução física do objeto;

Considerando que este Tribunal tem entendido ser competência primária do ente concedente decidir sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos (v.g.: Acórdãos 1.518/2010, 506/2015, 504/2015, da 2ª Câmara);

Considerando que, conforme proposto pela unidade técnica, a solução mais adequada consistiria em enviar ao CNPq a documentação remetida pelos sucessores da Sra. Márcia Helena Veleda Moita, a fim de que essa entidade emita o seu pronunciamento conclusivo quanto à regularidade, ou não, da execução física e financeira da avença, nos termos do art. 31 da então vigente IN STN nº 1, de 1997, encaminhando a sua conclusão ao TCU no final do prazo estipulado;

Considerando, enfim, que, como a Sra. Márcia Helena Veleda Moita faleceu antes de ser citada, mas o conhecimento desse fato só se deu após a prolação do acórdão condenatório, cabe ao TCU, nos termos dos arts. 174 e 175 do Regimento Interno do TCU, declarar de ofício a nulidade da citação para tornar insubsistente o acórdão condenatório;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em:

a) reconhecer, de ofício, a nulidade da citação de Sra. Márcia Helena Veleda Moita (falecida), nos termos do art. 174 do Regimento Interno do TCU,;

b) tornar insubsistente, nos termos do art. 175 do Regimento Interno do TCU, o Acórdão 1.278/2015-TCU-2ª Câmara; e

c) fazer as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-010.575/2014-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Marlene Veleda Moita (CPF 282.239.500-49); Márcia Helena Veleda Moita (CPF 583.926.610-87) e Saulo Paulo Almeida Moita (CPF 046.787.100-00).

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: Patricia Peixoto de Araujo (15.000/OAB-RS), representando Marlene Veleda Moita e Saulo Paulo Almeida Moita.

1.7. Determinar à Secex/AM que:

1.7.1. promova diligência junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 11 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 157 e 201, § 1º, do Regimento Interno do TCU, para que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, analise a documentação encaminhada a título de prestação de contas pelos sucessores da Sra. Márcia Helena Veleda Moita, referente ao Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro a Projeto de Pesquisa, firmado em 19/12/2009, cujo objeto consistia na concessão de auxílio para o desenvolvimento do projeto "Alternativas Logísticas para o Escoamento da Produção do Polo Industrial de Manaus/AM", em conformidade com o Edital MCT/CNPq/CT-Aquaviário 8/2009, emitindo o seu parecer conclusivo sobre a execução financeira e física do objeto, devendo informar o TCU sobre os resultados dessa medida imediatamente após o exaurimento do referido prazo;

1.7.2. envie ao CNPq cópia da documentação acostada às Peças nºs 45 e 46 do presente processo; e

1.7.3. promova o sobrestamento do presente feito durante o prazo fixado no item 1.7.1 deste Acórdão, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 11 da Lei nº 8.443/1992 e nos os arts. 157 e 201, § 1º, do Regimento Interno do TCU, dando prosseguimento ao feito logo em seguida.

ACÓRDÃO Nº 9985/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 8.365/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 12/7/2016 (Ata nº 24/2016), relativamente aos itens abaixo indicados, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à Secex/CE, para que dê prosseguimento às providências cabíveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) item 3

onde se lê:

"3. Responsáveis: (...) Hélio Dantas de Almeida Júnior (CPF 104.828.143-40) e (...)";

leia-se:

"3. Responsáveis: (...) Hélio Dantas de Almeida Júnior (CPF 104.828.143-49) e (...)";

b) item 9.4

onde se lê:

"9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo (...)";

leia-se:

"9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo (...)";

1. Processo TC-015.100/2013-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Clóvis Amora Vasconcelos Filho (CPF 114.032.683-04); Fernando Lima Lopes (CPF 042.761.673-53); Hélio Dantas de Almeida Juúnior (CPF 104.828.143-49) e Kariol Construções Ltda. (CNPJ 01.600.258/0001-91).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Baturité/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: Jose Moreira Lima Junior (6986/OAB-CE) e outros, representando Clóvis Amora Vasconcelos Filho.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9986/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar cumprida a determinação expedida à Caixa Econômica Federal por meio do item 1.7.1 do Acórdão 3.258/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na apreciação do TC 032.123/2015-9, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.346/2016-8 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Município de São Joaquim do Monte/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/PE que:

1.7.1. encaminhe cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, à Caixa Econômica Federal; e

1.7.2. apense os presentes autos ao TC 032.123/2015-9, em obediência aos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259/2014.

ACÓRDÃO Nº 9987/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar cumprida a determinação expedida à Caixa Econômica Federal por meio do item 1.7.1 do Acórdão 7.828/2010-TCU-2ª Câmara, prolatado na apreciação do TC 010.790/2016-0, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.485/2016-7 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Belo Jardim/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/PE que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, à Caixa Econômica Federal; e

1.7.2. apense os presentes autos ao TC 010.790/2016-0, em obediência aos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259/2014.

ACÓRDÃO Nº 9988/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo Exmo. Sr. Joamy Alves de Oliveira, prefeito de Araçoiaba/PE, sobre irregularidades na prestação de contas dos recursos transferidos ao aludido município, no exercício de 2003, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para serem aplicados no Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE/2003, requerendo a instauração de tomada de contas especial contra os Srs. Hildemar Alves Guimarães, ex-prefeito do município de Araçoiaba/PE (gestão: 1977-2000 e 2001-2004), Jailson Silva dos Santos, ex-gestor da Escola Municipal Senador Paulo Pessoa Guerra, Ricardo Araújo de Andrade, ex-gestor da Escola Municipal Genaro Pereira Baracho, e contra as Sras. Solange Maria Rufino da Silva, ex-gestora da Escola Municipal Maria Carneiro de Albuquerque, e Solange Maria Teixeira Caetano da Silva, ex-gestora da Escola Municipal Amaro Soares de Oliveira;

Considerando que, conquanto os prefeitos municipais possuam legitimidade para formular representação ao Tribunal, consoante o art. 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU, eles não se encontram no rol de legitimados para solicitar fiscalizações a este Tribunal, já que, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, e do art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, tal iniciativa é privativa das Casas Legislativas e de suas respectivas comissões;

Considerando que a unidade técnica, por meio de pesquisa junto ao site do FNDE (www.fnde.gov.br, Peça nº 3), constatou que a prestação de contas dos recursos do PDDE recebidos pelo município de Araçoiaba/PE, no ano de 2003, ainda se encontra em análise (dados do sistema SISPCO-Web, válidos em 17/8/2016);

Considerando que, em se tratando de convênios e de outras transferências de recursos federais, o TCU vem entendendo que o controle e a fiscalização de sua execução, com o exame da prestação de contas, consiste em atribuição primária do repassador dos recursos, o qual, se identificar alguma das hipóteses previstas no art. 8º da Lei nº 8.443/1992, deverá instaurar a devida tomada de contas especial para a apuração dos fatos, a identificação dos responsáveis, a quantificação do dano e a obtenção do ressarcimento ao erário (v. g.: Acórdãos 3.757/2015, 3.758/2015, 3.759/2015 e 3.761/2015, da 2ª Câmara);

Considerando, pelo exposto, que, tendo em vista que a entidade repassadora dos recursos está analisando a prestação de contas de 2003, não se mostra adequada, na presente etapa processual, a atuação mais imediata e direta do TCU, a qual pode ser diferida para momento futuro, quando se der o ingresso, neste Tribunal, da tomada de contas especial que eventualmente seja instaurada pelo FNDE, devendo ser considerada prejudicada a apreciação de mérito da presente representação, como envio das necessárias determinações;

Considerando, de toda a sorte, que, com o intuito de se preservar a eficácia do controle, mostra-se indicado determinar ao FNDE que ultime a análise dos recursos transferidos ao município de Araçoiaba/PE no âmbito do PDDE/2003, informando o TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias, a respeito das medidas já adotadas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la prejudicada, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.775/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Exmo. Sr. Joamy Alves de Oliveira, Prefeito do Município de Araçoiaba/PE.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Araçoiaba/PE.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar:
1.7.1. ao FNDE que ultime a análise dos recursos transferidos ao município de Araçoiaba/PE no âmbito do PDDE/2003, informando o TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, a respeito das medidas já adotadas;
1.7.2. à Secex/PE que:
1.7.2.1. envie cópia do presente Acórdão ao ilustre representante e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); e
1.7.2.2. arquive os presentes autos, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação contida no item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 9989/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ), com fulcro no art. 237, inciso VI, e parágrafo único do Regimento Interno do TCU (RITCU), a partir de elementos apresentados por terceiros, sobre a contratação da empresa AXG Construções e Reformas Ltda. por unidades militares integrantes junto ao Comando do Exército no Estado do Rio de Janeiro, por meio da suposta utilização fraudulenta de atas de registro de preços;

Considerando que, por meio do Acórdão 8.651/2015-TCU-2ª Câmara, o feito foi conhecido por este Tribunal;

Considerando, que, no intuito de sanear o feito foram realizadas:

a) diligências junto à Academia Militar das Agulhas Negras, ao Hospital Geral do Rio de Janeiro e ao Centro de Capacitação Física do Exército;

b) oitiva prévia do Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx) e do Hospital Geral do Rio de Janeiro (HGeRJ);

c) audiências dos Srs. Marcelo Menezes Guimarães, como chefe do setor de aquisições, licitações e contratos do CCFEx e pregoeiro do PE SRP nº 11/2012-CCFEx; Luiz Claudio da Silva Ferreira, como ordenador de despesa do CCFEx e autoridade responsável pela homologação do PE SRP nº 11/2012-CCFEx; Maurício Real Ferreira, como chefe da seção de aquisições, licitações e contratos do HGeRJ e signatário do edital do PE SRP nº 16/2014-HGeRJ; Alexandre Falcão Corrêa, como ordenador de despesas do HGeRJ; Marcos Ramos Vieira, como fiscal dos Contratos nºs 4, 9 e 10/2014-HgeRJ; Marcelo Augusto Borges, como fiscal do Contrato nº 20/2014-HGeRJ (PE SRP nº 16/2014-HGeRJ); Luiz Henrique Alves de Castro, como fiscal do Contrato nº 15/2014-HgeRJ (Pregão nº 35/2013-HgeRJ); e

d) oitivas das empresas CSL Comércio e Serviços em Geral Lobão Ltda. - ME, Artex Serviços e Reformas Ltda. - ME e AXG Construções e Reformas Ltda.;

Considerando que, após a percuciente análise do material probatório integrante dos autos, a Secex/RJ consignou o seu parecer técnico à Peça nº 213;

Considerando que, estando o processo no Gabinete do Ministro-Relator André Luís de Carvalho para o devido pronunciamento de mérito, foram acostados aos autos pelos Srs. Maurício Real Ferreira, Luiz Henrique Alves de Castro e Alexandre Falcão Corrêa nova documentação (Peças nºs 216 a 219), cujo conteúdo poderá influenciar no desfecho das questões tratadas na presente representação;

Considerando que, a partir das informações contidas na documentação acostada às Peças nºs 216 a 219, mostra-se necessária a realização de inspeção no HGeRJ;

Considerando, por fim, que o TCU deve homenagear os princípios da verdade material, do contraditório e da ampla defesa;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em receber a documentação acostada às Peças nºs 216 a 219 pelos Srs. Maurício Real Ferreira, Luiz Henrique Alves de Castro e Alexandre Falcão Corrêa como novos elementos de defesa para determinar à Secretaria de Controle Externo do Rio de Janeiro (Secex/RJ) que realize inspeção no Hospital Geral do Rio de Janeiro, com vistas a verificar a pertinência das conclusões alcançadas à Peça nº 213, dando prosseguimento ao feito, especialmente em face dos novos elementos aduzidos aos autos:

1. Processo TC-011.679/2015-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apenso: TC-015.845/2015-0 (DENÚNCIA).
1.2. Representante: Tribunal de Contas da União.
1.3. Órgão/Entidade: Academia Militar das Agulhas Negras; Centro de Capacitação Física do Exército; Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Hospital Geral do Rio de Janeiro.
1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).
1.7. Representação legal: Kelly Monteiro Paes Mateus (150402/OAB-RJ), representando Artex Servicos e Reformas Ltda. e CSL Comércio e Serviços em Geral Lobão Ltda. - ME; Luiz Claudio da Silva Ferreira, representando Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Augusto Cezar Bernardes Gomes (110765/OAB-RJ), representando AXG Construções e Reformas Ltda..
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9990/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação autuada a partir do Relatório de Auditoria 13219 encaminhado pela unidade regional do Departamento Nacional de Auditoria Sistema Único de Saúde (Denasus) no Tocantins, dando notícia de possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos da saúde geridos no âmbito do município de Axixá do Tocantins/TO;

Considerando que, procedendo à análise processual, a unidade técnica constatou que o conjunto documental coligido aos autos revela-se insuficiente para corroborar as irregularidades suscitadas no Relatório de Auditoria 13219;

Considerando, dessa forma, que o presente feito não pode ser conhecido por este TCU, haja vista a falta dos requisitos de admissibilidade elencados no art. 235 do Regimento Interno do TCU;

Considerando, de todo modo, que compete primariamente ao Denasus a identificação de irregularidades na aplicação dos recursos transferidos e adotar as pertinentes providências, devendo, no caso de apuração de débitos em valor superior a R$ 75.000,00, conforme disposto na IN TCU nº 71/2012, autuar a devida tomada de contas especial e encaminhá-la ao TCU, e, no caso de valores inferiores ao referido limite, adotar medidas para obter o eventual ressarcimento ao erário por outros meios adequados, atentando, ainda, para a previsão contida no art. 15, inciso IV, da referida IN TCU nº 71/2012, que autoriza a consolidação dos diversos débitos do mesmo responsável com vistas à instauração de tomada de contas especial;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso III, 235, parágrafo único, e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em não conhecer da presente Representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RITCU, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.173/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Frederico Frederique Silvério, Chefe de Serviço de Auditoria do Ministério da Saúde no Estado do Tocantins.
1.2. Órgão/Entidade: Município de Axixá do Tocantins/TO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secex/TO que:
1.7.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao representante, para ciência, e ao Departamento Nacional de Auditoria Sistema Único de Saúde no Tocantins, para que atente para a identificação de irregularidades na aplicação dos recursos transferidos e adote as pertinentes providências, devendo, no caso de apuração de débitos em valor superior a R$ 75.000,00, conforme disposto na IN TCU nº 71/2012, autuar a devida tomada de contas especial e encaminhá-la ao TCU, e, no caso de valores inferiores ao referido limite, adotar medidas para obter o eventual ressarcimento ao erário por outros meios adequados, atentando, ainda, para a previsão contida no art. 15, inciso IV, da referida IN TCU nº 71/2012, que autoriza a consolidação dos diversos débitos do mesmo responsável com vistas à instauração de tomada de contas especial, devendo informar o TCU sobre o resultado dessas medidas no prazo de até 120 dias; e
1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 9991/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação autuada a partir do recebimento do Ofício 359/2016-GABPR emitido pela ilustre Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO), por meio da qual encaminhou ao TCU a cópia da Resolução n° 217/2016, do Tribunal Pleno;

Considerando que a referida Resolução n° 217/2016, produzida na apreciação do Processo nº 207/2014, destinado a analisar a regularidade do Pregão Eletrônico nº 329/2013 realizado pela Secretaria de Estado da Saúde de Tocantins (Sesau/TO), com vistas a contratar empresa especializada no fornecimento de bens, dispôs, em seu item 10.11, que a referida decisão deveria ser comunicada ao TCU;

Considerando que, procedendo à análise processual a unidade técnica, constatou que o conjunto documental e circunstancial que envolve o caso concreto não apresenta elemento fático capaz de caracterizar efetivamente a utilização de recursos federais repassados em caráter voluntário a órgão ou entidade estadual, além de não apresentar consistente indício de irregularidade nem mesmo quanto ao direcionamento em procedimento licitatório perscrutado no Processo nº 207/2014 do Tribunal de Contas de Estado do Tocantins (TCE-TO);

Considerando, dessa forma, que o presente feito não pode ser conhecido por este TCU, haja vista a falta dos requisitos de admissibilidades elencados no art. 235 do Regimento Interno do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso III, 235, parágrafo único, e 237, inciso IV e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em não conhecer da presente Representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RITCU, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.814/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO).
1.2. Órgão/Entidade: Fundo de Saúde do Estado de Tocantins (FES/TO).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secex/TO que:
1.7.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao ilustre representante; e
1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 9992/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação autuada a partir do Relatório de Auditoria 15094 encaminhado pela unidade regional do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus) no Tocantins, dando notícia de possíveis irregularidades na aplicação, por parte do município de Miranorte/TO, de recursos vinculados à assistência à saúde por meio de repasses federais promovidos pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em favor do Fundo Municipal de Saúde (FMS);

Considerando que, procedendo à análise processual, a unidade técnica constatou que o conjunto documental coligido aos autos revela-se insuficiente para corroborar as irregularidades suscitadas no Relatório de Auditoria 15094;

Considerando, dessa forma, que o presente feito não pode ser conhecido por este TCU, haja vista a falta dos requisitos de admissibilidade elencados no art. 235 do Regimento Interno do TCU;

Considerando, de todo modo, que compete primariamente ao Denasus a identificação de irregularidades na aplicação dos recursos transferidos e adotar as pertinentes providências, devendo, no caso de apuração de débitos em valor superior a R$ 75.000,00, conforme disposto na IN TCU nº 71/2012, autuar a devida tomada de contas especial e encaminhá-la ao TCU, e, no caso de valores inferiores ao referido limite, adotar medidas para obter o eventual ressarcimento ao erário por outros meios adequados, atentando, ainda, para a previsão contida no art. 15, inciso IV, da referida IN TCU nº 71/2012, que autoriza a consolidação dos diversos débitos do mesmo responsável com vistas à instauração de tomada de contas especial;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso III, 235, parágrafo único, e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em não conhecer da presente Representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RITCU, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.818/2016-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Martim Ribeiro Quintanilha Netto, Chefe Substituto do Serviço de Auditoria do Ministério da Saúde no Tocantins (Segep/Denasus).
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Miranorte/TO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secex/TO que:
1.7.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao representante, para ciência, e ao Departamento Nacional de Auditoria Sistema Único de Saúde no Tocantins, para que atente para a identificação de irregularidades na aplicação dos recursos transferidos e adote as pertinentes providências, devendo, no caso de apuração de débitos em valor superior a R$ 75.000,00, conforme disposto na IN TCU nº 71/2012, autuar a devida tomada de contas especial e encaminhá-la ao TCU, e, no caso de valores inferiores ao referido limite, adotar medidas para obter o eventual ressarcimento ao erário por outros meios adequados, atentando, ainda, para a previsão contida no art. 15, inciso IV, da referida IN TCU nº 71/2012, que autoriza a consolidação dos diversos débitos do mesmo responsável com vistas à instauração de tomada de contas especial, devendo informar o TCU sobre o resultado dessas medidas no prazo de até 120 dias; e
1.7.2. arquive os presentes autos.

II

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 9993 a 10014, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 9993/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.892/2011-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas Ordinária (Exercício 2010)
3. Responsáveis: Adleide Catarina Falcão (CPF 717.119.021-87); Alenon de Loyola Fleury Junior (CPF 168.274.811-15); Bruno Henrique Rodrigues de Melo (CPF 804.326.541-00); Eduardo Xavier Ballarin (CPF 592.283.857-15); Gustavo Carneiro Vidigal Cavalcanti (CPF 182.144.668-22); Humberto Miranda Cardoso (CPF 778.662.401-59); Instituto Euvaldo Lodi do Distrito Federal - IEL/DF (CNPJ 00.366.849/0001-83); Jefferson Chaves Boechat (CPF 663.341.797-72); Luiz Otavio Tavares Pereira (CPF 263.662.311-68); Marcelo Otavio Dantas Loures da Costa (CPF 792.377.707-15); Nilson Limone (CPF 623.991.879-20); Ranulfo Alfredo Manevy de Pereira Mendes (CPF 030.739.606-19); Silvia Maria da Silva Stemler (CPF 184.555.301-20).
4. Órgão: Secretaria Executiva do Ministério da Cultura.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).
8. Representação legal:
8.1. Thadeu Gimenez de Alencastro (31021/OAB-DF) e outros, representando o Instituto Euvaldo Lodi do Distrito Federal - IEL/DF.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas ordinária dos gestores da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, relativas ao exercício de 2010;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. deferir o pedido formulado pelo Instituto Euvaldo Lodi do Distrito Federal à Peça nº 69 e, assim, fixar o improrrogável prazo de 90 (noventa) dias, contados da ciência desta deliberação, para que o IEL/DF apresente o correspondente laudo de perícia técnica, dando-se prosseguimento ao presente feito logo ao final desse prazo; e

9.2. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta:

9.2.1. à Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e à Secretaria Federal de Controle Interno, para ciência; e

9.2.2. ao Instituto Euvaldo Lodi do Distrito Federal e a todos os demais responsáveis indicados no item 3 deste Acórdão, para ciência e eventual apresentação de novos elementos de defesa, no mesmo prazo fixado pelo item 9.1 deste Acórdão, já incluída aí a apresentação do correspondente laudo de perícia técnica.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9993-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9994/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.840/2014-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0011-98).

3.2. Responsável: Raimundo Dinardo da Silva Maia (285.512.143-49).

3.3. Recorrente: Raimundo Dinardo da Silva Maia (285.512.143-49).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte - CE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Marcos Ronny Moura Saldanha (OAB/CE 9.837).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Raimundo Dinardo da Silva Maia contra o Acórdão 5.072/2015-2ª Câmara-TCU,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso interposto e, no mérito, dar provimento parcial para rever o quantitativo da pena aplicada, com a alteração do valor da multa definido no subitem 9.3 do mencionado acórdão para R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

9.2. dar ciência ao responsável da decisão a ser adotada, bem como à Procuradoria da República no Estado do Ceará.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9994-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9995/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.602/2009-9.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Unidade: Município de São Sebastião da Boa Vista/PA.

4. Recorrente: Laércio Rodrigues Pereira (CPF 094.127.512-49).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Manoel Ricardo Carvalho Corrêa (OAB/PA 7.361), procuração à peça 98.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Laércio Rodrigues Pereira, ex-prefeito do Município de São Sebastião da Boa Vista/PA, contra o Acórdão 3.050/2015-TCU-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares as contas do responsável e lhe aplicou as multas previstas no art. 58, incisos II e IV, da Lei 8.443/1992, em decorrência de irregularidades na aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para no mérito dar-lhe provimento parcial para desconstituir a multa determinada no subitem 9.2.2 do Acórdão 3.050/2015-TCU-2ª Câmara, mantendo em seus exatos termos os demais itens da deliberação recorrida; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, ao Ministério Público do Estado do Pará, à Prefeitura do Município de São Sebastião da Boa Vista/PA e ao Conselho Municipal do Fundeb de São Sebastião da Boa Vista/PA.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9995-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9996/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.622/2014-6.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.

3. Órgão: Ministério do Turismo.

4. Recorrente: Antônio Valadares de Souza Filho (003.831.634-04).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Walber de Moura Agra (OAB/PE 757-B); Maria Paula Pessoa Lopes Bandeira (OAB/PE 27.909); Maria Stephany dos Santos (OAB/PE 36.379); Clenio Tadeu de O. França (OAB/PE 29.053).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia, nesta fase processual, Recurso de Reconsideração interposto contra o Acórdão nº 3.612/2015-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 285, § 2º, do Regimento Interno do TCU, conhecer do presente recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterada a deliberação recorrida;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9996-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9997/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.293/2016-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Relatório de Levantamento.

3. Responsáveis: Valter Casimiro Silveira (Diretor-Geral do Dnit); Luiz Antônio Ehret Garcia (Diretor de Infraestrutura Rodoviária); Fábio Pessoa da Silva Nunes (Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária), conforme rol à peça 2.

4. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária (SeinfraRodovia).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de relatório de levantamento de informações sobre corredores viários do Mercosul utilizados como polos logísticos para escoamento de mercadorias entre os países que compõem o Bloco, em subsídio ao programa de trabalho, no âmbito da EFSUR, para desenvolvimento da rede básica de infraestrutura rodoviária do Mercosul referente ao acordo de intenções realizado na XXII reunião do grupo de coordenação das Entidades de Fiscalização Superiores (EFS) dos países membros;

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhada do relatório e do voto que o fundamentam, ao Grupo de Mercado Comum - Subgrupo de Trabalho Nº 5 - Transporte e Infraestrutura do Mercosul, em atendimento ao definido na XXII reunião do grupo de coordenação das Entidades de Fiscalização Superiores - EFS dos países do Mercosul - EFSUR, e ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; e

9.2. arquivar o presente processo, com fundamento no que dispõe a Resolução TCU 259/2014, c/c com o item 50 dos Padrões de Levantamento, aprovados por meio da Portaria-Segecex n. 15/2011.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9997-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9998/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.839/2015-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Evandro Perazzo Valadares (CPF 040.979.804-59).

4. Entidade: Município de São José do Egito/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex/MG).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Sr. Evandro Perazzo Valadares, ex-prefeito de São José do Egito/PE (gestão: 2005-2012), diante da ausência de documentação comprobatória complementar das despesas relativas ao Convênio nº 285/2010 destinado à realização da "IV FEAPA - Feira Agropecuária do Pajeú", com a vigência no período de 7/5/2010 a 26/0/2010 e com a previsão de recursos federais na ordem de R$ 200.000,00 da parte do concedente, além de R$ 18.000,00 da parte do convenente, perfazendo o total de R$ 218.000,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Evandro Perazzo Valadares, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Evandro Perazzo Valadares com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento da quantia abaixo especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora desde a data indicada até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA	DÉBITO / (CRÉDITO)
200.000,00	29/6/2010	D
(99,82)	2/2/2011	C

9.3. aplicar ao Sr. Evandro Perazzo Valadares a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9998-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 9999/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 001.772/2015-5.

2. Grupo I - Classe I - Embargos de Declaração (Admissão).

3. Embargante: Joao Pádua Manzano (CPF 186.270.858-46).

4. Unidade: Universidade Federal de São Paulo - Unifesp.

5. Relator: ministro-substituto André Luís de Carvalho.

5.1. Relatora da deliberação embargada: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por João Pádua Manzano contra o acórdão 7.831/2016 - 2ª Câmara, que apreciou seu ato de admissão na Universidade Federal de São Paulo - Unifesp.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 34, *caput* e §1º, da Lei 8.443/1992 e no art. 287 do Regimento Interno, em;

9.1. conhecer dos embargos de declaração, acolhê-los, atribuir-lhes efeitos infringentes, considerar legal o ato de admissão de João Pádua Manzano e autorizar seu registro;

9.2. alterar o item 9.3 do acórdão 7.831/2016, que passa a vigorar com a seguinte redação: "considerar ilegal e recusar o registro do ato de admissão de José Jussier de Oliveira Junior";

9.3. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9999-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10000/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.827/2014-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: José Giuvan Pires Nunes (CPF 763.545.048-49).

4. Entidade: Município de Uruburetama/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor do Sr. José Giuvan Pires Nunes, ex-prefeito de Uruburetama/CE (gestão: 2005-2012), diante da omissão no dever de prestar contas da terceira e última parcela dos recursos do Convênio nº 1.596/2007 destinado à execução de melhorias sanitárias domiciliares no referido município;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. recomendar à Fundação Nacional de Saúde que adote as medidas administrativas cabíveis para o recolhimento completo da contrapartida municipal referente ao Convênio nº 1.596/2007;

9.2. arquivar o presente processo, sem o julgamento de mérito e sem o cancelamento do débito apurado nos autos, a cujo pagamento deve continuar obrigado o responsável para receber a devida quitação nos termos do art. 93 da Lei 8.443, de 1992, e dos arts. 169, II e VI, e 212 do RITCU; e

9.3. determinar o envio de cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamenta, à Funasa, ao Sr. José Giuvan Pires Nunes e ao Município de Uruburetama/CE.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10000-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10001/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.193/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: João de Oliveira Soares (CPF 004.403.102-53).

4. Órgão: 1º Comando Aéreo Regional.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex/PA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Comandante-Geral de Operações Aéreas junto ao Comando da Aeronáutica em desfavor do Sr. João de Oliveira Soares (1º Tenente reformado), diante da percepção indevida de auxílio-invalidez concomitantemente com o exercício de outra atividade remunerada;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. João de Oliveira Soares, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. João de Oliveira Soares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, caput e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das importâncias a seguir discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados desde as datas especificadas até a data da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
1.089,00	2/10/2008
1.089,00	4/11/2008
1.089,00	2/12/2008
1.089,00	2/1/2009
1.089,00	3/2/2009
1.089,00	3/3/2009
1.089,00	2/4/2009
1.089,00	4/5/2009
1.089,00	2/6/2009
1.089,00	2/7/2009
1.146,00	4/8/2009
1.146,00	2/9/2009
1.146,00	2/10/2009
1.146,00	3/11/2009
1.146,00	2/12/2009
1.146,00	4/1/2010
1.146,00	2/2/2010
1.146,00	2/3/2010
1.146,00	2/4/2010
1.146,00	4/5/2010
1.146,00	2/6/2010
1.146,00	2/7/2010
1.264,50	3/8/2010
1.264,50	2/9/2010
1.264,50	5/10/2010
1.264,50	2/11/2010
1.264,50	2/12/2010
1.264,50	4/1/2011
1.264,50	2/2/2011
1.264,50	2/3/2011
1.264,50	4/4/2011
1.264,50	3/5/2011
1.264,50	2/6/2011
1.264,50	4/7/2011
1.264,50	2/8/2011
1.264,50	2/9/2011
1.264,50	3/10/2011
1.264,50	2/11/2011
1.264,50	2/12/2011
1.264,50	3/1/2012
1.264,50	2/2/2012
1.264,50	2/3/2012
1.264,50	3/4/2012
1.264,50	2/5/2012
1.264,50	4/6/2012
1.264,50	3/7/2012
1.520,00	2/8/2012
1.520,00	4/9/2012
1.520,00	2/10/2012
1.520,00	2/11/2012
1.520,00	4/12/2012
1.520,00	2/1/2013
1.520,00	4/2/2013
1.520,00	4/3/2013
1.520,00	2/4/2013
1.520,00	2/5/2013
1.520,00	4/6/2013
1.520,00	2/7/2013
1.520,00	2/8/2013
1.520,00	3/9/2013

9.3. aplicar ao Sr. João de Oliveira Soares a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para a adoção das medidas judiciais cabíveis, salientando, ainda, o possível crime de falsidade cometido pelo responsável.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10001-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10002/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.498/2014-2

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Juscelino Otero Gonçalves (CPF 160.832.022-72); Manoel Francisco Alves (CPF 323.675.384-68); Domingos Sávio Araújo Costa (CPF 346.391.952-49); Rodolfo Otero Gonçalves (CPF 054.483.872-68).

4. Entidade: Município de São Gabriel da Cachoeira/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Advogado constituído nos autos: Renata Braga de Alencar (OAB/AM 6.832), representando Juscelino Otero Gonçalves.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Juscelino Otero Gonçalves, ex-prefeito de São Gabriel da Cachoeira/AM (gestão: 2005-2008), diante da impugnação total da prestação de contas dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e do Pnae Indígena (Pnai) no exercício de 2005;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os Srs. Juscelino Otero Gonçalves e Domingos Sávio Araújo Costa, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Juscelino Otero Gonçalves, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19 da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias identificadas na tabela a seguir, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde as datas indicadas até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
84.985,00	2/3/2005
84.985,00	29/4/2005
86.420,20	1º/6/2005
86.420,20	1º/7/2005
86.420,20	29/7/2005
86.420,20	27/8/2005
86.420,20	1º/10/2005
86.420,20	1º/11/2005
86.420,20	7/12/2005

9.3. aplicar ao Sr. Juscelino Otero Gonçalves a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar, individualmente, aos Srs. Manoel Francisco Alves, Domingos Sávio Araújo Costa e Rodolfo Otero Gonçalves, como membros da comissão municipal de licitação, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas a notificações; e

9.7. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10002-32/16-2.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10003/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.032/2015-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Joseraldo Rodrigues Bezerra (CPF: 587.581.004-15).

4. Entidade: Município de Brejão/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em desfavor do Sr. Joseraldo Rodrigues Bezerra, ex-prefeito de Brejão/PE (gestão: 2005 - 2008), diante da impugnação parcial de despesas realizadas com os recursos recebidos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), no exercício de 2006, para a aplicação nos Serviços de Proteção Social Básica (PSB) e de Proteção Social Especial (PSE);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Joseraldo Rodrigues Bezerra, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Joseraldo Rodrigues, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
5.274,05	9/3/2006
11.323,14	11/12/2006
3.344,25	31/12/2006
2.752,45	31/12/2006
33.679,59	31/12/2006
95.727,57	31/12/2006

9.3. aplicar ao Sr. Joseraldo Rodrigues Bezerra a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU); e

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10003-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10004/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.446/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Eliésio Cavalcante de Lima (CPF 662.267.592-91).

4. Entidade: Município de Uiramutã/RR.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex/RR).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (CEF) em desfavor do Sr. Eliésio Cavalcante de Lima, ex-prefeito de Uiramutã/RR (gestões: 2009-1012 e 2013-2016), diante da omissão no dever de prestar contas do Contrato de Repasse nº 0311.600-39/2009 destinado à "*aquisição de equipamentos e insumos para o incentivo à produção das culturas anuais dos povos indígenas do território indígena Raposa Serra do Sol e São Marcos de forma sustentável*";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Eliésio Cavalcante de Lima, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Eliésio Cavalcante de Lima, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", § 2º, 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.3. aplicar ao Sr. Eliésio Cavalcante de Lima a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida constante deste Acórdão, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992; e

9.5. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento da dívida constante deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU).

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10004-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10005/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.733/2015-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado do Tocantins - Secex/TO.

4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Secex/TO sobre possível acumulação ilegal de cargos por parte de Danilo de Melo Souza, em virtude do exercício simultâneo do cargo efetivo de professor de magistério superior, na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), com o de secretário municipal de Educação em Palmas - TO;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, vez que preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, VI, do RITCU, para, no mérito, considerá-la improcedente; e

9.2. enviar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Fundação Universidade Federal do Tocantins e ao Sr. Danilo de Melo Souza.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10005-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10006/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.553/2012-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Interessado: Exmo. Sr. Márcio André Lopes Cavalcante, Juiz da 7ª Vara da Justiça Federal - Seção Judiciária do Amazonas.

4. Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Amazonas.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Exmo. Sr. Márcio André Lopes Cavalcante, Juiz da 7ª Vara da Justiça Federal - Seção Judiciária do Amazonas, por meio da qual informou que no Processo nº 84.00.16925-5 houve o reiterado descumprimento de ordens judiciais que determinaram a expedição pelo Incra de títulos da dívida agrária complementares em favor de Euclides de Queiroz Filho, solicitando, então, a adoção de providências e de ações de controle sobre o procedimento administrativo para a emissão dos referidos títulos, além da apuração do possível desvio de conduta por servidores públicos no referido procedimento administrativo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar improcedente a presente representação, já conhecida por meio do Acórdão 5.841/2013-TCU-2ª Câmara; e

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao juízo da 7ª Vara da Justiça Federal - na Seção Judiciária do Amazonas, à Advocacia-Geral da União, ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e à Superintendência Regional do Incra no Estado do Amazonas, para conhecimento, bem como à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, para ciência e eventual abertura de específico procedimento de investigação.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10006-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10007/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.848/2014-8.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Raimundo Matias Barbosa (CPF 043.173.272-87).

4. Entidade: Município de Japurá/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) em desfavor do Sr. Raimundo Matias Barbosa, ex-prefeito de Japurá/AM (gestão: 2005-2008), diante da falta de comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais descentralizados por meio do Convênio nº 80/2006 (Siafi 575675) destinado a desenvolver "*ações integradas de fiscalização e controle, no município de Japurá/AM, juntamente com as instituições governamentais parceiras e comunidades ribeirinhas, para coibir o desenvolvimento da atividade de exploração do seixo em áreas não autorizadas*";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Raimundo Matias Barbosa, com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e no art. 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 182.070,00 (cento e oitenta e dois mil e setenta reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados desde 18/12/2006 até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Fundo Nacional do Meio Ambiente, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei e do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.2. aplicar ao Sr. Raimundo Matias Barbosa a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10007-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Augusto Nardes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10008/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.585/2011-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)

3.2. Responsáveis: Edgar Antunes Neto (099.221.304-59); Fundação Hospitalar da Agroindústria do Açúcar e do Álcool-al (12.291.290/0001-59); Luiz Soares Pinto (005.947.254-53).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Alagoas.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

8. Representação legal: Fernando José G. Pontes (OAB/AL nº 1.119).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em virtude de irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) junto à Fundação Hospitalar da Agroindústria do Açúcar e do Álcool/AL,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. excluir da relação processual o Sr. Luiz Soares Pinto (CPF: 005.947.254-53), ex-Presidente da Fundação Hospitalar da Agroindústria do Açúcar e do Álcool/AL;

9.2. julgar irregulares as contas da Fundação Hospitalar da Agroindústria do Açúcar e do Álcool/AL (CNPJ 12.291.290/0001-59), e condená-la ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas também a seguir discriminadas para cada débito, até a data do recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos, na forma prevista na legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA	D/C	VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA	D/C
18/5/2005	2.454,75	D	25/1/2006	427,50	D
18/5/2005	2.454,75	D	25/1/2006	2.378,90	D
18/5/2005	2.454,75	D	25/1/2006	2.535,50	D
18/5/2005	6.011,25	D	25/1/2006	830,52	D
18/5/2005	6.092,00	D	19/9/2008	4.471,39	D
18/5/2005	1.062,65	D	3/11/2008	4.613,86	D
17/6/2005	2.454,75	D	1/12/2008	4.588,69	C
17/6/2005	2.454,75	D	2/2/2009	4.862,61	C
17/6/2005	2.454,75	D	2/2/2009	4.767,27	C
17/6/2005	2.454,75	D	31/3/2009	5.006,43	C
17/6/2005	1.062,65	D	31/3/2009	4.908,26	C
19/7/2005	2.454,75	D	29/5/2009	5.134,77	C
19/7/2005	2.454,75	D	29/5/2009	5.034,09	C
19/7/2005	2.454,75	D	19/8/2014	4.036,00	C
19/7/2005	80,75	D	27/10/2014	4.069,07	C
19/8/2005	2.454,75	D	27/10/2014	4.069,07	C
19/8/2005	2.454,75	D	6/2/2015	4.139,06	C
19/8/2005	2.454,75	D	6/2/2015	4.139,06	C
19/8/2005	2.378,90	D	6/2/2015	4.139,06	C
22/9/2005	2.454,75	D	5/3/2015	4.198,63	C
22/9/2005	2.454,75	D	2/2/2009	4.862,61	C
22/9/2005	2.454,75	D	2/2/2009	4.767,27	C
22/9/2005	2.378,90	D	31/3/2009	5.006,43	C
21/10/2005	2.454,75	D	31/3/2009	4.908,26	C
21/10/2005	2.454,75	D	29/5/2009	5.134,77	C
21/10/2005	2.378,90	D	29/5/2009	5.034,09	C
23/11/2005	2.454,75	D	19/8/2014	4.036,00	C
23/11/2005	2.454,75	D	27/10/2014	4.069,07	C
23/11/2005	2.454,75	D	27/10/2014	4.069,07	C
17/12/2005	2.454,75	D	6/2/2015	4.139,06	C
17/12/2005	2.454,75	D	6/2/2015	4.139,06	C
17/12/2005	2.378,90	D	6/2/2015	4.139,06	C
25/1/2006	2.454,75	D	5/3/2015	4.198,63	C
25/1/2006	2.454,75	D			

9.3. aplicar à Fundação Hospitalar da Agroindústria do Açúcar e do Álcool/AL (CNPJ 12.291.290/0001-59) a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas mencionadas nos itens 9.2 e 9.3 acima, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando à Responsável o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas atualizadas monetariamente, devendo incidir sobre cada valor mensal da dívida mencionada no item 9.2 os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar a Responsável que a falta de comprovação dos recolhimentos de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. determinar à Secex/AL que inclua na notificação para o pagamento dos valores mencionados nos itens 9.2 e 9.3 o disposto nos itens 9.4 e 9.5, com fundamento no art. 15 e no art. 18, inciso II, alínea "a", da Resolução n.º 170, de 30 de junho de 2004;

9.7. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação; e

9.8. encaminhar cópia da presente deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Alagoas, nos termos do § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, com a informação de que a decisão está sujeita a Recurso de Reconsideração previsto no art. 285 do RI/TCU.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10008-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10009/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 013.438/2015-8

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

3.2. Responsável: Luzinectt Teixeira Lopes (CPF 134.589.304-34)

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Barra de São Miguel (PB)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex/PB)

8. Advogados constituídos nos autos: Não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Coordenação de Contabilidade do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município de Barra de São Miguel (PB), na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Social Especial (PSE) e Proteção Social Básica (PSB), no exercício de 2011, de responsabilidade da Srª Luzinectt Teixeira Lopes, prefeita do referido município,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1.considerar revel, para todos os efeitos, a Srª Luzinectt Teixeira Lopes, dando-se seguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Srª Luzinectt Teixeira Lopes, condenando-a ao pagamento dos valores a seguir discriminados, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas especificadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL (R$ 1,00)	DATA DA OCORRÊNCIA
4.500,00	17/1/2011
4.500,00	24/2/2011
4.500,00	15/3/2011
4.500,00	27/4/2011
4.500,00	31/5/2011
4.500,00	9/6/2011
4.500,00	14/7/2011
4.500,00	15/8/2011
4.500,00	13/9/2011
4.500,00	19/10/2011
4.500,00	11/11/2011
4.500,00	22/12/2011
2.512,50	7/6/2011
2.512,50	7/6/2011
2.512,50	8/12/2011
2.512,50	8/12/2011
2.512,50	8/12/2011
1.256,25	24/11/2011
1.256,25	22/12/2011
2.512,50	15/12/2011
3.000,00	17/1/2011
3.000,00	14/2/2011
2.500,00	17/3/2011
2.500,00	8/4/2011
2.500,00	11/5/2011
2.500,00	6/6/2011
2.500,00	11/7/2011
2.500,00	10/8/2011
2.500,00	8/9/2011
2.500,00	7/10/2011
2.500,00	21/11/2011
2.500,00	14/12/2011

9.3. aplicar à responsável, Srª Luzinectt Teixeira Lopes, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do artigo 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com fundamento no art. 26 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, segundo o interesse da responsável, incidindo sobre cada uma delas, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, alertando-a de que, no caso de parcelamento, a falta de pagamento de qualquer parcela importará vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2°, do RITCU;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92;

9.6. encaminhar, com fundamento no § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, cópia do inteiro teor desta deliberação à Procuradoria Regional da República no Estado da Paraíba;

9.7. dar ciência do inteiro teor deste Acórdão ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e à responsável.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10009-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10010/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.189/2014-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto II: Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Augusto Carlos Patti do Amaral (CPF n.º 600.042.907-04).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal (Caixa).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex-MT).

8. Advogados: Ivan Schneider (OAB/MT n.º 15.345); Seonir Antônio Jorge (OAB/GO n.º 38.641).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Diretoria Executiva Fundo Nacional de Saúde (FNS), em razão de despesas irregulares efetuadas com recursos repassados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), na modalidade fundo a fundo, no valor de R$ 136.408,95, já ressarcidos, à conta do Programa de Assistência Farmacêutica, durante o exercício de 2010,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar irregulares as contas do Sr. Augusto Carlos Patti, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" e alínea "c", da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 19 e o art. 23, inciso III, da mesma Lei;

9.2 aplicar ao Sr. Augusto Carlos Patti a multa referida no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, nos valores de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento;

9.3 autorizar, desde já, se requerido, o pagamento da dívida mencionada nos itens 9.2 em até 36 (tinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4 alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5 autorizar, desde logo, caso não seja atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial dos valores acima, na forma da legislação em vigor;

9.6 remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República em Mato Grosso, para adoção das providências que julgar pertinentes, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10010-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10011/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.960/2011-1.

1.1. Apenso: 028.580/2011-7

2. Grupo II - Classe de Assunto (I): Pedido de Reexame em Representação

3. Interessado/Recorrente:

3.1. Interessado: Fundação Universidade Federal de Rondônia (CNPJ: 04.418.943/0001-90)

3.2. Recorrente: José Januário de Oliveira Amaral (CPF: 162.949.042-34).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

8. Representação legal: Dr. José de Almeida Júnior OAB/RO 1.370 e Dr. Carlos Eduardo Rocha de Almeida OAB/RO 3.593, procuração à Peça 33.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame em Representação interposto pelo Sr. José Januário de Oliveira Amaral, reitor da Fundação Universidade Federal de Rondônia-Unir à época dos fatos irregulares questionados na Representação. Insurge-se contra o Acórdão 3.343/2015-TCU-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal, ao apreciar processo de Representação, aplicou-lhe a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do Pedido de Reexame interposto pelo Sr. José Januário de Oliveira Amaral (CPF 162.949. 042-34), com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c os art. 285 e 286, parágrafo único, do RI/TCU, para, no mérito, dar-lhe provimento, de forma a tornar insubsistentes os itens 9.2, 9.3 e 9.4 do Acórdão 3.343/2015-TCU-2ª Câmara;

9.2. dar conhecimento deste Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Recorrente, ao Representante e a Fundação Universidade Federal de Rondônia.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10011-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10012/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.903/2012-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Instituto Latino Americano das Nações Unidas Para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente - Ilanud (04.073.479/0001-47); Karyna Batista Sposato (168.188.178-07); Paula Renata Miraglia (257.500.008-42).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal:

8.1. Helio Freitas de Carvalho da Silveira (154003/OAB-SP) e outros, representando Paula Renata Miraglia.

8.2. Arlindo da Fonseca Antonio (49306/OAB-SP) e outros, representando Karyna Batista Sposato.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República contra o Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente - Ilanud e as Sras. Karyna Batista Sposato e Paula Renata Miraglia, ambas ex-Diretoras Executivas em razão da impugnação parcial da prestação de contas dos recursos repassados por conta do Convênio nº 032/2005- FNCA/SNPDCA/S DH/PR, Siafi nº 541165, firmado entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o Ilanud, com o objetivo de capacitar 600 juízes, promotores e defensores públicos que atuam nas Varas da Infância e da Juventude.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar o presente processo, sem julgamento do mérito, em face da imunidade de jurisdição de que goza o Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente - Ilanud, assim como as Sras. Karyna Batista Sposato e Paula Renata Miraglia, pelos atos praticados no exercício do cargo de diretora-executiva do Ilanud;

9.2. dar ciência ao Ministério da Justiça sobre o teor da presente decisão, para que adote, na qualidade de órgão executor do Acordo de Cooperação celebrado entre o governo brasileiro e o Ilanud, as providências que considerar cabíveis, em face do disposto no art. 7º do Decreto nº 2.151, de 19 de fevereiro de 1997, bem como na 22ª seção da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas das Nações Unidas;

9.3. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, para o Ilanud e para as responsáveis.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10012-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10013/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.902/2013-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)

3.2. Responsáveis: Camyla Jansen Pereira (828.666.433-72); Domingos do Nascimento Almeida (069.269.083-20); Joel Dourado Franco (759.390.703-10); Suelene de Maria Pereira Almeida (408.107.203-53)

3.3. Recorrente: Camyla Jansen Pereira (828.666.433-72).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Cajari - MA.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal:

8.1. Fabiana Borgneth de Araujo Silva (10.611/OAB-MA) e outros, representando Camyla Jansen Pereira.

8.2. João Gentil de Galiza (9814/OAB-MA), representando Camyla Jansen Pereira e Joel Dourado Franco.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que, nesta fase, aprecia-se Recurso de Reconsideração interposto pela Sra. Camyla Jansen Pereira Santos, ex-Secretária de Saúde do Município de Cajari/MA, contra o Acórdão nº 3.337/2015 - TCU - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente Recurso de Reconsideração interposto pela Sra. Camyla Jansen Pereira Santos contra o Acórdão nº 3.337/2015 - TCU - 2ª Câmara, com fundamento no art. 32, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do RI/TCU, para, no mérito, dar-lhe provimento, para excluir a recorrente da relação processual, afastando-se sua condenação em débito e multa contida nos itens 9.3.1 e 9.4 do acórdão recorrido;

9.2. dar ciência da presente deliberação à recorrente e aos demais interessados, encaminhando-lhes cópia deste Acórdão, bem como do Voto e Relatório que o fundamentam;

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10013-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10014/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.685/2013-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (em Representação)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Edcon Comércio e Construções Ltda. (86.712.247/0001-56) e R & H Engenharia Ltda. (09.469.705/0001-27).

3.2. Responsáveis: Fred Guedes Cunha (202.201.384-00); Gustavo Fernandes Rosado Coelho (365.873.624-00); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (24.365.710/0001-83)

3.3. Recorrente: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (24.365.710/0001-83).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).

8. Representação legal: Carlos José Fernandes Rêgo (OAB/RN 5.362) e outros, representando Edcon Comércio e Construções Ltda. (autora da representação; procuração à peça 7).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, em que se aprecia pedido de reexame interposto pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), contra o Acórdão 1178/2015-TCU-2ª Câmara, Relação n. 5/2015 do Gabinete do Ministro Augusto Nardes, em que este Tribunal, ao apreciar o mérito deste processo de representação motivada por supostas irregularidades relacionadas à licitação para obras e serviços voltados à implantação do Campus do Cérebro, situado na Escola Agrícola de Jundiaí, no Município de Macaíba/RN, considerou o feito procedente e expediu determinações à Universidade, parte das quais contestada no presente recurso.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 não conhecer do pedido de reexame no que tange às alegações referentes ao subitem 1.8.4 do acórdão recorrido, por ausência de interesse recursal, em conformidade com as disposições do art. 279 do Regimento Interno deste Tribunal, que afastam a possibilidade de recurso contra determinações de audiência dos responsáveis;

9.2 conhecer do presente pedido de reexame, nos termos dos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em relação aos questionamentos alusivos aos subitens 1.8.1.1, 1.8.1.2 e 1.8.1.3 do acórdão recorrido, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, no tocante às alegações referentes ao referido subitem 1.8.1.1;

9.3 conferir ao subitem 1.8.1.1 do Acórdão 1.178/2015-TCU-2ª Câmara a seguinte redação:

"1.8.1.1. somente instaure novas licitações e contrate a realização de novas obras e serviços para o Campus do Cérebro após a finalização e a atualização do seu respectivo projeto global, incluindo todos os subprojetos que compõem o empreendimento e incorporando, o quanto possível, as especificações técnicas finais elaboradas pela respectiva instituição parceira ou contratada, de modo a dar cumprimento ao disposto nos arts. 6º, inc. IX, alíneas "a", b", "c" e "f", 7º, inc. I, e 12, da Lei 8.666/1993 (Itens 19, 24-26, 33-34, 103 e 109 da instrução da unidade técnica peça 75);"

9.4 alertar a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) de que a consumação de atos antieconômicos decorrentes, por exemplo, de obras inservíveis, incompletas ou com erros de projeto que prejudiquem sua capacidade de uso, em virtude do não cumprimento ou do atendimento inadequado e injustificado das condicionantes descritas na determinação versada no subitem 1.8.1.1 do Acórdão 1.178/2015-TCU-2ª Câmara (com a redação dada neste acórdão), sujeitará os responsáveis às sanções previstas na Lei 8.443/1992, sem prejuízo da eventual instauração de tomada de contas especial;

9.5 informar à UFRN que:

9.5.1 a restrição contida no subitem 1.8.1.1 do Acórdão 1.178/2015-TCU-2ª Câmara (com a redação dada por este acórdão) não impede a adoção imediata de providências para licitar e contratar as obras e serviços estritamente necessários para preservar e salvaguardar o patrimônio da entidade situado no Campus do Cérebro, especialmente no que tange ao cumprimento do subitem 1.8.1.4 da referida deliberação, consoante as razões expostas nos §§ 35 a 37 do Voto que fundamenta este Acórdão;

9.5.2 as alegações recursais referentes ao subitem 1.8.4 do Acórdão 1.178/2015-TCU-2ª Câmara e as informações relativas ao cumprimento das demais determinações expedidas na referida deliberação, inclusive quanto à eventual perda de objeto, devem ser apresentadas na fase processual oportuna, seja para elidir questões alusivas às audiências dos responsáveis seja para fins de monitoramento pela Secex-RN;

9.6 nos termos dos arts. 174 a 176 do Regimento Interno deste Tribunal, declarar, de ofício, a nulidade do subitem 1.8.1.3 do Acórdão 1.178/2015-TCU-2ª Câmara, em conformidade com os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, e, por conseguinte:

9.6.1 determinar à Secex-RN que promova a oitiva prévia da empresa R & H Engenharia Ltda., para que se manifeste sobre os fatos relacionados nos itens 46-47, 98-99, 108-109 e a proposta anotada no item 125, subitem b.3, todos da instrução à peça 75 dos presentes autos, sem prejuízo de propor ao relator *a quo*, se necessário, a expedição de medida cautelar para evitar eventuais pagamentos indevidos à contratada;

9.6.2 alertar a UFRN de que eventuais pagamentos indevidos à empresa R & H Engenharia Ltda., em virtude da questão descrita nos itens 46-47, 98-99 e 108-109 da instrução à peça 75 dos presentes autos, sujeitarão os responsáveis às sanções previstas na Lei 8.443/1992, caso se confirme a inadequação da despesa;

9.7 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam:

9.7.1 à reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

9.7.1 à empresa R & H Engenharia Ltda., por intermédio de seu representante legal.

10. Ata n° 32/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10014-32/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Augusto Nardes, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro Raimundo Carreiro.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 34 minutos, o Ministro Augusto Nardes, na Presidência, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Aprovada em 13 de setembro de 2016.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 1.624, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006 e tendo em vista o contido no PA n. 17.184/2016, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Agregar os valores abaixo relacionados, conforme quadro a seguir:

Origem	Valor
02 (duas) FC-01 do Gabinete da Presidência.	R$ 2.038,34
Saldo decorrente do remanejamento efetuado pela Portaria GPR n. 1.319, de 20/07/2016, publicada no DOU de 21/07/2016, Seção 1, fls. 149/150.	R$ 658,31
Total	R$ 2.696,65

Art. 2º Utilizar o valor total especificado no artigo 1º para criação da Função Comissionada abaixo relacionada, destinando-a conforme quadro a seguir:

Destino	Valor
01 (uma) FC-05 de Supervisor do Núcleo de Desenvolvimento da Folha de Pagamento - NUPAG.	R$ 2.232,38
Total	R$ 2.232,38
Saldo	R$ 464,27

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARIO MACHADO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

PORTARIA Nº 398, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto no artigo 5º da Resolução nº 47, de 28 de março de 2008, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que autoriza a Administração a proceder à alteração de áreas de atividades e/ou especialidades de cargos vagos para atender às necessidades do serviço, desde que inexista concurso público em andamento ou, existindo concurso público com prazo de validade em vigor, tenham sido totalmente preenchidas as vagas previstas no edital de abertura;

Considerando que, embora exista concurso público em andamento para o cargo de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação, não existe nenhum candidato aprovado para ser nomeado; e

Considerando o princípio constitucional da eficiência e o interesse público na utilização de forma proporcional e razoável dos recursos humanos disponíveis, no sentido de atender às demandas urgentes e necessidades reais da sociedade: e

Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo TRT 18ª 19.651/2016:

Resolve, ad referendum do Egrégio Tribunal Pleno:

Art. 1º Alterar a Especialidade do cargo vago de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação, criado pela Lei nº 13.143, de 6 de julho de 2015, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Taquigrafia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 172, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

Prorroga o prazo de vigência dos Regimentos Internos dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia.

O Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n. 4.084, de 30 de junho de 1962 e o Decreto n. 56.725 de 16 de agosto de 1965, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de vigência dos Regimentos Internos dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia até a publicação do Regimento Interno do Sistema CFB/CRB.

Art. 2º Fica sem efeito o dispositivo que determina o artigo 143 da Resolução CFB n. 155, de 20 de julho de 2015, publicada no D.O.U. Seção 1, págs. 66 a 71 de 22/07/2015.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir da sua publicação.

RAIMUNDO MARTINS DE LIMA

ACÓRDÃO Nº 1/2016

Visto, relatado e discutido o Processo de Inquérito e Sindicância CFB n. 054/2015, instaurado no Conselho Regional de Biblioteconomia da 1ª Região para apuração de eventuais responsabilidades dos gestores no processo de não aprovação da Prestação de Contas do Exercício de 2014, ACORDARAM os Conselheiros, em Sessão Plenária realizada em 09 de setembro de 2016, por votação unânime, em acolher o voto da Conselheira Relatora designada que determinou (i) o afastamento imediato do Sr. Antônio José Oliveira Silva e da Sra. Marília Araújo Dantas, Presidente e Tesoureira do Conselho Regional de Biblioteconomia da 1ª Região; (ii) a remessa de cópia integral dos autos ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União para, querendo, propor ação de improbidade administrativa e requerer a devolução de valores aquele Conselho Regional; (iii) a abertura de processo de inquérito e sindicância pelo CFB em face do Sr. Antônio José Oliveira Silva e da Sra. Marília Araújo Dantas e (iv) que o Vice-Presidente assuma a gestão do Conselho Regional de Biblioteconomia da 1ª Região e, se necessário, convoque novas eleições para compor os órgãos deliberativos.

Conselheira Relatora - Lídia Maria Batista Brandão Toutain.

Participaram do julgamento, sob a Presidência do Conselheiro Raimundo Martins de Lima, os Conselheiros Lucimar Oliveira Silva, Dalgiza Andrade Oliveira, Aldinar Martins Bottentuit, Angélica Conceição Dias Miranda, Lídia Maria Batista Brandão Toutain, Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda, Maria das Graças Vidal de Negreiros de Oliveira, Maria Marta Sienna, Regina Lúcia Freitas Holanda, Rosana Chaves Abatti e Telma Socorro Silva Sobrinho. Não votaram as Conselheiras Kátia Lúcia Pacheco e Maria Marta Sienna que estão impedidas. Ausentes justificadamente as Conselheiras Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque e Márcia Cordeiro Costa.

Brasília/DF, 9 de setembro de 2016.
RAIMUNDO MARTINS DE LIMA
Presidente do Conselho
CRB-11/039

ACÓRDÃO Nº 2/2016

Visto, relatado e discutido o Processo de Inquérito e Sindicância CFB n. 056/2015, instaurado no Conselho Regional de Biblioteconomia da 7ª Região para apuração de eventuais responsabilidades dos gestores na condução das atividades no Exercício de 2015, ACORDARAM os Conselheiros, em Sessão Plenária realizada em 09 de setembro de 2016, por maioria de votos, em acolher o voto da Conselheira Relatora designada que determinou o arquivamento do processo por não existir indícios de gestão dolosa ou fraudulenta dos gestores do Conselho Regional de Biblioteconomia da 7ª Região.

Conselheira Relatora - Márcia Cordeiro Costa.

Participaram do julgamento, sob a Presidência do Conselheiro Raimundo Martins de Lima, os Conselheiros Dalgiza Andrade Oliveira, Kátia Lúcia Pacheco, Aldinar Martins Bottentuit, Maria Marta Sienna, Angélica Conceição Dias Miranda, Lídia Maria Batista Brandão Toutain, Maria das Graças Vidal de Negreiros de Oliveira, Maria Marta Sienna, Regina Lúcia Freitas Holanda, Rosana Chaves Abatti e Telma Socorro Silva Sobrinho. Não votou o Conselheiro Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda que está impedido. Absteve-se de votar a Conselheira Lucimar Oliveira Silva. Ausente justificadamente a Conselheira Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque.

Brasília/DF, 9 de setembro de 2016.
RAIMUNDO MARTINS DE LIMA
Presidente do Conselho
CRB-11/039

ACÓRDÃO Nº 3/2016

Visto, relatado e discutido o Processo CFB n. 053-A/2015 que versa sobre a competência do Conselho Regional de Biblioteconomia da 1ª Região para julgar representação ética-disciplinar realizada pelo Sr. Antônio José de Oliveira Silva, Presidente daquele Conselho Regional, ACORDARAM os Conselheiros, em Sessão Plenária realizada em 09 de setembro de 2016, por votação unânime, em acolher o voto da Conselheira Relatora designada que afastou a competência do Conselho Regional de Biblioteconomia da 1ª Região e determinou a remessa dos autos ao Conselho Federal de Biblioteconomia para processamento e julgamento do processo ético-disciplinar instaurado pelo Sr. Antônio José de Oliveira Silva em face dos bibliotecários Eveline Mesquita Lucas, Maria Teresa Ferlini Machado e Geraldo Campetti Sobrinho.

Conselheira Relatora - Aldinar Martins Bottentuit

Participaram do julgamento, sob a Presidência do Conselheiro Raimundo Martins de Lima, os Conselheiros Lucimar Oliveira Silva, Dalgiza Andrade Oliveira, Kátia Lúcia Pacheco, Maria Marta Sienna, Angélica Conceição Dias Miranda, Lídia Maria Batista Brandão Toutain, Maria das Graças Vidal de Negreiros de Oliveira, Maria Marta Sienna, Regina Lúcia Freitas Holanda, Rosana Chaves Abatti e Telma Socorro Silva Sobrinho. Não votou o Conselheiro Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda que está impedido. Ausentes justificadamente as Conselheiras Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque e Márcia Cordeiro Costa.

Brasília/DF, 9 de setembro de 2016.
RAIMUNDO MARTINS DE LIMA
Presidente do Conselho
CRB-11/039

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RESOLUÇÃO Nº 319, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 43 do Estatuto do CONFEF, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.197/2010, que fixa limites para o valor das anuidades devidas ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Educação Física;

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º da Lei Federal nº 12.514/2011;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do artigo 33 do Estatuto do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, que estabelece ser atribuição do CONFEF a fixação do valor das anuidades;

CONSIDERANDO, a deliberação tomada em reunião do Plenário realizada em 02 de setembro de 2016; resolve:

Art. 1º - Fixar o valor das anuidades do exercício de 2017 em:

I - Pessoa Física - R$ 603,07 (seiscentos e três reais e sete centavos);

II - Pessoa Jurídica - R$ 1.490,40 (um mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta centavos).

Parágrafo único - Aos CREFs fica delegada a competência para conceder desconto sobre o valor das anuidades, respeitada a legislação vigente.

Art. 2º - As anuidades serão processadas, pelos CREFs até o dia 31 de março de cada ano, salvo a primeira, que será devida no ato do registro dos Profissionais e das Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços nas áreas das atividades físicas, desportivas e similares.

Art. 3º - Os pedidos de baixa de registro que forem protocolizados no CREF até 31 de março do ano corrente, ficarão isentos do pagamento de anuidade do exercício em curso.

Art. 4º - É facultativo o pagamento da anuidade devida aos CREFs e ao CONFEF aos Profissionais de Educação Física que, até a data do vencimento da anuidade, tenham completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade e, concomitantemente, tenham, no mínimo, 05 (cinco) anos de registro no Sistema CONFEF/CREFs e que não tenham débitos com o Sistema, devendo os referidos Profissionais requererem, por escrito, tal direito ao CREF de sua área de abrangência.

Art. 5º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JORGE STEINHILBER

RESOLUÇÃO Nº 320, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 43 do Estatuto do CONFEF, e;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do artigo 33 do Estatuto do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, que estabelece ser atribuição do CONFEF a fixação do valor das anuidades;

CONSIDERANDO, a deliberação tomada em reunião do Plenário realizada em 02 de setembro de 2016; resolve:

Art. 1º - Os valores a serem cobrados às Pessoas Físicas no exercício de 2017, restam fixados da seguinte forma:

a) Inscrição de Pessoas Físicas .....R$ 100,00

b) Expedição de 2ª via de Cédula de Identidade Profissional.....R$ 40,00

Art. 2º - O valor a ser cobrado às Pessoas Jurídicas no exercício de 2017, será referente à inscrição no valor de R$ 100,00 (cem reais).

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data da publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

JORGE STEINHILBER

RESOLUÇÃO Nº 321, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 43 do Estatuto do CONFEF, e;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do artigo 33 do Estatuto do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, que estabelece ser atribuição do CONFEF a fixação do valor das multas;

CONSIDERANDO o art. 2º da Lei nº 11.000/2004, que autoriza aos Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a fixar, cobrar e executar as contribuições anuais, devidas por pessoas físicas ou jurídicas, bem como as multas e os preços de serviços, relacionados com suas atribuições legais, que constituirão receitas próprias de cada Conselho;

CONSIDERANDO o inciso I do art. 4º da Lei nº 12.514/2011, que autoriza aos Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a cobrar multas por violação da ética, que constituirão receitas próprias de cada Conselho;

CONSIDERANDO, a deliberação tomada em reunião do Plenário realizada em 02 de setembro de 2016; resolve:

Art. 1º - O valor das multas por infrações a serem aplicadas às Pessoas Físicas e/ou Pessoas Jurídicas para o ano de 2017 será de até três vezes o valor da anuidade de 2017, estabelecida em Resolução.

§ 1º - Cada CREF estabelecerá, mediante promulgação de Resolução própria, e respeitando o limite estabelecido, o valor das multas a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º - A Resolução de que trata este artigo, deverá discriminar o valor a ser aplicado para cada infração cometida.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JORGE STEINHILBER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO Nº 520, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Aprova a Criação da Comissão Nacional da Qualidade (CNQ), as diretrizes para a concessão do Selo da Qualidade - Cofen e dá outras providências.

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), no uso das atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de janeiro de 2012;

CONSIDERANDO as competências estabelecidas ao Cofen, conforme incisos IV e X do art. 8º da Lei nº 5.905/1973;

CONSIDERANDO o aporte necessário ao inciso I, alíneas "a", "b", "c", e "h", do art. 11 da Lei nº 7.498/86; e inciso I, alíneas "a", "b","c" e "d" e inciso II do Decreto nº 94.406/87;

CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 311/2007;

CONSIDERANDO as premissas da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1980, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes ao Sistema Único de Saúde - SUS;

CONSIDERANDO a Resolução da Diretoria Colegiada-RDC/ANVISA nº 36, de 25 de julho de 2013 que institui ações para segurança do paciente em serviços de saúde;

CONSIDERANDO as recomendações da Organização Mundial da Saúde - OMS no estabelecimento de inciativas em prol da segurança do paciente;

CONSIDERANDO a iniciativa dos demais Conselhos Profissionais Regulamentadores em desenvolver programas em favor da qualidade dos serviços prestados;

CONSIDERANDO as recomendações estabelecidas pelo Grupo de Trabalho de Especialistas, nomeados por meio da Portaria Cofen nº 1.759, de 18 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO a política de apoio do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen em estimular as iniciativas de Programas da Qualidade que contribuam com a assistência segura e eficaz;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Cofen, em sua 477ª Reunião Ordinária, aprovando o Projeto Selo da Qualidade - Cofen, por unanimidade;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Cofen, na sua 477ª Reunião Ordinária, no sentido de o Grupo de Trabalho (Portaria Cofen nº 1759, de 18/12/2015), em conjunto com a CTLN e CTAS, estabelecer critérios para a concessão do Selo da Qualidade;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Cofen, em sua 479ª Reunião Ordinária, e o constante do PAD Cofen nº 224/2016, resolve:

Art. 1º Constituir, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, o Selo da Qualidade - Cofen, que será norteado pelo Manual disponibilizado no endereço eletrônico da Autarquia: www.cofen.gov.br.

Paragrafo único. O Manual estabelece além da dinâmica operacional, perspectiva, critérios conforme o apêndice I.

Art. 2º O objetivo do Selo da Qualidade é reconhecer e estimular o desenvolvimento da Gestão de Enfermagem pelas boas práticas estabelecidas no âmbito da qualidade, contribuindo para a melhoria dos resultados da Instituição, satisfação dos profissionais e uma assistência segura.

§1º A adesão ao Selo de Qualidade - Cofen, dos Conselhos Regionais de Enfermagem e das Instituições Hospitalares, será voluntária.

§2º A Concessão do Selo da Qualidade - Cofen à unidade hospitalar selecionada e indicada terá o seu registro efetuado no Conselho Federal de Enfermagem.

Art. 3º As Instituições Hospitalares interessadas na obtenção do Selo da Qualidade - Cofen devem atender rigorosamente os requisitos de inscrição e elegibilidade.

§ 1º O Selo terá como foco as Instituições hospitalares, públicas, privadas e filantrópicas.

§ 2º O Selo da Qualidade - Cofen será concedido à Instituição participante que atingir a pontuação mínima de 75% (setenta e cinco por cento) dos itens de avaliação constante do Manual, e poderá ser utilizado no período de 3 (três) anos.

§ 3º Sendo aprovado a concessão do Selo da Qualidade - Cofen, a Instituição fará jus a um Certificado, Troféu, Selo e divulgação no endereço eletrônico do Cofen e mídias sociais.

Art. 4º O Selo da Qualidade - Cofen será amparado por quatro dimensões: a Comissão Nacional da Qualidade - CNQ, a Oficina de Capacitação para Avaliadores e Responsáveis Técnicos, a Rede de Melhores Práticas e o Fórum Nacional da Qualidade, constante do Manual - Selo da Qualidade - Cofen.

Art. 5º Os Conselhos Regionais de Enfermagem que aderirem ao Programa deverão constituir um grupo de trabalho para operacionalização das atividades.

Paragrafo único. O grupo de trabalho seguirá as diretrizes da Comissão Nacional da Qualidade - CNQ.

Art. 6º Os avaliadores designados pelo Conselho Regional de Enfermagem deverão obrigatoriamente participar da Oficina de Capacitação do Selo da Qualidade - Cofen.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Federal de Enfermagem.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor após a sua publicação no Diário Oficial da União.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

MARIA R. F. B. SAMPAIO
Primeira-Secretária

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

ACÓRDÃO Nº 480, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e pela Resolução nº 413, de 19 de janeiro de 2013 em que,

ACORDAM, por maioria, os Conselheiros do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, reunidos na sessão da 269ª Reunião Plenária Ordinária, após leitura do teor do documento, pelo apoio aos princípios da autonomia administrativa e financeira da Polícia Federal.

Quórum: Dr. Roberto Mattar Cepeda - Presidente; Dr. Cássio Fernando Oliveira da Silva - Diretor-Secretário; Dr. Wilen Heil e Silva - Diretor-Tesoureiro; Dra. Daniela Lobato Nazaré Muniz - Conselheira Efetiva; Dr. Marcelo Renato Massahud Junior - Conselheiro Efetivo; Dra. Patrícia Rossafa Branco - Conselheira Efetiva votaram a favor e votou contra a Dra. Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão - Conselheira Efetiva.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 14 de setembro de 2016.

Tendo em vista o que consta do processo nº 65-2016, ratifico a presente inexigibilidade de licitação, de acordo com o art. 25 da Lei nº 8.666-93, para locação de estande por ocasião do XXXII EICON - Encontro de Integração dos Profissionais de Contabilidade do RS, pelo valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), mediante contrato a ser firmado com a Federação dos Contabilistas do Estado do Rio Grande do Sul, realizador do referido evento.

CONTADOR ANTONIO CARLOS DE CASTRO PALÁCIOS

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE ALAGOAS

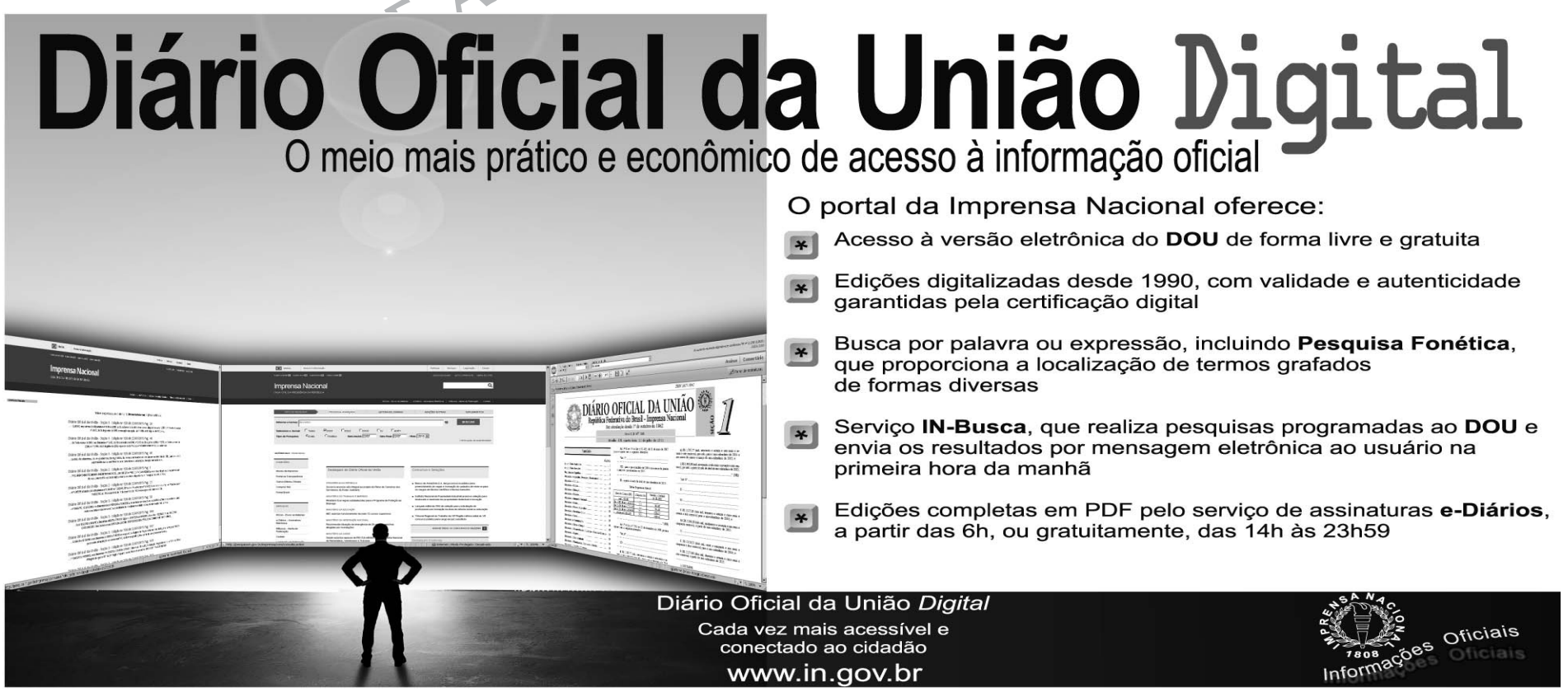
DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 9 de setembro de 2016

Com fulcro no Parecer de fls. retro, exarado pelo Setor Jurídico deste CRF/AL, bem como, nos poderes que me foram conferidos pelo art. 26, caput, da Lei Federal nº 8.666/1993, RATIFICO os procedimentos de dispensa de licitação, objetivando a contratação com as empresas:

POSTO QUARTO DE MILHA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.077.577/0001-52, com esteio no permissivo no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, para os serviços de fornecimento de combustível, sendo o mesmo contínuo e fracionado, conforme demanda, para suprir as necessidades da frota de veículos deste Conselho Regional de Farmácia do Estado de Alagoas - CRF/AL, tendo como valor total de R$ 7.538,00 (sete mil, quinhentos e trinta e oito reais), pelo prazo de até 31 de dezembro do corrente ano, conforme documentos inseridos nos autos de nº 939/2016;

MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS FILHO, inscrita no CNPJ sob o nº 15.621.737/0001-07, com esteio no permissivo no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, para os serviços de manutenção predial para executar os trabalhos, de forma mensal, nas dependências deste Conselho Regional de Farmácia do Estado de Alagoas - CRF/AL, tendo como valor mensal de R$ 600,00 (seiscentos reais) e valor total de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), pelo prazo de até 31 de dezembro do corrente ano, conforme documentos inseridos nos autos de nº 404/2016.

ALEXANDRE CORREIA DOS SANTOS





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016091400084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.